



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

ERNESTO GEISEL

MENSAGEM
AO
CONGRESSO NACIONAL

ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1978



1978

SUMARIO

INTRODUÇÃO

POLITICA ECONOMICO-FINANCEIRA

Apreciação Geral

FAZENDA
TRANSPORTES
AGRICULTURA
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
MINAS E ENERGIA
INTERIOR
COMUNICAÇÕES

POLITICA SOCIAL

Apreciação Geral

EDUCAÇÃO E CULTURA
TRABALHO
SAÚDE
PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

POLITICA EXTERNA

JUSTIÇA

POLÍTICA INTERNA
ORDEM JURÍDICA
SEGURANÇA INTERNA
AÇÃO SOCIAL
MINISTÉRIO PÚBLICO
DOCUMENTAÇÃO — PUBLICAÇÃO E ARQUIVO DE ATOS
OPICIAIS

FORÇAS ARMADAS

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS
MARINHA
EXÉRCITO
AERONÁUTICA

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Em pronunciamento feito à Nação ao findar-se 1977, tive a oportunidade de sumariar os principais resultados alcançados pela ação do Governo no decurso do ano, sobretudo nos campos econômico e social, resultados que nesta Mensagem se detalham e especificam para análise mais detida dos ilustrados Membros do Congresso Nacional.

Sem abalos que poderiam ser desastrosos à nossa emergente economia de mercado, evitaram-se tanto os escolhos de uma desaceleração brusca do desenvolvimento econômico, capaz sempre de degenerar em recessão alarmante, sobretudo para um País de largos contingentes de jovens a demandarem anualmente o mercado de trabalho, bem como os perigos de uma inflação descontrolada, prenunciadora certa de graves crises sociais e políticas. E tratou-se de promover com cautela, dentro de nossa já quase tradicional metodologia gradualista, as mudanças estruturais indispensáveis para relançar o País em uma nova e sólida trajetória de crescimento.

Em ampla escala deu-se prosseguimento às medidas para a substituição, pela produção nacional, das importações de insumos básicos e bens de capital, buscando compatibilizar-se a indústria de base com as indústrias de ponta. Basta ressaltar que em 1977, no conjunto dos

projetos aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial, quase 90% dos investimentos globais foram destinados àqueles setores dos insumos básicos e bens de capital (43,5 bilhões de cruzeiros num total de 48,8). Contiveram-se efetivamente, por outro lado, as importações, mantendo-as em nível estável, com vistas ao reequilíbrio da balança comercial, que passou de um deficit de 4,6 bilhões de dólares, em 1974, para um superavit de 138 milhões, em 1977, pequeno mas expressivo. E ao mesmo passo incrementaram-se as exportações diversificando-as em natureza e quanto a destino, a despeito mesmo da variada gama de medidas protecionistas adotadas pelas economias desenvolvidas em regime de desaquecimento. Quanto foi o esforço realizado, mostra-o a marca de 12 bilhões de dólares ultrapassada em 1977, se comparada com os escassos US\$ 1.400 milhões de 1964.

O índice de crescimento da economia foi ponderável, pouco inferior a 5%. O produto interno bruto atingiu Cr\$ 2.326,1 bilhões, ou seja 164 bilhões de dólares, e a renda per capita elevou-se ao equivalente a US\$ 1.452.

A inflação, medida pelo aumento do índice geral de preços (disponibilidade interna), chegou a 38,8, apresentando nítida reversão no segundo semestre do ano.

Assinalemos ainda que a participação da poupança externa no investimento global caiu de 27%, em 1977, para 10 a 11% no ano passado. Se bem que a dívida externa bruta, aí incluídos os encargos do setor privado, atingisse 31,2 bilhões de dólares, importa salientar que as reservas internacionais alcançaram o nível, sem precedentes, de 7,2 bilhões de dólares.

Inserido cada vez mais no dinamismo da economia mundial, como nova potência emergente em busca de afirmação, o País reduz, assim, suas vulnerabilidades e seu grau de dependência do exterior.

Na verdade, conciliar objetivos tão dispares e mesmo, sob certos aspectos antagônicos, de um crescimento econômico expressivo, para além sempre do nível ainda tão elevado de nossa expansão demográfica; de melhoria da distribuição de renda, tão desigual e injusta ainda, para não falar de inegáveis bolsões de pobreza existentes nas cidades e nos campos; de reajustar uma balança comercial tão desequilibrada pela importação maciça de petróleo agora mais caro e um balanço de pagamentos gravado pelo pesado ônus do serviço da dívida externa; de contenção, mais do que isso, de imperiosa redução do excessivo nível inflacionário, exigindo controle de preços e limitação de créditos — foi tarefa árdua e persistente, conduzida pelo Governo, a despeito de incompreensões e reações, partidas sobretudo de setores cujos interesses imediatistas se viram prejudicados.

Mas os números aí estão, incontestáveis, a desafiar críticas apressadas e distorcidas, movidas seja pela ignorância seja pela má fé.

Mais expressivos ainda vêm a ser eles se comparados com o muito de substancial que se tem realizado no campo social, dentro de um orçamento específico que ultrapassou dos 300 bilhões, ou seja 14% de todo o produto interno bruto, destinados à educação, saúde pública, assistência médica, saneamento, nutrição, habitação, previdência, trabalho e treinamento profissional.

Ai está pelo que:

— a população economicamente ativa já atinge 37,5 milhões de pessoas, não se registrando desemprego em escala apreciável;

— o treinamento para formação de mão-de-obra alcançou quase 3,5 milhões de trabalhadores, quando em 1976 não chegara a mobilizar 2 milhões;

— a prevenção de acidentes do trabalho apresentou, em 1977, lucro social apreciável pela redução do total de acidentes em cerca de 400.000, com referência ao ano anterior;

— nossas escolas abrigam 24 milhões de estudantes, sem falar nos 4 milhões do MOBRAL;

— a Previdência Social Urbana atende a quase 60 milhões de brasileiros e o FUNRURAL, à maior parte da população rural;

— a taxa de alfabetização chegou a 84% quando era ainda de 60% em 1970;

— a expectativa de vida do brasileiro aumentou para além dos 60 anos;

— a mortalidade infantil, tomada a capital paulista, com todos os seus múltiplos problemas de um fluxo migratório incessante, como referência, declinou de 94 por mil nascidos vivos em 1973, para 54 por mil em outubro de 1977;

— a campanha de erradicação de endemias reduziu a 13, apenas, o total de municípios maláricos fora da Amazônia e, nesta, não há mais transmissão da doença

em 1.600.000 km², área onde vivem quase 3 milhões de brasileiros.

* * *

Nossos esforços, em 1977, desenvolveram-se, por outro lado, num quadro internacional particularmente complexo, marcado por profundos contrastes políticos e econômicos. Embora existam hoje, mais do que no passado, condições para um diálogo produtivo entre os Estados, pois amainaram de certa forma as tensões internacionais que antes prevaleciam, persistem sérios problemas na estrutura das relações internacionais, que se tornam patentes quando postas em jogo questões vitais como as da paz e da guerra, da independência e soberania dos Estados, e da pobreza ou riqueza das nações.

Em diferentes continentes e, em particular, nas áreas menos favorecidas, subsistem focos de tensão internacional, que nem mesmo audaciosas iniciativas diplomáticas conseguem debelar. Da mesma forma, os espectros do racismo e do colonialismo rondam ainda a cena internacional, resistindo ao repúdio da quase totalidade das nações. Entre as grandes potências, prossegue a carreira armamentista, em todos os ambientes, inclusive no espaço exterior. Essa carreira, que se caracteriza pelo insofreado aproveitamento da energia nuclear para fins bélicos, representa sério fator de instabilidade internacional e de temor para toda a humanidade.

Além disso, como já apontado antes, a economia mundial atravessa uma fase de desequilíbrios inquietantes e de penosos reajustes. Vivemos sob o impacto dos efeitos retardados da crise econômica mundial, que atingiu os diferentes países em graus e ritmos diversos e que, segu-

ramente, penalizou de forma desproporcional os países em desenvolvimento não produtores de petróleo. Não se registraram, em 1977, resultados apreciáveis na porfia de obter condições internacionais favoráveis aos esforços dos países em desenvolvimento. Pelo contrário, no âmbito comercial, ressurgiram tendências protecionistas que entorpecem a capacidade dos países em aumentar suas receitas por meio de exportações, principalmente as de produtos manufaturados. Além de ser, sem dúvida, iniqua, essa situação premia a ineficiência, pois enseja a redução das possibilidades de competição no mercado mundial. É inegável que o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional poderia servir para tornar mais promissoras as perspectivas de progresso dos países menos desenvolvidos e, ipso facto, facilitar o convívio harmonioso e produtivo entre as nações do Norte e do Sul, beneficiando claramente a operação do sistema econômico mundial, como um todo.

Nesse panorama internacional, em que aos problemas estruturais se adicionam incompreensões políticas de ordem conjuntural, o Brasil continua a contribuir para a criação de melhores condições de convivência entre os Estados. Por vocação histórica e preceito constitucional, o país favorece soluções pacíficas e negociadas para os diferendos internacionais, da mesma forma que não aceita, nem reconhece, por estranhas à índole nacional, quaisquer veleidades de interferência, de expansionismo ou ambições de hegemonia. Não acredita o Brasil — nem espera que outros o façam — que deva abrir mão do que é legitimamente seu, em favor de terceiros países. A essa posição de princípio, corresponde, porém, uma firme disposição

de intensificar esforços para resolver, de forma amistosa, questões pendentes e para tornar mais eqüitativas as relações internacionais.

Tanto nos foros multilaterais quanto na condução das relações bilaterais, a diplomacia brasileira tem procurado ampliar, de forma progressiva e sistemática, as áreas de convergência ou de coincidência de interesses e conter as proporções dos atritos inevitáveis.

País pacífico que é, o Brasil atribui prioridade máxima às tarefas de manutenção da paz e do reforço das condições de segurança para todos os Estados. Considera urgente a cessação da corrida armamentista entre as grandes potências e participa ativamente dos esforços internacionais em prol do desarmamento, sobretudo o nuclear.

Em 1977, receberam novo e decidido impulso as relações entre o Brasil e as nações-irmãs da América Latina e da África, às quais tanto nos ligam a geografia, a história e a cultura. O Brasil orgulha-se de conviver de forma harmoniosa e solidária com seus numerosos vizinhos d'aquém e d'além-mar. Temos dez vizinhos em nosso Continente e número maior do outro lado do Atlântico, oceano que mais nos aproxima do que nos separa, e com todos mantemos convívio fraterno, caracterizado pelo respeito recíproco e pelo desejo de tornar ainda mais firmes os vínculos que já nos unem.

Para o relacionamento do Brasil com cada um dos países latino-americanos, 1977 foi ano de invulgar atividade. Merecem, nesse contexto, especial registro as visitas que os Presidentes da Bolívia, do Paraguai, do Uruguai

e da Venezuela fizeram a nosso País, as quais propiciaram novas e significativas manifestações de amizade e ensinaram a assinatura de importantes atos internacionais. Registre-se, igualmente, o animador progresso da iniciativa brasileira com vistas à negociação e conclusão de um pacto amazônico que deverá levar, se assim o desejarem os demais países da área, à criação de um mecanismo multilateral para estimular o desenvolvimento daquela região. Vale-se, desse modo, o Brasil, no contexto amazônico, da experiência positiva de cooperação entre vizinhos já auferida com o Tratado da Bacia do Prata.

Com relação aos países da África, o Brasil aprofundou em 1977 sua política de cooperação e entendimento. Partindo das aspirações e interesses que lhe são próprios, acompanha e apóia os esforços que os povos africanos vêm fazendo para eliminar os resquícios de colonialismo e de racismo, que ainda perturbam a vida política naquele Continente. Coerentemente, o Governo tomou parte na Conferência Internacional de Apoio aos Povos do Zimbábue e da Namíbia, em Maputo, e da Conferência Mundial de Ação contra o Apartheid, em Lagos. Ademais, foram impulsionados os programas de cooperação econômica e técnica, em especial com os países africanos de língua portuguesa, abrangendo vários setores na agricultura e na indústria, bem como a formação de pessoal em todos os níveis. São positivos e amplamente encorajadores os resultados já alcançados, não obstante o curto prazo decorrido desde que esses países alcançaram sua independência.

Também as relações do Brasil com os países ocidentais vêm revelando grande vitalidade, com proveitosa intensificação de contactos. Tanto por sua civilização e

cultura quanto por suas tradições e aspirações. participa o Brasil do modo de vida ocidental, da mesma forma que os ideais do Ocidente integram a vida e a história nacionais. O Brasil concorre ativamente para a formação do patrimônio de valores e de idéias que caracteriza a comunidade ocidental. Entendemos estar hoje inteiramente ultrapassada a visão convencional que limitava o Ocidente à sua expressão cartográfica, pois, em termos tanto políticos e econômicos, quanto éticos e culturais, uma nova realidade se afirma em nossos dias, a de uma comunidade ocidental composta por nações livres e autônomas. É essa comunidade ampla que o Brasil integra e é nela que busca realizar suas próprias aspirações. Uma participação franca e desassombrada exclui toda política que implique alinhamentos automáticos.

As relações do Brasil com os países da Europa Ocidental ganharam importância crescente no período considerado. Amiudaram-se os contactos de natureza política e econômica, bem como criaram-se condições para a aceleração de programas de cooperação científica e técnica.

As relações com a República Federal da Alemanha tornaram-se ainda mais estreitas, em 1977, como ilustram a implementação do Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear e a ampliação das atividades disciplinadas pelo Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico.

O aumento de intercâmbio foi particularmente sensível nos casos da França e Reino Unido, países que visitei no decorrer de 1976. Os programas relativos aos

acordos e contratos então concluídos encontram-se, agora, em fase de implementação.

Com o Canadá inaugurou-se um novo sistema de entendimento e consulta e incrementaram-se as trocas comerciais e a cooperação econômica.

As relações com os Estados Unidos da América foram intensas e caracterizadas por freqüentes contactos, em nível governamental. Merece especial menção, nesse quadro, a visita que fez a nosso País a Senhora Rosalynn Carter, esposa do Presidente norte-americano. O Governo brasileiro procurou entreter com o Governo dos Estados Unidos da América um diálogo permanente, construtivo e aberto, que terá servido para que, acima de quaisquer divergências, cada uma das partes melhor compreendesse os pontos-de-vista da outra. Oportunamente, foram tomadas medidas que permitiram manter o relacionamento entre os dois países em clima de normalidade e de respeito mútuo, criando-se, assim, condições para seu ulterior desenvolvimento.

As relações com a União Soviética e Europa Oriental, que são de caráter predominantemente econômico, têm evoluído normalmente, reconhecendo o Brasil, em sua atuação nos foros multilaterais, que esses países devem desempenhar importante papel nas negociações relativas às questões que afetam a paz e a segurança internacional.

Com os países do Oriente Médio temos procurado construir um relacionamento que venha a equilibrar-se e que seja mutuamente satisfatório, levadas em conta, principalmente, as compras de petróleo que o Brasil faz naquela região e a capacidade brasileira de atender a eventuais necessidades de outros produtos por parte

daqueles países. No plano político, as atitudes do Brasil com relação aos problemas do Oriente Médio têm sido claras e consentâneas com os nossos interesses e tradições.

Quanto aos países da Ásia e Oceania, vem o Brasil fazendo especial esforço para superar a barreira das distâncias. No caso do Japão, país que visitei em 1976, já foram alcançados substanciais progressos nesse sentido e nossas relações são tão intensas quanto as que mantemos com as principais nações ocidentais. No que se refere à Austrália, estão-se abrindo novas frentes de negociação econômica, que poderão permitir-nos romper o isolamento recíproco e implantar um relacionamento baseado na complementaridade econômica.

Com a República Popular da China, país cuja crescente importância internacional é amplamente reconhecida, o Brasil concluiu um Acordo Comercial que deverá disciplinar o já promissor fluxo de trocas, apesar de nossas relações diplomáticas datarem de poucos anos.

Convém finalmente mencionar que prosseguiu em ritmo normal a execução do programa nuclear brasileiro, de que é parte essencial o já referido Acordo com a República Federal da Alemanha sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear com seus instrumentos complementares. Assegura-se, dessa forma, a transferência para o Brasil das tecnologias envolvidas em cada uma das áreas do ciclo combustível correspondente aos reatores de água leve/urânio enriquecido. Tendo em vista a existência, em território brasileiro, de reservas apreciáveis de urânio, a opção tecnológica feita pelo Brasil para enfrentar seus problemas energéticos evitará sejam criadas novas e indesejáveis dependências externas no plano nuclear. Considera o Brasil que o conhecimento

sobre a tecnologia nuclear é, em nossos dias, insusceptível de monopólio e que, conseqüentemente, sua disseminação internacional é uma tendência que nenhuma atitude proibitiva poderá impedir ou reprimir. Ademais, é convicção do Governo brasileiro que todos os países têm direito ao acesso à tecnologia do aproveitamento de energia nuclear para fins pacíficos, sob salvaguardas internacionais adequadas e nunca discriminatórias.

Nessas condições, é de interesse para a generalidade dos Estados que a transferência dessa tecnologia, que tanto pode beneficiar os países carentes de energia, se faça por meio da cooperação internacional, o que possibilita a aplicação de um severo regime de salvaguardas, como o vigente para o programa nuclear brasileiro. Na ausência dessa cooperação internacional, estimular-se-ia o desenvolvimento da tecnologia nuclear fora dos sistemas de salvaguardas, o que frustraria o próprio objetivo de não-proliferação universal de armas nucleares e tornaria ainda mais remota a eliminação total dessas armas, que continuam a ameaçar a humanidade.

Em suma, creio poder afirmar que, em 1977, nas múltiplas frentes de negociação e atividade diplomáticas, o perfil do Brasil tomou contornos mais nitidos, traduzindo o muito que já foi realizado. E já começamos a colher, no plano externo, os frutos da paciente sementeira, a que nos dedicamos nos anos anteriores e que, em essência, visam a manter a política externa brasileira em sua verdadeira perspectiva: a da paz, cooperação e desenvolvimento.

* * *

O ano de 1977 foi, no plano interno, um ano eminentemente político, não tanto em virtude do que foi possível

efetivamente levar a efeito nesse campo, mas pelas perspectivas, ambiente e condicionantes que se criaram, favoráveis ao progresso que se pretende alcançar a partir deste último ano de meu governo, em termos de institucionalização dos ideais da Revolução de 1964, democratização e liberalização maiores dos costumes políticos, maior grau de participação das comunidades nas decisões políticas partidárias e do Estado.

Certo é que não foi possível evitar alguns traumatismos, reputados inevitáveis, à consciência nacional, mais propriamente nos círculos restritos das elites do que no âmbito popular.

O processo iniciou-se com a reestruturação, por todos reconhecida aliás como impostergável, do falho e emperado sistema judiciário do País, necessariamente dependente de uma reforma constitucional que, sob os mais variados pretextos, desde doutrinários e aparentemente perfeccionistas ou simplesmente de oportunismo evidente, se buscou impedir, num quadro que, pelas manifestações temperamentais ocorridas, não poderia deixar ilusões a quem quer que fosse. Na emergência, o Poder Executivo sentiu, assim, necessidade de recorrer à faculdade excepcional e revolucionária que lhe assegura o Ato Institucional n.º 5 e decretou o recesso temporário do Poder Legislativo, assumindo, no intervalo, a plenitude das atribuições legislativas. Estava, assim, resolvido o impasse, pois que aberto o caminho àquela reforma específica da Constituição.

Seria isso suficiente? Poder-se-ia, em sã e honesta razão, esperar do Congresso Nacional, perturbado por uma minoria evidentemente alienada pela paixão política, as medidas julgadas essenciais à manutenção do clima de

serenidade, de ordem pública e de segurança interna do País em que, somente nele, se poderia pensar em levar a cabo, progressivamente, a desejada reforma das instituições políticas, num sentido liberalizante embora? E quando para qualquer reforma do texto constitucional seria exigido o quorum de dois terços!

Não lhes peço, Senhores Congressistas, nem mesmo à Maioria governamental que controla ambas as Casas do Legislativo, que pronunciem um juízo a respeito. Respeito-lhes, como devo, o natural sentimento ressentido de alguns e o justo espírito de corpo de todos. Que o julgamento caiba à História. E a esta inspirará, por certo, a realidade dos fatos vindouros que para nós se indefinem hoje nas brumas de um futuro incerto ainda.

Os atos de abril compreenderam, na verdade, um conjunto duplo de medidas, algumas delas circunstanciais apenas, casuísticas se o quiserem — e não entendo mesmo porque este adjetivo, de uma hora para outra, adquiriu estranho sentido pejorativo como se casuísticas não deversem ser as decisões políticas, por mais que inspiradas em princípios ideológicos ou mesmo idealistas — e outras, a maioria aliás, com indisfarçável potencial de durabilidade, se não de permanência, por traduzirem evidentes aperfeiçoamentos institucionais.

A reforma constitucional possibilitada por maioria absoluta apenas e não mais por dois terços dos votos dos membros das Casas do Congresso responde às características de nossa Constituição — essa, sim, lamentavelmente casuística, apesar da válvula tão bem imaginada, mas nem tão bem utilizada, das leis complementares.

A instituição do terço do Senado eleito por processo indireto, a despeito do qualificativo ridicularizante com

que se procurou, à falta mesmo de argumentação válida, malsinar — sobre ser prática semelhante à adotada em muitas democracias das mais progressistas do mundo, e ainda por cima com recurso por vezes ao regime menos democrático da simples nomeação — visou a atender ao desequilíbrio de uma Câmara Alta que se deve querer mais estável, conservadora e imune às grandes mutações ditadas por variações ocasionais do eleitorado, sendo renovada de 4 em 4 anos, ora por um terço, ora por dois terços de seu plenário. Para que o bicameralismo, então? Além disso, abriu-se a possibilidade de levar ao Senado personalidades brilhantes e altamente representativas dos respectivos Estados, embora sem bases populares ou mesmo votos que bem as qualificassem para o prélio das urnas, mas que só enobreceriam aquele alto cenáculo e prestariam valiosíssima contribuição à vida política nacional com sua experiência, inteligência e cultura.

A fixação de um limite máximo ao número de Deputados, simples solução de bom senso, veio acabar afinal com os periódicos e graves problemas — em futuro próximo, insolúveis até — causados por uma Câmara a crescer incessantemente num País com tão alto dinamismo demográfico. E, ao mesmo tempo, protegeram-se os pequenos Estados e Territórios contra a dominância incontrastável dos mais populosos.

O período governamental do Presidente da República, assim fortalecido, passou a seis anos, acabando-se com o persistente desajuste no tempo entre um executivo federal com mandato de cinco anos e um legislativo renovado de quatro em quatro.

Deixemos de lado, por tendenciosas e mistificadoras, as muitas críticas daqueles que, em se arrepiando ao ver

um qualificativo aposto à palavra democracia — como se esta pudesse ser una e invariável através do espaço e dos tempos históricos —, por outro lado não se pejam de vincular, por laços de essencialidade, ao conceito democrático — como se essenciais pudessem ser — o modelo das eleições diretas de todos os mandatários do povo — um mero processo, entre outros, de selecionar representantes — e, até mesmo, a liberdade do uso, para fins eleitorais, da televisão e do rádio. Por que não olhar para o mundo que ao largo de nós aí está? Por que não contemplar, com humildade, os múltiplos exemplos da história?

Valeria alongar-se mais sobre o assunto? As reformas foram feitas e aí estão implantadas. Sob sua égide, outras virão, no bojo de um complexo de reforma institucional que esperamos se venha a alicerçar, solidamente, em base consensual inspirada por sentimentos generosos — que a não deturpem o oportunismo egoísta, nem a deformada paixão partidária, nem o espírito da subversão impenitente, mascarado este, por vezes, de falazes propósitos ultra-liberais e democráticos.

Para tanto, meu governo muito espera da colaboração e patriotismo dos dignos parlamentares, seja qual for o partido a que pertençam, pois que a serviço da Pátria não cabe, a priori, desprezar dedicações nem distinguir desvelos.

Brasília, 1.º de março de 1978.

ERNESTO GEISEL

POLÍTICA ECONÓMICO-FINANCEIRA

APRECIAÇÃO GERAL

O ano de 1977 caracterizou-se como o de consolidação da estratégia de adaptação gradual da economia à nova realidade mundial decorrente principalmente da crise do petróleo. Estratégia que, seguindo a orientação básica do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), procurou manter o crescimento e enfrentar, ao mesmo tempo, os graves problemas do balanço de pagamentos e do recrudescimento do processo inflacionário.

Os resultados alcançados na execução da política econômico-financeira refletiram as diretrizes e prioridades estabelecidas, em janeiro de 1977, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico — CDE.

Cabe referir, inicialmente, que o País apresentou, em 1977, crescimento pouco inferior a 5%, relativamente a 1976, com a agropecuária crescendo cerca de 9,6% e a indústria, 3,9%. Esse desempenho decorreu da opção, adotada no início do ano, por menores taxas de crescimento, preservada a normalidade da vida econômica, opção compatível com os outros objetivos, conjuntamente importantes, de reequilíbrio gradativo do balanço de pagamentos e de contenção da inflação. Vale destacar que, em 1977, o produto interno bruto — PIB — atingiu Cr\$ 2.326,1 bilhões (US\$ 164 bilhões), e a renda *per capita*, US\$ 1.452. Entre 1973 e 1977, o PIB cresceu 33% e a renda *per capita*, 19%, o que atesta o dinamismo da economia brasileira em período no qual o crescimento do conjunto dos países desenvolvidos foi de apenas 8% (com a renda *per capita* praticamente estagnada).

O ritmo menos intenso de expansão da economia brasileira em 1977, concomitantemente com as medidas adotadas de contenção e substituição das importações e de expansão das exportações, permitiu que se alcançasse, pela primeira vez desde 1973, *superavit* na balança comercial, da ordem de US\$ 138 milhões, com as exportações atingindo US\$ 12,1 bilhões (20% superiores às de 1976) e as importações, US\$ 12,0 bilhões (cerca de 3% inferiores às de 1976). De outra parte, o *deficit* em conta corrente do balanço de pagamentos, de cerca de US\$ 3,8 bilhões, corresponde a 62% do atingido em 1976, de US\$ 6,1 bilhões. A dívida externa bruta, da ordem de US\$ 31,2 bilhões, cresceu menos que em 1976 e as reservas monetárias elevaram-se para US\$ 7,2 bilhões — o mais alto nível já alcançado pelo País. Isto significa dizer que a dívida externa líquida foi da ordem de US\$ 24,0 bilhões, o que corresponde a uma relação dívida externa líquida/exportações de 1,98.

As medidas de controle do processo inflacionário adotadas, com vigor, desde o início do ano, provocaram, no segundo semestre, nítida reversão da tendência observada no comportamento dos preços. Entre junho e dezembro, o índice geral de preços (disponibilidade interna) cresceu 13,3%, o índice de preços por atacado (oferta global), 11,9% e o índice do custo de vida (Rio de Janeiro), 15,4%. Em igual período de 1976, o crescimento desses índices foi de 19,3%, 20,4% e 16,4%, respectivamente. Para 1977 como um todo, o índice geral de preços cresceu 38,8% (46,3% em 1976), o índice de preços por atacado, 35,5% (44,9% em 1976) e o índice do custo de vida, 43,1% (44,8% em 1976).

A conciliação dos três objetivos acima mencionados — manutenção do crescimento, reequilíbrio gradual do balanço de pagamentos e controle da inflação — certamente de difícil compatibilização, é, certamente, o maior êxito que se pode creditar à política econômico-financeira,

em 1977. Sobretudo quando se considera o muito que se avançou, o ano passado, em consonância com as diretrizes e prioridades nacionais de mais longo prazo, no programa de investimentos do II PND e, em geral, na execução de sua estratégia econômica e social.

Particularmente no que respeita à estratégia econômica, cumpre salientar o excepcional desempenho da agropecuária, cuja contribuição para a formação da renda interna se elevou de pouco mais de 10% em 1976 para cerca de 12% em 1977.

Os fortes estímulos de preço, notadamente os das exportações, além das boas condições climáticas, foram fatores decisivos na expansão da produção agrícola.

A ampliação da área cultivada foi, em 1977, de 6,2%, destacando-se a recuperação dos cafezais, que respondeu por 880 mil dos 2,7 milhões de hectares adicionados à agricultura brasileira. A soja, o feijão, o milho, a mandioca e a cana-de-açúcar foram as demais lavouras responsáveis por grande parte da área agrícola incorporada ao processo produtivo. O trigo e o arroz foram as únicas culturas importantes a apresentar redução na área cultivada. Regionalmente, destaque-se a recuperação da agricultura do Nordeste, após a seca de 1976, com aumento de 13,2% na área cultivada.

A ampliação da área agrícola e o aumento da produtividade determinaram crescimento de cerca de 12% para as lavouras, em 1977. Deve-se mencionar a recuperação da produtividade do café (49%), do algodão (26%) e do feijão (13%), bem como o crescimento dos rendimentos por hectare de quase todas as demais culturas importantes, com exceção do trigo. A produção de cereais e feijão atingiu 32,7 milhões de toneladas e a de oleaginosas, 14,3 milhões.

Por outro lado, graças, em parte, aos altos preços vigentes no mercado internacional, principalmente no

primeiro semestre, as exportações de produtos agrícolas, no valor global de US\$ 7,2 bilhões (14% superiores aos US\$ 6,3 bilhões de 1976), puderam contribuir decisivamente para a eliminação do déficit da balança comercial.

A produção animal cresceu, em 1977, cerca de 5%, determinando crescimento global da agropecuária de cerca de 9,6%, duas vezes superior ao do PIB.

Como consequência da política econômica adotada, a indústria apresentou, em 1977, crescimento bem mais lento do que o observado em 1976, reduzindo sua participação na renda interna de 39% para 37%.

As estimativas disponíveis indicam que a indústria como um todo cresceu 3,9% em 1977, em comparação com 10,9% alcançados no ano anterior.

Essa desaceleração do crescimento das manufaturas, no entanto, obedeceu a orientação seletiva, no sentido de que vários setores, considerados prioritários, prosseguissem apresentando taxas de expansão relativamente altas, tais como o de bens intermediários (insumos básicos). Neste caso, os programas de substituição de importações contribuíram para que se obtivesse crescimento da produção da ordem de 7%.

A indústria siderúrgica, particularmente, apresentou expansão de 24%, atingindo o nível de produção de 11,4 milhões de toneladas de aço, em lingotes equivalentes, o que permitiu o atendimento de 93% do consumo do País, em termos de volume físico, bem como exportações da ordem de US\$ 80 milhões.

A produção de metais não-ferrosos apresentou crescimento para todos os seus principais produtos, merecendo destaque o alumínio, com uma produção de 203 mil toneladas e taxa de crescimento de 21%, relativamente a 1976; o estanho, com produção de 7,7 mil toneladas e crescimento de 18%, e o zinco, com uma produção de 56 mil toneladas e crescimento de 12%.

A produção de cimento, atingindo o nível de 21,1 milhões de toneladas, superou em 10,2% a do ano anterior.

Os setores produtores de bens de consumo, duráveis e não-duráveis, foram os mais afetados pela política de desaceleração mantendo, globalmente, os mesmos níveis de produção do ano anterior.

Foi, finalmente, importante a contribuição das exportações de produtos manufaturados para o reequilíbrio alcançado na balança comercial do País. Essas exportações atingiram US\$ 4,9 bilhões em 1977 (29% superiores aos US\$ 3,8 bilhões de 1976).

A ação governamental na condução das políticas de dispêndio público, fiscal, monetária e de crédito foi marcada pela preocupação de conter expansão indesejável da economia, de que resultassem pressões sobre os preços ou sobre a demanda por importações.

No tocante aos gastos públicos, a execução orçamentária foi conduzida de modo a obter-se, mais uma vez, *superavit* de caixa do Tesouro Nacional, a par do controle dos investimentos das empresas e demais entidades públicas e de rigorosa contenção de importações. A receita do Tesouro foi, em 1977, de Cr\$ 242,89 bilhões, a despesa de Cr\$ 241,84 bilhões e o *superavit* de caixa de Cr\$ 1,05 bilhão (0,4% da receita).

A tônica da política tributária recaiu na utilização do imposto sobre produtos industrializados, ora na promoção das exportações, ora na indução dos investimentos para setores prioritários, através do mecanismo de incentivos fiscais. Foram introduzidos vários aperfeiçoamentos na legislação do imposto sobre a renda, entre os quais se destacam o Decreto-lei n.º 1.532, de 30 de maio de 1977 (incentivos a fusões e incorporações de empresas), e o Decreto-lei n.º 1.598, de 26 de dezembro de 1977, que alterou a legislação do imposto sobre a renda da pessoa jurídica, tornando-a compatível com a nova Lei das Sociedades por Ações.

No que se refere às políticas monetária e creditícia, a preocupação dominante foi conseguir a contenção dos meios de pagamentos, em consonância com as demais medidas voltadas para o reequilíbrio do balanço de pagamentos e o combate gradual da inflação. A expansão de 37% da oferta monetária contribuiu para redução real da liquidez, que permitiu, no entanto, desempenho adequado das atividades produtivas. Os saldos dos empréstimos ao setor privado apresentaram crescimento de 50,6%, em relação a 1976, cabendo salientar que as operações de crédito do Banco do Brasil passaram a crescer a taxas inferiores às dos bancos comerciais (48,7%, comparadas com 52,2%), enquanto melhorava seu desempenho, no que tange ao crédito seletivo.

O disciplinamento do sistema financeiro motivou nova regulamentação das aplicações das sociedades de crédito, financiamento e investimento (Resolução n.º 450, de 16 de novembro de 1977, do Banco Central), bem como dos bancos comerciais e de investimento. A entrada em vigor da nova Lei das Sociedades por Ações exigiu medidas de disciplinamento do mercado de capitais, entre as quais se destaca a fixação de normas para aumento de capital das empresas públicas.

O apoio financeiro oficial à iniciativa privada foi significativo em 1977.

Os desembolsos efetuados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE atingiram Cr\$ 49,4 bilhões, sendo Cr\$ 16,1 bilhões para os programas de insumos básicos e Cr\$ 20,5 bilhões para os de equipamentos básicos (beneficiando sobretudo a empresa privada nacional). Foi aprovado, no âmbito do CDE, conjunto de medidas de apoio à pequena e média empresa, nas áreas fiscal, creditícia e de apoio técnico e gerencial. Foram, ainda, aperfeiçoados, pelo BNDE, os mecanismos de apoio à pequena e média empresa, através de recursos do Programa Especial de Apoio às Empresas Brasileiras de Pequeno e Médio Portes — PROGIRO, do Programa

Especial de Apoio à Capitalização da Empresa Privada Nacional — PROCAP e do Programa de Operações de Financiamento a Acionistas — FINAC.

O PROCAP aprovou colaboração financeira de Cr\$ 4,3 bilhões, em 1977, com desembolso de Cr\$ 1,5 bilhão. Salientem-se ainda os incentivos da correção monetária máxima de 20% para os contratos celebrados em 1977 (Decreto-lei n.º 1.567, de 1 de agosto de 1977), o aumento dos recursos do PIS-PASEP, a criação do Fundo de Participação Social — FPS e a destinação de recursos do Fundo de Assistência de Liquidez — FAL, gerido pelo BNDE, para aplicações em ações e debêntures (Decreto n.º 79.459, de 20 de maio de 1977). Paralelamente, as aplicações dos bancos de investimento em favor das empresas estatais foram limitadas em 8% do total, através da Resolução n.º 445, de 20 de setembro de 1977, do Banco Central.

O Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa — CEBRAE prosseguiu no seu esforço de treinamento empresarial e consultoria, realizando cerca de 1.300 cursos para 33 mil participantes e assistindo mais de 6 mil empresas (com dispêndios de Cr\$ 221,0 milhões).

De um total de aplicações de Cr\$ 5,0 bilhões (inclusive mutuários), a Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP destinou 55% de seus recursos próprios (Cr\$ 996,0 milhões) em apoio ao desenvolvimento da indústria nacional e, como Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FNDCT, aplicou Cr\$ 1,5 bilhão, principalmente no campo do desenvolvimento científico e da promoção de recursos humanos para as atividades de pesquisa.

Na ciência e tecnologia, foi importante a ação catalisadora do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq, responsável pela coordenação da execução do II Plano Básico de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico — PBDCT, com aplicações estimadas, para 1977, em Cr\$ 8,5 bilhões, em áreas como atividades espaciais, recursos do mar, energia, transportes, comunicações, indústria, agropecuária, recursos florestais e pesqueiros, desenvolvimento social e regional e apoio à empresa privada nacional e à formação de recursos humanos (além da pesquisa básica). O Conselho Científico e Tecnológico do CNPq, composto de autoridades governamentais, empresários e cientistas, teve atuação destacada na coordenação de todo esse esforço e na formulação de diretrizes para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico do País.

No campo da estatística e da informação, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE deu continuidade a seu amplo programa de trabalho, destacando-se a divulgação, em 1977, dos resultados preliminares do censo agropecuário de 1975 (o primeiro realizado de acordo com a periodicidade quinquenal prevista na legislação em vigor sobre a matéria), a produção de indicadores sociais, a publicação dos dados preliminares do Estudo Nacional da Despesa Familiar — ENDEF, o levantamento sistemático da produção agrícola, o novo indicador industrial mensal, além das atividades no campo da geografia e cartografia.

Nas atividades voltadas para o aperfeiçoamento da administração pública e do planejamento governamental, destaque-se, finalmente, a atuação da Secretaria de Planejamento, nas áreas da modernização administrativa (o Fundo de Reforma Administrativa aplicou Cr\$ 119,8 milhões em convênios com 6 Ministérios), da articulação com os Estados e Municípios (inclusive na administração das transferências federais dos Fundos de Participação, que totalizaram, em 1977, os Cr\$ 17,6 bilhões, com crescimento de 84% em relação 1976), da cooperação econômica, técnica e financeira internacional e, através do IPEA, da orçamentação e acompanhamento da execução do planejamento.

A despeito da rigorosa contenção dos investimentos públicos, colheram-se resultados razoavelmente satisfatórios, em 1977, no campo dos transportes, das comunicações e da energia.

Nos transportes, os investimentos totais, no ano, foram estimados em Cr\$ 38 bilhões (inclusive os metrô do Rio de Janeiro e de São Paulo). O programa rodoviário aplicou Cr\$ 12,8 bilhões, com a pavimentação de 1.124 km de rodovias, a restauração de 1.740 km e a conservação de 56,9 mil km. Ao final do ano, a rede rodoviária federal atingiu os 76,6 mil km, dos quais 42,9 mil km pavimentados. No programa ferroviário, foram investidos Cr\$ 10 bilhões. A Rede Ferroviária Federal S/A apresentou aumento de 13% nas suas operações de transporte de carga, relativamente a 1976, e foi de 160 e 110 milhões o número de usuários nos serviços de transporte suburbano do Rio de Janeiro e de São Paulo, respectivamente (crescimentos de 9 e 11%, no ano). Foram entregues ao tráfego 5.150 vagões, 25 locomotivas diesel-elétricas, e 71 trens-unidades elétricos. Na construção naval, foram investidos Cr\$ 6,2 bilhões, passando essa indústria a ocupar, em 1977, o terceiro lugar no mundo (em dezembro, encontravam-se em construção, nos estaleiros nacionais, 205 embarcações, equivalentes a 5,2 milhões de TPB, das quais 27 destinadas a exportação). Em 1977, ademais, a frota nacional atingiu 882 embarcações, correspondendo a 5,7 milhões de TPB, com crescimento de 10% em relação a 1976. Os programas portuários e aeroviários aplicaram Cr\$ 3,2 e 1,9 bilhões, respectivamente, e, nos metrô do Rio e São Paulo, foram despendidos Cr\$ 3,8 bilhões.

No programa de telecomunicações, os investimentos totalizaram os Cr\$ 20,5 bilhões. O número de telefones instalados cresceu de 4,0 milhões em 1976 para 4,7 milhões em 1977 (expansão de 18%); os canais de voz da rede básica de telecomunicações, de 78,8 para 108,5 mil km (aumento de 38%); o número de terminais de

telex instalados passou de 16,8 mil em 1976 para 19,0 mil em 1977 (crescimento de 13%).

No campo da energia, com investimentos da ordem de Cr\$ 47,8 bilhões, obteve-se expansão da capacidade instalada de 8,2% (atingindo-se 22,8 mil MW) e o consumo total de energia atingiu 87,3 mil GWh (crescimento de 12,5%).

Os investimentos realizados pela PETROBRÁS atingiram, em 1977, Cr\$ 22,4 bilhões, dos quais Cr\$ 9,8 bilhões em exploração e produção. Embora a produção nacional de petróleo tenha apresentado declínio (de 3,8%, em relação a 1976), as reservas se expandiram significativamente, graças aos esforços de exploração empreendidos tanto nas bacias sedimentares quanto na plataforma continental.

No tocante ao desenvolvimento regional, cabe referir inicialmente que a economia do Nordeste apresentou, em 1977, crescimento da ordem dos 8%, com a agropecuária crescendo mais de 13% e a indústria, mais de 5% (cerca de 7% para a indústria de transformação).

O Fundo de Investimentos do Nordeste — FINOR aplicou recursos no montante de Cr\$ 5,6 bilhões e o Fundo de Investimentos da Amazônia — FINAM, Cr\$ 1,7 bilhão, tendo o Governo assegurado, mediante a destinação de recursos da União, a execução integral dos orçamentos aprovados, a despeito da redução que ocorreu nas opções das pessoas jurídicas pelos incentivos fiscais.

Especial destaque deve ser conferido à execução de programas especiais, concebidos com o objetivo de atenuar os desequilíbrios regionais, mediante a ação concentrada em pólos selecionados. Nesse sentido, cumpre salientar a execução do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste — POLONORDESTE, do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia — POLAMAZÔNIA, do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados — POLOCENTRO, do Programa

Especial da Região da Grande Dourados, do Programa de Desenvolvimento do Pantanal e do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília.

Vencidas as etapas iniciais — institucionalização do esquema de administração, formulação da estratégia de desenvolvimento rural integrado e definição de prioridades, em termos espaciais — o POLONORDESTE concentrou esforços na execução de 30 projetos de desenvolvimento rural integrado e 5 projetos de colonização, abrangendo todos os Estados da região e atendendo, em 1977, a cerca de 35 mil produtores rurais. As ações desenvolvidas pelo POLONORDESTE compreenderam desde a implantação de serviços sociais básicos (educação de primeiro grau, assistência médica, preventiva e curativa, e abastecimento d'água simplificado) até a prestação de serviços de apoio à produção (crédito rural, assistência técnica, fornecimento de mudas e sementes selecionadas, abastecimento de insumos e fortalecimento da infra-estrutura de comercialização). Em 1977, a programação do POLONORDESTE contemplou recursos no montante de Cr\$ 3,2 bilhões (exclusive crédito), dos quais Cr\$ 1,5 bilhão foram destinados ao Programa de Irrigação.

A programação do POLAMAZÔNIA, em 1977, compreendeu 246 projetos, localizados nos 15 pólos de atuação do Programa. Os projetos agropecuários envolveram a regularização fundiária de 4,5 milhões de hectares, a demarcação de 5.850 lotes, a expedição de 2.440 títulos definitivos a colonos, a construção de 10 armazéns e a continuação de obras em 11 outras unidades, bem como a realização de levantamentos pedológicos (83 mil km²) e de inventários florestais (39 milhões de hectares). Em termos de infra-estrutura econômica, foram implantados 1.415 km de rodovias-tronco e 849 km de estradas vicinais, executadas obras em 14 aeroportos (6 concluídos), construídos 145 km de linhas de transmissão e 170 km de redes urbanas de distribuição de energia elétrica, ampliada a capacidade de geração de energia térmica da região

(12 mil kw), concluída a usina hidrelétrica de Curuá-Una (20 mil kw) e iniciadas as obras de construção da usina hidrelétrica de Samuel. Por fim, com respeito à infra-estrutura social, foram implantados 10 sistemas de abastecimento d'água, executadas obras de construção de sistemas de esgotos sanitários e de drenagem pluvial, construídos 66 km de sistemas viários urbanos, bem como realizadas diversas pesquisas e projetos, concernentes a saúde, educação e ciência e tecnologia. As aplicações do POLAMAZÔNIA, no ano passado, totalizaram Cr\$ 1,4 bilhão, além de Cr\$ 290 milhões destinados a projetos complementares ao Programa.

Visando à exploração racional dos cerrados e abrangendo 12 áreas (3 em Minas Gerais, 2 em Mato Grosso do Sul, 2 em Mato Grosso e 5 em Goiás), o POLOCENTRO, em 1977, desenvolveu ações com o intuito de expandir e melhorar a infra-estrutura básica das áreas selecionadas e de fornecer apoio creditício a projetos agropecuários. Nesse sentido, foram implantados 82 km de estradas rurais e 88 km de linhas de transmissão, e ampliada em 410 mil toneladas a capacidade de armazenagem. Encontram-se em execução 1.540 km de estradas e 593 km de linhas de transmissão. Ademais, até 1977, haviam sido aprovadas 2.200 propostas de financiamento, envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 4,9 bilhões e permitindo a incorporação de 990 mil hectares dos quais 722 mil já se encontram efetivamente preparados para uso agrícola. Os recursos aplicados, em 1977, à conta do Programa, totalizaram Cr\$ 894 milhões.

O Programa Especial da Região da Grande Dourados, que visa a promover a incorporação de 700 mil hectares de solos ao sistema produtivo regional, já conseguiu atingir a expressiva meta de 450 mil hectares de solos preparados para o uso agrícola. No exercício de 1977, foram implantados cerca de 220 km de estradas, construídas unidades de armazenamento que resultaram

em reforço de 60 mil toneladas na capacidade armazenadora e executados cerca de 50% dos projetos programados para o setor de energia elétrica. Os recursos liberados, em 1977, atingiram um montante de Cr\$ 180 milhões.

O Programa de Desenvolvimento do Pantanal desenvolveu um conjunto de ações voltadas para a pecuária (implantação do projeto de suinocultura de Cáceres), saneamento (construção de 5 km do canal de Paiaguás), energia elétrica (implantação de linhas de transmissão e subestação, beneficiando as cidades de Várzea Grande, Poconé, Cáceres e outras) e transportes (execução de obras em vários trechos, destacando-se a ligação rodoviária Poconé-Porto Jofre). Ademais, foi iniciada a realização do estudo de desenvolvimento integrado da bacia do Alto Paraguai, em execução por força de convênio celebrado entre o Governo Brasileiro, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A programação para 1977 contemplou recursos da ordem de Cr\$ 269 milhões.

O Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília — concebido de modo a fortalecer a infra-estrutura e ampliar a oferta de empregos nos Municípios da área de influência do Distrito Federal, diminuindo a pressão que se verifica sobre os equipamentos de saúde, educação e lazer de Brasília, bem como preservando sua função político-administrativa — pôde, em 1977, desenvolver elenco de projetos consistentes com os objetivos colimados, entre os quais cumpre destacar: a construção de escolas em 8 cidades, com capacidade para matricular 4.200 alunos, e de 70 escolas rurais; a conclusão de 22 unidades sanitárias e dos hospitais de Alvorada do Norte e Campos Belos, ambos em Goiás; a implantação dos sistemas de abastecimento d'água de Anápolis, Catalão, Leopoldo Bulhões, Arinos, Pirenópolis, Formoso, Buritis, Guarda-Mor e Presidente Olegário; a execução de obras

nos sistemas de esgotos sanitários de Catalão, Pires do Rio, Uruaçu, Alvorada do Norte, Paracatu e Unaí e a construção de 570 km de rodovias e 140 km de linhas de transmissão. Os recursos programados para 1977 totalizaram Cr\$ 252 milhões.

No que se refere ao desenvolvimento urbano, consolidou-se, em 1977, a ação da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana — CNPU que, mediante esforço integrado envolvendo a Secretaria de Planejamento, através do IPEA, o Ministério dos Transportes, através principalmente da EBTU, e o Ministério do Interior, coordenou programa de investimentos da ordem dos Cr\$ 35,5 bilhões.

Nas 9 Regiões Metropolitanas (118 Municípios e 44% da população urbana do País), foram aplicados Cr\$ 21,1 bilhões em cerca de 100 projetos nas áreas de transportes e infra-estrutura viária, saneamento básico, infra-estrutura social e outros equipamentos urbanos. O Programa de Cidades de Porte Médio beneficiou 93 cidades em 16 Estados, com investimentos da ordem de Cr\$ 7,3 bilhões (322 projetos). Projetos especiais em cidades situadas em áreas que estão recebendo grandes investimentos públicos ou privados, em setores como saneamento e transportes ou em programas como os de reconstrução de cidades históricas, no Nordeste e no Sudeste, envolveram investimentos adicionais de Cr\$ 7,1 bilhões.

Do total de Cr\$ 35,5 bilhões aplicados, sob a coordenação da CNPU, em desenvolvimento urbano, Cr\$ 7,3 bilhões (21%) constituíram recursos não-reembolsáveis da União (Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano — FNDU).

As diretrizes e prioridades já aprovadas para 1978, no âmbito do CDE, orientam-se pelo objetivo de concluir as tarefas básicas a que se propôs o atual Governo e fundamentam-se em expectativas de otimismo moderado

e realista, com relação a 1978. Há, em especial, a preocupação de que, em março de 1979, o próximo Governo encontre o País em melhores condições de enfrentar a conjuntura internacional.

1978 deve ser, portanto, fundamentalmente, um ano de consolidação de resultados: espera-se obter crescimento a níveis do obtido em 1977, sensível redução da inflação, substancial *superavit* na balança de comércio.

Nesse contexto, é importante ressaltar as grandes prioridades econômicas que vêm caracterizando o atual estágio do desenvolvimento nacional, consubstanciadas no II PND:

- substituição de importações de insumos básicos e bens de capital e esforço para elevar a produção interna de petróleo e álcool;
- expansão e diversificação das exportações e controle das importações;
- fortalecimento da empresa privada nacional;
- desenvolvimento regional e desconcentração industrial;
- desenvolvimento urbano.

Com efeito, é visando a esses objetivos que o atual Governo deverá manter sua ação de desenvolvimento, neste último ano de seu mandato.

FAZENDA

Política monetária e creditícia

Os resultados obtidos na condução da política monetária e creditícia foram bastante satisfatórios, principalmente com relação à evolução dos meios de pagamento e dos empréstimos do sistema financeiro, cujas taxas de crescimento apresentaram-se inferiores às do ano anterior.

Ressalte-se que esses resultados foram consequência, em grande parte, das medidas restritivas adotadas durante o segundo semestre de 1976, visando a afetar a disponibilidade de recursos para empréstimos e financiamentos pelo sistema financeiro nacional e, dessa forma, influenciar a demanda global por bens e serviços objetivando exercer, em 1977, controle mais efetivo sobre os preços e obter maior equilíbrio no balanço de pagamentos.

As medidas diretas de contenção de crédito e dos meios de pagamento foram reforçadas pela liberação de taxas de juros, com destaque para as operações ativas dos bancos comerciais, ao mesmo tempo em que se impunham restrições às operações de crédito ao consumidor e imobiliário.

No primeiro semestre do ano de 1977 o Governo optou por aguardar os efeitos das medidas adotadas em 1976, tendo se verificado, conforme esperado, desaceleração em alguns ramos da atividade econômica, favorecendo o controle da taxa de inflação e o equilíbrio da balança comercial.

Por mais de um semestre não foram adotadas medidas de grande impacto, tendo ocorrido, contudo, maior controle sobre as operações ativas do Banco do Brasil e Banco Central, mais especificamente quanto a empréstimos e repasses de fundos e programas administrados pelo Banco Central, que apresentaram menores taxas de crescimento do que nos anos anteriores.

Todavia, constatando que o saldo dos meios de pagamento, ao final de setembro de 1977, acusava crescimento de 17,3% em relação a dezembro de 1976, o governo tomou novas providências, visando a conter a expansão de crédito.

Após a suspensão dos limites máximos para a maior parte dos financiamentos de curto e médio prazos, as taxas de juros alcançaram percentuais elevados nos primeiros meses de 1977, o que de certa forma contribuiu

para diminuir a demanda por crédito junto ao sistema financeiro, atingindo, em consequência, a demanda global por bens e serviços.

Este fato, conjugado com medidas de controle efetivo da inflação, cujos índices, no segundo semestre de 1977, apresentaram crescimentos inferiores aos ocorridos nos seis primeiros meses do ano, induziu o sistema financeiro à redução do custo do dinheiro para os mutuários finais, o qual, da média de 58% a 60% ao ano verificada de janeiro a junho, passou a situar-se, a partir de julho, na faixa de 48% a 50%.

Os meios de pagamento cresceram, em 1977, 37,6% em decorrência, basicamente, dos empréstimos do Banco do Brasil aos setores público e privado e das aplicações efetuadas pelas autoridades monetárias junto a instituições financeiras.

No que concerne aos créditos concedidos pelas autoridades monetárias ao sistema financeiro, cumpre ressaltar os acréscimos nas rubricas repasses e transferências do PASEP ao BNDE (Cr\$ 11,7 bilhões), os empréstimos e adiantamentos (Cr\$ 11,5 bilhões), as operações de redesconto, com participação das operações destinadas à produção de manufaturados exportáveis (Cr\$ 6,6 bilhões) e os repasses e refinanciamentos com recursos de fundos e programas administrados pelo Banco Central (Cr\$ 20,0 bilhões).

As aplicações totais dos fundos e programas administrados pelo Banco Central — incluindo repasses e refinanciamentos às instituições financeiras e outras operações — elevaram-se de 41,9% em relação a dezembro de 1976, tendo os recursos somado Cr\$ 39,4 bilhões (+43,6%).

O Programa Nacional do Alcool — PROÁLCOOL foi dinamizado de forma a permitir consideráveis avanços no processo de produção do álcool anidro. Os recursos disponíveis para o Programa cresceram de Cr\$ 50,0

milhões em 1976 para Cr\$ 1,44 bilhão em 1977, tendo as aplicações evoluído, no mesmo período, de Cr\$ 30,0 milhões para Cr\$ 1,47 bilhão, sendo a diferença resultante das transferências de outros fundos do Banco Central.

O Programa de Corredores de Exportação elevou seus recursos em Cr\$ 836 milhões (+30,5%), graças a novas injeções financeiras da reserva monetária, além dos reajustes cambiais relativos às operações com o The Mitsubshi Bank Ltd. As aplicações no período alcançaram Cr\$ 466 milhões.

O saldo dos recursos do Programa Nacional de Armazenagem — PRONAZEM totalizou em 1977 Cr\$ 1,35 bilhão, tendo sido aplicados Cr\$ 772 milhões.

O Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola — FUNDAG elevou suas disponibilidades em Cr\$ 3,12 bilhões (+42,3%), com expansão de Cr\$ 4,88 bilhões (+71,7%) em suas aplicações, sendo a diferença entre recursos e aplicações resultante de transferências de outros fundos do Banco Central. Com vistas a estimular o uso de insumos essenciais, que resultam em melhores índices de produtividade no setor agrícola, o Governo concedeu isenção de pagamentos de juros relativos aos financiamentos rurais destinados a aquisição de fertilizantes químicos ou minerais, cabendo ao FUNDAG o pagamento dos encargos bancários referentes a tais operações.

Os recursos da reserva monetária apresentaram acréscimo de aproximadamente Cr\$ 5,8 bilhões, destacando-se a arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras — IOF como seu principal supridor (cerca de 90%). O fluxo líquido de aplicações acusou, no mesmo período, Cr\$ 7,48 bilhões, tendo os bancos oficiais federais absorvido cerca de 76% no montante aplicado. A parcela destinada ao BNDE foi dirigida exclusivamente a programas prioritários do setor industrial.

Finalmente, cumpre ressaltar que os recursos originários dos depósitos sobre importações apresentaram incremento pouco significativo, relativamente ao ano de 1976. Isto se deve, principalmente, à devolução das parcelas de depósitos que atingiram prazo legal de retenção (12 meses), além da ampliação do número de produtos isentos desses depósitos.

Política tributária

No exercício de 1977, a execução da política econômica foi fortemente marcada por freqüente utilização dos instrumentos tributários, entre os quais pode-se citar o Decreto-lei nº 1.547, de 18 de abril de 1977, que instituiu estímulo fiscal, através do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, às empresas de siderurgia, na forma de crédito de 95% do imposto devido em cada etapa normal de apuração; os recursos assim liberados destinam-se a fomentar a expansão do parque siderúrgico nacional, criando condições efetivas para concretização das metas de produção indicadas.

Ainda na área dos incentivos fiscais cumpre assinalar, com o propósito de fortalecer a capitalização da empresa privada nacional, os instituídos pelo Decreto-lei nº 1.531, de 30 de março de 1977, que limitou em 20%, em 1977, a correção monetária decorrente de financiamentos de instituições financeiras federais para subscrição de ações originárias de aumentos de capital.

No âmbito do Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas merece especial destaque, pela repercussão na vida econômica das empresas, a Lei nº 6.468, de 14 de novembro de 1977, que reformulou o tratamento fiscal das pequenas empresas comerciais e industriais, instituindo mecanismo de tributação simplificada àquelas que optarem pelo regime de lucro presumido; este regime, além de dispensar tais empresas de inúmeras obrigações acessórias, relativamente mais onerosas, reduziu a ali-

quota do imposto de 3 para 1,5% da receita bruta, ao mesmo tempo quintuplicando o valor dos parâmetros para efeito de enquadramento, o que permitiu aumentar significativamente o número de beneficiados. O mesmo diploma legal isentou de tributação pessoas jurídicas com receita bruta não superior a Cr\$ 150 mil, no exercício de 1978.

Outra importante modificação, introduzida pelo Decreto-lei n.º 1.598, de 26 de dezembro de 1977, refere-se à reformulação das disposições relativas ao Imposto sobre a Renda, de modo a adaptá-las à nova Lei das Sociedades por Ações. Na revisão da matéria houve preocupação de, simultaneamente, assegurar funcionalidade à Lei e, ao regular a base de cálculo do Imposto, definir sistema coerente e capaz de sobrepor-se à legislação em vigor sem risco de gerar interpretações múltiplas.

Não menos relevante foi a edição do Decreto número 81.101, de 21 de dezembro de 1977, também voltado para o aperfeiçoamento da legislação e administração fiscais; entre outros objetivos, buscou-se aprimorar os mecanismos de fiscalização do IPI que incide sobre produção e comercialização de cigarros e bebidas, de modo a prevenir práticas fraudulentas, causadoras de evasão de receitas.

No intercâmbio com o exterior deu-se seqüência à política de estímulo às exportações de manufaturados, via créditos do IPI; novas medidas de controle de importações foram adotadas — e reativaram-se outras —, com o fim de adequar-lhes o nível ao objetivo de redução do *deficit* em conta corrente do balanço de pagamentos. Assinale-se também o estímulo concedido pelo já citado Decreto-lei n.º 1.598, que permite às empresas cujo controle acionário pertença a residentes no exterior deduzir, para efeito de determinação do lucro real, os dividendos fixos de ações preferenciais oriundos de conversão em capital acionário de empréstimos externos. Por outro lado, a regulamentação do Imposto sobre Exportação,

através do Decreto-lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977, veio oferecer mais um instrumento para a condução da política de comércio exterior.

É conveniente destacar que, ao lado da continuidade da política de reduzir a incidência do IPI sobre produtos essenciais, novas modificações foram introduzidas no Imposto sobre a Renda das pessoas físicas, através do Decreto-lei nº 1.584, de 29 de novembro de 1977, o que representou mais um passo no sentido de torná-lo instrumento efetivo de política econômico-social. As principais alterações, que entraram em vigor no exercício de 1978, referem-se à ampliação do limite de abatimento dos aluguéis, de Cr\$ 7.200,00 para Cr\$ 12.000,00, elevação do teto de despesas com instrução para Cr\$ 15.000,00 por dependente e isenção, tanto na fonte como na declaração, sobre os pecúlios recebidos através da previdência social.

Execução orçamentária

A ação fiscal do Governo Federal, em 1977, caracterizou-se por sua conformidade às diretrizes de política econômica global, especialmente no que concerne aos aspectos relacionados com o controle da inflação e ao equilíbrio do balanço de pagamentos.

As políticas tributária e orçamentária continuaram a representar importantes instrumentos para o desenvolvimento das atividades econômicas — notadamente quando se voltaram para o comércio externo —, além de propiciar cumprimento da execução orçamentária dentro dos limites fixados pela orientação econômica e social do Governo.

A necessidade de reduzir as pressões inflacionárias, recrudescidas ao término do exercício anterior, induziu o Governo a adotar diversas medidas, de ordem monetária e fiscal, capazes de contingenciar os efeitos indesejáveis que se refletiriam em 1977. Assim, o programa de investimentos públicos sofreu alguns cortes importan-

tes, buscando-se dessa forma promover o desaquecimento da economia.

A execução financeira do Tesouro Nacional caracterizou-se por relativa regularidade diante das previsões orçamentárias, compatibilizando-se com a política monetária implementada no exercício de 1977.

As receitas somaram Cr\$ 242,89 bilhões e as despesas Cr\$ 241,84 bilhões, produzindo *superavit* de caixa da ordem de Cr\$ 1.05 bilhão.

O Orçamento da União para o exercício de 1977 manteve, em linhas gerais, as prioridades estabelecidas no II PND, com ênfase para as funções educação e cultura, saúde e saneamento, agricultura e desenvolvimento urbano. Além disso, a proposta orçamentária foi mais uma vez elaborada com perfeito equilíbrio entre receita e despesa, sem que houvesse necessidade de elevação dos impostos.

Em consonância com o fixado no Orçamento definiram-se normas de execução e estabeleceu-se a programação financeira do Tesouro. Para efeito da programação de desembolso, a disponibilidade orçamentária atribuída ao Poder Executivo foi dividida em despesa com programação imediata e despesa a programar, exceituando-se gastos com pessoal e encargos sociais.

No exercício de 1977 foi mantido dispositivo que permite à administração federal promover o empenho de dotações mediante aprovação de seus cronogramas de desembolso, independentemente de suas disponibilidades de recursos junto ao Banco do Brasil. Continuou vedado às unidades orçamentárias manter, em suas contas de depósito, saldos superiores a 10% do montante liberado pela Comissão de Programação Financeira, de forma a limitar o volume de recursos ociosos.

As alterações ocorridas no campo fiscal buscaram atingir um mais harmônico e equilibrado processo de desenvolvimento econômico e social, concorrendo, destarte,

para melhoria do nível de equidade e funcionalidade do sistema tributário. Nesse sentido, as modificações introduzidas nos incentivos fiscais a investimentos financeiros e na tributação dos rendimentos, objeto do Decreto-lei nº 1.494, de 7 de dezembro de 1976, e que se refletiram no exercício de 1977, consubstanciaram-se, basicamente, na redução ou eliminação de vantagens fiscais concedidas aos papéis de renda fixa, na elevação da incidência do Imposto sobre a Renda na fonte sobre os rendimentos deles derivados e no estímulo ao investimento em títulos de renda variável.

Merece destaque também o revigoramento do Imposto sobre Exportação, através do Decreto-lei nº 1.578, que fixa as alíquotas do tributo em 10%, podendo reduzir-se ou aumentarem-se dentro de certos limites. O Imposto incide sobre produtos determinados e sua receita constituirá reserva monetária do Banco Central, sendo aplicada de acordo com determinações do Conselho Monetário Nacional. As primeiras exportações a serem gravadas foram as de farelo e torta de soja, com alíquota de 3%, a partir de novembro de 1977.

A receita do Tesouro, em 1977, elevou-se a Cr\$ 242,9 bilhões, traduzindo incremento de 46,1% em comparação à obtida no ano de 1976, tendo-se observado crescimento bem mais acentuado dos recursos vinculados (57,8%), cuja participação no total arrecadado evoluiu de 41,5% em 1976 para 44,6% em 1977.

A receita tributária, maior fonte geradora de recursos próprios do Governo, somou Cr\$ 211,0 bilhões, participando da receita total com 86,5%, sendo 79,4% referentes aos impostos e 7,1% às taxas.

O desembolso de caixa elevou-se a Cr\$ 241,84 bilhões, superando em 5,4% a previsão para o exercício.

Apesar de as contas de despesas liberadas constituírem, ainda, a parcela mais significativa dos dispêndios (53,2%), foram os gastos por conta de recursos vincula-

dos que apresentaram, em 1977, maior incremento em relação a 1976. A distribuição da receita vinculada totalizou Cr\$ 88,52 bilhões (36,5%) e as destinações aos fundos de participação montaram a Cr\$ 20,30 bilhões (8,4%). Para isso concorreram a elevação das vinculações do IPI e do Imposto sobre a Renda destinadas aos fundos de participação — que passaram de 14% para 16% —, o incremento na arrecadação de alguns impostos e taxas e a inclusão e vinculação de receitas antes não integrantes das contas do Tesouro Nacional.

Os recursos efetivamente transferidos pelo Banco do Brasil aos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, através dos fundos de participação, somaram Cr\$ 18,97 bilhões, com incremento de 58,8% relativamente ao ano anterior. Para os Estados e Municípios do Nordeste foram canalizados Cr\$ 8,20 bilhões, correspondentes a 43,2% do total; à região Sudeste destinaram-se Cr\$ 4,51 bilhões (23,8%); ao Sul, Cr\$ 2,64 bilhões (13,9%); ao Norte, Cr\$ 2,38 bilhões (12,6%) e à região Centro-Oeste, Cr\$ 1,24 bilhão (6,5%), sendo de observar-se a natureza regionalmente redistributiva desse mecanismo.

A liberação de cotas de despesa elevou-se a Cr\$ 138,74 bilhões, destacando-se como mais representativos os gastos com Encargos Gerais e Previdenciários da União (Cr\$ 38,05 bilhões), Ministério da Educação e Cultura (Cr\$ 13,74 bilhões), Ministério do Exército (Cr\$ 12,61 bilhões) e transferências aos Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios, inclusive Encargos Financeiros da União (Cr\$ 11,15 bilhões).

No que concerne ao esquema de efetivação dos gastos no exercício, o Decreto n.º 79.032, de 23 de dezembro de 1976, estabeleceu que órgãos e entidades públicas abstenham-se de solicitar créditos adicionais para realização de despesas em Outros Custeios de Capital, devendo qualquer excesso de arrecadação de recursos ordinários destinar-se, integralmente, a suplementação da

Reserva de Contingência: sua utilização para abertura de créditos suplementares só pode efetivar-se, segundo o mesmo instrumento legal, quando esgotadas as possibilidades de cancelarem-se dotações da rubrica Outros Custeios de Capital.

Reestimada a receita e constatado excesso de arrecadação no montante de Cr\$ 12,19 bilhões, a Lei número 6.459, de 1º de novembro de 1977, autorizou abertura de créditos suplementares, destinando recursos não somente à Reserva de Contingência (Cr\$ 4,42 bilhões) como também a Encargos Previdenciários da União (Cr\$ 3,65 bilhões), Encargos Financeiros da União (Cr\$ 2,33 bilhões), Ministério dos Transportes (Cr\$ 1,10 bilhão) e Encargos Gerais da União (Cr\$ 685,50 milhões).

Quanto aos recursos vinculados, o Decreto n° 80.676, de 8 de novembro de 1977, assegurou aos órgãos, entidades ou fundos beneficiários utilização dos excessos de arrecadação que viessem a ocorrer através de créditos suplementares, bastando para isso comunicação à respectiva Inspeção Geral de Finanças, para fins de contabilização.

Comparativamente ao exercício precedente a dívida pública, enquanto instrumento canalizador de recursos para financiamento de operações ativas do Tesouro, desempenhou papel bem menos destacado. Enquanto em dezembro de 1976 o endividamento junto ao público, incluídos os depósitos de contribuintes, somou Cr\$ 16,28 bilhões, no exercício de 1977 os resgastes superaram as aplicações em Cr\$ 1,4 bilhão.

Conseqüentemente, a posição líquida dos recursos do Tesouro Nacional junto às autoridades monetárias passou de credora em 1976 (de Cr\$ 18,60 bilhões) para devedora em 1977 (de Cr\$ 1,01 bilhão), não obstante a ocorrência do *superavit* de caixa.

A responsabilidade do Tesouro Nacional por títulos em circulação atingiu, em 1977, Cr\$ 240,49 bilhões, dos

quais Cr\$ 121,00 bilhões referentes a Letras do Tesouro Nacional (LTN), Cr\$ 119,39 bilhões, a Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) e o restante, a Obrigações do Tesouro Nacional (não reajustáveis).

Mercado de capitais

As Bolsas de Valores do Rio de Janeiro e São Paulo negociaram em 1977 um total de Cr\$ 38,19 bilhões, dos quais 84,5% referentes a operações à vista, com incremento de 40,2% em relação ao ano anterior. As operações a termo revelaram acréscimo de 17,5%. Foram transacionados à vista e a termo 17,31 bilhões de títulos, ou seja, 57,4% a mais que em 1976. As médias do IBV, IPBV e do Índice BOVESPA acusaram oscilações positivas de 16,9%, 37,3% e 26,1%, respectivamente.

Após uma fase de alta no primeiro trimestre, a partir de abril o mercado de ações sofreu redução gradativa, em preços de ações e no total de negócios realizados. A divulgação dos altos índices de inflação, registrados naquele período e informações, não fundamentadas, sobre alteração do capital social das empresas — que não distribuiriam gratuitamente novas ações — contribuíram de forma relevante para desativação do mercado, no mês de abril.

Em março de 1977 foram aprovadas diversas medidas visando a fortalecer as empresas privadas nacionais, cabendo destacar a limitação em 20%, durante o ano de 1977, da correção monetária nos financiamentos do BNDE ou outras instituições federais, bem como seus agentes financeiros — dentro do Programa Especial de Capitalização da Empresa Privada Nacional — PROCAP —, segundo estipulou o Decreto-lei n.º 1.531, de 30 de março de 1977; a criação, com base no Decreto n.º 79.459, de 30 de março de 1977, do Fundo de Participação Social — FPS, como subconta do Fundo PIS-PASEP, destinado à realização de investimentos sob forma de

ações ou debêntures conversíveis; o projeto de lei, encaminhado ao Congresso Nacional, autorizando a União a doar ações de empresas das quais detenha mais de 51% do capital, para reforço do PIS-PASEP, que receberia, também, recursos do Fundo Fiscal 157 não utilizados pelos contribuintes nos prazos facultados legalmente.

Releva consignar ainda a concessão de incentivos fiscais, previstos no Decreto-lei nº 1.346, de 25 de setembro de 1974, a projetos, considerados prioritários, de empresas que se comprometam a promover expansão de suas atividades, mediante programas de reorganização ou modernização, com aporte de recursos próprios ou de entidade financeira oficial, prestada diretamente ou através de seus agentes; tais incentivos consistem na suspensão e posterior isenção do Imposto sobre a Renda devido a reavaliação do ativo imobilizado acima dos limites da correção monetária, até o valor de mercado (Decreto-lei nº 1.532, de 30 de março de 1977). Todavia, esses incentivos não lograram provocar o impacto desejado sobre as cotações em bolsa nos meses restantes do primeiro semestre.

Já o segundo semestre de 1977 foi desde o início marcado por expectativas otimistas. No começo de julho o movimento nas Bolsas de Valores retomou ritmo crescente, com volume de negociações superior ao do mês anterior, tendo contribuído para isso a divulgação dos bons resultados obtidos na balança comercial e a sensível diminuição da taxa de inflação.

Durante os meses de agosto e setembro os preços das ações, assim como o volume de negócios realizados nas Bolsas de Valores, estiveram em alta. O grande volume de recursos aplicados pelos fundos fiscais no mercado acionário, principalmente em ações de segunda e terceira linhas, proporcionaram movimentação elevada nos títulos negociados, alcançando o mês de setembro 16,1% do total acumulado do período janeiro-novembro

de 1977 pelas duas maiores bolsas do País. As aplicações desses fundos não foram, contudo, o único motivo de tal comportamento: o continuado declínio da taxa de inflação, aliado à expectativa gerada por uma redução nos investimentos com correção monetária — em especial Cadernetas de Poupança — resultou em transferência de parte desses recursos para o mercado de ações.

Os meses de outubro e novembro acusaram novas quedas das negociações em bolsa. As medidas adotadas pela Bolsa do Rio de Janeiro com a finalidade de coibir práticas de manipulação de preços no mercado, a restrição do crédito e a elevação, de 35% para 40%, das taxas de recolhimento compulsório dos bancos comerciais foram os principais fatores que motivaram o enfraquecimento do mercado.

O valor de quotas resgatadas pelo investidor dos fundos mútuos de investimento continuou, à semelhança do ano anterior, a apresentar saldo bem superior às vendas ao público, indicando, assim, que este tipo de investimento tem cedido lugar a outros, mais vantajosos: o total das vendas de ações em bolsa, superior em Cr\$ 379 milhões às compras, demonstra a necessidade de saldarem-se os compromissos dos fundos com seus quotistas. Pesquisa realizada no período janeiro-novembro de 1977 acusou diminuição constante no valor das carteiras, embora nos meses de setembro e outubro tenha havido acentuada valorização das quotas. Há que se registrar, porém, a conduta inversa dos fundos de que trata o Decreto-lei n.º 157, cujos totais líquidos (aplicações pelo público menos resgates) e transações líquidas com ações em bolsa mostraram-se superiores em 52,2% e 36,2%, respectivamente, ao ocorrido no mesmo período de 1976.

Observe-se que estes fundos foram muito beneficiados com as aplicações maciças dos Certificados de Compra de Ações — CCAs por parte dos contribuintes do Imposto Sobre a Renda, principalmente no mês de setembro; os saques de CCAs realizados, naquele mês,

pelas instituições financeiras autorizadas a administrar os fundos contribuíram para a elevada quantidade dos negócios realizados nas bolsas de valores do País, notadamente no Rio de Janeiro e São Paulo.

Balanço de pagamentos

O conjunto de medidas adotadas pelo Governo, desde 1974, com vistas a minimizar, no plano interno, os efeitos da crise do petróleo, tem produzido expressivos resultados, mormente no que se refere ao restabelecimento do equilíbrio da balança comercial. Com efeito, partindo-se de *deficit* comercial de US\$ 4,69 bilhões em 1974, logrou-se reduzi-lo substancialmente nos dois anos seguintes, para alcançar-se ligeiro *superavit* (US\$ 138 milhões) em 1977, com o intercâmbio comercial elevando-se aproximadamente a US\$ 24,1 bilhões.

Esse *superavit*, conjugado com o *deficit* de serviços e com o resultado das transferências unilaterais, concorreu para reduzir a posição deficitária em transações correntes, que foi de cerca de US\$ 3,8 bilhões, inferior em 38% à ocorrida em 1976. Essa posição negativa foi compensada por ingresso de capitais externos, produzindo saldo positivo nas contas no País com o exterior.

As reservas internacionais elevaram-se a US\$ 7,2 bilhões, com incremento da ordem de 8,3% relativamente aos níveis de dezembro de 1976. Em prosseguimento à política de minidesvalorização do cruzeiro, foram efetuados 14 reajustes cambiais em 1977, correspondendo à desvalorização total de 29,9%.

As exportações atingiram US\$ 12,1 bilhões em 1977, crescendo seu valor cerca de 20% em relação a 1976. Os produtos agrícolas contribuíram com cerca de 60% do total exportado.

Ao longo do período diversas decisões foram tomadas pelas autoridades, com vistas a tornar mais ágeis os

mecanismos de controle e estímulo das transações internacionais, mantendo-se adequado incentivo às vendas externas ao mesmo tempo que se persistia na contenção das importações. Entre essas medidas merece destaque a criação do Programa de Coordenação Empresarial de Apoio à Exportação — PROCEX, que objetiva elevar a receita cambial, promovendo diversificação da pauta e fortalecimento da empresa privada nacional. O programa, a nível exclusivamente empresarial, incentiva coordenação de esforços e organização da comercialização de produtos exportáveis.

Igualmente relevante foi a atuação da Comissão de Incentivos às Exportações — CIEEX, criada com o objetivo básico de apreciar pleitos referentes à fixação de alíquotas do IPI, para cálculo de incentivos às exportações, submetidos à decisão do Ministro da Fazenda, e de examinar os programas de exportação, aos quais facilita-se importação de máquinas e equipamentos sem similar nacional, desde que o balanço anual líquido de divisas em cada programa resulte positivo.

No que tange às importações, que em 1977 somaram US\$ 12.0 bilhões (3% inferiores às de 1976), procurou-se orientá-las de modo a desempenharem duplo papel: suprir o País de bens essenciais e absorver tecnologia e poupança externas.

Comparativamente a 1976, observou-se queda da participação dos bens de capital no total das importações, enquanto aumentaram moderadamente os de bens de consumo e matérias-primas, cabendo a petróleo e seus derivados o crescimento mais expressivo.

A política tarifária tem evoluído no sentido de restringir importações de produtos supérfluos, não-essenciais ou com produção interna satisfatória, visando a poupar divisas para importações essenciais.

Entretanto, concedeu-se tratamento mais favorável para determinadas matérias-primas, produtos de base e

intermediários não produzidos internamente, ou de produção insuficiente, a fim de não onerar desnecessariamente custos de produtos que têm grande efeito multiplicador na economia do País.

Assim, manteve-se isenção para importação de aços planos e perfis através da Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Siderúrgica Paulista, Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais e Companhia de Aços Especiais Itabira. Procedeu-se a reexame do mercado interno dos não-ferrosos comuns e estabeleceu-se regime de contingenciamento para importação complementar, evitando-se formação de estoques especulativos.

Adotaram-se diversas medidas de ordem tarifária objetivando possibilitar elevação da produtividade agrícola, abastecer o mercado interno e gerar excedentes para exportação. No setor de fertilizantes, a par de ter-se procurado dar condições à sua produção interna, através do contingenciamento, isentou-se de imposto a parte complementar que necessita ser importada, e no setor de defensivos agrícolas foram propiciadas condições de utilização dos tipos mais modernos, ao mesmo tempo em que se estimulou a produção sem onerar a parte importada. Assim, foram isentas as matérias-primas não produzidas no País e eliminados os benefícios fiscais para importação das preparações que começam a ser produzidas internamente.

Para proteger as atividades internas, principalmente indústrias nascentes, foram elevadas as alíquotas *ad valorem* de diversos produtos.

O item Serviços do balanço de pagamentos apresentou, em 1977, pequeno agravamento do *deficit*, em relação a 1976. Cabe destacar o significativo decréscimo verificado no saldo da rubrica Viagens Internacionais, em consequência do Decreto-lei n.º 1.470, de 4 de junho de 1976, que estabeleceu obrigatoriedade de recolhimento, em moeda, do valor de Cr\$ 12.000.00, para emissão de

passaportes comuns, valor reajustado para Cr\$ 16.000.00, em 16 de fevereiro de 1977. Deve-se ressaltar que as divisas auferidas pela rubrica permaneceram basicamente inalteradas, enquanto as despesas reduziram-se em quase 50%.

Seguindo a tendência dos anos anteriores, a participação dos seguros no mercado interno vem aumentando consideravelmente, em decorrência da obrigatoriedade de fazer-se no País, em moeda estrangeira, o seguro sobre importação. Convém realçar, ainda, a participação do Instituto de Resseguros do Brasil no mercado externo, na aceitação e colocação de seguros no exterior.

Na conta Transportes, o *deficit* de fretes diminuiu sensivelmente em relação ao ano anterior.

O *deficit* da rubrica Renda de Capitais elevou-se a cerca de US\$ 1.8 bilhão — constituindo-se mais uma vez na maior parcela do saldo negativo da conta Serviços —, em consequência dos pagamentos líquidos de juros, decorrentes da remuneração dos empréstimos e financiamentos levantados pelo País no exterior.

Com relação ao movimento de capitais, a maior parcela dos recursos oriundos do exterior referiu-se a empréstimos e financiamentos provenientes de organismos internacionais e agências governamentais e a empréstimos em moeda feitos nos termos da Lei n.º 4.131, de 3 de setembro de 1962, da Resolução n.º 53, de 31 de dezembro de 1964, e dos *supplier's credit*. A captação de recursos através de lançamentos de papéis no exterior montou a US\$ 510 milhões.

Endividamento externo

A evolução da dívida externa brasileira apresentou, em 1977, características semelhantes àquelas observadas ao longo do ano anterior. A captação de recursos foi direcionada para atender ao serviço da dívida e compensar

outros itens negativos do balanço de pagamentos, de modo a manter constantes as reservas internacionais de liquidez.

As condições do mercado financeiro internacional não obstaram o sucesso da política formulada, apesar da alta verificada nas taxas de juros e uma relativa retração no mercado de capitais de empréstimos. Estes dois fenômenos parecem ter origem nas restrições ao crédito impostas pelo Governo dos Estados Unidos que, dentro de uma linha ortodoxa de ação, procura reduzir o processo inflacionário via contenção da demanda global. Se, de um lado, aquele Governo tem colhido frutos em sua luta contra a alta dos preços, do outro, os países carentes de capital vêem-se na contingência de competir com os países desenvolvidos na busca de recursos financeiros, agora mais escassos, em uma conjuntura onde o mercado americano se mostra mais atraente. Deve-se aduzir, entretanto, que a lenta recuperação econômica por que passam os países desenvolvidos tem contribuído para amenizar a situação, sem que ocorra redução excessiva na liquidez internacional.

O que se tem observado, entretanto, é que as vicissitudes por que tem passado a economia mundial não immedem, no Brasil, a implementação de uma política seletiva de capitais, visando, sobretudo, a melhorar o perfil da dívida, com a contratação de empréstimos a prazos de amortização superiores a 5 anos. Esta prática se desenvolve na medida em que a dívida pública aumenta sua participação no total da dívida externa. Convém lembrar que qualquer política que objetiva adequar o perfil da dívida às exigências brasileiras experimenta, como anteparo, a prática internacional de limitar em 5 anos a quase totalidade dos empréstimos em moeda. Para contornar tal obstáculo o Governo expediu, em meados de 1977, instrução que elevou para 30 meses o período entre a entrada do capital e o pagamento da primeira amortização, providência que deverá manter, nos próxi-

mos dois anos, um perfil semelhante ao observado em 30 de junho de 1977, com a maior concentração de pagamentos, em um só ano, limitado em 17% do total da dívida.

Estima-se que o montante da dívida externa bruta do Brasil atinja US\$ 31,2 bilhões, tomando-se por base a posição do endividamento em 30 de junho de 1977 e as estimativas do balanço de pagamentos para o final de 1977, o que resultaria em dívida líquida de US\$ 24 bilhões de dólares.

Controle da inflação e dos preços

Após registrar em 1976 inflação da ordem de 46%, a economia brasileira voltou a apresentar em 1977 sensível desaceleração na evolução dos preços, podendo-se caracterizar, no ano, três fases bem distintas.

A primeira, correspondente ao 1.º trimestre, destacou-se pelas elevadas taxas de crescimento dos preços, decorrentes basicamente da expansão dos meios de pagamento ocorrida no final do ano anterior, dos aumentos que normalmente são concedidos a cada início do ano e de concentração de reajustes de preços dos bens e serviços produzidos ou administrados pelo Governo.

A segunda fase, iniciada em abril, revelou taxas cadentes de crescimento de preços e evolução dos meios de pagamento em níveis compatíveis com as necessidades do sistema. Nesse período, através do Decreto n.º 79.706, de 18 de maio de 1977, alterado posteriormente pelo Decreto n.º 80.501, de 6 de outubro de 1977, vinculou-se a fixação ou reajuste de qualquer preço ou tarifa, por órgãos ou entidades da administração federal direta ou indireta, à homologação por parte do Ministério da Fazenda. Ainda com vistas a reduzir a realimentação da inflação uniformizou-se a correção monetária, com base nas variações das ORTN.

A terceira fase, iniciada em outubro, teve como destaque um reaquecimento dos preços, o que exigiu do Governo um elenco de medidas tendentes a moderar o ritmo de expansão da oferta de moeda.

Uma das providências foi a de elevar temporariamente, de 35% para 40%, o recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista a que estão sujeitos os estabelecimentos bancários.

Outra medida visou a prevenir maior assunção de débitos nas operações de assistência financeira de emergência, tendo em vista que as restrições monetárias poderiam ensejar elevação das taxas de juros cobradas pelos bancos em suas operações ativas. Com esse objetivo, as taxas dessas operações foram alteradas de 28% para 30% nas operações intralimite e de 30% para 32% nas extralimite.

Em reforço, ainda, a essas medidas, estabeleceu-se que os empréstimos externos ingressados no País entre 17 de novembro de 1977 e 20 de janeiro de 1978 teriam seu contravalor, em cruzeiros, transitoriamente destinado à simultânea constituição de depósito em moeda estrangeira.

Em decorrência, observou-se em dezembro inflexão na curva dos preços, ao se registrar elevação de apenas 2.1% no índice geral de preços (disponibilidade interna), sensivelmente menor do que a verificada em outubro e novembro (2.7% e 2.6%, respectivamente).

Cabe destacar, na obtenção desses resultados, a atuação do Conselho Interministerial de Preços — CIP, que vem se constituindo num dos principais instrumentos da política de combate à inflação. Inovações e aperfeiçoamentos têm sido introduzidos, permitindo ao CIP melhor embasamento de suas decisões e reduzindo, ao mínimo, os possíveis atritos com as áreas empresariais envolvidas.

Dessa forma algumas empresas e setores passaram a ter seus preços controlados segundo regime de liberdade vigiada. Muitas empresas estão sendo beneficiadas com

reajustes de preços a título de recuperação de rentabilidade perdida, em decorrência de controles a que foram submetidas em anos anteriores, além dos reajustes normalmente concedidos em razão de aumento nos preços dos insumos.

Por outro lado, com vistas a aprimorar o controle de preços do setor industrial e adaptá-lo à conjuntura econômica, a ação do CIP se fez sentir através dos acordos setoriais, assinados com diversas entidades de classe, e maior fiscalização das resoluções normativas baixadas em 1976.

Finalmente, cabe mencionar o controle de preços no varejo, através da lista de preços máximos CIP/SUNAB, elaborada mediante acordo de prática de preços pelos supermercados. Através desse instrumento o consumidor pode dispor de uma cesta de produtos a preços reduzidos, mediante estreito controle de suas margens de comercialização. Sua eficiência aumentou, em 1977, ao abranger maior número de artigos em pelo menos dez importantes capitais brasileiras, estreitando, ao mesmo tempo, o entendimento e a colaboração entre os empresários e o Governo.

As medidas adotadas na área monetária, todas de cunho fortemente antiinflacionário, conjugadas com o controle direto dos preços, permitiram que se chegasse ao final de 1977 com inflação (medida pelo índice geral de preços — disponibilidade interna) de 38,8%, quase oito pontos percentuais abaixo da taxa registrada em 1976. Permitiu ainda que o ano de 1978 se iniciasse sem excessos de liquidez capazes de gerar pressões.

TRANSPORTES

Transportes ferroviários

Os resultados alcançados pela Rede Ferroviária Federal S.A. — RFFSA em 1977 confirmam o empenho do Governo em ampliar o sistema ferroviário nacional,

o que exigiu a aplicação de recursos no Programa de Desenvolvimento Ferroviário da ordem de Cr\$ 10 bilhões.

O transporte de 60 milhões de toneladas de carga representou incremento de 9% em relação a 1976, enquanto o seu equivalente em trabalho executado, da ordem de 26 bilhões de toneladas/quilômetros úteis (TKU), significou acréscimo de 6%.

O transporte de passageiros de subúrbios das grandes metrópoles, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo, foi alvo de atenção especial, beneficiando, respectivamente, 160 milhões e 110 milhões de usuários, com incrementos de 7% e 11% sobre o ano anterior. Com relação ao Rio de Janeiro, esses resultados foram obtidos graças à entrada em operação de 30 trens-unidades elétricos, de 4 carros, ao início da substituição dos carros de madeira por carros de aço de fabricação nacional, e ao início da implantação do sistema automático de frenagem de trens, com conclusão prevista para 1978; quanto a São Paulo deveram-se sobretudo à conclusão do plano diretor de remodelação do sistema suburbano e ao início de operação de 33 novos trens-unidades elétricos, de fabricação nacional.

Nas linhas do interior foram transportados 24 milhões de passageiros, o que significou decréscimo de 12% em relação a 1976, fato decorrente da política de substituição de ramais antieconômicos pela alternativa rodoviária.

Na recuperação, melhoramento e expansão do sistema ferroviário nacional de carga conferiu-se ênfase às obras dos corredores de exportação e às voltadas para a siderurgia, destacando-se as seguintes realizações: conclusão das obras de remodelação e construção de variantes no trecho Cacequi-Rio Grande (484 km); entrada em tráfego do ramal de Arcos, que permitirá o abastecimento de calcário à Companhia Siderúrgica Nacional; e prosseguimento da construção da Ferrovia do Aço, com investimentos de Cr\$ 1,8 bilhão.

A frota de veículos ferroviários foi acrescida, no exercício, de 3.579 vagões, 34 locomotivas diesel-elétricas e 63 trens-unidade elétricos (dos quais 30 de 4 carros), estando em fase de contratação mais 120 de 4 carros e 36 carros de passageiros.

Transportes rodoviários

Com a responsabilidade da maior parte da movimentação de pessoas e mercadorias do País, o transporte rodoviário tem merecido cuidados especiais em razão de sua alta dependência de combustíveis.

As medidas com vistas a poupar combustíveis — redução da velocidade máxima para 80 km/h. aumento do pedágio nos sábados, domingos e feriados, melhoramentos nos serviços de ônibus, entre outras — produziram resultados satisfatórios. Com efeito, obteve-se redução de 6% no volume de veículos privados nos principais segmentos rodoviários, embora, como reflexo do crescimento econômico do País, a movimentação de veículos de carga tenha aumentado em cerca de 5%. Ocorreu diminuição do número de acidentes rodoviários, da ordem de 20%.

Entre as realizações no campo dos transportes rodoviários destacam-se as seguintes: construção de 1.308 km de novas rodovias nas diferentes regiões do País, dos quais 1.124 km pavimentados; restauração de 1.740 km de rodovias; conservação efetiva de 56.887 km de rodovias, sendo 36.113 km pavimentados; e conclusão de 4.359 km de novos projetos de engenharia, referentes à construção de 1.980 km e à restauração de 2.379 km de rodovias.

Quanto às obras entregues ao tráfego devem ser mencionadas a conclusão do trecho Manaus-Caracará da BR-174, com 641 km em revestimento primário, que assegurará ligação dos sistemas rodoviários do Brasil e da Venezuela, e a conclusão do trecho União de Vitó-

ria—Erechim, da BR-153, com 247 km em concreto asfáltico, que estabelece novos vínculos interioranos da região Sul com o complexo rodoviário do País.

A execução do programa rodoviário envolveu em 1977 investimentos da ordem de Cr\$ 12,8 bilhões.

Transportes aquaviários

O intercâmbio comercial marítimo do Brasil com os demais países proporcionou à bandeira brasileira uma participação de US\$ 1,1 bilhão, equivalente a 51% de toda a receita de fretes obtida no exercício, sendo ... US\$ 469,0 milhões com navios próprios e US\$ 618,0 milhões com navios afretados.

Na área da construção naval cabe destacar o lançamento de 38 embarcações, no total de 976.650 Tpb e 6.036 Bhp, destinando-se 303.120 Tpb à exportação. Os estaleiros nacionais entregaram 48 navios, no total de 496.835 Tpb e 16.392 Bhp, estando 60.600 Tpb comprometidos para exportação. Foi contratada a construção de 13 embarcações, somando 13.840 Tpb e 7.000 Bhp, destinadas à navegação interior, 4 embarcações para transporte especializado (produtos químicos e *roll-on-roll-off*), totalizando 28.540 Tpb, a serem importadas da Espanha, e 1 dique e 2 embarcações de 5.200 Tpb, cada, para exportação.

No Programa de Construção Naval a SUNAMAM aplicou em 1977 Cr\$ 6,1 bilhões. No final do ano estavam em construção nos estaleiros nacionais 205 embarcações, totalizando 5,2 milhões de Tpb e 1,6 milhão de Bhp, das quais 27 para exportação.

A indústria de construção naval brasileira passou a ocupar o terceiro lugar no mundo, segundo estatísticas dos construtores de navios. Foi realizada, pela primeira vez no País, a Feira Marítima Internacional do Rio de Janeiro — RIO MAR, com a presença dos maiores armadores e industriais da comunidade marítima mundial.

No setor portuário foram as seguintes as principais realizações:

a) área de estudos e projetos — estudos dos molhes sul e norte do terminal marítimo de Praia Mole; e estudos batimétricos, sísmicos e geofísicos para implantação do futuro porto; estudos do canal de acesso ao futuro complexo portuário de Vila do Conde (PA); levantamentos topo-hidrográficos, sondagens geológicas e geofísicas em diversos pontos;

b) área de obras e aquisições — conclusão do cais e pátio do terminal de carnes do porto do Rio Grande; conclusão do acesso rodoferroviário ao mesmo terminal; conclusão do pier petroleiro de Miramar, em Belém; construção do porto de Tabatinga; construção do porto de Coari; construção do Armazém n.º 3 e das obras de recuperação dos molhes do porto de Itajaí; melhoramentos no porto de Maceió; conclusão da primeira etapa da Av. Portuária, em Santos; aquisição de 2 dragas auto-transportadoras de 2 câbreas de 250 t e de 12 guindastes elétricos de pórtico e sobressalentes, para os terminais dos corredores de exportação; prosseguimento das obras do Complexo Portuário de Capuava; ampliação do porto de Manaus; construção da ponte do canal de Bertioga; acesso à margem esquerda do porto de Santos; construção do entreposto frigorífico, no porto de Laguna e reforço dos molhes da barra do arroio Chui; reforço do molhe do porto de Malhado, em Ilhéus; execução dos serviços de dragagem e obras de infra-estrutura do complexo portuário de Sepetiba; contratação de obras e de fornecimento de equipamentos para o terminal de trigo e soja do porto do Rio Grande; dragagem de 8,8 milhões de m³ de manutenção e de 7,0 milhões de m³ de aprofundamento nos acessos e bacias de evolução dos estaleiros Verolme, Ishibrás e Caneco, no Rio de Janeiro, e dos portos de Cabedelo, Recife, Vitória, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá, Imbituba e Porto Alegre.

Quanto às vias navegáveis destacam-se as seguintes atividades:

a) área de estudos e projetos — conclusão do plano diretor do aproveitamento dos recursos hídricos dos rios Mearim, Grajaú e Pindaré; estudos de viabilidade técnico-econômica do aproveitamento do rio Doce para a navegação; estudos da eclusa da barragem de Tucuruí, no rio Tocantins; estudos das eclusas de Nova Avanhandava e Três Irmãos, no rio Tietê e no canal Pereira Barreto, do reservatório de Sobradinho e de Ilha Solteira;

b) área de obras e aquisições — conclusão do porto de Estrela; conclusão das obras do porto Velho; construção da barragem e eclusa de Bom Retiro do Sul, no rio Taquari; aquisição e montagem de equipamentos nos portos de Presidente Epitácio e Panorama, no rio Paraná; dragagem das passagens difíceis do rio Paraguai; dragagem dos rios Jacuí e Taquari; e prosseguimento da construção do porto de Caracará.

Cerca de 147 milhões de toneladas de carga de longo curso foram movimentadas, durante o ano, nos portos brasileiros (65 milhões de toneladas de importações e 82 milhões de toneladas de exportações).

No que tange ao tipo de carga foram movimentadas 92,7 milhões de toneladas de grãos líquidos, 41,2 milhões de toneladas de grãos sólidos e 13,1 milhões de toneladas de carga geral.

Os investimentos em infra-estrutura portuária atingiram cerca de Cr\$ 3,5 bilhões, que correspondem a um acréscimo da ordem de 50% sobre as aplicações realizadas no ano anterior.

Transportes urbanos

A Empresa Brasileira de Transportes Urbanos — EBTU assinou 17 novos convênios no valor de Cr\$ 2,9

bilhões, perfazendo o total de 41 convênios desde a sua implantação, no montante de Cr\$ 6,4 bilhões.

Todos os Estados brasileiros foram beneficiados pela política de transportes urbanos adotada pela União. As transferências de recursos financeiros às Regiões Metropolitanas alcançaram 6% das disponibilidades, cabendo o restante às cidades de porte médio, com as seguintes aplicações em 951 obras e serviços: 46,0% em pavimentação e recuperação de vias (610 km de extensão); 1,6% no Programa de Adequação da Frota de Ônibus Urbanos; 7,7% em melhoramentos nas ferrovias suburbanas; 41,9% nos metrô do Rio de Janeiro e São Paulo; e 2,8% em estudos e projetos diversos.

Finalmente, cabe mencionar a autorização dada pelo Governo Federal à EBTU para que esta participe acionariamente dos metrô do Rio de Janeiro e São Paulo, envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 1,6 bilhão.

Planejamento dos transportes

A Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes — GEIPOP desenvolveu planos, estudos, pesquisas, projetos e pareceres.

Merece especial destaque na área do planejamento a conclusão dos seguintes trabalhos: planos operacionais de transportes (POP) para algodão, arroz, madeira, celulose e papel, produtos químicos e carnes; estudos de alternativas de transportes de rocha fosfática do vale do Paranaíba; plano diretor ferroviário da região Centro-Oeste; plano viário de emergência para a instalação do Complexo Petroquímico do Sul; plano diretor de navegação interior do Rio Grande do Sul; estudos sócio-econômicos para os planos de construção rodoviária das regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste; e estudo de viabilidade técnico-econômica da ligação ferroviária de Miranda e Dourados às malhas do norte do Paraná ou sudeste de São Paulo. Encontram-se em andamento:

plano diretor de estradas vicinais para o Nordeste; por para milho; estudo de escoamento de barrilha, cimento e sal na área de influência da Termisa; acessos viários ao porto do Pará; e estudos da malha ferroviária da área abrangida pelas cidades de Campinas, Sorocaba, Santos, São Sebastião e São José dos Campos.

Na área de estudos e pesquisas básicas aplicadas foram concluídas: investigações sobre o transporte multimodal pelo uso de cargas unitizadas, no âmbito do comércio externo; identificação locacional dos centros potenciais de aglutinação de grãos, a nível coletor, com implicações na rede viária do País; e alocação modal de cargas — análise de produtos relevantes em rotas de tráfego denso, no Rio Grande do Sul. Acham-se em andamento: estudos sobre política fiscal e tarifária no setor transportes; pesquisas sobre impactos de rodovias vicinais; e pesquisas sobre o inter-relacionamento dos custos de construção, conservação e utilização de rodovias.

De outra parte, desenvolveram-se durante o ano 22 projetos de transportes urbanos, tendo sido concluídos os seguintes: estudos de trens suburbanos da Região Metropolitana de Salvador, a nível de anteprojeto; plano diretor de transportes urbanos da Região Metropolitana de Porto Alegre; e projeto de inovação na tecnologia de transportes urbanos, fase 1.

Cumprir, finalmente, os trabalhos de revisão do Plano Nacional de Viação — PNV e a elaboração de anteprojeto de um Plano Nacional de Transportes — PNT, para o período 1980-1985.

AGRICULTURA

As medidas de apoio e incentivo ao produtor rural adotadas pelo Governo Federal em 1977 traduziram-se, sobretudo, na garantia de preços mínimos ao produtor, na ampliação dos mecanismos de crédito, no fortaleci-

mento da pesquisa agropecuária, bem como na criação de extensa infra-estrutura de armazenagem.

Graças a essas providências, expressivos resultados foram obtidos: o setor agrícola apresentou em 1977 aumento do produto real em torno de 9,6% e a área cultivada cresceu em cerca de 2,7 milhões de hectares.

Merece destaque o crescimento da produção de café (166,5%), algodão em caroço (48,5%), feijão (24,15%), pimenta-do-reino (22,8%), cana-de-açúcar (16,3%), soja (11,5%) e mandioca (7,4%).

Expressiva foi a contribuição do setor agropecuário para obtenção do *superavit* verificado na balança comercial: as exportações dos produtos de origem agropecuária atingiram US\$ 7,2 bilhões (60% das exportações totais), contra US\$ 6,3 bilhões no ano anterior.

A expansão da área cultivada, aliada a estímulos do mercado, motivou uma procura maior de insumos.

O consumo brasileiro de fertilizantes, em termos de NPK, passou de 979 mil toneladas em 1970 para 2.458 mil toneladas em 1976, e estima-se que, em 1977, tenha alcançado 2,8 milhões de toneladas.

O consumo aparente de defensivos agrícolas em 1977 situou-se entre 70 e 85 mil toneladas e as vendas de defensivos aos agricultores, em termos de princípio ativo, entre 57 e 67 mil toneladas.

Com referência ao calcário, o Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola permitiu que as indústrias do setor elevassem a capacidade instalada, que era de aproximadamente 5 milhões de toneladas em 1974, para mais de 17 milhões de toneladas em 1977, atingindo-se antecipadamente as metas preconizadas pelo programa para seu final.

A demanda e a utilização de calcário cresceu substancialmente nestes dois últimos anos, quase triplicando em relação a 1974.

Os financiamentos, inclusive para o transporte e a aplicação do calcário, vinham sendo concedidos, até janeiro de 1977, a juros nulos e prazo de 5 anos, com 2 de carência, independentemente da capacidade de pagamento do usuário, com o objetivo de promover o hábito da correção do solo.

A partir daquele mês, por deliberação do Conselho Monetário Nacional, os mutuários passaram a pagar juros de 13 a 15% ao ano, dependendo do valor dos empréstimos.

Considerando, por outro lado, a sazonalidade de aplicação dos corretivos e com vistas a proporcionar às indústrias condições para que possam operar durante todo o ano, foi criado o financiamento para estocagem.

Outra importante medida adotada pelo Governo objetivando favorecer a estocagem nas zonas de produção — o que facilitaria os chamados «frete de retorno», de custo bem mais baixo —, foi a isenção do Imposto Único sobre Minerais (IUM) concedida às indústrias em todas as transações de calcário, liberando-as do ônus que, antes da vigência do PROCAL, gravava as transferências para terceiros e para os depósitos dos industriais.

A venda de tratores no Brasil, em 1977, foi estimada em 63.800 unidades e avalia-se que o parque nacional de tratores disponha hoje de 381.500 unidades.

Com vistas a adequar os instrumentos de política econômica ao processo de desenvolvimento agrícola do País, adotaram-se diversas medidas normativas, envolvendo aspectos ligados à área fiscal, formação profissional do homem do campo, estímulo à produção, armazenagem, comercialização de alimentos básicos e promoção de agricultores de baixa renda.

Incentivos Fiscais

No setor de pesca, o Programa de Fortalecimento da Pesca Industrial vem aplicando recursos de incentivos

fiscais, especialmente no processo de fusão e incorporação de empresas pesqueiras.

De 1974 a 1977, foram aplicados recursos da ordem de Cr\$ 465,9 milhões.

Quanto a reflorestamento, em 1977, os investimentos provenientes de incentivos fiscais elevaram-se a ... Cr\$ 3,25 bilhões, correspondendo a uma área reflorestada de 300,2 mil hectares.

Estímulos financeiros e creditícios

A despeito das restrições monetárias adotadas com vistas à desaceleração do processo inflacionário, estima-se que as aplicações do crédito rural, ao fim de 1977, tenham alcançado saldo de Cr\$ 218 bilhões, superior em 40,4% ao registrado em dezembro de 1976.

Os órgãos da administração direta e indireta do Ministério da Agricultura, no ano de 1977, aplicaram na agropecuária nacional recursos da ordem de Cr\$ 164 milhões, oriundos do Programa de Distribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste — PROTERRA.

Preços mínimos

A quantidade física de produtos agrícolas amparados pela política de preços mínimos, adquirida pelo Governo, em 1977, foi 79% superior à adquirida durante o ano de 1976, evidenciando o esforço de sustentação do preço através da compra dos produtos incluídos na política. A maior participação foi da soja (47,8%), milho (19,8%) e arroz (17,2%).

Os financiamentos concedidos pelo Governo Federal atingiram 28 dos 31 produtos constantes da pauta de preços mínimos. Do total de recursos desembolsados

foram destinados à soja 35,6%, ao arroz 17,2% e ao milho 10,2%.

Os estoques de produtos em poder do Governo, até 30 de novembro de 1977, somavam 2,1 milhões de toneladas, cabendo ao arroz 51,0% desse montante e ao milho 43,0%.

O valor desses estoques, avaliado ao preço mínimo básico, atingia Cr\$ 2,8 bilhões. A sacaria disponível era de 16,1 milhões de unidades, no valor de Cr\$ 93,1 milhões.

Os empréstimos do Governo Federal, entre janeiro e novembro de 1977, alcançaram Cr\$ 16,9 bilhões, quantia superior em 41% ao total dos financiamentos concedidos no exercício de 1976.

O Governo Federal, através da Comissão de Financiamento da Produção — CFP, desenvolveu, também, operações especiais de remoção, compra e comercialização de produtos agrícolas.

Essas intervenções objetivaram garantir os preços propostos pelo Governo, através de ações de compra localizada e venda de produtos com mercado amplo para garantia do abastecimento interno, bem como a comercialização de produtos através de *tradings* nacionais ao mercado externo, com vistas ao equilíbrio do mercado interno e à eliminação dos efeitos negativos sobre a balança comercial.

Abastecimento e armazenagem

Prosseguiram os esforços governamentais com vistas à racionalização das atividades ligadas ao abastecimento, principalmente nas regiões onde a infra-estrutura de armazenagem e abastecimento é ainda precária. A atuação da Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL, dirigiu-se para a formação e distribuição dos estoques regu-

ladores, para as operações de atacado, com destaque para o atendimento aos programas institucionais (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição e Campanha Nacional de Alimentação Escolar e outros) e a comercialização a nível de varejo, dirigida para a implementação dos projetos de Centrais de Serviços das Cadeias Voluntárias e a reestruturação da rede de unidades varejistas nas regiões mais carentes, notadamente Norte e Nordeste.

Com o objetivo de absorver os excedentes da produção e manter os preços de incentivos ao produtor nas safras, bem como prover o mercado de gêneros alimentícios essenciais na entressafra, a COBAL participou, como entidade executora, da política de Estoques Reguladores. Na função de co-gestora, a Empresa participou na formação e distribuição de estoques reguladores de carne bovina, leite em pó e arroz. O volume físico dessas aquisições atingiu, em 1977, 274,9 mil toneladas, no valor de Cr\$ 3,5 bilhões.

Há que se ressaltar a participação efetiva da iniciativa privada na formação e distribuição desses estoques. Além das Centrais de Abastecimento S/A — CEASAs, CEAGESP e Companhia Brasileira de Armazenamento, cerca de 10 cooperativas, 75 frigoríficos e várias empresas de armazenagem foram mobilizadas no plano de estocagem de carne bovina, no período, e centenas de empresas de produção, transportes, armazenamento, beneficiamento e empacotamento integram a extensa rede que formou e movimentou os estoques de leite em pó e arroz.

Sob a coordenação do INAN, com recursos desse Instituto e co-participação de outros órgãos oficiais, a COBAL participou do projeto de Atendimento ao Pré-Escolar, entregando diretamente a escolas primárias alimentos no valor de Cr\$ 1.140 mil e do projeto Guri III, fornecendo alimentos num montante de Cr\$ 1,06 milhão.

Atendendo a convênio com a Superintendência Nacional do Abastecimento, no período de janeiro a

dezembro de 1977, foram fornecidas 596 toneladas de alimentos, no valor de Cr\$ 2,6 milhões, para o Programa Alimentos para o Desenvolvimento.

No período de janeiro a dezembro de 1977 foram fornecidos alimentos no valor de Cr\$ 10,0 milhões, para suprimento das populações atingidas por adversidades climáticas. Também neste período foram entregues à Comissão Nacional de Alimentação Escolar, para distribuição às escolas fornecedoras de merenda, alimentos no valor de Cr\$ 45,0 milhões.

À COBAL coube a prestação de serviços na operacionalização do repasse do subsídio ao preço do leite às indústrias beneficiadoras e distribuidoras de leite para o consumo *in natura*. Buscou-se, assim, um duplo alcance: de um lado incentivar o desenvolvimento da pecuária leiteira nacional, sem ônus para o consumidor e, de outro, evitar o desvio de matéria-prima para a fabricação de outros produtos lácteos, em detrimento do abastecimento ao consumo humano. Durante 1977, foram repassados recursos num montante de Cr\$ 418,3 milhões, às unidades da Federação.

As operações de comercialização, a nível de varejo, atenderam a 41,5 milhões de clientes, importando em receita de Cr\$ 1,93 bilhão, com venda média de Cr\$ 46,50 por cliente, o que demonstra os propósitos do Governo em atender ao público consumidor de médio e baixo poder aquisitivo.

Além da consolidação das CEASAS, cuidou o Governo Federal da ampliação do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento — SINAC, com a implantação dos Mercados dos Produtores, Hortomercados e Feiras Livres Cobertas.

Cabe destacar o início da Campanha de Esclarecimento e Defesa do Consumidor, que tem entre outros objetivos a contenção da alta do custo de gêneros alimentícios.

No que se refere à política de armazenagem, no ano de 1977 a CIBRAZEM ampliou em 357,1 mil toneladas (41%) a capacidade de armazenagem a meio-ambiente, que atualmente totaliza 1,22 milhão de toneladas. Tal fato permitiu que o volume de produtos armazenados evoluísse de 1,425 milhão de toneladas em 1976 para 1,71 milhão de toneladas em 1977 (cerca de 20% de aumento).

A capacidade de armazenagem a frio alcançou em 1977 a 37,2 mil toneladas, ou seja 9% a mais que no ano anterior e permitiu que o volume armazenado se elevasse a 66,8 mil toneladas, 3,0% superior ao armazenado em 1976.

A CIBRAZEM prestou ainda serviços de beneficiamento, atingindo em 1977 66,2 milhões de volumes processados, o que representa um acréscimo de 71,0% em relação ao efetuado no exercício de 1976.

As aplicações da CIBRAZEM no ano de 1977 somaram Cr\$ 858,7 milhões (mais 104% que no ano anterior), com recursos oriundos do PRONAZEM, POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO, POLONORDESTE, PRODEGRAN e recursos ordinários.

A CIBRAZEM, por determinação do Conselho Nacional de Abastecimento — CONAB, assumiu a coordenação do Sistema Nacional de Armazenamento a fim de dimensionar a capacidade armazenadora a meio-ambiente existente no País, tendo para isso criado o Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras, através do qual a Companhia pode traçar um quadro geral mostrando, para cada microrregião brasileira, o número, a capacidade, o tipo (granel ou sacaria), a espécie (silo, graneleiro, bateria, convencional ou depósito), a entidade responsável (oficial, cooperativa ou particular) de todas as unidades armazenadoras existentes no País com capacidade superior a 120 toneladas.

Ao final de 1977, tinha-se, segundo o cadastro, 13,4 mil unidades, totalizando uma oferta de armazenagem da ordem de 42,2 milhões de toneladas.

Pesquisa, experimentação e assistência técnica

No que diz respeito às pesquisas agropecuárias, os resultados obtidos demonstram o esforço que o Governo vem realizando no sentido de desenvolver tecnologias que permitam o crescimento harmônico do setor primário com os demais setores da economia.

O Programa Nacional de Pesquisa Agropecuária, no ano de 1977, constitui-se de 2,2 mil subprojetos em diferentes linhas de pesquisa e produtos.

Das pesquisas que se encontram em execução, 75% referem-se a trigo, soja, arroz, feijão e mandioca, bem como a gado de leite, gado de corte, fruteiras e olerícolas diversas.

Os Projetos Especiais de Pesquisas, em número de 14 em 1977, envolveram recursos de contrapartida da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA da ordem de Cr\$ 32,7 milhões. Desses, 11 constituem atividades de pesquisa componentes do Plano Nacional de Sementes — PLANAZEM.

A EMBRAPA vem participando do planejamento e da execução de programas especiais de desenvolvimento regional (POLOCENTRO, POLAMAZÔNIA, POLONORDESTE etc.), com vistas a fornecer o suporte necessário para o desenvolvimento da agropecuária, em regiões brasileiras carentes de tecnologias adaptáveis às suas peculiaridades.

Os recursos financeiros envolvidos na execução de pesquisa sob a égide dos Programas Especiais, no ano de 1977, montaram a Cr\$ 311,4 milhões.

A presença governamental no campo da assistência técnica foi também relevante.

Ao atingir sua fase final de implantação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, restando apenas Paraná, Amapá e Distrito Federal a se ajustarem ao novo modelo institucional, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMBRATER partiu para a consolidação do Sistema, tendo adotado diretrizes de planejamento à luz não só das políticas traçadas para o setor, nos níveis federal, dos Estados e Territórios, como também da força de trabalho disponível em cada associada, dos recursos alocados e do tipo de público beneficiário. Em 1977 foram alocados recursos no montante de Cr\$ 2,2 bilhões à EMBRATER.

No exercício, o Sistema contou com uma força de trabalho de 14.518 pessoas, entre técnicos e pessoal administrativo, distribuídos nos escritórios centrais, regionais e locais, estruturados para atender a 2.919 municípios de 23 Unidades da Federação. Os técnicos de execução assistiram a um total de 379,2 mil produtores, além de elaborarem 61,5 mil planos de crédito rural orientado, no montante de Cr\$ 5,4 bilhões.

Organização da vida rural — Cooperativismo

A atuação governamental, através do Banco Nacional de Crédito Cooperativo — BNCC, voltou-se para o fortalecimento ainda maior do associativismo, objetivando colocar à disposição dos produtores organizados em cooperativas recursos distribuídos de forma que proporcionassem condições mais adequadas ao desenvolvimento de suas atividades.

No exercício de 1977, a meta de Cr\$ 3,6 bilhões para saldo contábil dos empréstimos efetuados pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo — BNCC foi praticamente atingida.

Pesca

A necessidade de ampliação da oferta de proteínas de origem animal à população constitui uma das crescentes

preocupações do Governo, conforme revelam os esforços que vêm sendo despendidos com vistas a acelerar o desenvolvimento do setor pesqueiro nacional.

O III Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca, que envolve aspectos nacionais e regionais e abrange os programas de Pesquisa de Recursos Pesqueiros, Formação e Capacitação de Recursos Humanos, Desenvolvimento da Pesca Artesanal, Fortalecimento da Pesca Industrial, Comercialização e Distribuição do Pescado, Terminais Pesqueiros e Fiscalização da Pesca, tem possibilitado a correção de distorções na exploração dos recursos pesqueiros nacionais.

Reorganização agrária e colonização

Envolvendo uma área de atuação em torno de 250 milhões de hectares, o Projeto de Regularização Fundiária, que é desenvolvido pelo INCRA, vem sendo executado em toda a faixa de fronteiras e nas faixas declaradas de interesse à segurança e ao desenvolvimento nacional, através da ação direta de 33 Projetos Fundiários, dos quais 28 se concentram na Amazônia Legal.

No ano de 1977 estavam em diligência para discriminação 10,6 milhões de hectares, tendo sido arrecadados 7,5 milhões de hectares de terras devolutas da União e outorgados 30.367 títulos.

Nesse mesmo período foram desapropriados cerca de 51,4 mil hectares nos Estados do Ceará, Paraná e Pernambuco.

Nos projetos de colonização e de ocupação de novas áreas, foram construídos 823,6 km de estradas, demarcadas 5.189 parcelas, entregues 2.776 títulos definitivos e assentadas 2.958 famílias.

Planejamento agropecuário

A atuação governamental no campo do planejamento agropecuário durante o ano de 1977 buscou o aperfei-

çoamento e fortalecimento do Sistema Nacional de Planejamento Agrícola — SNPA.

Os trabalhos técnicos desenvolvidos pelo SNPA objetivaram principalmente proporcionar melhor compreensão dos problemas agrícolas, permitindo, conseqüentemente, a tomada de decisões adequadas.

Foram elaborados ainda, a nível estadual e regional, planos anuais de produção e abastecimento, os quais subsidiaram a elaboração das Perspectivas da Agricultura Brasileira para 1978-1979; planos anuais do setor público agrícola, objetivando o conhecimento de toda a programação do setor público agrícola; e, ademais, forneceram-se subsídios aos programas governamentais.

Atualmente, o Sistema Nacional de Planejamento Agrícola conta com 470 técnicos em suas unidades descentralizadas (CEPAS e unidades regionais de supervisão). Nesse programa o Ministério da Agricultura alocou recursos da ordem de Cr\$ 111 milhões.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

A política de contenção e substituição de importações, sem prejuízo do atendimento das crescentes necessidades internas de produtos industrializados, continua a exigir estímulos governamentais à dinamização da indústria nacional; inclusive com vistas à expansão das exportações.

Os programas de bens de capital, insumos básicos, exportação a médio prazo e tecnologia permanecem, assim, prioritários, sobretudo os de siderurgia, não-ferrosos, petroquímica, cimento, papel e celulose, fertilizantes, defensivos agrícolas e o Programa Nacional do Alcool — PROÁLCOOL.

Registro especial merece ainda a política cafeeira, cuja contribuição ao equilíbrio da balança comercial foi significativa.

Política industrial

Na área de bens de capital, a par do apoio concedido ao incremento da produção de máquinas e equipamentos com índices crescentes de nacionalização, o Governo estuda meios para estimular a substituição de importações de componentes. A preferência do equipamento nacional vem sendo assegurada mediante concessão de financiamentos a longo prazo, incentivos fiscais, prioridades nas compras de órgãos e empresas do Governo e ainda ajuda especial para participação nos projetos de maior importância do setor público.

Em relação a insumos básicos persiste a preocupação de tornar o País auto-suficiente no menor prazo possível, reduzindo-se aceleradamente a dependência de fontes externas no que se refere a siderurgia e não-ferrosos, petroquímica, barrilha e soda cáustica, fertilizantes e defensivos agrícolas, papel e celulose.

Os programas de exportação objetivam criar, sem prejuízo das exportações tradicionais, mercados para produtos manufaturados de maior complexidade tecnológica — computadores, veículos automotores, aeronaves, máquinas agrícolas, produtos siderúrgicos, equipamentos, componentes de bens de capital.

Esse esforço conduziu o Governo a rever critérios de concessão de incentivos fiscais pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial — CDI, definindo novas prioridades que incluem incremento da produção de bens de capital, especialmente os de maior densidade tecnológica; fortalecimento das indústrias básicas produtoras de insumos industriais; apoio à contínua modernização dos setores tradicionais, inclusive das pequenas e médias empresas; estímulos às indústrias de comprovada capacidade de exportação, ou com real possibilidade de penetração nos mercados externos; e apoio à descentralização industrial.

Em decorrência dessas medidas, houve nítida mudança na composição dos projetos aprovados, beneficiando os setores de bens de capital e de insumos básicos.

Assim, entre 1973 e 1977, a participação dos projetos de bens de capital aprovados pelo CDT passou de 5% para 18%, em relação ao total dos investimentos fixos previstos nos projetos.

Os projetos de insumos básicos (matérias-primas e bens intermediários) aumentaram sua participação, em igual período, de 43,7% para 73,7%, relativamente ao total dos investimentos fixos aprovados.

Em decorrência da mudança de prioridades, os projetos referentes às indústrias automotiva e de bens de consumo perderam importância relativa, com suas participações caindo de 30% e 20,8% para 5,5% e 2,6%, respectivamente.

Outro aspecto a refletir o acerto da política adotada é a crescente participação da indústria nacional no fornecimento de equipamentos aos projetos aprovados pelo CDT, já que, em termos de valor, cresceu de 36% para 68%, entre 1973 e 1977.

Por outro lado, a contribuição do capital nacional no montante dos investimentos fixos aprovados evoluiu, entre 1974 e 1977, de 76% para 91%.

Esses resultados evidenciam, portanto, que a participação do empresariado nacional tem correspondido às expectativas do Governo.

No tocante aos programas de exportação, cabe destacar a atuação que vem tendo a BEPIEX. Entre 1972 e 1977, foram incentivados programas que propiciaram exportações de manufaturados no total de US\$ 1,6 bilhão; em 1977 essas exportações corresponderam a 17% do total da pauta brasileira desses produtos.

Em 1977 foram aprovados compromissos, relativamente ao conjunto dos setores de atividades, que se elevam a US\$ 7,6 bilhões, envolvendo 30 programas especiais de exportação.

Finalmente, cumpre registrar que importantes medidas foram tomadas pelo Governo em apoio e fortaleci-

mento da empresa privada nacional, que se consubstanciaram na Resolução n.º 9 do CDE, de 30 de março de 1977.

Bens de capital

Como resultado das decisões adotadas no setor de bens de capital com vistas a acelerar o processo de substituição de importações e de aumento das exportações, em 1977 o valor das importações situou-se em torno de US\$ 3,1 bilhões (US\$ 3,9 bilhões em 1975), enquanto as exportações expandiram-se para US\$ 1,3 bilhão (US\$ 303 milhões em 1973).

Tais resultados refletiram-se na balança comercial do setor, com o *deficit* diminuindo de US\$ 3,0 bilhões, em 1975, para US\$ 1,8 bilhão, em 1977.

Siderurgia

A produção brasileira de aço, em 1977, elevou-se a 11,4 milhões de toneladas, superando em 2,2 milhões a do ano anterior. Este incremento — o maior já ocorrido — reflete o crescimento acelerado da siderurgia, que, no período 1966-1976, expandiu-se à taxa média anual de 9,4%.

As 7 empresas vinculadas à SIDERBRÁS produziram 6,8 milhões de toneladas de aço, mais 1,7 milhão (33%) que o total alcançado em 1976, contribuindo decisivamente para a notável evolução verificada na produção do setor siderúrgico no período.

Com este resultado, a participação da produção nacional no consumo de aço do País evoluiu para 93% em 1977, contra 74%, 76% e 79% nos anos de 1974, 1975 e 1976, respectivamente.

O consumo de produtos siderúrgicos, medido em aço equivalente, situou-se em torno de 12,2 milhões de toneladas em 1977, correspondendo a 108 kg/habitante.

quantidade bastante significativa em relação à média de 45 kg/habitante/ano observada na década de 60.

Refletindo o processo da produção relativamente ao consumo, reduziu-se de forma substancial a dependência da importação de produtos siderúrgicos. O *deficit* no comércio exterior desses produtos, em 1977, é inferior em cerca de 35% ao de 1976 e significativamente menor do que o observado em 1974, da ordem de 5,2 milhões de toneladas.

De outra parte, as exportações brasileiras de laminados em lingotes equivalentes atingiram, em 1977, 340 mil toneladas, superiores em 89% ao verificado em 1976. Em consequência, melhorou consideravelmente a posição do comércio exterior de produtos siderúrgicos. As importações, em 1977, somaram US\$ 485 milhões, inferiores em 18% às de 1976 e em 66% às de 1974, e as exportações foram da ordem de US\$ 80,0 milhões. No conjunto, o *deficit* do comércio exterior de produtos siderúrgicos reduziu-se de US\$ 1,4 bilhão, em 1974, para US\$ 407 milhões, em 1977.

Essa situação no mercado de produtos siderúrgicos resultou de providências voltadas para a expansão da produção, a par da implantação de um sistema de planejamento e coordenação do abastecimento, abrangendo inclusive importações e exportações. Tal sistema, liderado pelo CONSIDER, consagra o princípio do entendimento entre empresários, consumidores e órgãos governamentais, estabelecendo ações conjuntas de abastecimento com vistas a conciliar interesses, sem prejuízo das conveniências do País.

Em 1977, observou-se expressivo desempenho no abastecimento de laminados planos, decorrente do aumento da produção da CSN, USIMINAS e COSIPA, bem como de importações realizadas sob a coordenação da SIDERBRÁS, resultando na normalização dos suprimentos e dos estoques.

A produção da USIMINAS já ultrapassou em mais de 300 mil toneladas a sua capacidade nominal de 2,4 milhões, recém-instalada no estágio II de sua expansão. A COSIPA atingiu a produção de 1,55 milhão de toneladas, 95% acima da obtida em 1976. A CSN produziu 2 milhões de toneladas, com incremento de 630 mil toneladas de aço, 46% mais do que em 1976.

O mais importante, porém, em termos de resultados obtidos, é o reflexo sobre a melhoria progressiva do desempenho econômico-financeiro das empresas.

A dinâmica do crescimento siderúrgico deverá ser mantida nos próximos anos, em função da elevada prioridade que lhe vem sendo conferida, objetivando alcançar a auto-suficiência do País em produtos siderúrgicos.

Em 1978, está previsto crescimento da produção de aço em cerca de 12,5%, com o que o País poderá alcançar 12,6 milhões de toneladas de lingotes equivalentes. Esta produção estará próxima do consumo previsto de 13,2 milhões de toneladas, devendo ocorrer um saldo comercial (importação menos exportação) mais favorável do que o registrado em 1977.

As empresas do Grupo SIDERBRÁS (CSN, USIMINAS, COSIPA, COFAVI, COSIM, USIBA e PIRATINI) deverão apresentar produção conjunta de 7,5 milhões de toneladas de aço, correspondendo a 60% da produção brasileira prevista para 1978.

Os programas de expansão siderúrgica já aprovados deverão ter continuidade com o prosseguimento da implementação dos estágios III da CSN, USIMINAS e COSIPA, elevando a capacidade de produção dessas empresas para 4, 3,5 e 3,5 milhões de toneladas de aço, respectivamente.

Processam-se em ritmo acelerado as providências de implantação da AÇOMINAS — também do Grupo SIDERBRÁS — para produção de 2 milhões de t/ano de aço, estando praticamente concluída a terraplenagem da área. A Companhia Siderúrgica de Tubarão igualmente vem

desenvolvendo os trabalhos preliminares de preparo do terreno, encontrando-se em reexame o esquema de aporte de recursos e o cronograma de implantação do projeto.

Quanto ao setor siderúrgico privado, sua produção evoluiu de 3,9 milhões de toneladas de aço, em 1976, para 4,3 milhões em 1977, crescendo, portanto 10%. O CONSIDER aprovou, em 1977, projetos de ampliações que devem possibilitar aumento de capacidade na ordem de 900 mil t/ano, com inversões globais de aproximadamente US\$ 200 milhões.

O apoio governamental à siderurgia ampliou-se com a concessão de incentivos fiscais — via redução do IPI — para reforço de capitalização das empresas (Decreto-lei n.º 1.547, de 18 de abril de 1977).

Aspecto marcante da execução dos empreendimentos siderúrgicos é o da significativa contribuição que vem oferecendo ao progresso da indústria nacional de bens de capital, mediante a participação crescente desta no fornecimento de maquinaria e equipamentos para os novos projetos.

Merece ainda registro a realização pelo CONSIDER da 2.ª Consolidação do Plano Mestre de Siderurgia, fixando normas para expansão do setor siderúrgico, inclusive a nível de projeto.

No âmbito das indústrias correlatas ao setor siderúrgico, deve ser ressaltado o desempenho na produção de ferro-ligas, com majoração de 20,6% em relação a 1976, e exportações no valor aproximado de US\$ 100,0 milhões, 28% a mais que no ano anterior. As exportações de forjados totalizaram US\$ 16 milhões, apresentando expressivo crescimento de 136% relativamente a 1976.

Não-ferrosos

As projeções de demanda dos 6 metais não-ferrosos comuns — alumínio, cobre, chumbo, zinco, estanho e níquel — constantes do Programa Nacional de De-

envolvimento da Indústria de Metais Não-Ferrosos, aprovado pelo CDE em janeiro de 1975, foram elaboradas a partir de dados disponíveis em 1974, relativos ao consumo setorial desses produtos e ao desempenho da economia brasileira no período de 1966 a 1973. O CONSIDER, conforme previsto no Programa, atualizou, no decorrer de 1977, as projeções do mercado brasileiro de metais não-ferrosos para o decênio 1977-1986.

Os resultados destes estudos demonstraram que, apesar do esforço que vem sendo realizado para diminuir, cada vez mais, a dependência externa de metais não-ferrosos, os aumentos previstos na oferta ainda não são suficientes.

Durante o ano de 1977, a produção nacional de metal primário cresceu para todos os não-ferrosos comuns, exceto chumbo. Assim, a de alumínio aumentou 21%, com 203 mil toneladas, a do níquel (contido em ferro-níquel) 9%, com 2,5 mil toneladas, a de estanho com 7,7 mil toneladas e crescimento de 18% e a de zinco 12%, com 56 mil toneladas. O cobre primário continuará sendo importado, até o início da produção brasileira, em 1979, quando entrará em operação empreendimento situado no Estado da Bahia.

Ainda assim, o dispêndio cambial com as importações desses produtos alcançou US\$ 448 milhões (FOB), 18,2% superior ao verificado em 1976. Os gastos de maior vulto correram à conta das aquisições de cobre (US\$ 250 milhões), alumínio (US\$ 128 milhões) e zinco (US\$ 41 milhões).

Vale mencionar a aprovação pelo CONSIDER, em 1977, de dois grandes projetos, um de alumínio e outro de cobre, envolvendo investimentos globais da ordem de US\$ 1,4 bilhão.

Os vários projetos de expansão ou de implantação, aprovados pelo CONSIDER, proporcionarão os seguintes aumentos de produção em 1980, em relação a 1976: alu-

mínio (112%), chumbo (40%), zinco (166%) e níquel (190%).

Quanto ao cobre primário, atualmente não produzido no País, a capacidade instalada, em 1980, deverá ser de 100 mil toneladas.

Alcalis

O desempenho da Companhia Nacional de Alcalis durante o ano de 1977 pode ser considerado satisfatório. A produção de barrilha atingiu 142 mil toneladas, em que pese à necessidade de paradas técnicas para manutenção do equipamento, já com 17 anos de uso contínuo. Prosseguem as obras de ampliação do conjunto industrial, que resultarão em capacidade adicional de 50 mil toneladas anuais. Foram investidos neste projeto, durante o exercício, aproximadamente Cr\$ 62 milhões, estando previstos gastos de Cr\$ 215 milhões em 1978, para a conclusão do empreendimento.

A Alcalis procedeu à aquisição, no mercado externo, de 120 mil toneladas de barrilha, como importadora exclusiva do produto, as quais foram vendidas a preço único, fixado pelo CIP, proporcionando o pleno atendimento das necessidades do produto ao mercado interno.

O consumo aparente de barrilha, em 1977, atingiu a 260 mil toneladas, representando incremento de 12% em relação a 1976.

Em 1977 foi concluída pela empresa a montagem de uma fábrica de sal. Sua capacidade de produção será de 30 mil toneladas anuais, destinando-se o produto a uso próprio em suas atividades de produção da barrilha.

Prosseguiram as providências com vistas à implantação da ALCANORTE — Alcalis do Rio Grande do Norte S/A, cujo cronograma prevê início da produção para 1981. Na primeira etapa, esta fábrica produzirá 200 mil toneladas anuais de barrilha, duplicando a capacidade

instalada no País, naquele ano. A subsequente ampliação da capacidade física para 400 mil t/ano assegurará a auto-suficiência de barrilha até meados da próxima década. O investimento previsto para esta fábrica é de Cr\$ 2,9 bilhões, a preços de dezembro de 1977, já tendo sido iniciadas as obras da nova unidade.

Papel e celulose

Na área de celulose houve acréscimo, em 1977, de mais de 338 mil toneladas à capacidade anual de produção do setor, sendo 254 mil toneladas de fibra curta e 84 mil toneladas de fibra longa.

Quanto à oferta de papéis, houve aumento de 163 mil toneladas na capacidade produtiva durante o exercício de 1977, sendo 48 mil toneladas dos tipos para imprimir e escrever, 42 mil de papéis para embalagem e 73 mil de papéis industriais e outros.

Vale mencionar que, em 1980, as principais linhas de fabricação de papel estarão atendidas, com exceção das de imprensa periódica e alguns tipos especiais.

Com vistas a alcançar estas metas serão realizados investimentos, durante os anos de 1974-1980, de US\$ 500 milhões para produção de papel. Para assegurar a formação de excedentes exportáveis de celulose vêm sendo adotadas pelo Ministério da Agricultura, através do IBDF, providências para a criação de rede de distritos florestais, em várias regiões do País, vinculada a fábricas de celulose de grande porte.

Cimento

Através da Resolução n.º 7/1977, de 2 de março de 1977, o CDE estabeleceu medidas de orientação dos empresários da indústria de cimento, bem como a órgãos governamentais diretamente envolvidos, objetivan-

do manter auto-suficiência do produto e a estocagem de excedentes para atender a variações sazonais do consumo e exportações.

No período 1974-1976, o consumo de cimento apresentou acréscimo médio anual de 12,2%, passando de 15,1 milhões de toneladas em 1974 para 19,1 milhões em 1976. Em 1977 o consumo foi de 20,8 milhões de toneladas, o que representa incremento de 8,8% em relação ao ano anterior.

A produção brasileira de cimento evoluiu de 14,9 milhões de toneladas em 1974 para 19,1 milhões em 1976, com um aumento médio anual da ordem de 14,0%. Já em 1977 a produção de cimento foi de 21,1 milhões de toneladas, com incremento de mais de 10,0% em relação a 1976.

Nessas condições, o *superavit* em 1977 foi de cerca de 0,3 milhão de toneladas, suficiente para atender plenamente a demanda.

Estão em andamento no CDI 13 projetos de ampliação e de implantação de indústrias de cimento, que permitirão, no período 1978-1982, aumento na produção em cerca de 8,4 milhões de t/ano.

Fertilizantes

Tomando como referência a capacidade instalada para produção de fertilizantes, mais o adicional a ser gerado pelos projetos em implantação e, ainda, utilizando projeções de demanda até o final da década, o Programa Nacional de Fertilizantes estabeleceu como meta física para 1980 o equilíbrio entre oferta e demanda, a nível de 4 milhões de toneladas em NPK.

Na área dos produtos nitrogenados o consumo em 1980 encontra-se estimado em 800 mil toneladas, esperando-se o atendimento de 70% da demanda naquele ano. Em 1977, a produção de nitrogenados ficou em torno de 180 mil toneladas.

Os principais projetos em andamento nesta área, a cargo da Petrobrás Fertilizantes, estarão localizados em Araucária (PR), Laranjeiras (SE) e no Norte Fluminense. No conjunto, tais empreendimentos propiciarão o atendimento do mercado interno por volta de 1981. Há ainda um projeto com localização em Rio Grande (RS), com início de operação previsto para 1984.

As enormes reservas conhecidas de minérios fosfatados asseguram boas perspectivas para a auto-suficiência futura nessa classe de fertilizantes. O consumo previsto para 1980 é de 1,8 milhão de toneladas de P_2O_5 ; somando-se a capacidade instalada atual com a dos projetos aprovados ou em andamento, prevê-se uma produção de 900 mil toneladas anuais, ou seja, 50% do consumo no referido ano.

Quanto aos fertilizantes potássicos, a Petrobrás Mineração desenvolve esforços para a exploração das jazidas de Carmópolis (SE). Atualmente, a empresa vem realizando trabalhos de seleção de tecnologia e de recursos humanos e estuda a localização da unidade produtiva, estando prevista sua entrada em operação para 1982, com produção da ordem de um milhão de toneladas anuais, garantindo o pleno atendimento das metas do Programa.

Defensivos agrícolas

Considerando-se os projetos e cartas-consulta aprovados pelo CDI, juntamente com a capacidade de produção existente, as metas do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas para 1980 deverão ser alcançadas sem maiores dificuldades. Todos os projetos vêm sendo conduzidos pela iniciativa privada, com significativa participação de empresários nacionais. O maior interesse do Governo nessa área é manter apoio direto a esses projetos, de forma a não permitir atrasos em sua implantação.

Foi particularmente expressivo o desempenho do setor na produção de fungicidas e herbicidas. Até o mês

de setembro já haviam sido ultrapassadas as metas fixadas para 1977, com produções, respectivamente, de 8,4 mil e 3,1 mil toneladas.

Proálcool

Durante o ano de 1977, em virtude de convênio assinado com o Conselho Nacional do Petróleo — CNP, o Instituto do Açúcar e do Alcool — IAA adquiriu e revendeu às companhias distribuidoras de derivados de petróleo 641,7 milhões de litros de álcool anidro — volume quatro vezes maior do que o da safra 1974-1975 —, com o que a participação do produto na mistura carburante pôde alcançar 20% em São Paulo e em várias regiões dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Minas Gerais.

Com o início de operação de novos projetos de destilarias financiados pelo PROÁLCOOL, pode-se prever que em 1980 o volume dessas aquisições pelo IAA atinja 1.400 milhões de litros, permitindo que outras regiões do País passem a utilizar álcool adicionado à gasolina.

Contrato de assistência técnica foi assinado ao final do exercício passado entre o Ministério da Indústria e do Comércio e a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes — GEIOT, visando à realização de estudos sobre escoamento e transporte de álcool.

Cabe ressaltar ainda que, em decorrência dos excelentes resultados obtidos em estudos e pesquisas, que tornaram disponível a tecnologia da adaptação de motores a gasolina, para uso exclusivo de álcool hidratado como combustível, a Comissão Nacional do Alcool — CNAL já assegurou, para o exercício de 1978, cotas de álcool no volume de 2,9 milhões de litros a entidades públicas que utilizarão frotas adaptadas. Em 1977 diversas empresas públicas, notadamente na área de telecomunicações, já utilizaram frotas modificadas para o uso exclusivo de álcool como combustível.

É importante assinalar que em 1977 só foi possível destinar à mistura carburante 641.7 milhões de litros de álcool anidro graças à decisão do Conselho de Desenvolvimento Econômico — CDE que autorizou a transformação em álcool direto do volume equivalente a 15 milhões de sacas de açúcar. Essa medida, que possibilitou a produção adicional de 660 milhões de litros de álcool, na safra 1977-1978, assegurou condições para o início da mistura em maior escala, também evitou que o País contribuisse para agravar a situação do mercado internacional de açúcar, já bastante afetada pelo excesso de produção.

Outras medidas adotadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, em 1977, ampliaram substancialmente as perspectivas do PROÁLCOOL.

A nível regional, a extensão do subsídio de equalização do preço da cana, no Norte-Nordeste, aos fornecedores de destilarias autônomas, garante remuneração compatível com os reais custos de produção agrícola.

Em âmbito nacional, o estabelecimento do crédito de warrantagem para o álcool na base de 80% do valor da produção, na Região Centro-Sul, e 95% no Norte-Nordeste, passou a constituir o indispensável mecanismo financeiro de apoio à produção.

Essas medidas, juntamente com a Resolução da CNAL no sentido de incorporar o ICM da matéria-prima ao preço de paridade, vieram assegurar remuneração adequada para os produtores de álcool, a partir da safra 1977-1978.

Outra decisão importante do CDE permite que as destilarias anexas sejam dimensionadas, prevendo-se a utilização de 20% da capacidade atual de moagem para açúcar, na produção de álcool direto, conferindo às usinas, em conjunturas desfavoráveis do mercado açucareiro, maior flexibilidade de alternar a produção.

Por tudo isso, sobressai o incontestável empenho governamental na consolidação do Programa Nacional de Alcool, cujo pioneirismo, importância e magnitude vêm obtendo a mais ampla repercussão, inclusive no plano internacional, acompanhados com vivo interesse por nações industrializadas e em desenvolvimento.

Finalmente, em sucinto balanço acerca da execução do Programa, caberia mencionar, ainda, que até o final de 1977 a CNAL havia enquadrado 150 propostas de instalação, ampliação e complementação de equipamentos de destilarias, sendo 67 neste último exercício, com investimentos totais de cerca de Cr\$ 18,3 bilhões, a preços de 1977, dos quais Cr\$ 14,2 bilhões financiáveis pelo Programa, incluindo operações industriais e rurais. O acréscimo da capacidade de produção resultante da implantação deste conjunto de projetos alcança 2,9 bilhões de litros por safra.

A aprovação e liberação dos financiamentos já se processa com maior rapidez, com 114 projetos apresentados aos agentes financeiros, totalizando investimentos de Cr\$ 11,7 bilhões no setor industrial. Cerca de 72 projetos estão aprovados e, destes, 65 já têm financiamentos contratados, no montante de Cr\$ 4,3 bilhões, com Cr\$ 1,7 bilhão liberados.

Considerando a capacidade instalada do parque nacional e o acréscimo resultante das propostas enquadradas, pode-se prever uma produção de cerca de 40 bilhões de litros de álcool a partir do início da próxima década. A produção de álcool de todos os tipos em 1977 correspondeu a um crescimento de 132% em relação ao ano anterior, atingindo a 1,5 bilhão de litros, sendo 100 milhões da safra 1976-1977 e 1,4 bilhão referente à safra 1977-1978, em curso.

Tecnologia industrial

De acordo com as diretrizes da política industrial do País, foram desenvolvidas no âmbito do Ministério da

Indústria e do Comércio, com prioridade, atividades voltadas para a prestação de serviços de natureza tecnológico-industrial, em particular nas áreas de metrologia, normalização e qualidade industrial, propriedade industrial e informações tecnológicas industriais.

Assim, foi dinamizado o Sistema de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, que já conta com 325 normas brasileiras nos setores de eletricidade e mecânica, devendo este número ser elevado, a curto prazo, para 1.000, além do estabelecimento dos termos de referência do Sistema de Controle de Qualidade, visando, precipuamente, à defesa do consumidor e às exportações brasileiras.

No que se refere às atividades específicas do setor, cabe ressaltar a dinamização do programa de obras do Laboratório Nacional de Metrologia, a intensificação dos programas de formação de mão-de-obra especializada e a ativação do programa de implantação do sistema nacional de calibração que, entre outros aspectos, visa a compatibilizar e a integrar os diversos laboratórios de ensaios a padrões definidos e utilizados internacionalmente.

Na área de propriedade industrial vem sendo seguido um processo gradativo de aperfeiçoamento em defesa dos interesses nacionais, o qual tem por base a experiência adquirida na análise dos contratos de transferência de tecnologia.

O trabalho realizado possibilitou o deferimento de 1.200 pedidos de patentes de marcas, a expedição de 1.700 cartas-patentes e a averbação de contratos de transferência de tecnologia e faturas relativas à prestação de serviços técnicos correspondentes a mais de 1.200 processos, com dispêndios autorizados da ordem de US\$ 400 milhões.

Deve também ser assinalado o apoio dado ao planejamento, implantação e desenvolvimento de centros de

tecnologia cooperativos no setor privado, como são os casos de couro e calçados, pedras preciosas e joalheria, alimentos e, em especial, da CODETEC — Companhia Desenvolvimento Tecnológico, vinculada à Universidade de Campinas.

Ênfase particular mereceu o programa de apoio tecnológico ao PROÁLCOOL, com o desenvolvimento de tecnologia para as áreas de produção de matérias-primas, de conversão e de utilização do álcool, sob a supervisão da Secretaria de Tecnologia Industrial, contando com a colaboração de mais de 20 entidades públicas e privadas, que envolveu recursos da ordem de Cr\$ 390 milhões.

Entre essas atividades, cumpre destacar os seguintes resultados: obtenção de tecnologia de produção de álcool a partir de mandioca e fornecimento de engenharia de processo para uma destilaria de 60 mil litros/dia, em fase de testes de operação, em Curvelo (MG), de propriedade da PETROBRÁS, inclusive equacionamento técnico do tratamento do vinhoto; projeção de três novas usinas nos Estados de Santa Catarina, Maranhão e Bahia; conclusão dos estudos técnico e econômico que identificam o coco de babaçu como matéria-prima de uso imediato para obtenção de álcool, de produtos industriais de amido pré-gelatinoso e coque metalúrgico; conclusão dos testes de motores de combustão adaptados ao uso exclusivo de álcool hidratado e transferência dessa tecnologia à empresa nacional; uso de álcool em motores diesel; e adaptação de turbinas estacionárias à utilização do álcool hidratado.

Além dos resultados já alcançados, estão em curso desenvolvimento de tecnologia para construção de mini-destilarias, utilizando mandioca como matéria-prima; produção, a partir de sorgo sacarídeo, de resíduos agrícolas e de madeira; obtenção de proteína, de combustíveis primários e de fertilizantes, a partir de resíduo da produção de álcool; desenvolvimento de novos tipos de motores

especialmente concebidos para uso exclusivo de álcool; desenvolvimento e adaptação de tecnologia no setor alcoolquímico em estreita articulação com os programas de implantação e ampliação dos complexos petroquímicos nacionais; apoio tecnológico a iniciativas industriais, principalmente nos setores de equipamento para produção alcooleira, produtos bioquímicos, transporte coletivo urbano, de carga e veículos em geral; apoio técnico aos esforços de melhoria de variedades e de aumento da produtividade agrícola para todas as matérias-primas envolvidas, a curto ou médio prazo, na substituição de produtos fósseis por recursos renováveis.

Comércio externo

Após três anos consecutivos de resultados desfavoráveis, a balança comercial apresentou pequeno *superavit*, tanto pelo incremento da produção exportada, como, principalmente, pelos preços favoráveis dos produtos primários nos mercados externos, especialmente o café, com exportações que alcançaram a cifra sem precedentes de US\$ 2,7 bilhões.

Consciente de que a necessária manutenção do equilíbrio da balança comercial, nos próximos anos, dependerá da expansão das vendas externas de produtos industriais, o Governo procurou intensificar sua atuação nas áreas de tecnologia e comercialização.

Nesse sentido, incentivou a criação e o fortalecimento de institutos tecnológicos privados, em setores industriais com grande potencial exportador. Além disso, fomentou a utilização, pelas empresas exportadoras, da capacitação tecnológica existente, de modo a que tais empresas possam, com o apoio governamental, ajustar a sua oferta às exigências mercadológicas.

Por outro lado, grande esforço está sendo realizado na abertura de novos mercados, tendo o Governo liderado

diversas missões a países como Iraque, Argélia, Austrália e Irã, com resultados bastante positivos, inclusive com a abertura para a venda de serviços.

Esse fato se reveste de grande significado, sobretudo se considerada a atual política protecionista adotada pelos principais parceiros comerciais do Brasil. Nesse campo vale assinalar que o Governo tem procurado, com firmeza, demonstrar a necessidade que os países em desenvolvimento como o Brasil têm, para o seu crescimento, de contar com a progressiva liberalização do comércio internacional.

Aliado a esse esforço, muito contribuiu a realização da Feira Brasil Export-77, sob o patrocínio do Governo Federal, que contou com a participação de 700 expositores, representando 26 setores industriais.

O êxito do evento pode ser quantificado pela vinda de 2.600 visitantes estrangeiros, dos quais 800 convidados oficiais, bem como pelo volume de vendas realizadas na Feira, no valor de US\$ 180 milhões, com perspectivas, a curto e médio prazos, de se alcançar US\$ 1 bilhão.

Café

Desde 1975, todo esforço vem sendo desenvolvido no sentido de recuperar o parque cafeeiro do País, duramente atingido pela geada daquele ano.

Dando continuidade ao Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais, foram programados e aplicados recursos da ordem de Cr\$ 5,2 bilhões na formação de mudas, plantios de cafezais, aquisição de fertilizantes, defensivos e equipamentos agrícolas e prestação de assistência técnica.

Foram beneficiados produtores de áreas zoneadas nos Estados do Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, Bahia, Ceará, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

O programa propiciou o plantio de 440 milhões de cafeeiros, 30% acima do projetado, e a formação de 450 milhões de mudas.

Análise procedida para estimar o potencial do nosso parque cafeeiro indica que a sua recuperação só se completará a médio e longo prazos, com a execução dos programas em andamento, quando a população cafeeira deverá alcançar cerca de 2,9 bilhões de pés, produzindo de 27 a 30 milhões de sacas anuais, capaz de atender às demandas interna e externa e formar estoques em níveis adequados.

Os principais programas em execução para o ano agrícola 1977-1978 são o Programa de Financiamento de Cafezais, Programa de Financiamento à Formação de Mudanças de Café, Programa de Revigoração de Cafezais, Programa de Melhoria de Infra-Estrutura nas Propriedades Cafeeiras e Assistência Técnica.

No âmbito do Programa de Financiamento de Cafezais está sendo financiado, dentro da meta programada, o plantio de 150 milhões de cafeeiros — com prioridade para áreas pouco exploradas, sem muitas opções agrícolas, onde a cultura do café promoverá o desenvolvimento e melhoria do bem-estar social — assim distribuídos: 50 milhões de pés no Paraná; 20 milhões em São Paulo; 20 milhões em Minas Gerais e Goiás; 20 milhões no Espírito Santo e Rio de Janeiro; 20 milhões no Nordeste; e 20 milhões em Mato Grosso e Rondônia.

Os recursos para atender à necessidade global do programa foram estimados em Cr\$ 1,8 bilhão e são oriundos do Fundo de Defesa dos Produtos de Exportação — Café.

O Programa de Financiamento à Formação de Mudanças de Café tem por objetivo a formação de mudas de boa qualidade. A meta é atingir 200 milhões de mudas, comprometendo recursos da ordem de Cr\$ 102 milhões.

O Programa de Revigoração de Cafezais objetiva a melhoria da produtividade das lavouras e a elevação, a curto prazo, do nível de colheitas de café, com a concessão de créditos para aquisição de fertilizantes, corretivos, defensivos e equipamentos de defesa fitossanitária, com recursos oriundos do Sistema Nacional de Crédito Rural, no montante global de Cr\$ 2,9 bilhões.

O Programa de Melhoria de Infra-Estrutura nas Propriedades Cafeeiras permite sejam construídas estradas vicinais e instalados sistemas de eletrificação rural nas regiões cafeeiras mais carentes, nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, com aplicações de Cr\$ 200 milhões.

No que se refere ao Programa de Assistência Técnica, em todas as operações com produtores será prestado apoio pelo IBC, ou por entidades credenciadas, sem ônus para o mutuário.

Como resposta parcial aos programas em execução, a produção brasileira de café deverá atingir no ano agrícola em curso 15,3 milhões de sacas, representando o expressivo incremento de 155%, em relação ao período anterior.

No que respeita ao comércio externo, o ano de 1977 se caracterizou por fases distintas: uma de excelente desempenho, com o produto alcançando níveis elevados de cotação (até junho); outra de dificuldades, tanto pela escassez do produto, quanto, paradoxalmente, pelos baixos níveis de preço no mercado.

Em decorrência da forte pressão baixista exercida sobre os países produtores, as exportações brasileiras caíram verticalmente, a partir do mês de julho de 1977, e o volume exportado, durante todo o exercício, pode ser estimado em 10,2 milhões de sacas, sendo 8,6 mil de café verde e as restantes correspondentes à sua equivalência em café solúvel. Diante disso, as exportações de

café, no ano, terão apresentado declínio físico de 34,5%, em relação a 1976.

Não obstante as condições desfavoráveis em parte do ano, a receita cambial do café, estimada para o exercício, terá apresentado ainda excelente desempenho e ponderável contribuição para o equilíbrio da balança comercial brasileira, que deverá alcançar o nível sem precedente de US\$ 2,7 bilhões (US\$ 2,4 bilhões de café verde e US\$ 300 milhões de solúvel), contra US\$ 2,4 bilhões em 1976. Nesse desempenho, cabe destacar a participação crescente do solúvel, de 9,4% para 13% no período 1976-1977.

A política externa do café posta em prática pelo Governo diante do quadro adverso do mercado internacional foi muito criticada no âmbito interno e externo, tanto pelas implicações das medidas adotadas em relação ao preço de garantia, a formação e destinação dos estoques e à concessão de créditos, quanto pelas compras realizadas no exterior.

Tal política foi pautada, entretanto, na estratégia mais indicada para a situação reinante nos mercados interno e externo, quando se procurou a sustentação dos preços no mercado internacional, em nível adequado de estabilidade, sem especulações, e a expansão do consumo interno a preços compatíveis com o poder de compra do consumidor nacional, numa tentativa de ajustamento entre a oferta e a procura, a nível nacional e internacional.

Dentro dessas diretrizes, o Brasil se fez representar, no ano de 1977, em todas as reuniões da Organização Internacional do Café — OIC e nos congressos internacionais de Guarujá e Madri, onde países produtores e consumidores discutiram suas posições no comércio mundial do café.

No âmbito interno, o IBC deu continuidade ao Programa de Assistência Especial às Indústrias de Torrefação e Moagem de Café, através do fornecimento e financia-

mento da matéria-prima dos estoques governamentais a custos compatíveis com os preços do mercado doméstico, estabelecidos de acordo com a política de proteção ao consumidor e de ativação do comércio externo.

A partir de julho, em razão dos reduzidos estoques do IBC, foi implantado o PROMIVE — Programa de Suprimento de Café ao Mercado Interno Vinculado à Exportação, com distribuição de certificados de quotas às indústrias do centro-sul, possibilitando adquirirem o café verde das firmas exportadoras, com pagamento a prazo e preços prefixados. Este procedimento garantiu às exportadoras o direito de, para cada saca vendida no mercado interno, exportar duas outras.

Com essas medidas foi assegurada a estabilidade dos preços do café a nível de consumidor, porquanto o custo do produto recebido do IBC, ou do adquirido a exportadores, permitiu melhor composição do preço final.

Em 1977 registrou-se aumento do consumo interno da ordem de 570 mil sacas, com o que se atingiu o volume previsto de 6,98 milhões de sacas, superior em 8.9% ao verificado em 1976.

Cacau

A safra principal, cujo encerramento ocorrerá em abril de 1978, vem apresentando comportamento normal, esperando-se uma produção total em torno de 239 mil toneladas de cacau, contra 216 mil toneladas em 1976. Se tudo correr conforme se espera, na safra de 1977, ter-se-á a segunda maior colheita de todos os tempos, superada apenas pela produção de 1975, que foi de 271 mil toneladas e recorde nacional.

Os preços médios obtidos nas exportações, de US\$ 3.150/tonelada de amêndoa, e US\$ 4.590/tonelada de manteiga, em janeiro, passaram em agosto para US\$ 4.193 e US\$ 5.076, por tonelada de amêndoa e

manteiga, respectivamente. Os preços do mercado internacional refletiram-se internamente, em benefício do produtor, proporcionando aos mesmos, valores de até Cr\$ 800,00/arroba de 15 quilos (produto pronto no porto de exportação).

A excelente performance dos preços, ao lado do comportamento normal da safra principal, permitiu ao cacau uma contribuição expressiva para a balança comercial (cerca de 628 milhões de dólares, até outubro). Considerando-se as negociações já realizadas, com o compromisso de entrega do produto, até o encerramento da presente safra, espera-se que o cacau contribua com cerca de 800 milhões de dólares, superando, em muito, os valores dos últimos anos.

Cerca de 16.000 hectares de novos plantios iniciaram a produção em 1977, enquanto 38.000 hectares representaram o acréscimo das áreas destinadas ao cacau, entre os anos de 1976 e 1977. Cerca de 90% das áreas cultivadas e 96% da produção correspondem ao Estado da Bahia.

Açúcar

A produção de açúcar, no exercício de 1977, foi superior em 26% à do ano anterior, atingindo 144,8 milhões de sacas. A safra de 1977-1978 deverá alcançar 143,3 milhões de sacas — sem computar a matéria-prima utilizada na produção direta do álcool — volume superior em 19,3% ao da safra 1976-1977.

Apesar da situação desfavorável no mercado internacional durante todo o ano, foi bastante expressiva a sua contribuição para a balança comercial, figurando ainda como item significativo da pauta de exportações do País, em razão do grande volume comercializado, apresentando expansão de 99,2% sobre 1976.

As vendas de açúcar no mercado externo em 1977 foram da ordem de 2,4 milhões de toneladas métricas.

proporcionando receita de US\$ 440 milhões, registrando resultado superior ao do ano passado em volume e valor, porquanto foram exportadas, em 1976, 1,2 milhão de toneladas métricas, com receita cambial de US\$ 307,0 milhões.

Fato digno de registro, ocorrido durante o ano, foi a assinatura do novo Acordo Internacional de Açúcar, em Genebra, segundo o qual se espera que os preços do produto se equilibrem em níveis que permitam adequada remuneração aos produtores. Atualmente já se observam cotações mais favoráveis.

Em continuidade à política de modernização do parque industrial açucareiro e sua infra-estrutura, foram concedidos novos financiamentos e suplementações a operações anteriormente aprovadas pelo Instituto do Açúcar e do Alcool — IAA. O montante das operações deferidas em 1977 alcançou Cr\$ 1,4 bilhão. No mesmo período o total de recursos liberados atingiu a Cr\$ 2,6 bilhões.

Continuam as obras de construção do Terminal Açucareiro de Maceió (AL), cujo funcionamento está previsto para o 1º semestre de 1978. Nesse projeto foram gastos Cr\$ 92,5 milhões no ano de 1977.

Através do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar — PLANALSUCAR deu-se continuidade aos projetos de pesquisas integradas nos campos da genética, fitossanitário e agrônômico, com o objetivo principal de se conseguirem novas variedades canavieiras que venham a substituir as atualmente existentes, em acelerado processo de degenerescência. Ampliou-se, também, o programa vinculado à fitossanidade, mediante controle biológico das doenças e pragas que assolam os canaviais.

Após 8 anos de pesquisas foram liberadas para produção as três primeiras novas variedades de cana RB (República Federativa do Brasil) aos produtores de

Alagoas. Com este lançamento espera-se substituir paulatinamente, a partir de 1980, a área cultivada com cana-de-açúcar, alcançando-se em 1983 a substituição de grande parte da lavoura atual pelas novas variedades RB, de alta produtividade. A expectativa é de aumentar a produção no Estado de Alagoas em até 25%, em função dessas novas variedades, no decurso de seis anos.

Outras variedades de cana serão lançadas em 1978 em todo o território nacional, como resultado efetivo dos trabalhos do PLANALSUCAR, objetivando a melhoria da produtividade agrícola no setor canavieiro.

O IAA participou, em convênios com o Departamento Nacional de Obras e Saneamento — DNOS, dos projetos de regularização de cursos d'água, drenagem, irrigação e construção de diques nas áreas localizadas em zonas produtoras de açúcar, na Baixada dos Goitacases (RJ).

Finalmente, caberia mencionar que medidas de apoio financeiro de emergência foram adotadas em favor dos produtores de cana, açúcar e álcool dos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco e Alagoas, enquanto se realiza detalhado exame da situação, inclusive a nível de empresa, com vistas a soluções mais justas e duradouras.

Borracha

Na área da borracha, a atuação governamental em 1977 voltou-se basicamente para a continuidade dos programas de produção de borrachas natural e sintética, objetivando alcançar a auto-suficiência no suprimento dessa importante matéria-prima.

As estimativas da produção brasileira de borracha para o exercício de 1977 indicam crescimento de 22%, com um montante de 225.3 mil toneladas, sendo 202.5 mil de borrachas sintéticas e 22.8 mil de borrachas naturais.

Embora a tônica observada nos últimos anos mostre dificuldades em ampliar a contribuição da borracha natu-

ral para atendimento das necessidades de consumo do País, as marcas alcançadas em 1977 são bastante animadoras, uma vez que os melhores desempenhos de crescimento alcançados anteriormente foram de 6,6% em 1972 e 5,2% em 1976, enquanto o do ano findo foi de 10,8%.

A produção de borracha sintética, por sua vez, vem alcançando níveis elevados de crescimento: 32,8% em 1973 e 23,6% em 1974, estimando-se para 1977 incremento de 73,5%.

Uma análise detida na evolução dos quadros de produção e consumo da borracha no Brasil indica que, grosso modo, as necessidades básicas do País, na área, concentram-se no produto natural. Essa conclusão se infere, de igual forma, da crescente expansão das importações — 5,8% em 1976 e 7,5% em 1977 — onde a participação da borracha natural é crescente, chegando, no ano passado, a 70% da tonelagem importada.

Esse quadro motivou a determinação do Governo em ampliar a oferta da borracha natural, através da ativação do PROBOR — Programa de Incentivos à Produção de Borracha Vegetal, visando à redução da dependência externa em matéria-prima de valor estratégico e da qual o parque industrial brasileiro, em expansão, demanda volume crescente.

No ano de 1977, os esforços foram concentrados na execução da fase final do PROBOR, que se caracterizou como programa-piloto, numa primeira tentativa de solução para os problemas da exploração da borracha no Brasil, que dispõe de recursos naturais favoráveis ao desenvolvimento da atividade.

O PROBOR concluiu a implantação de 14 mil hectares de seringais cultivados (outros 14 mil estão em fase de implantação), recuperação de 1.500 ha de culturas de seringais, 10 mil «colocações» de seringais nativos e instalação de duas usinas de beneficiamento de borracha. Os investimentos comprometidos totalizaram Cr\$ 650 mi-

lhões, a preços correntes, com benefícios distribuídos por cerca de 700 produtores.

Em 1977 foi aprovada a segunda etapa do PROBOR, a ser executada a partir de 1978. Serão investidos recursos que montam a Cr\$ 4,25 bilhões, até 1982, a preços de 1977, sendo Cr\$ 3,15 bilhões para investimentos diversos, onde se destaca o subprograma de formação de 120 mil hectares de cultura de seringueiras, e os restantes Cr\$ 1,1 bilhão para atender a atividades de apoio, tais como assistência técnica, pesquisa e assistência no campo educacional e médico-hospitalar.

O setor de transformação, abrangendo cerca de 500 indústrias, atende satisfatoriamente ao mercado interno e ainda deixa sua contribuição à pauta de exportações especialmente de pneumáticos e câmaras-de-ar.

Sal

A produção salineira apresentou, em 1977, crescimento satisfatório, tendo alcançado 2,5 milhões de toneladas, novo recorde nacional, com 4% de acréscimo sobre 1976. O Rio Grande do Norte foi responsável por cerca de 1,9 milhão de toneladas, 75% do total, seguindo-se o Rio de Janeiro, com 460 mil, ou 18% da produção. O sal refinado registrou incremento da ordem de 5% sobre 1976, atingindo 385 mil toneladas produzidas.

O consumo de sal no País apresentou, em 1977, aumento de 11,5% em relação ao ano anterior, destacando-se a indústria de álcalis com participação de 36% do total. Cumpre destacar que em 1977 foi iniciada no Brasil a produção de sal-gema, com 220 mil toneladas destinadas à produção de cloro/soda cáustica.

O Conselho Monetário Nacional aprovou proposta da Comissão Executiva do Sal no sentido de estimular a exportação do produto, com a qual se pretende, em 1978, consolidar a indústria salineira do País.

Em 1977 prosseguiram os trabalhos do PROPESQ — Programa de Pesquisas Tecnológicas e de Estudos Técnico-Econômicos, com o objetivo de alcançar aumento de produtividade do parque salineiro do Brasil.

Seguros

As operações do setor de Seguros no mercado interno proporcionaram receita estimada em torno de Cr\$ 25 bilhões, em 1977, registrando crescimento nominal de 52% e real da ordem de 7%, resultados que se podem considerar satisfatórios, vez que o setor guarda estreita relação com o comportamento dos mais importantes segmentos da economia, atualmente sob efeitos de uma política global voltada para o controle da inflação e o equilíbrio do balanço de pagamentos.

O patrimônio líquido total das sociedades seguradoras elevou-se para Cr\$ 8 bilhões e as suas reservas técnicas para Cr\$ 7 bilhões, recursos que representam 59,8% da arrecadação produzida pelas operações de seguros. Esse é um indicador expressivo da adequada relação entre os compromissos operacionais e a capacidade econômico-financeira das sociedades seguradoras.

Computando-se as reservas e os fundos administrados pelo Instituto de Resseguros do Brasil, os recursos do Sistema Segurador canalizados para aplicações no desenvolvimento nacional são hoje da ordem de Cr\$ 22 bilhões.

A captação de negócios externos pelo Instituto de Resseguros do Brasil e pelo mercado brasileiro, que era de US\$ 400 mil, em 1970, superou a casa de US\$ 100 milhões, em 1977. As sociedades seguradoras, iniciadas nessa área há apenas cinco anos, estão empenhadas num programa de expansão direta, mediante a criação de subsidiárias no exterior. O Instituto de Resseguros do Brasil, com escritório em Londres desde 1972, dispõe, no mo-

mento, de representação especial em Nova Iorque e intensifica suas relações na América Latina.

Em 1977 os montepios e organizações similares passaram ao controle e disciplina do regime legal instituído pela Lei n° 6.435, de 15 de julho de 1977, incorporando-se ao Sistema de Seguros Privados. Esse diploma legal, em fase de regulamentação, cujos efeitos serão complementados por outros dispositivos que deverão regulamentar o seguro-saúde, abrirá novos horizontes à expansão do sistema de seguros e de garantia, orientado para maior amparo do homem e da família.

Turismo

Durante o exercício de 1977 a Empresa Brasileira de Turismo dedicou especial ênfase à implantação do Sistema de Estatística Turística, criado em 1976, que objetiva o fornecimento de subsídios para execução das atividades de planejamento do turismo.

Durante o ano de 1977 foi lançada intensa campanha promocional do Brasil na Europa e nos Estados Unidos, através de empresa nacional sob coordenação da EMBRATUR.

Vem ocorrendo sensível redução do fluxo de saída de brasileiros para atividades turísticas no exterior, diminuindo de forma significativa o desequilíbrio registrado em 1976. Em 1977, o *deficit* não deverá ultrapassar US\$ 240 milhões, cerca de 40% a menos que no ano anterior.

Foram contratadas duas pesquisas na área de hospedagem. A primeira, com o IBGE, sobre o cadastramento da rede hoteleira nacional. A segunda, com empresa especializada, para elaboração até o final do primeiro trimestre de 1978 das Normas de Classificação dos Meios de Hospedagem.

Ainda em 1977, a EMBRATUR deu prosseguimento à política governamental de apoio ao setor, através da con-

cessão de incentivos que totalizaram cerca de Cr\$ 1,7 bilhão em benefícios financeiros. As liberações de recursos efetuadas pelo Fiset — Turismo deverão alcançar montante em torno de Cr\$ 230 milhões. No mesmo período, foram celebrados 22 convênios com os agentes financeiros do FUNGETUR, no total aproximado de Cr\$ 600 milhões.

O turismo interno foi beneficiado pelos excelentes resultados do Sistema VTD — Vãos de Turismo Doméstico, adotado em 1976, que visa, basicamente, à ocupação ociosa dos meios de hospedagem nos períodos de baixa estação. Em vista desses resultados, a EMBRATUR, em conjunto com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, criou e está difundindo amplo programa de turismo rodoviário, destinado a atender às classes de menor poder aquisitivo, denominado Turismo Doméstico Rodoviário — TDR. Finalmente, encontra-se em fase de estudos um terceiro programa, Turismo Doméstico Ferroviário — TDF, que será implantado em cooperação com a Rede Ferroviária Federal e Ferrovias Paulistas S.A., no início de 1978.

Outro importante aspecto que vem recebendo especial atenção da EMBRATUR é a proteção do patrimônio histórico, cultural e natural brasileiro.

Recentemente, a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, alterando legislação pertinente, fixou dispositivos necessários a delimitações de áreas especiais, locais de interesse turístico, inclusive relacionadas com o inventário dos bens de valor cultural e natural, que permitam finalidades turísticas.

Com o advento da referida Lei, será possível a realização de grandes projetos voltados para o desenvolvimento turístico, preservando o meio ambiente, em seus segmentos ecológicos e de recursos naturais, harmonizando-o com os valores representativos da cultura nacional.

MINAS E ENERGIA

Os trabalhos desenvolvidos pelo Ministério das Minas e Energia, em 1977, por intermédio do Departamento Nacional da Produção Mineral — DNPM, foram altamente significativos para o setor mineral brasileiro.

Dentre as suas atribuições destacam-se as relacionadas ao conhecimento geológico como ponto básico da procura de bens minerais, com vistas ao momento da exploração mineral, mediante a integração governo-iniciativa privada. Assim, as concessões de pesquisa e lavra às empresas de mineração tiveram aumento da ordem de 57% e 34%, respectivamente, deixando antever um crescente interesse do empresariado nacional em novas descobertas minerais.

Deve ser ressaltada a atuação do Grupo Executivo da Indústria de Mineração — GEIMI, sobretudo em termos de concessão de incentivos fiscais para a aquisição de equipamento sem similar nacional. Tais incentivos alcançaram os montantes de Cr\$ 426,7 milhões e Cr\$ 100 milhões, oriundos, respectivamente, dos impostos sobre importação e sobre produtos industrializados.

O DNPM realizou, no exercício, levantamentos geológicos de reconhecimento, em escala 1:250.000, que abrangeram área aproximada de 562.800 km², fornecendo os seguintes resultados: 125.726 km² mapeados, 4.294 afloramentos estudados, 2.331 amostras coletadas, 2 ocorrências minerais cadastradas, além de 7 relatórios finais e 2 de etapa concluídos.

Por outro lado, os levantamentos geológicos de semidetalhe, em escalas 1:100.000 ou 1:50.000, abrangeram cerca de 32.163 km², fornecendo os seguintes dados: 13.130 km² mapeados, 6.611 afloramentos estudados, 2.740 amostras de rochas coletadas, 989 amostras geoquímicas coletadas, 59 ocorrências minerais cadastradas, além de 3 relatórios finais e 1 de etapa concluídos.

No Programa Prospecção e Avaliação de Minérios, destacam-se os projetos Carvão no Rio Grande do Sul, cujos trabalhos possibilitaram a ampliação das reservas inferidas de 60 milhões de toneladas para 495,6 milhões de toneladas de carvão, e Araranguá-Torres, onde novos furos realizados ampliaram as possibilidades de uma futura lavra na área. Ainda neste Programa devem ser citados os projetos Sondagem Bambuí, Sondagens Curaçá, Estanho de Abonari e Sulfetos de Altamira-Itaituba, voltados para a definição do potencial de áreas de minerais metálicos, principalmente chumbo, zinco, cobre e cassiterita.

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM, no decorrer de 1977, empreendeu cerca de 50 projetos de pesquisas próprias, objetivando a localização e estudo sistemático de substâncias minerais carentes no País, tais como os minerais metálicos não-ferrosos — especialmente cobre, níquel, zinco e chumbo — fertilizantes fosfatados, combustíveis fósseis sólidos, minerais de metais ferrosos, metais nobres e agregados minerais com aplicação na agricultura, como corretivo de solos.

No campo da tecnologia mineral, a CPRM desenvolveu 15 projetos, dos quais 12 através do DNPM, 1 através de empresa particular e 2 com pesquisas próprias.

A CPRM desenvolveu ainda diversos trabalhos especiais nos campos de cartografia, topografia, geodésia, aerofotogrametria, geologia marinha, cadastramento de depósitos minerais, integração de dados e levantamento bibliográfico, cabendo mencionar os seguintes: Projeto Cadastramento dos Depósitos Minerais do Brasil, que visa à implantação do Arquivo Eletrônico de Depósitos Minerais; Projeto Bibliografia Geológica do Brasil, visando à elaboração de resumos de publicações sobre geologia brasileira; e Projeto Reconhecimento Global da Margem Continental Brasileira, realizado em convênio com a PETROBRÁS, DNPM, DHN e CNPq.

Por solicitação do DNPM, a CPRM executou o Balanço Mineral Brasileiro, com a finalidade de fornecer aos órgãos de planejamento governamental subsídios para avaliação da posição do País quanto a 15 substâncias minerais selecionadas, agrupadas em três categorias distintas: metais ferrosos — cromo, ferro, manganês, nióbio, níquel e tungstênio; metais não-ferrosos — alumínio, chumbo, estanho e zinco; e minerais não-metálicos — amianto, magnesita, fosfato e potássio. Na seleção destas 15 substâncias, classificadas como representativas do universo mineral brasileiro (excluídos os minerais energéticos e nucleares), considerou-se não apenas a sua participação na produção mineral brasileira, mas também sua importância na balança comercial do País.

A CPRM recebeu das empresas de mineração que atuam no Brasil 9 pedidos de financiamento, no valor global de Cr\$ 105 milhões. Decorridos 7 anos da existência do programa federal de assistência financeira à pesquisa mineral, até o final de 1977, a CPRM havia recebido 97 projetos de empresas privadas nacionais, envolvendo o financiamento Cr\$ 600 milhões.

Em decorrência da crise da indústria siderúrgica internacional, iniciada em meados do ano de 1974 e agravada no decorrer de 1977, os resultados apresentados pela Companhia Vale do Rio Doce — CVRD foram ligeiramente inferiores aos de 1976. O volume físico das vendas, incluindo os mercados interno e externo, situou-se em torno de 45,2 milhões de toneladas, com o faturamento em torno de US\$ 686,8 milhões. Em conjunto com suas associadas SAMITRI e FETERCO, o total de minério de ferro embarcado pelos terminais de Tubarão e Vitória atingiu cerca de 47 milhões de toneladas, num total da ordem de US\$ 720 milhões.

Três importantes inaugurações, ocorridas em 1977, devem ser registradas: a da Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização — ITABRASCO, para a produção de 3 milhões de toneladas anuais de pelotas de ferro; a da Celu-

lose Nipo-Brasileira — CENIBRA, para a produção de 255 mil toneladas anuais de celulose branqueada; e a duplicação da linha Estrada de Ferro Vitória-Minas, de real importância para o escoamento do minério de ferro.

Ainda em 1977 a CVRD efetivou a compra das ações que a U.S. Steel mantinha na Amazônia Mineração S.A., ficando, desta forma, o Projeto Carajás sob exclusiva responsabilidade da empresa brasileira. Na área de pesquisas geológicas, destacou-se a descoberta de promissoras ocorrências de ouro na Serra das Andorinhas, ao sul de Carajás (PA).

A política governamental de controle da inflação e reequilíbrio do balanço de pagamentos do País exigiu atuação especial da PETROBRÁS, durante 1977, com resultados satisfatórios quanto aos preços do petróleo importado. Assim, logrou-se que a importação global líquida atingisse preço médio de US\$ 11,90/barril FOB, inferior ao preço estipulado pela OPEP (US\$ 12,70/barril), a partir do início do ano.

Foram importados 47,26 milhões de metros cúbicos de matérias-primas (petróleo e nafta), no montante de US\$ 3,660 bilhões FOB, dos quais 1,57 milhão para reexportação. As importações de derivados totalizaram US\$ 149 milhões; deduzidas as reexportações de petróleo e as exportações de derivados, resultou dispêndio cambial líquido de US\$ 3,534 bilhões FOB.

O consumo global dos principais derivados de petróleo apresentou aumento de 0,6% sobre o ano de 1976. Entre eles, o óleo diesel acusou o maior incremento (cerca de 6,9%), explicado, sobretudo, pelo bom desempenho do setor agrícola. A demanda de gás liquefeito do petróleo cresceu 6,6%, devido praticamente à estabilização do seu preço de venda ao consumidor.

Fato a ser sublinhado é a redução do consumo de gasolinas, de 4,2% em relação a 1976, apesar do aumento da frota de veículos do País, percentual que se eleva

para 7,4% se deduzidas as parcelas de álcool carburante misturadas. Já o consumo de querosene de aviação permaneceu praticamente estável, em vista da sistemática adotada pelo Departamento de Aeronáutica Civil, objetivando a racionalização dos vãos.

Situação semelhante ocorreu com o óleo combustível, embora os principais segmentos industriais consumidores desse derivado apresentassem bom desempenho. Isto pode ser atribuído à política de desestímulo ao uso supérfluo do produto, mediante a adoção do depósito compulsório restituível.

A produção nacional de petróleo alcançou 9,330 milhões de m^3 , dos quais 2,237 milhões (24%) na plataforma continental e o restante nos campos terrestres da Bahia (5,182 milhões de m^3), Sergipe (1,585 milhão de m^3), Alagoas (173 mil m^3) e Espírito Santo (153 mil m^3). A produção de gás natural alcançou 1,782 bilhão de m^3 e a de líquido de gás natural atingiu 327 mil m^3 .

Houve, portanto, em relação a 1976, aumento da ordem de 8,7% na produção de gás natural e de 7,9% na de líquido de gás natural, ocorrendo um decréscimo de 3,8% na produção de petróleo, em razão do declínio natural dos campos de terra, embora compensado, em boa parte, pela produção dos campos marítimos. Deve-se ressaltar que tais campos, a partir do primeiro trimestre de 1978, passarão a contar com mais 6 poços produtores da bacia de Campos, prevendo-se a produção, já para este ano, de 12,6 milhões de m^3 de petróleo, 2,325 bilhões de m^3 de gás natural e 310 mil m^3 de líquido de gás natural.

Os trabalhos de exploração realizados em diversas bacias sedimentares e na plataforma continental possibilitaram elevar para 147,1 milhões de m^3 as reservas de petróleo que, ao final de 1976, somavam 139,3 milhões de m^3 . As reservas de gás natural foram avaliadas em

34,290 bilhões de m³, ligeiramente superiores ao volume estimado no final do ano anterior.

As descobertas mais expressivas ocorreram na plataforma continental do Estado do Rio de Janeiro, onde foram encontrados mais 5 campos com grande espessura de rochas produtoras e elevadas vazões de óleo. Num deles identificou-se a maior espessura de calcarenitos com óleo até agora verificada no Brasil. Outras descobertas, com boas perspectivas comerciais, ocorreram também nas bacias do Espírito Santo, Ceará e Alagoas-Sergipe.

A atuação da Petrobrás Internacional S.A. — BRASPETRO foi marcada pela descoberta do campo de *Majnoon*, no Iraque, cujo potencial de produção é altamente promissor, enquanto na Argélia do primeiro poço pioneiro jorrou petróleo com vazão diária de 955 m³ e na Colômbia a produção média diária atingiu 1.860 m³. Tiveram prosseguimento ainda trabalhos exploratórios na Líbia e no Irã.

Com relação às atividades das companhias estrangeiras que assinaram contratos com cláusula de risco para exploração de petróleo no País, a British Petroleum iniciou, em dezembro último, a perfuração do primeiro poço, na bacia de Santos. Outras companhias — Shell, Elf e Esso — deverão iniciar perfurações exploratórias no segundo trimestre de 1978, enquanto prosseguem as negociações de outras 11 propostas, das quais poderão advir novos contratos.

As refinarias e fábricas de asfalto da PETROBRÁS processaram cerca de 54,7 milhões de m³ de óleo cru. Tal nível de realização tornou-se possível devido à inauguração da Refinaria Presidente Getúlio Vargas, em Araucária (PR). Esta unidade, além de proporcionar economia de divisas, está suprimindo os Estados do Paraná e Santa Catarina a custos globais menores do que quando aqueles produtos provinham do Estado do Rio de Janeiro.

Dentro do objetivo permanente de atender, econômica e adequadamente, ao mercado consumidor de combustíveis, lubrificantes, asfaltos, solventes e insumos petroquímicos, outras obras de ampliação do parque de refino tiveram prosseguimento. Em 1978 deverão estar concluídas e iniciando operações uma nova unidade de lubrificantes da Refinaria Duque de Caxias (RJ) e uma ampliação na Refinaria Landulpho Alves (BA), que atenderá às necessidades da Central de Matérias-Primas do Pólo Petroquímico do Nordeste, em Camaçari (BA).

Também estiveram a cargo da PETROBRÁS o estudo e a implantação de outras fontes de energia, capazes de substituir parte do consumo de petróleo, em especial o álcool produzido a partir da mandioca, o xisto e o carvão gaseificado. Já se encontra em fase de pré-operação uma planta-piloto, instalada em Curvelo (MG), visando à produção de 60 mil litros diários de álcool de mandioca. O projeto para o aproveitamento industrial do xisto de Irati vem sendo elaborado com base nos resultados fornecidos pela usina-piloto de São Mateus do Sul (PR), além de prosseguirem as pesquisas para seleção do processo de gaseificação adequado aos carvões existentes no sul do País.

Com relação aos investimentos realizados pela PETROBRÁS durante o ano de 1977, deu-se prioridade às atividades de exploração e produção de petróleo, com ênfase na plataforma continental. Para tais atividades, os investimentos somaram Cr\$ 9,780 bilhões, enquanto para refinação foram destinados Cr\$ 5,1 bilhões; para terminais e oleodutos alocaram-se Cr\$ 2,5 bilhões; para transporte marítimo, Cr\$ 1,8 bilhão; para aplicações financeiras em subsidiárias, Cr\$ 2,2 bilhões; e para fins diversos, Cr\$ 940 milhões, totalizando investimentos da ordem de Cr\$ 22,4 bilhões.

Merecem destaque, com relação à Petrobrás Química S.A. — PETROQUISA, os projetos para as Centrais de

Matérias-Primas do II e III Pólos Petroquímicos (COPENE e COPESUL). A Petroquímica do Nordeste S.A. — COPENE entrará em operação em 1978 e a Companhia Petroquímica do Sul — COPESUL, com obras já iniciadas, deverá operar a partir de 1981.

A Petrobrás Fertilizantes S.A. passou a deter o controle acionário da ULTRAFÉRTIL e da PETROFÉRTIL. Com o apoio financeiro do BNDE e de entidades externas, prosseguem os trabalhos de implantação das fábricas de amônia e de uréia, em Araucária (PR) e em Laranjeiras (SE).

Constituída em fevereiro de 1977, a Petrobrás Mineração S.A. iniciou a avaliação econômica das jazidas de evaporitos, em Sergipe, e a realização de testes de mineração de carnalita. Ao findar do ano, encontrava-se em delimitação a área destinada à instalação do complexo industrial.

Finalmente, cabe mencionar que a Petrobrás Distribuidora S.A. e a Petrobrás Comércio Internacional S.A. — INTERBRÁS desenvolveram suas atividades com recursos próprios. A primeira, em termos de resultados, é a empresa mais lucrativa do setor, sendo hoje uma fonte de dividendos para a PETROBRÁS, e a segunda em 1977 concluiu negociações no montante de quase US\$ 650 milhões.

Petroquímica

No contexto das medidas adotadas no planejamento do setor petroquímico brasileiro, o Governo federal vem empregando diversos instrumentos de ação direta que objetivam, dentre outras prioridades, o fortalecimento da empresa privada nacional e a descentralização industrial.

A consolidação dessa política pode ser prontamente verificada pela análise dos projetos incentivados pelo Governo, através do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), nos últimos anos, comparativamente ao quadro apresentado na segunda metade da década passada.

Entre os anos de 1965 e 1969, a concessão de incentivos pelo CDI apresentava a seguinte distribuição:

<i>Maioria de capital</i>	<i>N.º de projetos</i>	<i>Investimento histórico</i> (em US\$ milhões)
Estrangeiro	20	202
Nacional	15	165
<i>Total</i>	35	367

Distribuição por Estado

	<i>N.º de projetos</i>	<i>%</i>	<i>Investimento — %</i>
São Paulo	23	65,8	75,5
Bahia	7	20,0	20,9
Rio de Janeiro	2	5,7	2,5
Pernambuco	1	2,8	0,6
Rio Grande do Sul	2	5,7	0,5
<i>Total</i>	35	100,0	100,0

Enquanto a maioria dos projetos incentivados correspondia às empresas sob controle estrangeiro, elevado percentual dos investimentos era canalizado para a região Centro do Brasil, em particular para o Estado de São Paulo. Em um período que correspondeu à instalação do primeiro pólo petroquímico do País, nada mais razoável que os investimentos se concentrassem na região de maior consumo e que correspondessem em maior proporção às empresas já existentes, predominantemente controlados por capital estrangeiro.

As oportunidades iniciais de maior participação do empresário privado nacional no setor e de descentralização industrial surgiram por ocasião do planejamento do pólo petroquímico do Nordeste, quando se concebeu o modelo tripartite — uma associação daquele com as empresas estrangeira e estatal.

Assim é que, entre 1970 e 1977, o quadro inicial alterou-se profundamente. Dos projetos incentivados pelo

Governo, passaram a predominar aqueles de empresa sob controle eminentemente nacional:

<i>Maioria de capital</i>	<i>Nº de projetos</i>	<i>Investimento histórico</i> (em US\$ milhões)
Estrangeiro	22	205
Nacional	48	2.962
<i>Total</i>	70	3.167

Distribuição por Estado

	<i>Nº de projetos</i>	<i>%</i>	<i>Investimento — %</i>
São Paulo	25	35,0	11,6
Bahia	30	42,0	46,1
Rio de Janeiro	6	8,5	1,8
Pernambuco	2	3,0	1,7
Rio Grande do Sul	6	8,5	35,3
Alagoas	2	3,0	3,5
<i>Total</i>	71	100,0	100,0

A região Centro, que no final da década passada absorvia cerca de 78% dos investimentos em petroquímica, teve sua participação reduzida para perto de 13% nos últimos 7 anos, dando oportunidade a outras duas regiões brasileiras de se integrarem no desenvolvimento do setor petroquímico, de forma harmônica e equilibrada, como perseguida no planejamento global.

Considerados apenas os últimos 4 anos, a distribuição por projetos seria: São Paulo 18%, Bahia 53%, Rio Grande do Sul 16%, outros Estados 13%; enquanto os investimentos se repartiam por São Paulo (3%), Bahia (17%), Rio Grande do Sul (47%) e outros (3%).

De outra parte, deve-se registrar a elevada participação do empresário privado nacional na condução dos novos projetos nos últimos anos: formaram-se cerca de 30 empresas nacionais, sob controle privado, sendo que

apenas 5 têm presença majoritária da PETROQUISA, a empresa estatal do setor, no capital votante.

Sem dúvida, o biênio 1977/78 marcará a história da petroquímica no País, com a entrada em operação da maioria das instalações integrantes do complexo petroquímico do Nordeste, ou sejam: Central de matérias-primas (equivalente a 380.000 t/a de eteno e co-produtos), polietileno de baixa densidade (100.000 t/a) e polietileno de alta densidade (60.000 t/a), polipropeno (50 mil t/a), estireno (100.000 t/a) e poliestireno, óxido de eteno (105.000 t/a — projeto global) e etilenoglicóis, tolueno diisocianato (23.000 t/a), caprolactama (40.000 t/a), incluindo o dimetiltereftalato (60.000 t/a).

Com a entrada em operação da COPENE e seus satélites, deverão ser verificadas as possibilidades de exportação de excedentes, o que normalmente ocorre após o início de operação de complexos dessa natureza.

A entrada em operação da POLIBRASIL, prevista para março, representará a plena consolidação do pólo petroquímico de São Paulo.

A execução dos projetos eteno (via álcool) e dicloroetano em Alagoas deverá obedecer a um ritmo acelerado para dar sustentação à colocação do cloro da salgema e suprir os projetos de cloreto de vinila (MVC/PVC) já concebidos.

No pólo petroquímico do Sul, espera-se, para o corrente ano, o início da execução física da maioria dos projetos que o integram, a fim de que, cumprindo-se o cronograma estabelecido, o término da montagem ocorra no final de 1981.

O setor petroquímico vem se apresentando como um dos segmentos industriais que melhor responde às diretrizes do Governo, contidas nas resoluções ns. 9 e 14 do Conselho de Desenvolvimento Econômico, não se restringindo somente às que objetivam a descentralização industrial e o fortalecimento da empresa privada nacional, mas também àquelas que se referem à maximização dos

serviços de engenharia no País e de nacionalização das máquinas e equipamentos, bem como aos trabalhos de desenvolvimento de tecnologia própria. ...

Com respeito à energia elétrica, os resultados podem ser considerados altamente satisfatórios. Com efeito, durante o ano a geração bruta de energia elétrica alcançou 99.869 GWh, dos quais 92.943 GWh de origem hidráulica e 6.926 GWh de origem térmica. Foram acrescidos 1.737 MW à capacidade geradora instalada no Brasil, passando de 21.060 MW, em 1976, para 22.797 MW, em 1977. Deste total, 19.198 MW correspondem à geração de origem hidráulica, que apresentou um acréscimo de 1.523 MW, enquanto os restantes 3.599 MW à geração térmica, representando um acréscimo de 214 MW. Por regiões, ocorreram acréscimos de 120 MW na região Norte, com a entrada em operação de unidades da Usina Hidrelétrica Curuá-Una e da Usina Termelétrica Manaus II; de 444 MW na região Nordeste, com a entrada em operação de unidades da Usina Hidrelétrica de Moxotó e da Usina Termelétrica Bongi; de 1.068 MW na região Sudeste, com a entrada em operação de unidades das Usinas Hidrelétricas de Capivara, Ilha Solteira, Promissão e Marimondo; e de 105 MW na região Centro-Oeste, com a entrada em operação de unidades das Usinas Hidrelétricas Assis Chateaubriand, Casca III e Cachoeira Dourada. Não ocorreu modificação na Região Sul.

O consumo de energia elétrica no País situou-se em 87.316 GWh, dos quais 49.529 GWh referem-se ao consumo industrial, 16.983 GWh ao consumo residencial, 10.590 GWh ao consumo comercial e 10.214 GWh a outros (serviços públicos, transportes, etc.). O número de consumidores passou de 12,226 milhões em 1976, para 13,179 milhões em 1977, dos quais 11,285 milhões residenciais.

O consumo de combustível para geração termelétrica apresentou os seguintes totais em toneladas: 955.000 de

óleo combustível (938.000 em 1976), 231.000 de óleo diesel (227.000 em 1976) e 1.596.000 de carvão-vapor (1.046.000 em 1976). O consumo *per capita* elevou-se de 703 KWh/habitante, em 1976, para 769 KWh/habitante, em 1977.

O comportamento hidrenergético, por região, pode ser resumido nas seguintes informações: no Sul as baixas afluições verificadas no rio Iguaçu, em Salto Osório, originaram a necessidade de transferência de energia da região Sudeste; a geração hidrelétrica participou com 81,9% do total e a térmica, à base de carvão-vapor, com 16,9%, restando apenas 1,2% para a geração térmica à base de derivados do petróleo; foram exportados 72 GWh para o Paraguai e Uruguai; no Sudeste as condições hidrológicas foram favoráveis durante o ano, exceção feita aos meses de fevereiro e março, o que permitiu a minimização da geração termelétrica, que se situou em apenas 0,8% do total, reduzindo o consumo do óleo combustível em relação ao ano anterior; foram transferidos 519 GWh para a região Sul; no Nordeste, apesar das condições hidrológicas desfavoráveis, apenas 0,2% da geração foi de base térmica; realizou-se operação conjunta CHESF-CEMIG, visando ao atendimento dos requisitos hídricos da Usina de Paulo Afonso.

Itaipu Binacional

A construção da Central Hidrelétrica de Itaipu, obra binacional brasileiro-paraguaia, prosseguiu no ritmo estabelecido nos cronogramas do projeto.

Atento às necessidades internas e aos compromissos assumidos pela Nação no Tratado de Itaipu, o Governo brasileiro, como principal financiador do empreendimento, houve por bem situá-lo como prioritário, com vistas aos investimentos necessários. Assim, até o final de 1977, já havia sido investido no projeto o equivalente a US\$ 1,12 bilhão.

A continuidade do empreendimento em 1978 está assegurada em nível consentâneo com o programado, uma vez que o Conselho de Desenvolvimento Econômico aprovou, no quadro dos programas de investimento, o montante equivalente a US\$ 796,5 milhões que, somado a dispêndios de capital — incluindo os encargos de financiamento — elevará o desembolso total, em 1978, em favor do Projeto Itaipu, do equivalente a US\$ 953,9 milhões.

No domínio da execução, teve continuidade, em 1977, a construção do canal de desvio do rio Paraná, na área da futura barragem, tendo sido escavados cerca de 18 milhões de metros cúbicos, dos quais 12 milhões em rocha, perfazendo um total de 35.300.000 m³ escavados.

Firmado em maio de 1977, pela entidade binacional, o contrato para execução das obras de concretagem da central, tiveram estas início em outubro com a construção da estrutura de controle do canal de desvio e deverão prolongar-se na barragem principal, vertedouro e outras obras, até 1982, utilizando cerca de 13 milhões de metros cúbicos de concreto.

Finalmente, estão em curso as negociações para a aquisição do equipamento elétrico e mecânico permanente da Central Hidrelétrica, cujos contratos de compra deverão ser firmados no primeiro semestre de 1978 e que incluirão, entre outros aspectos, um índice de nacionalização não inferior a 70%.

Cabe ressaltar, ainda, a autorização concedida a diversas concessionárias para efetuar ligações de consumidores residenciais de baixo poder aquisitivo, por meio de instalações simplificadas, sem medidores, de forma a baratear sensivelmente seus custos. Esta providência, ao permitir a milhares de residências receberem anualmente energia elétrica, vem contribuindo para reduzir a utilização de derivados do petróleo, a par do seu alto significado social.

Por intermédio da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras — CAEEB, o Ministério das Minas e Energia vem buscando incentivar o aproveitamento do carvão como fonte de energia pelas indústrias nacionais, em substituição ao óleo combustível. Os resultados alcançados têm sido altamente positivos, uma vez que o setor industrial, que apresentava em 1975 um consumo de 185 mil toneladas, passou em 1976 para 261 mil toneladas, tendo atingido, em 1977, 308 mil toneladas. Houve, portanto, incremento de 66,5% em relação a 1975 e de 18% relativamente a 1976. Deve-se ressaltar ainda a elevação do número de consumidores, de apenas 7 em 1975 para mais de 150 em 1977.

Para o desenvolvimento adequado do Programa Nuclear Brasileiro foram introduzidas modificações na legislação, atribuindo-se competência à Empresas Nucleares Brasileiras S.A. — NUCLEBRÁS para participação nas áreas de reatores e de combustíveis nucleares, bem assim à Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN, quanto ao assessoramento ao Ministério das Minas e Energia nas questões nucleares.

A NUCLEBRÁS executou projetos de prospecção e pesquisa dos minérios de urânio em número de 25, 38 e 64, respectivamente em 1975, 1976 e 1977, destacando-se levantamentos aerogeofísicos de 757.000 km², mapeamento geológico de 62.414 ha, além de inúmeras coletas de amostras e sondagens. Daí resultaram reservas de urânio medidas de 32.300 toneladas e inferidas de 34.500, perfazendo total de 66.800 toneladas. Para 1978 estão previstos mais 71 projetos.

Teve prosseguimento, por outro lado, o Programa de Desenvolvimento da Tecnologia de Reatores, a cargo da CNEN, NUCLEBRÁS e ELETROBRÁS. Este Programa visa ao estabelecimento de instalações de centrais nucleares para o atendimento do parque energético brasileiro, bem como ao desenvolvimento da tecnologia nuclear,

tendo em vista a participação da indústria e engenharia nacionais no programa de instalações nucleares.

Recursos financeiros foram alocados em 1977 ao Instituto de Energia Atômica com vistas à realização de estudos voltados para procedimentos técnicos e gerenciais sobre licenciamento de centrais nucleares e pesquisas relacionadas com o ciclo do combustível nuclear.

Foi dada seqüência, também, ao Programa Aplicação de Radioisótopos, que tem por finalidade promover e estimular a produção, distribuição e aplicação de radioisótopos, radiofármacos e fontes radioativas, para utilização na agricultura, medicina e biologia, controle da poluição, indústria e engenharia. As aplicações de radioisótopos na agricultura têm sido concentradas no Centro de Energia Nuclear na Agricultura, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba, integrado ao Programa Nacional de Energia Nuclear, por convênio com a CNEN.

Os trabalhos relativos à poluição do ar, águas e alimentos vêm sendo executados pelo Instituto de Biofísica da Universidade Federal do Rio de Janeiro e visam a desenvolver técnicas nucleares e formar equipes para o assessoramento e colaboração com as instituições públicas e privadas para o controle da poluição que, eventualmente, possa ser causada por instalações nucleares.

INTERIOR

Os esforços do Governo Federal que objetivam o desenvolvimento econômico e social empreendem-se, em significativa parcela, através do Ministério do Interior, ao qual se atribuem atividades de desenvolvimento regional — particularmente no Nordeste, na Amazônia e no Centro-Oeste e em sub-regiões como o vale do São Francisco e a Zona Franca de Manaus —, do setor de habitação, de saneamento básico e de saneamento geral,

de controle e preservação do meio ambiente, proteção das comunidades indígenas, e de desenvolvimento comunitário em todo o interior do País — estas através do projeto Rondon.

As ações de planejamento e coordenação dos programas especiais, que se realizaram por intermédio das superintendências de desenvolvimento regional vinculadas ao Ministério do Interior, receberam tratamento especial. Também o novo sistema adotado para os incentivos fiscais apresentou saldos positivos para a economia do Nordeste e da Amazônia, as duas regiões diretamente beneficiadas pelo FINOR e FINAM, aos quais somaram-se ponderáveis reforços financeiros.

Igualmente merece destaque, entre as realizações do Ministério do Interior, o prosseguimento do Programa Nacional de Capacitação de Recursos Humanos para o Planejamento Urbano, realizado em convênio com a Secretaria de Planejamento e o MEC, bem como de cursos sobre elaboração de projetos, planejamento do desenvolvimento regional, planejamento de recursos naturais, planejamento de recursos humanos e treinamento gerencial, executados pelo Centro de Treinamento do Banco do Nordeste, em função de convênio entre o Ministério do Interior, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, o Banco do Nordeste do Brasil S.A. — BNB e a Organização dos Estados Americanos.

Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia — POLAMAZÔNIA

A programação do POLAMAZÔNIA para 1977 contemplou 246 projetos, dentre os quais 46 referem-se a empreendimentos novos e os demais representam projetos iniciados em exercícios anteriores. Cerca de 180 projetos se distribuem entre os 19 pólos sob jurisdição da SUDAM e 66 se localizam na área de atuação da SUDECO.

Acham-se empenhados na execução física desses empreendimentos cerca de 40 órgãos, integrando esforços dos governos federal e estaduais.

A execução dos projetos no setor agropecuário permitiu alcançar, em regularização fundiária, a discriminação de área em torno de 4,5 milhões de hectares; em colonização, a demarcação de 5.850 lotes e a expedição de 2.440 títulos definitivos aos colonos; a construção de 10 armazéns, ampliando a capacidade armazenadora em 30 mil toneladas, e a continuação de obras em 11 outras unidades; a concentração de esforços para o prosseguimento de 80 pesquisas em diferentes segmentos da agropecuária; levantamentos pedológicos abrangendo área de 83 mil km^2 ; conclusão de diversos estudos no campo do desenvolvimento florestal, mormente inventários florestais, cobrindo área de aproximadamente 39 milhões de hectares.

As atividades em infra-estrutura econômica são representadas pelos projetos de transportes, energia elétrica, mineração; somando-se a estes os empreendimentos do setor serviços, chega-se ao total de 71 projetos executados em 1977; entre as principais realizações físicas nesses setores destacam-se a conclusão de 1.415 km de rodovias-tronco e de 849 km de estradas vicinais; a execução de obras em 14 aeroportos, dos quais 6 foram concluídos; a conclusão da primeira etapa (20.000 kW) da usina hidrelétrica de Curuá-Una, no Estado do Pará; a construção de 145 km de linhas de transmissão e de 170 km de redes urbanas de distribuição de energia elétrica, proporcionando aumento de 1.850 ligações domiciliares. Encontram-se em andamento a realização de estudos e a construção de obras em dezenas de outros projetos de elevada magnitude, dentre os quais a usina hidrelétrica de Samuel, as pontes sobre os rios Araguaia e Itacaiúnas, os portos de Macapá e Caracaraí.

Os investimentos realizados em 1977 alcançaram o montante de Cr\$ 1,4 bilhão, e mais Cr\$ 290 milhões

de recursos complementares para apoio a projetos agregados ao Programa.

Também na região Norte, e possuindo objetivos similares aos do POLAMAZÔNIA, desenvolve-se o Programa de Recuperação do Nordeste Paraense, que em 1977 deu seqüência a ações de recuperação sócio-econômica em vasta área do Estado do Pará, abrangendo 31 municípios dos mais importantes daquela unidade da Federação.

As aplicações realizadas em 1977 foram da ordem de Cr\$ 42 milhões, dos quais Cr\$ 37 milhões do Programa de Integração Nacional — PIN.

Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste — POLONORDESTE

Em 1977 as ações do POLONORDESTE estenderam-se a área superior a 500 mil km², abrangendo 507 Municípios com população estimada em 9 milhões de pessoas, das quais 810 mil foram atendidas diretamente.

Vencidas as etapas iniciais — institucionalização do esquema de administração do Programa, formulação da estratégia de desenvolvimento rural integrado e definição de prioridades em termos espaciais — o POLONORDESTE vem implantando 30 projetos de desenvolvimento rural integrado.

Com apoio financeiro do Banco Mundial — BIRD, o Programa vem implantando dois projetos (RURALNORTE, no Rio Grande do Norte, e Serra da Ibiapaba, no Ceará, contemplados com empréstimos no valor de, respectivamente, US\$ 12,0 milhões e US\$ 17,0 milhões), estando em fase final de negociação mais três projetos, envolvendo empréstimos estimados em US\$ 116,0 milhões.

Visando a consolidar as ações desenvolvidas pelo POLONORDESTE, o Banco Central do Brasil está elabo-

rando programa de crédito rural para pequenos produtores.

Em 1977 foram alocados ao POLONORDESTE recursos no valor de Cr\$ 3.210 milhões (exclusive crédito), sendo Cr\$ 1.090,0 milhões para projetos de desenvolvimento rural integrado, Cr\$ 295,0 milhões para projetos de colonização, Cr\$ 162,6 milhões para projetos de apoio às áreas integradas, Cr\$ 1.510,0 para o Programa de Apoio aos Projetos de Irrigação.

Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste

Concebido como instrumento capaz de impulsionar e diversificar o complexo agroindustrial do Nordeste, o Programa de Agroindústria propiciou realização, em 1977, de estudos visando à caracterização de novas potencialidades agroindustriais, em níveis sub-regionais e locais.

Os projetos aprovados visam à industrialização do tomate e de frutos tropicais, produção de óleos vegetais, laticínios e derivados, implantação de abatedouros avícolas, de indústrias de embutidos e defumados.

Os recursos aplicados até 1977 beneficiaram 29 projetos, mobilizando, neste exercício, investimentos totais da ordem de Cr\$ 814 milhões, além de financiamentos correspondentes a Cr\$ 302 milhões.

Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste — Projeto Sertanejo

A área de atuação do Projeto Sertanejo corresponde à zona semi-árida do Nordeste brasileiro, onde as precipitações pluviométricas anuais são em geral baixas e irregularmente distribuídas, com incidência freqüente das secas. Essas áreas totalizam cerca de 860 mil km², representando 52% da superfície do Nordeste e abrigando

população superior a 12 milhões de habitantes, cerca de 41% da população regional.

Além das ações do DNOCs e dos governos estaduais, o Programa conta com a participação executiva da CODEVASF, do INCRA, da EMBRATER, da EMBRAPA e de várias cooperativas.

Os vinte núcleos da programação de 1977 abrangeram 178 Municípios nordestinos, com área de 67,3 mil km² e população de 2.560 mil habitantes, 65% no meio rural, esperando-se atingir a organização de 2.300 propriedades, em 5.800 hectares irrigados, 23.000 hectares de agricultura e 115.200 hectares de pasto nativo melhorado.

Os recursos programados para 1977 foram da ordem de Cr\$ 260 milhões, dos quais liberaram-se Cr\$ 173 milhões.

Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

— POLOCENTRO

O POLOCENTRO visa à exploração racional da região dos cerrados, abrangendo 12 áreas, das quais 3 em Minas Gerais (Triângulo Mineiro, Alto-Médio São Francisco e Vale do Paracatu), 4 em Mato Grosso (Campo Grande — Três Lagoas, Bodoquena, Xavantina e Parecis) e 5 em Goiás (Gurupi, Paranã, Pirineus, Piranhas e Rio Verde).

O mecanismo básico de apoio aos projetos agrícolas conjugou ações nas áreas de pesquisa, assistência técnica e crédito rural orientado, com bons resultados. Foram recebidas propostas de financiamento do valor total de Cr\$ 8,4 bilhões, tendo sido aprovadas 2.200 propostas, que envolveram recursos da ordem de Cr\$ 4,9 bilhões. Esses projetos permitem incorporar 1.236 mil hectares, sendo que 990 mil já foram contratados e, deste total, 722 mil efetivamente preparados para uso agrícola.

No tocante à execução de obras, encontram-se implantados 682 km de estradas rurais, 225 km estão em fase de conclusão e 1.315 km têm seus serviços em andamento. No setor de energia elétrica, para uma programação de 681 km de linhas de transmissão, 88 km estão implantados e o restante encontra-se em fase de execução. Ademais, a capacidade de armazenagem da área do Programa foi aumentada de 410 mil toneladas.

Os recursos aplicados em 1977 somaram Cr\$ 894 milhões, investidos em projetos aprovados.

Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal

Com superfície aproximada de 170.000 km², o Pantanal notabiliza-se por singular vocação para a pecuária, em virtude de seus extensos campos de pastagens naturais. Apresenta, ao mesmo tempo, quadro fisiográfico homogêneo e regime pluviométrico em que se alternam períodos de grande concentração de chuvas e inundações a outros de prolongada estiagem.

Em 1977, foi estendida a atuação do Programa ao setor de recursos naturais, bem como a alguns aspectos sociais. No primeiro caso, implementou-se o subprograma de preservação da fauna e da flora e, no segundo, o subprograma de desenvolvimento social, o qual compreende ações de apoio ao sistema de treinamento, educação rural e ao Centro Universitário de Corumbá. Destinaram-se, neste exercício, recursos da ordem de Cr\$ 269,3 milhões aos órgãos executores, para continuação dos projetos em curso, inclusive parte da elaboração do Estudo de Aproveitamento Integrado da Bacia do Alto Paraguai, a ser realizado em convênio com a OEA e o PNUD.

Programa Especial da Região da Grande Dourados

A característica principal do Programa é a implementação de projetos na área rural da região de Doura-

dos, no Estado do Mato Grosso, visando a promover incorporação de aproximadamente 700 mil hectares ao sistema produtivo regional. A área tem como centro de influência a cidade de Dourados e compreende 22 municípios. Cerca de 450 mil hectares de solos já foram preparados para o uso agrícola, com apoio em obras de infra-estrutura.

No setor de transportes a construção de estradas alcançou 71% dos 308 km programados, destacando-se os trechos Caarapó — Carapã — BR-463 (53 km) e Dourados — Picadinho — Itaun (50 km).

No setor de energia os trabalhos terminados durante o exercício de 1977 representam 50% de todos os projetos, enquanto no setor de armazenamento as unidades concluídas, ou em fase de conclusão, significam reforço da capacidade armazenadora, na área, da ordem de 60 mil toneladas.

Os recursos liberados em 1977 atingiram o montante de Cr\$ 180 milhões.

Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília

O ano de 1977 marcou-se como período de grandes realizações na área de atuação do Programa, com expressivo número de projetos concluídos ou em fase final de execução, beneficiando diversos setores econômicos e sociais. Nesse caso estão os projetos de educação, com escolas instaladas em 8 municípios, com capacidade para matricular 4.200 alunos, e 70 escolas rurais. Com relação ao treinamento de professores, o Programa vem financiando capacitação e licenciatura de mais 1.700 contratados para o ensino de 1º e 2º graus.

Nos setores de saúde, saneamento e desenvolvimento urbano foram concluídas diversas obras, entre elas 22 unidades sanitárias e os hospitais de Alvorada do Norte e Campos Belos, no Estado de Goiás. Na área do Plano

Nacional de Saneamento — PLANASA entraram em funcionamento os serviços de água das cidades de Anápolis, Catalão, Leopoldo de Bulhões, Arinos, Pirenópolis, Formosa, Buritis, Guarda-Mor e Presidente Olegário, estando em fase de conclusão os sistemas de esgotos sanitários de Catalão, Pires do Rio, Uruaçu, Alvorada do Norte, Paracatu e Unaí, cujas comunidades também se beneficiaram com melhorias urbanas, inclusive Plano Ordenador do Espaço Urbano.

Na área de energia as linhas de transmissão concluídas no exercício perfazem total de 140 km, e no que se refere à de desenvolvimento rural, uma das que contaram com maior soma de recursos do Programa, foram implementados projetos de pesquisa, assistência técnica, armazenagem e de instalação de colonos. Verificaram-se no período conclusão de 64 experimentos e construção de um armazém em Vianópolis, com capacidade para 6 mil toneladas.

Os recursos aplicados em 1977 alcançaram o montante de Cr\$ 126,3 milhões.

Programa Especial do Norte Fluminense

A área total do Programa Especial do Norte Fluminense abrange 14 Municípios, tendo como economia básica a agroindústria açucareira, bem como terras apropriadas para produção de cereais e hortifrutigranjeiros.

O DNOS realiza obras nas quatro bacias do norte fluminense, compreendendo saneamento geral e básico, proteção contra enchentes e recuperação de terras para aproveitamento agropastoril.

Este ano foram concluídos os estudos e projetos previstos para a bacia do rio São João, bem como obras de acesso, e preparados os elementos para execução da barragem de Juturnaíba. Executaram-se também, num total

de 76 km de canais, os projetos de dragagem e revestimento, para o que despenderam-se recursos da ordem de Cr\$ 40 milhões.

Na bacia do rio Macaé foram feitas obras de dragagem de canais, num total de 65 km, de revestimento em 595 metros e concluídas etapas de estudos e projetos, bem como obras complementares. Os investimentos realizados corresponderam a Cr\$ 35 milhões.

Foram concluídos estudos e projetos programados para a bacia dos rios Sarapuí e Meriti e executados 28 km de dragagem de canais, além de revestimentos em 1.285 metros. Dos serviços de obra de arte e complementares foram executados 83% e 65%, respectivamente, mobilizando-se cerca de Cr\$ 48 milhões.

Os trabalhos da bacia do baixo rio Paraíba do Sul constaram de dragagem de 61 km, revestimento de canais e galerias em 140 metros, elaboração de estudos, projetos, obras de arte e complementares, correspondendo os recursos a Cr\$ 55 milhões.

Os recursos mobilizados pelo Programa ascenderam a Cr\$ 210 milhões em 1977, excluídos desse montante os investimentos de responsabilidade do Governo do Rio de Janeiro que atingiram Cr\$ 50 milhões.

Programa Especial do Oeste do Paraná

Este Programa objetiva melhoria da infra-estrutura econômica e social da cidade de Foz do Iguaçu, com execução de projetos nos campos do desenvolvimento urbano, do saneamento e da saúde, de forma a atender aos requisitos da transformação que se processa na cidade ante o aumento da população, decorrente da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

No decorrer do exercício foram aplicados Cr\$ 105 milhões.

Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná

A região do noroeste do Estado do Paraná constitui área de grande expressão econômica na agropecuária do sul do País, responsável por 50% da produção do Estado e 80% das respectivas exportações, as quais, em termos nacionais, representam 15% do total; a área possui elevada densidade populacional, com cerca de 3,5 milhões de habitantes, distribuídos em 153 municípios.

A execução do Programa beneficiará cerca de 90 cidades, e a programação de 1977 contemplou ações voltadas para a contratação de projetos e execução de obras, através do DNOS, em 45 cidades, assim como programas de treinamento em mecanização e de assistência técnica ao projeto-piloto da bacia do ribeirão do Rato, a cargo da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná.

Os recursos mobilizados em 1977 totalizaram Cr\$ 150 milhões.

Programa Especial de Controle de Enchentes e Recuperação de Vales

O exercício de 1977 marcou-se por dois eventos importantes nas ações do DNOS, com relação ao Programa Especial de Controle de Enchentes e Recuperação de Vales: um, a conclusão do projeto da barragem-eclusa do canal de São Gonçalo (RS); outro, a dinamização dos trabalhos do projeto vale do Rio Capibaribe (PE), com vistas a permitir a conclusão de todo o sistema de defesa do Recife contra as cheias ainda no primeiro semestre de 1978.

Dos 15 projetos atualmente em execução pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, têm prazo de conclusão fixado para o ano de 1978, além do

vale do Capibaribe, o da cidade de Goiânia (GO), o de proteção da cidade de Campo Grande (MT), o da cidade de Curitiba, o da cidade de Porto Alegre e o do Vale do rio Jaguaribe.

Os recursos aplicados em 1977 foram da ordem de Cr\$ 1 bilhão.

Desenvolvimento da Amazônia

A integração produtiva da Amazônia, por meio de uma política estruturada no crescimento do produto e na melhor distribuição de seus resultados, visando a assegurar redução gradativa das desigualdades regionais, foi impulsionada pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, durante o exercício de 1977.

Relativamente aos incentivos fiscais, durante o exercício de 1977 o Conselho Deliberativo da SUDAM aprovou 110 projetos, sendo 32 de isenção e 78 de colaboração financeira. Por setores, os projetos destinaram-se: 35 à agropecuária, 56 à indústria, 14 a serviços básicos, 3 à agroindústria e 2 a empreendimentos setoriais. O investimento total chegou a Cr\$ 5,8 bilhões em recursos comprometidos, representando a parcela de incentivos fiscais o valor de Cr\$ 3,3 bilhões. Os recursos dos incentivos fiscais liberados em 1977 foram de Cr\$ 1,7 bilhão, sendo Cr\$ 857 milhões para projetos agropecuários, Cr\$ 632 milhões para os industriais, Cr\$ 87 milhões para os de serviços básicos, Cr\$ 33 milhões para o setor de agroindústria e Cr\$ 90 milhões para projetos setoriais.

Além disso a SUDAM desenvolveu, enquanto órgão de planejamento e coordenação, as ações previstas no POLAMAZÔNIA para os 10 pólos em desenvolvimento na sua área de competência, com um total de 180 projetos integrados de infra-estrutura econômica, agricultura e infra-estrutura urbana. Os recursos alocados pela autarquia foram provenientes dos incentivos fiscais (Cr\$ 1,8

bilhão), POLAMAZÔNIA (Cr\$ 360 milhões), União e outras fontes (Cr\$ 295 milhões).

Relativamente ao setor de recursos naturais, prosseguiu a implementação do projeto de levantamentos básicos relacionados com o uso da terra, mediante a utilização do sistema de sensoriamento remoto. Foram localizadas e delimitadas áreas apropriadas para a implantação de projetos pecuários, elaboraram-se mapas de cobertura vegetal da região; verificou-se a qualidade das pastagens e acresceram-se conhecimentos a respeito da rede hidrográfica.

Na área de pesquisas minerais foram desenvolvidos projetos específicos em locais pré-selecionados e concluíram-se estudos em áreas que mostram boas perspectivas de exploração de recursos minerais, os quais, embora já identificados, dependiam ainda de tecnologia adequada para sua correta utilização. Diversos projetos de pesquisas estão em andamento nos pólos Xingu-Araguaia, Tapajós, Trombetas e Carajás.

Entre as metas físicas atingidas no período destacam-se: ampliação e funcionamento do Centro de Tecnologia Madeireira, que se transformou no único núcleo de treinamento de mão-de-obra operária qualificada para as indústrias madeireiras em atividade na região e onde já foram realizados 5 cursos de treinamento e 25 pesquisas sobre espécies vegetais da Amazônia, além de ter sido ampliado seu laboratório em mais 1.000 m² de obras de construção civil; montagem e funcionamento do laboratório de pesquisas minerais; trabalhos de mapeamento e prospecção efetuados pela SUDAM, por intermédio de subprojetos contratados com companhias particulares e órgãos governamentais.

Por seu turno, o projeto de silvicultura tropical e exploração florestal contribuiu expressivamente para a intensificação das pesquisas no setor, com o estabelecimento de metodologias de aproveitamento madeireiro não-predatório do patrimônio florestal.

Outros projetos executaram-se durante o exercício e apresentaram bons resultados, como os seguintes: pesquisas de recursos pesqueiros, com ação concentrada nas principais áreas produtoras de pescado da região; implantação de criatório da fauna silvestre, com vistas à multiplicação das espécies de maior valor econômico para a produção de alimentos, couros e peles; mapeamento cartográfico de áreas amazônicas, delimitadas segundo critério de prioridade estabelecido em função de seu posicionamento geográfico, numa extensão aproximada de 48.000 km².

Relativamente aos serviços básicos foi ativada a estratégia federal prevista para a região, com base em ações concentradas nos setores de energia, transporte e comunicações.

No setor de transportes foi consolidado o sistema viário básico da Amazônia, implantou-se o acesso rodoviário da área de exploração pecuária do sul do Pará à BR-153, aceleraram-se as obras de melhoria dos portos de Belém e Manaus, e intensificaram-se os estudos sobre as condições dos principais rios da Bacia Amazônica, visando a encontrar novas soluções para a questão da navegabilidade e, ao mesmo tempo, encurtar distâncias.

No setor de comunicações a Sudam apoiou financeiramente a implantação da Rede Nacional de Telecomunicações, em toda a região.

Por outro lado, com recursos do POLAMAZÔNIA, a Superintendência complementou uma série de ações de responsabilidade de Ministérios setoriais, principalmente no que se refere à implantação de projetos prioritários para a Amazônia, como o da Hidrelétrica de Curuá-Una (projeto concluído durante o exercício), no pólo Tapajós; a construção da ponte sobre o rio Araguaia (obras em andamento), no pólo Carajás; estudos, projeto e início de construção da ponte sobre o rio Itacaiúnas (pólo Carajás); consolidação da rodovia PA-254—Oriximá—

Prainha (pólo Trombetas); construção dos aeroportos de Conceição do Araguaia, Coari e Boca do Acre, o primeiro no pólo Carajás e os demais no pólo Juruá—Solimões; construção dos portos do Amapá e de Caracará, respectivamente nos pólos Amapá e Roraima; eletrificação rural em Buruticupu (pólo da Pré-Amazônia Maranhense).

Quanto aos setores produtivos, as ações na área da agricultura seguiram modelo de desenvolvimento apoiado na exploração de vantagens comparativas, a partir das quais adotaram-se medidas com a assinatura de convênio com o INCRA — visando à imediata instalação de delegacias do órgão nos locais de culturas prioritárias — e o estímulo à implantação de agroindústrias.

Em relação ao abastecimento, foi adotada política de programas integrados, da qual já resultou a formação de «cinturões verdes» nos arredores de Belém e Manaus, a fim de garantir o suprimento às centrais de abastecimento já em operação.

No setor secundário, a ênfase colocou-se na diversificação do parque industrial da região.

Para as pequenas e médias indústrias já instaladas na região foram estabelecidas novas formas de apoio, como a criação do fundo para financiamento de capital de giro, em condições de liberar recursos também para investimentos, no caso de empresas beneficiadas pelo sistema de incentivos fiscais; para as demais empresas instituiu-se apoio complementar por meio de programas de assistência técnica direta e política de crédito orientado.

Por último, no setor terciário as linhas de ação visaram a promover completa reorganização, levando em consideração aspectos de planejamento e reestruturação de empresas estaduais em Belém e Manaus, elaboração de planos de desenvolvimento turístico para Belém, Manaus e Santarém e implementação do projeto turístico de São Luís.

Os recursos mobilizados, em 1977, na área dos setores produtivos, somaram Cr\$ 80 milhões.

Relativamente à atuação da SUDAM no campo do desenvolvimento urbano, destacaram-se os resultados alcançados na melhoria das condições ambientais e organização do território regional, execução de obras de infraestrutura urbana e de elevação dos padrões sanitários da população. Em Manaus foram executadas obras de combate à erosão e inundação na bacia de Educandos, num total de 10.000 m³ de dragagem.

Na área de atuação do Banco da Amazônia os objetivos básicos foram centrados em 3 programas de ação: Programa de Crédito Especializado, formado dos subprogramas de crédito rural, crédito industrial e de infraestrutura; Programa de Sustentação Econômica, constituído pelos subprogramas de crédito geral e de câmbio; Programa Assistencial, integrado pelos subprogramas de pesquisa, assistência técnica e desenvolvimento de recursos humanos.

Para o primeiro desses programas o saldo dos empréstimos em 1977 foi da ordem de Cr\$ 3,8 bilhões, o que representou um incremento nominal de 43%. Por sua vez, os financiamentos da Carteira de Crédito Rural subiram para Cr\$ 2,1 bilhões, com percentual positivo de 24% em relação ao exercício anterior. As operações realizadas em crédito industrial e de infraestrutura somaram Cr\$ 1,7 bilhão, acusando uma evolução de 76% em relação a 1976. Quanto ao crédito geral, os resultados obtidos durante 1977 foram igualmente de bom nível, com os saldos de empréstimos atingindo a Cr\$ 4 bilhões, superiores portanto em 27% aos do ano anterior. Por fim, os saldos das operações na Carteira de Câmbio totalizaram este ano Cr\$ 650 milhões, importando esse resultado em incremento da ordem de 30%, relativamente ao exercício anterior. O saldo das aplicações operacionais do Banco subiu a Cr\$ 8,6 bilhões em 1977, e o volume de recursos próprios, em termos de saldo, evoluiu

para Cr\$ 1,4 bilhão, em consequência do aumento do capital social.

A ação que a Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUPRAMA desenvolveu também atingiu níveis elevados, principalmente no que se refere à auto-sustentação da economia da Amazônia Ocidental, a área menos desenvolvida de toda a região. Foi significativo o número de firmas importadoras que solicitaram registro para operar na Zona Franca, durante 1977.

Por outro lado, concluíram-se diversas obras, de caráter complementar, destinadas a apoiar a implantação do Distrito Industrial de Manaus, que nos últimos 2 anos cresceu muito acima das previsões.

Para implantação do Distrito Industrial foram aplicados recursos no valor de Cr\$ 23 milhões, com vistas à execução de projetos de sistema viário, abastecimento d'água, rede de energia elétrica, sistema de esgotos sanitários e outras obras de infra-estrutura.

Para o fomento do desenvolvimento comercial, foi construída e inaugurada uma central de fiscalização rodoviária, para cujo projeto foram liberados recursos no montante de Cr\$ 18 milhões.

Considerando as demais atividades executadas pela SUPRAMA, tais como preparação de recursos humanos, melhoria dos serviços de fiscalização, assistência à pequena e média empresas, atividades de administração, fomento à pesquisa e prestação de colaboração técnica, os recursos mobilizados em 1977 alcançaram o montante de Cr\$ 209 milhões.

Desenvolvimento do Nordeste

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, órgão de planejamento e coordenação regional, desdobrou suas ações em 1977 no acompanhamento do POLONORDESTE e demais programas especiais em execução, segundo orientação do II PND.

A execução dos projetos de infra-estrutura básica compreende ações para implantação da malha rodoviária do Nordeste — que contava em 1959, época da criação da SUDENE, com 25.000 km de estradas no sistema básico, dos quais 1.800 km pavimentados, e passou a contar em 1977 com mais de 55.000 km, dos quais 17.100 km pavimentados. Quanto à energia elétrica, o potencial gerador disponível em 1977 foi da ordem de 1.950 MW, o que permitiu produção de aproximadamente 11 milhões de MW/h, podendo-se concluir, com base no parâmetro consumo de energia, que a situação sócio-econômica da região tem experimentado consideráveis melhorias.

Os vários projetos do setor de comunicações em curso no Nordeste, previstos pelo II PND, se relacionam com os esforços de integração dos sistemas nacional e internacional de telecomunicações, a expansão da rede de telex, a melhoria dos serviços telefônicos, bem como a modernização dos serviços postais. No momento a ênfase tem sido colocada em projetos que visam à ampliação e modernização dos serviços telefônicos urbanos e interurbanos de toda a região, que se destinam a beneficiar cerca de 600 localidades, sendo que mais de 300 já tiveram os serviços concluídos no decorrer de 1977.

Em relação às obras de saneamento básico, tendo em vista o caráter prioritário do projeto do vale do rio Capibaribe (PE), o Departamento Nacional de Obras e Saneamento intensificou, durante todo o ano, as atividades programadas para a defesa do Recife contra enchentes.

Quanto aos recursos naturais, foram previstos no orçamento da SUDENE cerca de Cr\$ 40 milhões para o prosseguimento dos levantamentos e pesquisas desse setor em vasta área do Nordeste, compreendendo os recursos hídricos, pesqueiros, pedológicos, minerais e florestais.

Foram executados projetos de levantamentos básicos, com impressão de cartas topográficas cobrindo área

de 95.200 km², envolvendo apoio a serviços de campo em 46.000 km², trabalhos de restituição e de gravação em cerca de 45.000 e 96.118 km², respectivamente, além da demarcação das estações ecológicas de Aiuba e Raso da Catarina, num total de 119.900 ha. Tiveram prosseguimento durante o exercício de 1977 os estudos visando ao levantamento básico integrado dos recursos naturais nas bacias dos rios Itapecuru e Mearim. No período foram ainda operadas e fiscalizadas 117 estações meteorológicas da rede meteorológica regional, e prosseguiram pesquisas sobre modificação artificial da precipitação pluviométrica, tendo como base a cidade de Petrolina (PE).

Com recursos do POLONORDESTE foram perfurados 175 poços públicos, 158 foram recuperados e 39 instalados. Esses trabalhos foram executados por companhia vinculada à SUDENE, que concluiu também a instalação de 68 unidades de bombeamento, construiu 24 casas de bombas e efetuou manutenção de 111. Foram realizadas gravação e impressão de mapas hidrogeológicos referentes ao projeto Inventário Hidrogeológico Básico, num total de 4.500 exemplares, e implantados 2.387 postos hidrométricos na região, em condições de serem imediatamente operados, com aplicação de recursos da ordem de Cr\$ 4 milhões. Relativamente ao solo e à vegetação as ações da SUDENE se voltaram para uma série de projetos considerados prioritários ao desenvolvimento da região, tendo realizado o levantamento de área de sua jurisdição no Estado de Minas Gerais, com o mapeamento de 60.000 km², e iniciado pesquisas visando à correção de solos em áreas da zona da mata dos Estados de Pernambuco e Alagoas.

Outro aspecto relevante a se considerar na política de fortalecimento da economia do Nordeste é a implementação de programas orientados para reduzir os efeitos das secas periódicas que afetam a região. O mais importante desses programas é sem dúvida o da irrigação, a cargo do DNOCS e da CODEVASF, o qual prevê, até

final de 1979, a incorporação ao processo econômico regional de cerca de 145 mil hectares de terras a serem operadas sob o regime de irrigação.

Este programa envolve também projetos de colonização, os quais, embora limitados no contexto das necessidades regionais, têm apresentado resultados compensadores. Dentro desse espírito, surge, como meta prioritária, o assentamento até 1979 de aproximadamente 19 mil famílias de colonos, o que significará a instalação de aproximadamente 95 mil pessoas nas áreas irrigadas.

Os trabalhos realizados em 1977 pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS permitiram o início de operação de mais 1.938 ha de terras irrigadas, com o assentamento de 231 famílias de irrigantes. O total de terras irrigadas atualmente em operação atinge 13.838 ha, enquanto o número de famílias instaladas na área dos projetos atinge 2.368.

Por outro lado, foram concluídos no período 522 poços tubulares, com um total de 35,5 km de perfurações. Foram beneficiados com peixamento 22 viveiros, 76 açudes públicos e 290 açudes particulares, totalizando 1.350 mil alevinos distribuídos. Além disso, o DNOCS administrou 103 açudes públicos, os quais produziram 17.800 toneladas de pescado e beneficiaram diretamente 5.200 pescadores. Os recursos aplicados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas foram da ordem de Cr\$ 1,2 bilhão, e a produção agropecuária alcançou o montante de Cr\$ 120 milhões.

No vale do São Francisco, onde os projetos de irrigação estão sob responsabilidade da CODEVASF, a ação desenvolvida pelo órgão em 1977 permitiu a entrada em operação de 1.996 ha, subindo para 6.368 ha o total de área irrigada em operação. Em consequência, foram instaladas nas áreas de influência dos projetos 387 famílias de irrigantes, com um total acumulado, até o final deste ano, de 1.045 famílias assentadas.

O número de empregos diretos e indiretos gerados pelo Programa elevou-se para 8.278, ao passo que o valor da produção comercializada nas áreas em operação foi da ordem de Cr\$ 60 milhões. Os investimentos realizados pela CODEVASF ascenderam a Cr\$ 790 milhões.

Seguindo orientação do Conselho de Desenvolvimento Econômico, o setor industrial da região mereceu em 1977 prioridade especial em relação à que lhe vinha sendo conferida, em razão mesmo da necessidade de assegurar a implantação de complexos industriais de fundamental importância para o desenvolvimento da região, como o petroquímico.

O Programa de Industrialização do Nordeste, que se volta preferencialmente para o fortalecimento das atividades dos pólos petroquímicos, de fertilizantes, metal-mecânico e eletromecânico, além das indústrias tradicionais, mobilizou recursos da ordem de Cr\$ 6,3 bilhões, dos quais Cr\$ 5 bilhões de incentivos fiscais.

Cabe salientar a elaboração do Plano de Expansão da Produção do Alcool no Nordeste. Até o momento, das 83 propostas aprovadas para instalação de destilarias para produção de álcool carburante no Brasil, 26 localizam-se no Nordeste, totalizando investimentos da ordem de Cr\$ 1,7 bilhão.

No tocante aos investimentos oriundos dos incentivos fiscais, o Conselho Deliberativo da SUDENE aprovou 103 projetos em 1977, sendo 60 industriais, 35 agropecuários, 2 de pesca, 2 de telecomunicações e 4 de turismo, montando a aproximadamente Cr\$ 14 bilhões os investimentos totais comprometidos, dos quais Cr\$ 5,65 bilhões oriundos do Sistema FINOR. As liberações de recursos através deste Sistema alcançaram, durante o ano, a cifra de Cr\$ 5,66 bilhões. Vale destacar que em 1977 foi aprovado o projeto da Caraíbas Metais S.A., Indústria e Comércio, para implantação de unidade produtora para 100 mil toneladas anuais de cobre metálico e 300 mil de ácido sulfúrico, representando, na sua fase atual de

implantação, um investimento total de Cr\$ 5,3 bilhões, dos quais Cr\$ 1,2 bilhão do FINOR.

Criado para desempenhar importante papel na região, o Banco do Nordeste do Brasil — BNB funciona como o principal agente financeiro e depositário dos recursos dirigidos aos projetos aprovados pela SUDENE, dentro da sistemática do FINOR. O valor total do investimento realizado em 1977 atingiu a cifra de Cr\$ 19,3 bilhões, o que significa um crescimento nominal de 46% em relação ao ano passado.

Na qualidade de agente financeiro do desenvolvimento do Nordeste, o BNB aplicou Cr\$ 14,3 bilhões no setor de crédito especializado, representando um crescimento de 57% nos últimos doze meses. As liberações para crédito especializado corresponderam a 71% do movimento total de empréstimos do Banco. Os recursos em crédito especializado distribuíram-se entre o setor rural (Cr\$ 5,5 bilhões) e setores industrial e de serviços básicos (em conjunto, Cr\$ 8,8 bilhões). A expansão em termos nominais foi de 41% para o setor agropecuário e de 69% para indústria e serviços básicos.

No tocante ao crédito não especializado, que engloba as operações de curto prazo, cabe mencionar que a participação relativa do Banco no montante dos empréstimos situou-se em torno de 38%, com um saldo de Cr\$ 5 bilhões. Ao final do exercício verificou-se um aumento de 22% em relação ao saldo do ano anterior.

Ressalta-se ainda o desempenho apresentado pelo Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FUNDEC, através do qual o Banco aplicou em 1977 cerca de Cr\$ 25 milhões em pesquisas tecnológicas, promoção de recursos humanos e publicação de trabalhos técnicos.

Desenvolvimento do Centro-Oeste

A ação da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste — SUDECO no decorrer de 1977

voltou-se principalmente para estudos de planejamento regional, com maior destaque para os projetos da Bacia do Alto Paraguai — que tem em vista integrar vasta área do pantanal mato-grossense ao processo produtivo nacional — e do diagnóstico geo-sócio-econômico da região Centro-Oeste. A SUDECO deu prosseguimento, também, às funções de coordenação e acompanhamento dos programas especiais sob sua responsabilidade, representados pelo POLAMAZÔNIA (5 pólos), Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal, POLOCENTRO, Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília e o Programa Especial da Região da Grande Dourados.

As 5 áreas do POLAMAZÔNIA sob jurisdição da SUDECO são as de Rondônia, Aripuanã, Juruena, Xingu-Araguaia e Araguaia-Tocantins. Nelas, a programação financeira de 1977 atingiu o montante de Cr\$ 471 milhões.

Com relação ao Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília, a atuação da SUDECO teve em vista criar ou fortalecer a infra-estrutura das comunidades incluídas no Programa, aumentando ao mesmo tempo a oferta de emprego rural, a fim de diminuir a pressão que se verifica sobre os equipamentos de saúde, educação e lazer de Brasília, por parte das massas migratórias.

Por outro lado, no Programa de Desenvolvimento dos Cerrados — POLOCENTRO vários projetos foram concluídos em 1977, a maioria relacionada com a estratégia inicial do POLOCENTRO, que é a de viabilizar a exploração de jazidas de calcário, insumo básico para a conquista dos cerrados.

Por último, o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal concentrou recursos principalmente nos setores de transportes, energia, saneamento e agricultura. No setor de transportes destaca-se a conclusão da ligação rodoviária Poconé-Porto Jofre; em saneamento, merecem menção especial as obras que se realizam no canal de Paiaguás, no qual foram construídos 5 dos 14 km programados. Em energia foram concluídos — ou

estão em avançado estágio de execução — projetos de linhas de transmissão e de subestações, que visam a beneficiar as cidades de Várzea Grande, Poconé, Cáceres e outras.

Com relação aos setores produtivos, foi instalado o projeto de suinocultura de Cáceres (MT), destinado a produzir matrizes de puro-sangue, com a execução de 70% de sua programação financeira e de 90% do projeto de construção.

Ainda em 1977 a SUDECO, mediante convênio com o DNER, o DERGO e o DERMAT, fiscalizou e acompanhou a aplicação de recursos na conservação de aproximadamente 2.000 km de trechos das BR 070, 080 e 158, construídos pela Superintendência, e assinou contrato com o Governo de Goiás para início de execução do projeto da Hidrelétrica de Itacajá.

Desenvolvimento do Sul

Durante o exercício tiveram prosseguimento os projetos constantes dos programas especiais a cargo da SUDESUL. Destacam-se entre eles o Programa Especial do Oeste do Paraná, que vem criando condições básicas para implantação do projeto da Hidrelétrica de Itaipu, e o Programa de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Para este último projeto a SUDESUL firmou convênio com vistas à obtenção de assistência técnica para o projeto-piloto de controle da erosão rural na bacia do Ribeirão do Rato. Outro convênio, assinado com o Governo paranaense, objetiva implantar programa de treinamento em mecanização agrícola. (Os dois documentos envolvem recursos de Cr\$ 2,5 milhões). Foi implantado ainda o esquema operacional do Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano e aprovou-se o projeto-padrão de prevenção da erosão urbana.

Em 1977, entre outras medidas adotadas no setor, foi elaborado o diagnóstico industrial metal-mecânico da região Sul, e no setor da agroindústria promoveu a SUDESUL a execução dos subprojetos constantes de seu plano de operações.

A SUDESUL aplicou, durante o exercício de 1977, recursos da ordem de Cr\$ 94 milhões.

A seguir, apresenta-se um resumo da situação dos empreendimentos mais importantes da região.

O Projeto Sudoeste — 1 trata do conjunto de providências visando ao desenvolvimento integrado, em atividades hidroagrícolas, das bacias dos rios Ibicuí e Quaraí em área de cerca de 70.000 km², abrangendo 19 municípios.

No setor do crédito rural foram elaboradas e encaminhadas 480 propostas de financiamento para custeio e investimentos, no montante de Cr\$ 88 milhões.

O Projeto Litoral Sul de Santa Catarina é objeto de ações conjugadas entre a SUDESUL e o Governo de Santa Catarina, e atua no sentido de promover o desenvolvimento integrado daquela região.

A Indústria Carboquímica Catarinense, prevista para funcionar a partir do próximo ano, é um dos primeiros grandes empreendimentos do setor a ficar concluído; sua produção compreenderá rejeitos piritosos de carvão, ácidos sulfídrico e fosfórico, os quais, aliados aos recursos minerais existentes, permitirão produção de fertilizantes, bloquetes de gesso, alumina, ácido fluorídrico, flúor, criolita de alumínio etc.

Foram concluídos no exercício de 1977 os sistemas de abastecimento d'água da cidade de Imbituba e das unidades industriais de ácido sulfúrico, ácido fosfórico e fertilizantes.

Com relação ao complexo industrial, em meados do ano concluíram-se as montagens das unidades de ácido sulfúrico e de ácido fosfórico. Após definição do processo

tecnológico a ser usado na grafetização do carvão, deu-se início à execução do projeto básico.

Foram concluídos, ainda durante o ano, os estudos de viabilidade técnico-econômica e contratou-se projeto de engenharia básica da Usina Siderúrgica, com recursos da SUDESUL e FINEP, no valor de Cr\$ 40 milhões.

O sistema de irrigação do rio Jaguarão, com capacidade para beneficiar 95.000 ha de terras de cultura (54 mil no Uruguai e 41 mil no Brasil), está com seu projeto básico de engenharia em execução. Quanto à barragem-eclusa do São Gonçalo, que visa fundamentalmente a obstar a entrada de água salgada na lagoa Mirim e abastecer de água as cidades de Pelotas e Rio Grande (RS), o projeto foi concluído e inaugurado durante o ano. A infra-estrutura necessária à operação da barragem foi completada com a implementação dos postos hidrometeorológicos de Santa Isabel e Santa Vitória do Palmar.

Radicação de populações e migrações internas

Durante o ano de 1977 consolidaram-se ações visando à implantação dos programas integrados de atendimento às populações migrantes e de baixa renda, e dos Centros de Triagem e Encaminhamento de Migrantes — CETREMI's, iniciadas em 1976, de acordo com as medidas propostas no documento «Política de Migrações Internas», elaborado pelo Ministério do Interior em colaboração com a Secretaria de Planejamento.

O Sistema Nacional de Informações sobre Migrações Internas — SIMI, que se encontra em fase adiantada de instalação, objetiva produzir fluxos constantes e dinâmicos de informações sobre os deslocamentos populacionais no Brasil.

Por outro lado, o Programa de Pesquisa Nacional de Migrações Internas, que já vem funcionando desde 1973 na coleta de subsídios para formulação e aperfeiçoamento da política migratória do País, passou a contar

em 1977 com a colaboração de diversas instituições de pesquisas, visando à realização de estudos sobre o processo de distribuição espacial da população. Convênios nesse sentido foram firmados com a Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Universidade Federal do Ceará, SUDENE e SUDECO.

As atividades globais nesse setor envolveram recursos da ordem de Cr\$ 17 milhões.

Habitação e saneamento

Os recursos que o Banco Nacional da Habitação aplicou em 1977, por conta de contratos firmados nos diversos programas sob sua responsabilidade, atingiram a cifra de Cr\$ 38,5 bilhões, superando em termos reais as aplicações realizadas no exercício anterior em 5%. Esses recursos, oriundos das entidades do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo — SBPE, são arrecadados por meio de depósitos voluntários em Cadernetas de Poupança, Letras Imobiliárias e de depósitos compulsórios do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.

Desse total, Cr\$ 24,2 bilhões (63%) foram canalizados para os programas habitacionais, tocando ao setor de desenvolvimento urbano o montante de Cr\$ 11,7 bilhões (30%) e à área de Operações de Apoio Técnico e Financeiro o total de Cr\$ 2,6 bilhões (7%). Relativamente à habitação e operações complementares os resultados alcançados proporcionaram um incremento de 24% em relação a 1976. As faixas de cooperativas, mercado de hipotecas, Institutos de previdência e empresas, registraram aplicações globais de Cr\$ 7,9 bilhões, com um crescimento de 94% no período. No setor das companhias de habitação, os recursos somaram Cr\$ 4,1 bilhões, com aumento de 66% em relação ao exercício passado.

Por outro lado, foram aplicados recursos do SBPE no montante de Cr\$ 5,4 bilhões, resultado pouco inferior ao conseguido no ano passado (Cr\$ 5,9 bilhões). As aplicações em habitação se completam com as inversões no setor de materiais de construção (RECON), as quais se elevaram de Cr\$ 4,4 bilhões para Cr\$ 4,7 bilhões, com um incremento de 7%, ao passo que em outros programas habitacionais as aplicações atingiram Cr\$ 2 bilhões.

Em termos físicos, as aplicações na área habitacional e sua complementação proporcionaram, no ano, o atendimento de mais de 267 mil financiamentos de unidades habitacionais. Desse total, cerca de 159 mil unidades foram de financiamentos considerados de interesse social, resultado superior em 27% ao número de unidades contratadas em 1976.

Esses números revelam diretamente um grande esforço do BNH no sentido de conceder prioridade aos financiamentos de casa própria a famílias de baixa renda. A esse respeito cabe considerar que o principal esforço realizado em 1977 se voltou para o atendimento de programas da área de interesse social (83% de crescimento). Incluem-se, ainda, no programa habitacional as operações complementares orientadas para a compra de terrenos, implantação de infra-estrutura e de equipamentos comunitários em áreas habitacionais e melhoria de lotes urbanizados.

Os recursos canalizados para desenvolvimento urbano contemplaram projetos de saneamento básico com a parcela de Cr\$ 6,1 bilhões, 6% a mais do total investido durante 1976. Nesse domínio, cumpre ressaltar o Plano Nacional de Saneamento — PLANASA, através do qual vêm sendo implantados sistemas de água e esgotos sanitários.

Outro programa conduzido pelo BNH é o de Pólos Econômicos, através do qual foram aplicados recursos da ordem de Cr\$ 2,4 bilhões para obras urbanas integrantes do complexo portuário e industrial do Rio Grande

(RS); para a implantação de núcleos urbanos de apoio ao complexo petroquímico do grupo Aracruz (ES); para o complexo hidrelétrico de Foz do Areia (PR); para equipamentos urbanos destinados ao parque industrial da Açominas (MG); para a implantação do plano de desenvolvimento urbano de Foz do Iguaçu (PR); para apoio a obras urbanas da usina hidrelétrica de Salto Santiago (PR) e da central nuclear de Angra dos Reis (RJ).

Meio-ambiente

A Secretaria Especial do Meio-Ambiente — SEMA iniciou o ano de 1977 com nova estrutura operacional, criando-se 3 novas secretarias-adjuntas: Ciência e Tecnologia, Planejamento e Operações.

Após essa reestruturação, a SEMA passou a orientar suas atividades por intermédio de plano plurianual, em cujo contexto definiu-se o elenco de objetivos básicos para o exercício, concentrados nas ações de controle da poluição ambiental, apoio aos ecossistemas e formação de recursos humanos.

No decorrer do exercício de 1977 a SEMA movimentou recursos no valor de Cr\$ 30 milhões, em projetos de controle da poluição (Cr\$ 6 milhões), preservação de ecossistemas (Cr\$ 22 milhões), preparação de recursos humanos e comunicação social (Cr\$ 2 milhões).

Ação da Fundação Projeto Rondon

O Projeto Rondon comemorou, em 1977, seus dez anos de existência, dando ênfase significativa a um plano de trabalho a nível nacional. Com a transformação do órgão em Fundação, foi possível redimensioná-lo em diversos aspectos, proporcionando ao estudante brasileiro condições adicionais de formar uma perfeita consciência de integração nacional.

O Programa de Operações Especiais do Projeto Rondon mobilizou 56 mil universitários em 1977.

Com relação ao programa de apoio às instituições de ensino superior, a atuação se processou em sintonia com a política nacional de extensão universitária do Ministério da Educação e Cultura, subdividindo-se no subprograma *Campus* Avançado e no subprograma Seminário de Estudos Integrados. Existem 22 *Campi* Avançados em funcionamento, atingindo em 1977 a meta 2.410 participantes. O subprograma Seminários de Estudos Integrados objetivou apresentação e discussão de temas de interesse nacional para o pessoal docente e discente das instituições do ensino superior com a realização, em 1977, de 149 seminários nas universidades do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, totalizando 21.195 participantes.

No Programa de Áreas Prioritárias concentrou-se a estratégia de integração regional e nacional, mobilizando 5.090 universitários nos programas do POLONORDESTE, Pantanal Mato-grossense e áreas da Região Geoeconômica de Brasília, assistindo um total de 239 municípios. Espera-se, com o programa, alcançar resultados positivos, induzindo a criação de 6 novas áreas prioritárias, abrangendo 15 novos municípios em 1978.

No exercício de 1977, a Fundação Projeto Rondon movimentou recursos da ordem de Cr\$ 147 milhões.

Ação da Fundação Nacional do Índio

O Programa de Ação da Fundação Nacional do Índio conferiu prioridade, no ano de 1977, aos programas de desenvolvimento econômico e social das comunidades indígenas, de demarcação e regularização de terras, de atração e pacificação e de financiamento do desenvolvimento de comunidades, objetivando a integração gradativa e harmoniosa da população indígena à comunhão nacional e a preservação do patrimônio material e cultural dessa comunidade.

Foram executados projetos de demarcação e regularização de áreas em 17 postos indígenas, totalizando uma extensão de cerca de 3 milhões de km².

Com relação ao projeto de atração e pacificação, planejou-se para o exercício a atração dos grupos indígenas isolados ou arredios, entre eles Waimiri-Atroari, Marubo, Maiurina, Parakanan, Ararapi, Arara, Uiapii, Guajá, Karipuna, Zoró, Boca Negra, Machineri, Wai-Wai, Yanoama e outros localizados nas áreas de influência da Transamazônica.

O programa de desenvolvimento de comunidades obteve bons resultados, realizando, inclusive, inversões em infra-estrutura de saúde, saneamento, nutrição e educação. O programa mobilizou recursos da ordem de Cr\$ 22 milhões no exercício.

Por fim, consolidou-se o Programa de Financiamento do Desenvolvimento de Comunidades — PRODEC, com projetos para a exploração econômica do patrimônio indígena, objetivando remunerar adequadamente a comunidade, pelo uso dos fatores de produção utilizados pela FUNAI.

No exercício de 1977 a FUNAI mobilizou recursos da ordem de Cr\$ 96 milhões.

Territórios Federais

Em 1977 o Ministério do Interior deu prosseguimento à política que visa ao desenvolvimento dos Territórios Federais, assegurando melhores e mais eficientes condições de trabalho a suas administrações territoriais e municipais, com vistas à futura transformação dos Territórios em Estados.

No Amapá foram investidos recursos da ordem de Cr\$ 629,9 milhões em projetos de educação — particularmente na instalação e melhoria de unidades de ensino polivalente —, saúde, transporte — setor no qual foram

concluídos os estudos e projetos de 215 km de rodovias e adquirido todo o equipamento necessário à construção de obras —, agropecuária e desenvolvimento urbano.

O POLAMAZÔNIA realizou, no Amapá, investimentos da ordem de Cr\$ 56,8 milhões em projetos de agricultura, transportes, melhoramentos urbanos, indústria e serviços e educação.

Em Rondônia teve prosseguimento o esforço realizado pelo poder público, para dar condições de atendimento às necessidades mínimas da população migrante, nos setores básicos de saúde, educação, saneamento e segurança. O Governo continua construindo e pondo em funcionamento postos de saúde, escolas, centros de tratamento de água e infra-estrutura policial.

Deve-se destacar a criação de cinco novos Municípios, já em fase de implantação e para cuja administração está sendo desenvolvido projeto de assistência técnica e de capacitação de pessoal. O INCRA, por outro lado, vem realizando o assentamento de migrantes em projetos de colonização.

Além disso, foram realizados investimentos da ordem de Cr\$ 453,9 milhões em projetos de saúde, educação, saneamento básico, agropecuária, energia e outros.

O POLAMAZÔNIA aplicou, em Rondônia, recursos da ordem de Cr\$ 265,1 milhões em projetos de agricultura, transportes, desenvolvimento urbano, indústria e serviços e educação.

Em Roraima, vários projetos importantes para o Território foram realizados, destacando-se a construção de Centro Social Urbano em bairro popular de Boa Vista, a inauguração da ponte Roberto Costa sobre o rio Contíngio e o início de novo conjunto residencial.

Foram realizados ainda investimentos, da ordem de Cr\$ 306,5 milhões, em projetos dos programas de administração, desenvolvimento regional, desenvolvimento de

microrregiões, organização agrária, indústria, saneamento e saúde, destacando-se, por já se encontrarem concluídos e em pleno funcionamento, a usina de tratamento de lixo e o sistema de captação, tratamento e distribuição de água, ambos em Boa Vista, Capital do Território.

O POLAMAZÔNIA aplicou em Roraima recursos em torno de Cr\$ 56,6 milhões, nos setores de agricultura, transporte, desenvolvimento urbano, saúde, ciência, tecnologia, indústria e serviços, destacando-se o início da implantação da Estação Ecológica de Maracá.

De grande importância para os territórios foi a implantação das polícias militares, o que veio a contribuir decisivamente para o melhor equacionamento de problemas crescentes no setor de segurança.

COMUNICAÇÕES

No decorrer do ano de 1977, a atividade do Governo Federal no setor das comunicações voltou-se, basicamente, para a expansão da oferta dos serviços, o incentivo à produção nacional de equipamentos usados nos sistemas e o incremento da pesquisa tecnológica.

O crescimento da oferta dos serviços foi expressivo, tanto na área das telecomunicações públicas — telefones e telex — quanto na postal, devendo, ainda, ser destacada a ênfase conferida à cobertura de todo o território nacional pelas emissões de radiodifusão, de operação privada e da órbita do Governo Federal.

A indústria nacional tem, gradativamente, atendido aos incentivos do Governo, nacionalizando sua produção e sua tecnologia.

As atividades de pesquisa e desenvolvimento mereceram especial apoio, tendo em vista que, com base em seus resultados, espera-se alcançar a autonomia nacional em termos de fornecimento de bens e serviços à área das comunicações.

Sistema de telecomunicações

A expansão e modernização dos serviços de telecomunicações públicas do País, sob a coordenação da TELEBRÁS, mesmo considerando as dificuldades conjunturais da economia nacional e internacional, apresentaram índices significativos de crescimento: o número de telefones em serviço, que era de 4,04 milhões em 1976, passou para 4,70 milhões em 1977; o número de telefones públicos apresentou uma taxa de crescimento de 30% — de 25,9 mil em 1976 para 33,7 mil em 1977; os canais de voz instalados foram ampliados em cerca de 38% — de 78,8 mil para 108,5 mil; a rede nacional de telex, que contava com 16,8 mil terminais instalados em 1976, passou a ter 19,0 mil em 1977, sendo estimado para 1978 aumento de 5,5 mil terminais, com ativação de novas centrais e ampliação das existentes. O sistema internacional, que em 1976 contava com 60 cidades brasileiras integradas ao sistema de discagem direta internacional — DDI, em 1977 passou a ter 180 localidades, totalizando cerca de 2,9 milhões de terminais em DDI.

Na rede nacional de discagem direta a distância — DDD estavam integradas, em 1977, cerca de 520 localidades, totalizando 3,3 milhões de terminais em DDD. Com ativação de 10 novas centrais de trânsito e a ampliação de 5 existentes, aumentou de 33,9 mil o número de troncos, cujo total em 1977 atingiu 102,5 mil. Para 1978 está prevista a ativação de 5 novas centrais de trânsito e a ampliação de 4 existentes, com acréscimo de 17,9 mil troncos.

No sistema de microondas foram ativados novos circuitos nas rotas Belo Horizonte—Recife, Rio de Janeiro—São Paulo, Cuiabá—Goiânia e Rio de Janeiro—Tanguá, e inaugurada a rota São Paulo—Belo Horizonte. Para 1978 está prevista a ativação de novos circuitos nas rotas Belo Horizonte—Brasília, São Mateus—Santa Maria e Bauru—Curitiba. A par disso, novas rotas intra-

estaduais foram implantadas e outras ampliadas, a fim de permitir maior interiorização das telecomunicações, totalizando em 1977 cerca de 61,5 mil canais de voz intra-estaduais instalados.

Em fins de 1977, foi colocado em operação parte do sistema SICRAM — (Sistema de Retransmissão Automática de Mensagens Telegráficas), devendo a parte relativa à telegrafia pública estar ativada ainda no primeiro trimestre de 1978. Nessa mesma época entrará também em operação a estação terrena de Porto Velho, que permitirá contatos diretos, via satélite, com o resto do País.

Em meados de 1978, deverá estar em operação o sistema de microondas terrestre entre Brasil e Argentina e entre Brasil e Paraguai. Nesse período prevê-se ainda a entrada em operação da estação terrena de Natal, que fará parte do sistema de comunicações entre o Centro Espacial de Barreira do Inferno e a Guiana Francesa, integrando o Plano de Apoio Tecnológico aos Projetos Espaciais — ARIANE. Ainda nessa época deverá ser iniciada a operação da nova antena em Tanguá, para a realização de ligações interurbanas domésticas através do satélite INTELSAT.

Não tendo sido possível, por causa da conjuntura econômica nacional, dar início ao projeto de implantação do sistema brasileiro de telecomunicações via satélite, empenhou-se a EMBRATEL em desenvolver projetos alternativos, os quais prevêem utilização de algumas estações terrenas para operação com o sistema INTELSAT, mediante o aluguel de circuitos para uso doméstico.

Na administração do sistema de telecomunicações procurou-se institucionalizar política de desenvolvimento de recursos humanos, mediante criação de centros de treinamento, 1 a nível nacional, em Brasília, e 3 a nível regional, localizados em Campinas, Rio de Janeiro e Recife, com previsão de efetiva implantação ainda no ano de 1978.

Dando continuidade à sua participação no desenvolvimento científico e tecnológico, a administração do sistema de telecomunicações está implantando na cidade de Campinas (SP) o seu Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, cuja consolidação como entidade deverá ocorrer ainda durante este Governo. Uma série de projetos internos já vêm sendo desenvolvidos no Centro, os quais, aliados a outros decorrentes de ação anteriormente desencadeada — contratação de trabalhos junto a universidades e instituições congêneres —, permitem vislumbrar para futuro próximo maior independência do setor em relação às fontes de tecnologia externa.

Como resultados principais das atividades de pesquisa e desenvolvimento encetadas no Centro, destacam-se os êxitos que vêm sendo obtidos com o Programa em Comutação Temporal, a aquisição da tecnologia de centrais CPA - Espacial, o desenvolvimento de protótipo do equipamento PCM de 30 canais — este último reunindo universidade e indústria —, o desenvolvimento do telefone padrão nacional e o desenvolvimento de antenas para comunicações por satélite.

Os dispêndios correspondentes a investimentos no programa de telecomunicações, em 1977, atingiram a cifra de Cr\$ 20,509 bilhões. Finalmente, foram contratados aos fornecedores cerca de 250 mil terminais telefônicos.

Comunicações postais e telegráficas

A substituição dos procedimentos manuais por processos de exploração mecanizados, além de garantir a manutenção de boa imagem da ECT, visa à preparação da infra-estrutura necessária ao correio do futuro.

Tendo em vista, sempre, os interesses dos usuários, a rede de unidades de atendimento da ECT teve a sua expansão orientada pelas seguintes diretrizes: dotar de atendimento postal todos os Municípios brasileiros; ade-

quar a densidade de infra-estrutura postal aos padrões vigentes; substituir, progressivamente, os atuais postos de correio por agências, visando a oferecer ao usuário maior gama de serviços; acelerar a instalação de caixas de coleta.

A ECT dispunha em fins de 1977, incluindo as unidades auxiliares (caixas de coleta e postos de vendas de selos), de 32.550 postos de atendimento, o que representou, em relação aos 11.867 existentes no final de 1976, um crescimento de 182%.

Durante 1977, 2 novas linhas aéreas foram integradas à estrutura básica da rede postal aérea noturna, beneficiando diretamente Vitória e Goiânia e, indiretamente, os demais Municípios dos Estados do Espírito Santo e Goiás.

A distribuição domiciliária, ponto final no contato empresa-usuário, mereceu atenção especial. Assim, além da sua expansão às áreas urbanas ainda não atendidas, merece destaque a criação de novos centros de distribuição, nas localidades onde a sua implantação se revelou necessária e oportuna. Com relação a 1976 houve um acréscimo de 99 unidades distribuidoras, valendo ressaltar a evolução dos centros de distribuição, que de 35 em 1976 passaram a 66 em 1977, com crescimento de 89%.

Dessa forma, atuando simultaneamente no aprimoramento de todas as fases do processo postal — atendimento, triagem, transporte e distribuição — a ECT conseguiu suportar a sobrecarga decorrente da taxa de crescimento, ainda elevada, do tráfego postal, sem prejuízo da qualidade do serviço.

Simplificando as relações entre os grandes serviços de interesse geral e seus usuários, o Serviço Especial de Entrega de Documentos — SEED vem colocando à disposição de estabelecimentos, companhias telefônicas e outras organizações toda uma estrutura própria para coleta, triagem e distribuição de documentos na área urbana das localidades onde estão implantados.

O número de objetos que circulou pela SEED — cerca de 151,2 milhões, 31% mais que em 1976 — comprova a intensa utilização desse serviço por parcela expressiva do mercado.

Através do seu Serviço de Correspondência Agrupada, a ECT possibilita, de forma econômica, a comunicação entre as matrizes e filiais de grandes organizações, mediante coleta, transporte e distribuição da correspondência acondicionada em recipientes especiais (malotes). Este serviço, de origem nacional, já encontra um mercado bastante amplo no exterior. No âmbito interno, a quantidade de malotes transportados alcançou 17,1 milhões de unidades (15,5 milhões em 1976).

Na área telegráfica, tiveram prosseguimento a ampliação da rede Gentex, a substituição das linhas físicas por meios operacionais mais modernos e confiáveis e a expansão do serviço de telegramas fonados, medidas que contribuem para imprimir maior velocidade à mensagem telegráfica e oferecer maior comodidade aos usuários. Ainda durante 1977 iniciaram-se os estudos para implantação do serviço de *fac-simile*.

Finalmente, como resultado do conjunto de medidas adotadas, a ECT, em 1977, conseguiu atingir o equilíbrio financeiro, custeando integralmente as suas operações através de recursos próprios.

Radiodifusão

Teve continuidade a política do Governo Federal de apoio e incentivo ao desenvolvimento dos serviços de radiodifusão no País, através da iniciativa privada. Foram abertos ao público 125 editais de concorrência pública para a instalação de novas emissoras — 3 de televisão, 4 de rádio em ondas tropicais, 88 em ondas médias e 30 em frequência modulada.

No que tange aos serviços de radiodifusão operados pelo próprio Governo, através da Empresa Brasileira de

Radiodifusão — **RADIOBRÁS**, caracterizou-se o ano pela execução de trabalhos de infra-estrutura, destinados à implantação de emissoras na Amazônia e à modernização das estações incorporadas à empresa.

Assim, foi ativada a operação de uma emissora de ondas médias em Boa Vista (RR), além de iniciar-se a construção de prédio que abrigará outra emissora de ondas médias, em Macapá (AP), com inauguração prevista para o 1º semestre de 1978.

Com vistas a atender o plano que estabelece a cobertura de cidades da Amazônia por estações locais, iniciou-se processo de licitação para implantar emissoras em Tabatinga (AM), Cruzeiro do Sul (AC), São Gabriel da Cachoeira e Tefé (AM).

Antecipando-se à ativação dessas emissoras, deu-se início ao treinamento de pessoal para a área técnica, mediante convênio com a Escola Técnica de Manaus, estando a primeira turma em fase de conclusão de estágio.

Simultaneamente, com o objetivo de incrementar a produção no Brasil, por empresa nacional, de equipamentos para radiodifusão de tecnologia moderna, realizou-se licitação para o fornecimento de 16 transmissores, a serem utilizados na Amazônia.

No tocante à modernização das emissoras de Brasília, construiu-se prédio que abrigará o parque de transmissores da Rádio Nacional, obra de elevado porte, onde operarão transmissores de alta potência que permitirão a cobertura integral do território brasileiro, em ondas médias (horário noturno) e ondas curtas (horário variado), além de ensejar transmissões para qualquer país da América, África, Ásia e Europa.

Ainda em Brasília, ativou-se uma estação de FM-estéreo, já em operação, além de iniciar-se a construção de novas instalações para a Tv Nacional, a ser reativada em março de 1978 com equipamento totalmente novo.

No Rio de Janeiro, procedeu-se à construção do parque de transmissores da ilha de Itaoca, no Município de São Gonçalo, que ensejará a operação simultânea das emissoras que a Empresa possui naquela Capital (Nacional, Ipanema, Cultural e Rural), complexo a ser ativado também em março de 1978.

Na área de produção e programação, além da melhoria dos programas das diferentes emissoras da Empresa, desenvolveu-se pesquisa de campo destinada a definir o perfil do ouvinte da região Amazônica, a fim de instruir a programação a ser elaborada pela Rádio Nacional de Brasília, para o que foi assinado convênio com o Projeto RONDON, que mobilizou 1953 universitários e aplicou 109 mil questionários em 33 Municípios da região.

Tiveram início também as transmissões em ondas curtas para a Amazônia Legal, assegurando total cobertura da região, até então atingida quase exclusivamente por emissoras estrangeiras. Como suporte foi criado núcleo de produção e programação, cuja principal tarefa é elaborar programas voltados para o ouvinte da região, em consonância com os objetivos da RADIOBRÁS de entreter, educar, informar e integrar, tornando-se poderoso instrumento de apoio à política do Governo de integração da Amazônia.

Finalmente, incrementaram-se atividades de intercâmbio de programas radiofônicos com países da África, Europa e América Latina, trabalho em pleno andamento com divulgação de músicas e intérpretes brasileiros no México, Quênia, Nigéria, Colômbia, Alemanha e Luxemburgo.

POLÍTICA SOCIAL

APRECIACÃO GERAL

A desaceleração do crescimento provocada na economia urbana, em 1977, e a contenção da inflação foram conduzidas com o cuidado de minimizar os seus efeitos sobre a execução da estratégia social do II PND, objetivo explícito e fundamental que orienta todo o esforço de desenvolvimento do atual Governo. Foi, com efeito, essa preocupação com o social que determinou a opção, adotada em 1974, por política de manutenção do crescimento e de ajustamento gradual da economia às dificuldades geradas principalmente pela crise do petróleo.

Dissiparam-se, ao longo do ano, os temores de que a redução do ritmo de crescimento, particularmente na indústria, viesse a provocar desemprego generalizado. Na verdade, pelos dados disponíveis, o emprego urbano continuou crescendo, em 1977, ainda que mais lentamente do que em 1976: o nível de emprego se manteve, em 1977, algo abaixo dos níveis de 1976 nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Curitiba; teve crescimento entre 2 e 4% nas de Recife, Salvador, Porto Alegre e Belo Horizonte; apresentou grande expansão (entre 5 e 10%) nas do Rio de Janeiro e Belém, bem como em Brasília.

Na indústria de transformação, a evolução do emprego, durante o ano, parece ter-se caracterizado por uma redução gradativa da oferta durante o primeiro semestre, com tendência para sua ampliação, ao longo dos últimos meses. Isto ocorreu claramente no caso da

indústria automobilística, que apresentou, até junho, sensível redução no emprego e evidente recuperação, no segundo semestre, com o emprego, no final do ano, 3% superior ao de janeiro.

Merece registro especial a situação do mercado de trabalho em São Paulo. Para a região metropolitana, o nível de emprego urbano sofreu ligeiro declínio. Para o Estado como um todo, os dados disponíveis sobre admissões e desligamentos indicam que foi possível criar-se, no setor urbano, cerca de 350 mil novos empregos, número que é inferior ao obtido em 1976 (436 mil). No entanto, a criação de novos empregos no 2º semestre de 1977, preliminarmente estimada em 170 mil, foi superior à de igual período em 1976, o que permite concluir que a fase mais negativa da evolução do mercado de trabalho urbano naquele Estado estava sendo superada, nos últimos meses do ano.

De todo modo, a situação do emprego urbano, em 1977, particularmente em São Paulo, mereceu do Ministério do Trabalho atenção especial e continuada. A criação do Conselho Nacional de Política de Emprego e a implantação, em todo o País, do Sistema Nacional de Emprego — SINE dotaram o Governo de mecanismos eficazes para detectar crises localizadas no mercado de trabalho e para propiciar adequada e rápida intervenção com vistas a solucioná-las, seja através do auxílio-desemprego ou de recolocação dos desempregados, seja através de medidas orientadas para a reativação das empresas afetadas.

No esforço de intermediação no mercado de trabalho, o SINE inscreveu 184,4 mil pessoas, encaminhou 113,6 mil (61%) e empregou 39 mil pessoas (34% dos encaminhados). Essas medidas de caráter emergencial complementaram-se, ademais, pela atuação governamental sobre os fatores que determinam a evolução do mercado de trabalho, ampliando-se o esforço no campo do treinamento da mão-de-obra, urbana e rural, que beneficiou,

em 1977, 3,3 milhões de pessoas (1,7 milhão, em 1976). Nesse campo, mereceram destaque os programas de treinamento executados pelas empresas com o benefício do incentivo fiscal do Imposto sobre a Renda (Lei nº 6.297, de 15 de dezembro de 1975) e a atuação do Serviço Nacional de Formação Profissional Rural — SENAR, que promoveu o treinamento de cerca de 250 mil trabalhadores rurais.

O emprego rural, a julgar pelo grande aumento obtido, em 1977, na produção agropecuária e na área cultivada com lavouras, deve ter-se expandido satisfatoriamente.

A política salarial foi conduzida, em 1977, com a preocupação de não transferir ao trabalhador, sobretudo o de menores rendas, o ônus maior das medidas de contenção da inflação, procurando-se preservar, o quanto possível, o poder de compra dos salários. O salário mínimo foi reajustado em mais de 44% e os reajustes coletivos de salários, entre 41 e 40%, mantendo-se nesse último nível por todo o segundo semestre, a despeito do arrefecimento da inflação. É importante salientar que, enquanto a correção monetária anual se reduziu, durante o ano, de 37,7% em janeiro para 30,1% em dezembro, os reajustes coletivos de salários mantiveram-se no patamar dos 40%. Cabe ainda considerar que, em 1977, o abono salarial do Fundo PIS-PASEP beneficiou 6,4 milhões de trabalhadores e servidores públicos (cadastrados há mais de 5 anos e que percebem até 5 salários mínimos). Essa medida, que representou desembolso da ordem de Cr\$ 7,0 bilhões, significou, para os cadastrados do PIS que percebem o salário mínimo, aumento real anual do salário de 7%.

A política de contenção dos gastos públicos não impediu que se executasse o orçamento social previsto no II PND, com dispêndios estimados em Cr\$ 330 bilhões (preços correntes). Esse montante corresponde a 14%.

do PIB, participação superior à atingida em exercícios anteriores (da ordem dos 12%, em 1975-1976).

No esforço de valorização dos recursos humanos, foram despendidos, em 1977, Cr\$ 123 bilhões.

Em educação, foram gastos cerca de Cr\$ 53 bilhões pela União e Estados (sendo Cr\$ 25 bilhões pelo Governo Federal). O total de matrículas no ensino regular foi estimado, para 1977, em 25,4 milhões (6% superior a 1976). No ensino de primeiro grau, as matrículas totalizaram 21,6 milhões (crescimento de 14%), no de segundo grau, 2,5 milhões (crescimento de 5%) e no ensino superior, 1,3 milhão (crescimento de 12%).

No campo da saúde, saneamento e nutrição, os dispêndios, inclusive Estados, somaram Cr\$ 60 bilhões, de acordo com as estimativas preliminares disponíveis. Somente o Instituto Nacional de Previdência Social — INPS e o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural — FUNRURAL, com dispêndios da ordem de Cr\$ 37 bilhões propiciaram 135,2 milhões de consultas médicas e atendimentos ambulatoriais e 8,6 milhões de internações hospitalares. Na área do Ministério da Saúde, dois programas merecem destaque, pelo seu caráter inovador e pioneirismo: o Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento no Nordeste, que está implantando, nas cidades, vilas e povoados de até 20 mil habitantes, estruturas básicas de saúde pública, com graus de complexidade crescente, e o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição — PRONAN, que, somente na área de suplementação alimentar, aplicou recursos da ordem de Cr\$ 1,5 bilhão. Tiveram, ademais, início, os projetos de estímulo à produção e comercialização de alimentos em regiões de baixa renda do Nordeste, que, ainda em caráter experimental, já beneficiaram cerca de 7 mil famílias.

Na área do trabalho e do treinamento profissional, foram despendidos, em 1977, cerca de Cr\$ 10 bilhões.

Ainda no contexto da ação governamental na valorização dos recursos humanos, o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS aprovou, em 1977, 244 projetos, no valor de Cr\$ 8,5 bilhões. Desse total, 61% são investimentos em educação e 33%, em saúde. A participação do setor privado nesses recursos foi, em 1977, de 46% (70% na área da saúde). Até o presente, o FAS já liberou recursos no montante de Cr\$ 5,7 bilhões.

Na execução, em 1977, da política de integração social, foram aplicados recursos no montante de Cr\$ 207 bilhões.

A previdência social realizou dispêndios estimados em Cr\$ 102 bilhões (exclusive assistência médica). No campo dos seguros sociais, o INPS concedeu 1,3 milhão de benefícios de pagamento único, 200 mil aposentadorias e 706 mil auxílios-doença. Os benefícios com manutenção somaram 4,4 milhões, entre aposentadorias, pensões, auxílios-doença, rendas mensais e outros. O FUNRURAL concedeu, ademais, benefícios em manutenção que se elevaram a 1,9 milhão.

A Lei nº 6.439, de 1º de setembro de 1977, instituiu o Sistema Nacional de Previdência Social — SINPAS, com vistas à integração das atividades de previdência social, assistência médica e assistência social, cuja implantação deverá ocorrer em 1978.

No campo da habitação, o Banco Nacional da Habitação — BNH aplicou, em 1977, Cr\$ 74 bilhões (investimentos, inclusive recursos dos mutuários), viabilizando o financiamento de 267 mil unidades habitacionais (crescimento de 10%, em relação a 1976). Cerca de 60% desses financiamentos foram destinados a habitações para as famílias de menor nível de renda (159 mil habitações), resultado que é 27% superior ao alcançado em 1976.

A arrecadação bruta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS foi de Cr\$ 39 bilhões e os

saques efetuados corresponderam a Cr\$ 20 bilhões. O número de cadastrados (contas ativas dos optantes) se elevou de 21,4 milhões em 1976 para 25,5 milhões (crescimento de 19%).

A arrecadação, em 1977, do Fundo PIS-PASEP foi da ordem de Cr\$ 31 bilhões, elevando-se o patrimônio líquido para Cr\$ 98 bilhões. O número de cadastrados atingiu 24,7 milhões (crescimento de 19%).

Destaque-se especialmente, no contexto da execução da política de integração social nas cidades, o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos — CSU. Já entraram em funcionamento 56 centros sociais, enquanto 205 estão em construção, com conclusão prevista para até dezembro de 1978. Outros 94 projetos estão em fase de contratação. Os investimentos desses 355 projetos montam a Cr\$ 1,8 bilhão (sem considerar os custos operacionais). Os centros sociais já propiciaram atendimento superior a 300 mil pessoas, em 1977. A maior concentração de centros sociais em funcionamento está no Nordeste.

Deverá ser mantida, em 1978, a estratégia de desenvolvimento social que vem sendo seguida pelo atual Governo, a partir do II PND, procedendo-se, na sua execução, aos ajustamentos e aperfeiçoamento que se fizerem necessários. Para 1978, mais uma vez, a política de contenção dos gastos públicos não deverá afetar, substancialmente os dispêndios e investimentos na área social e, na condução da política econômico-financeira, suas implicações sobre o emprego, o nível, o perfil da distribuição da renda e o bem-estar serão sempre consideradas, de modo explícito e permanente.

EDUCAÇÃO E CULTURA

O Ministério da Educação e Cultura — MEC logrou atingir os objetivos previstos para o exercício de 1977, apoiado em recursos oriundos sobretudo do Orçamento

da União, cujas dotações cresceram 92% em relação a 1976. Tal fato reflete-se, por exemplo, nos expressivos números referentes à população escolar (21,1 milhões de matriculados, contra 18,5 milhões em 1973) e no índice de escolarização de crianças entre 7 e 14 anos, que em 1962 era inferior a 50% do total, enquanto em 1977 já ultrapassou 78%, não sendo demais esperar que se aproxime dos 90% em 1979. Considere-se, também, que este êxito vem sendo obtido num país cuja população cresce a taxas elevadas.

Os esforços de expansão do ensino — e de melhoria de sua qualidade — fizeram-se sentir em todos os níveis. A educação pré-escolar, cuja coordenação no MEC foi criada em 1975, beneficiou mais de 34 mil crianças entre 4 e 6 anos de idade, treinando, ao mesmo tempo, mais de mil professores.

Do apoio aos Governos dos Estados e Municípios resultou notável expansão do ensino de 1º grau: quase mil Municípios foram atendidos pelo projeto Pró-Município, beneficiando 220 mil matrículas e gerando 70 mil novas vagas.

No ensino de 2º grau destacou-se o início da implantação do ensino de habilitações básicas, atingindo, em 1977, 17 Estados e Territórios e treinando 1.506 professores.

Quanto ao ensino superior, cujo aumento do número de matriculados, nos anos recentes, foi significativo, as ações em 1977 voltaram-se mais para o aprimoramento de sua qualidade, do que é exemplo a reformulação dos exames vestibulares, visando à inclusão de redação em língua portuguesa, medida que faz parte dos esforços do Ministério para melhorar o ensino do idioma.

Além disso, o prosseguimento da implantação do Plano Nacional de Pós-Graduação permitiu notável evolução desta modalidade de ensino: em 1977 mais de 300

curso encontravam-se credenciados, com cerca de 12 mil alunos matriculados.

No campo da educação especial destacou-se a elaboração, no exercício, do I Plano Nacional de Educação Especial, para o triênio 1977-1979. Implantaram-se, no que se refere ao ensino supletivo, os projetos de Educação Supletiva para a Saúde Previdenciária e de Assistência ao Atleta Profissional, e instalaram-se centros de ensino supletivo em várias unidades da Federação. Intensificaram-se as atividades de teleeducação, a cargo do PRONTEL, beneficiando, através de cursos supletivos veiculados através de rádio e televisão, principalmente as áreas menos favorecidas do território nacional.

Igualmente no campo da cultura registrou-se grande desenvolvimento, em 1977, sendo de se destacar as atividades da Fundação Nacional de Arte — FUNARTE, do Conselho Nacional de Cinema — CONCINE, da Empresa Brasileira de Filmes — EMBRAFILME, do Serviço Nacional de Teatro — SNT, do Instituto Nacional do Livro — INL, do Conselho Nacional de Direito Autoral — CNDIA, que imprimiram grande dinamismo à vida cultural brasileira. Observe-se que, neste particular, a ação governamental objetiva basicamente apoiar e incentivar as atividades culturais, bem como zelar pelo patrimônio cultural da nação, sem pretender intervir para dirigir a cultura.

Educação pré-escolar

A ação governamental na área do ensino pré-escolar, no ano de 1977, norteou-se por uma linha de ação preventiva buscando apoiar, supletivamente, as atividades desenvolvidas pelos sistemas de ensino de 22 unidades da Federação, em programas de ampliação, reforma e adaptação de ambientes, aquisição de material didático, equipamento e treinamento de docentes. Os recursos alocados elevaram-se a Cr\$ 10 milhões, contra Cr\$ 7 milhões no exercício anterior.

O esforço despendido pelo Governo e entidades privadas neste nível de ensino começa a apresentar resultados efetivos, conforme revelam o programa «Sítio do Pica-Pau Amarelo» (co-produção da Fundação Centro de TV Educativa com a Rede Globo de Televisão, supervisionado pelo Departamento de Ensino Fundamental do MEC), a publicação do Diagnóstico Preliminar da Educação Pré-Escolar no Brasil, a realização da Semana da Arte na Educação Pré-Escolar e os Encontros Nacionais de Coordenadores de Educação Pré-Escolar.

Ensino de 1.º grau

A atuação conjunta dos governos Federal, estaduais e municipais na área do ensino de 1.º grau, em 1977, objetivou principalmente a expansão e melhoria da produtividade, de modo a beneficiar mais de 18 milhões de crianças brasileiras, de 7 a 14 anos (a população total nessa faixa etária é de aproximadamente 23 milhões de crianças).

Os recursos destinados pelo Governo Federal, em caráter supletivo dos sistemas estaduais e municipais de ensino de 1º grau, elevaram-se, em 1977, a Cr\$ 2,2 bilhões, com incremento de 86,13% em relação a 1976. Desse total, Cr\$ 430 milhões foram alocados aos projetos de construção e equipamento de salas de aula, capacitação de recursos humanos, reformulação de currículos, desenvolvimento de novas metodologias e técnicas educacionais.

Merece especial destaque a implementação do projeto Pró-Município, que em 1977 aplicou Cr\$ 95 milhões, com um incremento de 171% relativamente a 1976, tendo o número de Municípios beneficiados se elevado a 987, contra 478 do ano anterior.

O problema de evasão e repetência, principalmente na primeira série do 1.º grau, tem sido preocupação per-

manente dos setores responsáveis pela educação. Nesses últimos anos, entretanto, os resultados alcançados têm sido animadores: o fluxo escolar nas quatro primeiras séries, que era, no quadriênio 1964-1967, de mil alunos na primeira série para 241 na quarta, passou de mil para 375, nos últimos anos da atual administração.

Ensino de 2.º grau

No ano de 1977 as oportunidades educacionais para o ensino de 2.º grau contemplaram uma população de 2,5 milhões de alunos. A assistência financeira do MEC elevou-se a Cr\$ 2,1 bilhões, representando um aumento de recursos de 35,73% comparativamente a 1976.

Entre as principais realizações na área do ensino de 2.º grau no ano de 1977 destacam-se o desenvolvimento de 10 subprojetos visando à elaboração de metodologias educacionais e materiais de instrução que permitam melhoria da qualidade do ensino; a assistência financeira a 110 instituições particulares de ensino de 2.º grau, em 21 unidades federadas; a ampliação e o equipamento da rede física; o estudo e análise das habilitações profissionais da área de saúde, visando à sua compatibilização com o Sistema Nacional de Saúde e regularização de certificados na área de ensino paramédico; e a consolidação e implantação do sistema de integração escola—empresa—Governo, em colégios agrícolas das redes federal e estadual.

Iniciou-se, ainda, a execução de plano de implantação de ensino das habilitações básicas em 17 unidades da Federação, abrangendo o treinamento de 1.506 professores, e deu-se prosseguimento à modernização organizacional das 23 escolas técnicas federais, que oferecem cerca de 142 cursos de auxiliar e técnico de nível médio, em 26 áreas de ensino profissionalizante.

Ensino superior

O Governo Federal tem concedido prioridade às medidas tendentes a elevar o nível de qualidade do ensino superior, bem como ao setor de pós-graduação. Assim, a ênfase coloca-se, presentemente, no aperfeiçoamento da infra-estrutura universitária, no fomento à pesquisa e à extensão como partes indissociáveis das atividades acadêmicas, na introdução de novas técnicas e métodos, no aprimoramento do corpo docente e nas ações capazes de garantir aos alunos, inclusive aos carentes de recursos financeiros, condições adequadas de estudo.

A expansão das matrículas, todavia, ainda se fez sentir, embora de forma menos acentuada que em períodos anteriores: para um crescimento médio de 20% , nos anos de 1973 a 1976, em 1977 verificou-se incremento em torno de 8% . Da mesma forma a autorização para funcionamento de novos cursos, que atingira o número de 272 em 1973 e já declinara para 53 em 1976, foi de somente 11 em 1977.

Neste último ano o número total de alunos nas universidades, federações e escolas isoladas atingiu cerca de 1,3 milhão, contando-se 907 instituições, das quais 64 universidades (43 públicas e 21 particulares) e 843 escolas isoladas ou federadas (174 públicas e 669 particulares) .

Em consonância com a atual política governamental para o setor, as autoridades educacionais, sem abandonar o esforço para continuar aumentando as vagas de maneira compatível com o crescimento da demanda, concentram-se prioritariamente na busca de qualidade. Para isso o Conselho Federal de Educação aprovou normas de controle qualitativo e quantitativo, adequadas ao País como um todo e a cada região.

A rede particular expandiu-se, nos últimos anos, a taxas bem mais expressivas (16,2%) que o setor público (9,6%), evidenciando a dimensão que vem alcançando

dentro do sistema. Dada a importância que atingiu, o Ministério da Educação e Cultura vem apoiando a construção de seus *campi* universitários e prédios escolares: recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, totalizando Cr\$ 2,1 bilhões, foram destinados a cerca de 108 instituições particulares.

A construção e instalação dos *campi* universitários, uma exigência da nova estrutura acadêmica decorrente da reforma universitária, contou, em 1977, com recursos da ordem de Cr\$ 400 milhões, beneficiando 28 instituições federais e 30 hospitais universitários. Foram aplicados Cr\$ 11,5 milhões na compra de equipamentos para 57 instituições de ensino superior.

Merece destaque a programação para fabricação de equipamentos nacionais, iniciada em 1976, envolvendo 25 instituições de ensino e recursos da ordem de Cr\$ 8,2 milhões. Ainda para a área de equipamentos foram alocados Cr\$ 1,5 milhão com vistas à instalação de novos laboratórios em 7 universidades.

Com relação à expansão de cursos em setores significativos para o desenvolvimento nacional, foram ministrados, em 1977, 131 cursos de formação de tecnólogos, em 46 modalidades distintas, totalizando 5.500 vagas. Foram criados os cursos de curtumes e tanantes no Rio Grande do Sul, processos químicos na Bahia, saneamento ambiental no Pará, ortóptica e fonoaudiologia em São Paulo, bovinocultura no Mato Grosso, laticínios em Minas Gerais, açúcar de cana em Alagoas e heveacultura no Acre.

Com relação às ciências agrárias, prosseguiram os programas de Educação Agrícola Superior e Desenvolvimento das Ciências Agrárias, envolvendo 48 instituições e 108 cursos a níveis de graduação e pós-graduação.

O aperfeiçoamento da gestão administrativa das universidades continuou a merecer atenção do Governo, em 1977, tendo sido investidos cerca de Cr\$ 7 milhões

no treinamento de recursos humanos para os diferentes setores da administração universitária.

Finalmente, vale mencionar a integração das universidades às comunidades, com a incorporação das tarefas de ensino e pesquisa às atividades de extensão universitária.

Alfabetização de adultos e ensino supletivo

O declínio do índice de analfabetismo no Brasil, que de 34% em 1970 caiu para cerca de 14% em 1977, atesta o êxito obtido pelo Governo na alfabetização de adultos, sendo de se destacar que, somente nesse último ano, foram alfabetizadas 1,5 milhão de pessoas.

Destacam-se na programação do MOBRAL, em 1977, alguns expressivos resultados: no programa de educação integrada foram firmados convênios com as secretarias estaduais e municipais de educação, atendendo a 450 mil alunos, e com entidades particulares (10 mil alunos), perfazendo um total de 460 mil; no programa de profissionalização, o MOBRAL propiciou curso de tratorista a 13 mil pessoas, e no treinamento em famílias ocupacionais foram atendidas perto de 21 mil pessoas, sendo 11 mil decorrentes de convênio com a LBA.

O Departamento de Ensino Supletivo — psu, em ação conjunta com os Estados e visando a aprimorar técnicas e formar recursos humanos instalou, em 1976, 19 centros de estudos supletivos. No decorrer de 1977, 25 centros, com capacidade para 100 mil pessoas, utilizaram cerca de 2,6 milhões de módulos de ensino e 25 mil cópias de dispositivos sonorizados.

Tem sido substancial a contribuição do Projeto Acesso, destinado à habilitação profissional de pessoas já engajadas na força de trabalho. Este projeto conferiu habilitação de 2.º grau para 3.500 pessoas, atendendo a 30 profissões.

O Projeto Logos II, utilizando o ensino à distância, habilitou ao nível de 2º grau cerca de 25 mil professores leigos.

O Projeto de Educação Supletiva para a Saúde Previdenciária, destinado a formar 200 mil profissionais do INPS, e o de Assistência Educacional ao Atleta Profissional encontram-se em fase de implantação.

Por meio de radiodifusão, o Projeto Minerva atingiu em 1977 a 128 mil alunos matriculados em radiopostos distribuídos por todo o território nacional, e o curso João da Silva, através da televisão, atendeu a 30 mil alunos em telepostos e a 750 mil de clientela domiciliar em diversos Estados. Como consequência, está sendo elaborado o Projeto Conquista, que visa ao ensino das 4 últimas séries do 1.º grau pela televisão.

Educação especial

O Centro Nacional de Educação Especial — CENEPE, aplicou recursos da ordem de Cr\$ 40 milhões na educação do excepcional, em decorrência do desenvolvimento de três projetos prioritários, bem como de três projetos que integram sua programação, nas áreas de reformulação de currículos, capacitação de recursos humanos, cooperação técnica e financeira às instituições privadas, a sistemas estaduais de ensino e serviços de educação precoce.

Além da assistência técnica e financeira a todas as secretarias de educação para aquisição de equipamento escolar e montagem de classes especiais, foram atendidas 191 instituições particulares de deficientes mentais e 44 de excepcionalidade diversificada.

Com a manutenção de 6 projetos-pilotos, foram criados mais 15 para testar o modelo de currículo por desempenho. Em termos de recursos humanos 1.660 técnicos e docentes realizaram cursos de atualização,

aperfeiçoamento e estudos adicionais. No que se refere ao atendimento a crianças especiais encontram-se instalados seis Serviços de Educação Precoce, que prestam assistência a partir dos primeiros meses de vida.

Em decorrência da importância de assegurar aos excepcionais um atendimento educacional que responda às suas necessidades especiais, condição básica para sua realização pessoal e integração social, foi elaborado o I Plano Nacional de Educação Especial (1977-1979) que objetiva a expansão e melhoria da educação especial do País.

Assistência ao educando

Entre os programas que vêm sendo desenvolvidos na área de assistência aos alunos, merecem especial destaque o Programa de Crédito Educativo, o de Bolsas de Estudo, a Campanha de Alimentação Escolar e a Campanha do Livro e Material Didático.

O Programa de Crédito Educativo beneficiou, em 1977, 300 mil universitários, ou seja, 25% do total, com um dispêndio de recursos da ordem de Cr\$ 1,3 bilhão, oriundos do MEC, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e bancos particulares. Cem mil alunos, selecionados entre aqueles mais carentes que cursam escolas particulares, recebem, simultaneamente, bolsas de anuidade e de manutenção. O Programa permite aos estudantes concluir seu curso superior, e somente um ano após a formatura é que começarão a reembolsar os recursos recebidos, em tantas prestações quantas receberam durante a realização do curso, a juros subsidiados (apenas 15% ao ano) e sem correção monetária.

No exercício de 1977 foram concedidas, nos diversos níveis de ensino, 225 mil bolsas, atingindo um total de Cr\$ 136 milhões, o que corresponde a um aumento de 29 mil bolsas em relação a 1976.

2. A Campanha Nacional de Alimentação Escolar — CNAE vem desenvolvendo suas atividades com vistas a promover, harmoniosamente, o desenvolvimento físico, social e intelectual da criança, mediante assistência nutricional aos escolares de 4 a 14 anos.

No decorrer de 1976 o programa atingira 3.466 Municípios, aplicando Cr\$ 547 milhões. No exercício de 1977 a campanha se estendeu a 3.904 Municípios, para o que despendeu recursos da ordem de Cr\$ 721 milhões.

A Fundação Nacional de Material Escolar — FENAME, que tem por finalidade produzir e distribuir livros e materiais didáticos de modo a contribuir para a melhoria de sua qualidade, redução de preço, mais ampla e adequada utilização, produziu no exercício de 1977 um total de 925 mil exemplares de livros diversos e 69 milhões de peças avulsas.

O Programa do Livro Didático, que visa a atender ao aluno carente através da distribuição gratuita das obras na rede escolar e a venda a preço acessível, nas livrarias, teve execução satisfatória em 1977. Ao nível de 1.º grau, utilizando recursos da ordem de Cr\$ 268 milhões, foram distribuídos 20 milhões de livros, beneficiando 7 milhões de alunos em 20 mil escolas, em todo o território nacional, o que representa um aumento de 100% com relação a 1976. Os livros são produzidos em regime de co-edição, de forma a baratear o custo graças às grandes tiragens e ao subsídio oferecido pelo Governo. Foram ainda distribuídos 120 mil livros ao nível de 2.º grau, 352 mil ao nível superior e 484 mil na área do ensino supletivo.

Ainda dentro dos programas de assistência ao educando está sendo desenvolvido, pelo Governo Federal, um projeto de assistência ao menor que não frequenta escola e não foi absorvido pelo mercado de trabalho. O projeto deverá ser executado a partir de 1978 atin-

gindo, inicialmente, seis unidades federadas, em quatro diferentes regiões brasileiras.

Magistério

A preocupação com a qualidade do ensino levou o Governo Federal a concentrar grande parte de suas ações no aprimoramento do corpo docente, peça-chave das atividades escolares, da formação e desenvolvimento integral do homem.

Em 1977, ao nível de 1º grau, foram destinados recursos da ordem de Cr\$ 45 milhões para habilitar 2.822 professores estaduais, 2.049 professores municipais, 522 administradores e 407 supervisores. De acordo com a estratégia de aperfeiçoamento e atualização foram treinados 98.837 docentes e técnicos estaduais, e 2.492 municipais, com vistas à melhoria do rendimento escolar.

No que diz respeito à preparação do pessoal docente, técnico e administrativo para o ensino de 2º grau foram desenvolvidos programas especiais de capacitação de recursos humanos. Como resultado realizaram-se habilitação e aperfeiçoamento de 2.565 docentes e técnicos nas disciplinas de formação especial, bem como atualização de 3.263 docentes em língua portuguesa. Também ao nível de 2º grau foram habilitados, através do ensino a distância, 25 mil professores leigos.

De um total de 93.500 docentes de nível superior, atingiu-se no presente exercício o percentual de 22% com títulos de mestrado e doutorado, o que significa um aumento de 57% em relação a 1974.

Em 1977, o País contava com mais de 300 cursos de pós-graduação credenciados, com cerca de 12 mil alunos matriculados. Para a formação desse pessoal altamente qualificado, elevaram-se os recursos da CAPES a Cr\$ 439 milhões, a fim de atender à expansão dos programas de bolsas de estudo no País e no exterior,

à implementação do Plano Nacional de Pós-Graduação e aos Programas Institucionais de Capacitação Docente.

Cumpre ressaltar que os resultados desses investimentos já são sentidos, quer nos aumentos dos índices de pós-graduados, quer no elevado número de pesquisas de alta relevância para o desenvolvimento nacional.

Levantamento recentemente realizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) identificou 530 pesquisas em andamento em 1977, todas consideradas de alto interesse para a economia do País. Nessa área, atua o Ministério da Educação e Cultura em estreita cooperação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq, a Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, o Programa Nacional de Treinamento de Executivos — PNTE, e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE.

Cultura, letras e artes

Os diversos aspectos de manifestação da vida cultural brasileira têm recebido expressivo estímulo governamental, e seu crescimento se processa em ritmo acelerado, dentro dos princípios traçados pela política nacional de cultura.

Esse desenvolvimento cultural, que se faz através de diferentes manifestações — artes plásticas, letras, música, teatro, folclore, cinema — é auxiliado pelo esforço conjunto que vem sendo feito pelos governos da União, Estados e Municípios e instituições privadas.

Iniciadas em 1973 as promoções culturais do MEC desde 1976 integram-se numa programação homogênea. No exercício de 1977 merecem destaque especial a intensificação das atividades da Fundação Nacional de Arte — FUNARTE, do Conselho Nacional de Cinema — CONCINE e do Conselho Nacional de Direito Autoral —

CNDA, recém-criados, e da Empresa Brasileira de Filmes — EMBRAPILME, em sua nova fase; a ampliação dos objetivos do Instituto Nacional do Livro — INL, o desenvolvimento das atividades da TV-Educativa e dos projetos de radiodifusão, exposições, cursos, palestras, concursos, reuniões, seminários, concertos, festivais, atividades editoriais e de pesquisa realizadas na Biblioteca Nacional, Museu Histórico Nacional, Museu da República, Museu Imperial, Museu Villa Lobos, Museu Nacional de Belas Artes, Fundação Casa de Rui Barbosa, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, Serviço Nacional de Teatro e Serviço de Radiodifusão Educativa.

A FUNARTE, instalada em 1976, contou naquele ano com recursos da ordem de Cr\$ 46,2 milhões, elevados em 1977 para Cr\$ 110 milhões, com um aumento da ordem de 150%. Dentro das atribuições que lhe cabem, no incentivo à difusão da cultura no País, a Fundação atuou, no exercício de 1977, através de concursos, festivais, exposições, edições, publicações e cursos, apoiando entidades públicas e privadas.

Entre suas atividades vale ressaltar, na área da música, o Projeto Banda de Música, com a finalidade de preservar os conjuntos existentes e incentivar a criação de novas bandas; em 1977 foi realizado o I Campeonato Nacional, e cadastraram-se 900 bandas; implementou-se projeto para formação de jovens instrumentistas em todo o território nacional e coordenação do ensino de construção de instrumentos de cordas; realizaram-se o Concurso Nacional de Jovens Instrumentistas, concertos da série Concertos para a Juventude e executou-se projeto de divulgação da música popular brasileira, abrindo novas frentes de trabalho para artistas e músicos.

Na área do folclore, destacaram-se cursos para universitários, atividades de divulgação da cultura popular brasileira através de concursos, discos, cadernos

de folclore e do Atlas Folclórico do Brasil, visando ao cadastramento de artes, artesanato, danças e folguedos, retratando a cultura popular em todo o País.

Na área das artes plásticas apoiaram-se pesquisas sobre aspectos relevantes das manifestações artísticas no País, e imprimiram-se catálogos de artistas brasileiros que realizaram exposições no exterior.

Destacam-se, ainda, entre as realizações culturais em 1977, o Projeto Universidade, que atendeu a 26 universidades em todo o Brasil, e o programa de Bolsa de Estudo e Pesquisa, em convênio com o Conselho Nacional de Direito Autoral — CNDA, com a finalidade de estimular a criatividade e a pesquisa cultural.

O CONCINE e a EMBRAFILME prosseguiram sua atuação que visa, basicamente, à proteção, ampliação e aperfeiçoamento da cinematografia, tendo a produção nacional crescido substancialmente.

O Conselho Nacional de Direito Autoral — CNDA atuou em benefício do autor intelectual e dos artistas brasileiros, protegendo-lhes os direitos autorais. A organização do Escritório Central de Arrecadação de Direito Autoral — CAD, independente do Conselho, centralizou o sistema, passando a utilizar processamento eletrônico de dados para arrecadação e distribuição dos direitos autorais na área de música, já se percebendo grande aumento na arrecadação e maior exatidão na distribuição. Pela primeira vez foi feito um catálogo geral das músicas no Brasil, instrumento fundamental para o novo sistema implantado pelo CNDA.

O Serviço Nacional de Teatro — CNT promoveu, em 1977, diversas atividades relacionadas com o incentivo às artes cênicas, beneficiando grupos profissionais e amadores do País, bem como o teatro infantil. Entre essas atividades destacam-se a Campanha das Kombis, que visa à popularização do espetáculo teatral, realizando venda de entradas, a preços baixos, em diversos pontos

das cidades, atingindo 7 unidades federadas, o auxílio que vem sendo dado pelo Governo Federal à recuperação, construção e ampliação de 21 teatros, em todo território nacional, e a aquisição, para operação própria, do Teatro de Arena, em São Paulo, do Teatro Cacilda Becker e Teatro Dulcina, no Rio de Janeiro.

O Instituto Nacional do Livro — INL, que em 1977 comemorou seus 40 anos de existência, prosseguiu suas atividades de órgão planejador e executor da política governamental do livro, no contexto cultural do País. Dentro desses objetivos o INL desincumbe-se das funções de coordenador do livro cultural e do Programa de Bibliotecas.

Durante o ano de 1977 foram co-editados, com editoras nacionais, 147 títulos, com tiragem total de 1 milhão de exemplares e investimento de Cr\$ 15 milhões, o que representou um aumento de recursos de 75% com relação a 1976.

Em reedição foram lançadas, por exemplo, obras fundamentais da cultura brasileira, tais como: a «Brasíliana», a série «Documentos Brasileiros», a coleção «Biblioteca Brasileira», a série «Memória Brasileira» e a coleção «Dimensões do Brasil». Assinale-se ainda que toda a obra de Machado de Assis está sendo reeditada.

O Programa de Bibliotecas iniciou, no exercício findo, a implementação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, com a implantação dos sistemas estaduais no Ceará, Rio Grande do Norte, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul.

Patrimônio histórico e artístico

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN realizou, no exercício de 1977, atividades relacionadas à consolidação e conservação de

monumentos e sítios de valor histórico, artístico, arqueológico e natural, em todo o País.

No ano de 1977 foram destinados ao IPHAN recursos orçamentários num total de Cr\$ 11 milhões, destacando-se entre suas atividades o levantamento e cadastramento de bens culturais e sítios arqueológicos em todo o País, a restauração de monumentos (igrejas, teatros, museus, fortes), o tombamento de conjuntos arquitetônicos e paisagísticos de cidades históricas e a realização de cursos de pós-graduação em conservação e restauração.

Além dessas atividades vem o IPHAN, em convênio com a Secretaria de Planejamento, participando do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, tendo sido destinados para esse programa, em 1977, Cr\$ 185 milhões. Dentro do convênio desenvolvem-se 52 projetos no Nordeste e recuperam-se cidades históricas situadas nas regiões Centro-Oeste e Sudeste.

Na área de divulgação, o IPHAN abriu em 1977 os museus de Arte Sacra de Paracatu e de Arqueologia de Itaipu, prevendo-se para 1978 a abertura do Museu de Cabo Frio e da Casa de Benjamim Constant.

Desportos e educação física

No exercício de 1977 o desenvolvimento das atividades do Plano Nacional de Educação Física e Desportos — PNEDE e do Fundo de Assistência ao Atleta Profissional — FAAP provocou considerável impacto no panorama desportivo nacional. O PNEDE, instrumento da política nacional de educação física e desportos, tem por meta básica a melhoria do universo desportivo brasileiro, através da educação física e do desporto no âmbito estudantil, dos desportos de massa e de alto nível.

Em 1977 foram despendidos recursos num montante de Cr\$ 280 milhões (29% de incremento em relação a

1976), destinados a construções, equipamentos, laboratórios, pesquisas, capacitação de recursos humanos, competições desportivas, intercâmbio técnico internacional, divulgação, parques de lazer e assistência ao desporto amador.

Foram construídas 230 unidades esportivas, entre escolas de educação física, núcleos e centros esportivos, ginásios, quadras, pistas de atletismo e piscinas.

Em 25 de agosto de 1977 foi editado o Decreto nº 80.228, regulamentando a lei instituidora das normas gerais sobre desportos.

A implantação do novo ordenamento desportivo no País, harmonizando a atuação do Poder Público e de entidades privadas na execução da Política Nacional de Educação Física e Desportos, já permitiu a obtenção de resultados assinaláveis no setor, valendo destacar que, em 1977, mais de cinco milhões de pessoas participaram da «Campanha Esporte para Todos».

O FAAP, cuja finalidade é gerar recursos financeiros destinados a apoiar o atleta profissional carente, visando a possibilitar sua preparação para exercer outra profissão ao deixar suas atividades, dá assistência educacional, sob a forma de cursos profissionalizantes de 1º e 2º graus, adaptados às peculiaridades de horário dos atletas, sem necessidade de se ausentarem dos clubes. Tendo em vista as características da clientela a ser atendida e a natureza dos objetivos pretendidos, estão sendo utilizados nesses cursos, além de tecnologia especial, TV, rádio, materiais de ensino individualizado e gravações. Há mais de 1.000 atletas matriculados.

A execução desta forma de assistência está sob responsabilidade de Associações de Garantia ao Atleta Profissional — AGAPS, tendo sido criadas, no decorrer de 1977, as associações de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, com a aplicação de recursos da ordem de Cr\$ 10 milhões e com a inscrição de cerca de mil

atletas. Para 1978 está prevista a criação de associações nos demais Estados, com recursos da ordem de Cr\$ 25 milhões.

TRABALHO

O Ministério do Trabalho orientou sua atuação, em 1977, para a consolidação dos objetivos e metas definidos em consonância com a política social do Governo. Buscou, no desempenho de suas atribuições legais, a promoção e valorização do homem brasileiro, em suas diferentes dimensões e aspirações no campo laboral, dentro de clima de paz, justiça social e harmonia entre capital e trabalho.

As atividades referentes à preparação de recursos humanos para as diferentes categorias ocupacionais da força de trabalho do País, aglutinadas e coordenadas pelo Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra, através do Conselho Federal de Mão-de-Obra, permitiram o alcance de índices qualitativos e quantitativos altamente significativos: a instalação e início de operação do SENAR — Serviço Nacional de Formação Profissional Rural, possibilitaram o atendimento da população trabalhadora do campo no tocante à sua preparação profissional com vistas à sua integração humana e social ao seu meio e à melhoria da produtividade do setor primário; o SINE — Sistema Nacional de Emprego foi instalado em todos os Estados, mediante convênios, visando a organizar sistema de informações e pesquisas sobre o mercado de trabalho de modo a possibilitar a adequação da demanda com a força de trabalho; a CBO — Classificação Brasileira de Ocupações, instrumento de uniformização de nomenclatura e semântica das ocupações existentes no País, foi terminada e distribuída aos usuários; a participação do Ministério no exame e orientação da política da imigração fundamentou-se em sua adequação às necessidades da força de trabalho no País; a melhoria da qualidade da

inspeção do trabalho, bem como o aumento do número de inspetores, aliado ao seu adequado treinamento e à interiorização de suas atividades, proporcionaram sensível melhoria da proteção legal ao trabalhador empregado; a assistência aos sindicatos foi sensivelmente ampliada, através de auxílios diretos às entidades sindicais, dotando-as de melhores condições de atendimento aos seus associados, nos setores médico e odontológico. Condições especiais de financiamentos concedidos pelo FAS — Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social permitiram também o estabelecimento de linha de apoio ao desenvolvimento da ação sindical; a vida sindical, por outro lado, foi quase integralmente normalizada, com a suspensão das intervenções, hoje praticamente inexistentes nos 7.100 sindicatos no País; as medidas legais, por um lado, e as atividades de preparação de recursos humanos especializados, por outro, permitiram a obtenção de extraordinários resultados na área da proteção dos trabalhadores no tocante à prevenção dos acidentes no trabalho; a promoção social dos trabalhadores constituiu-se em permanente preocupação do Ministério, com destaque para as atividades esportivas e de lazer, para o fornecimento de bolsas de estudo a trabalhadores sindicalizados, ou seus dependentes, e para a preparação de lideranças sindicais, entre outras atividades; o desenvolvimento do programa de alimentação dos trabalhadores, a cargo das empresas, com base nos incentivos fiscais previstos na Lei n.º 6.321, de 14 de abril de 1976, ultrapassou as metas previstas para o exercício.

Essas atividades do Governo Federal, no âmbito do Ministério do Trabalho, ordenadas e operacionalizadas através de programas e projetos específicos, desdobraram-se em amplo leque de ações interligadas voltadas integralmente para o atendimento da força de trabalho — hoje da ordem de 37,4 milhões de trabalhadores. Suas linhas básicas de atuação estabelecidas pela Lei n.º 6.036, de 1.º de maio de 1974, e, posteriormente, regulamentadas pelo Decreto n.º 76.386, de 2 de outubro de 1975, estão

dirigidas para o desempenho de tríplice tarefa: a preparação do homem para o trabalho — visando formação, qualificação, aperfeiçoamento, especialização e treinamento de mão-de-obra para ingresso imediato na força de trabalho, de jovens ou adultos, das pessoas já empregadas e ainda dos que desejam ou sejam obrigados a mudar de ocupação; obtenção de emprego e fixação de retribuição justa pelo trabalho executado — envolvendo a expansão do emprego e a melhoria das condições de remuneração do trabalho, propiciando a elevação de renda e buscando a mais justa participação na riqueza nacional; e a coordenação das relações do trabalho — através da valorização do trabalhador, da fiscalização pelo cumprimento das normas legais de proteção, da manutenção e ampliação dos serviços de higiene, medicina e segurança do trabalho, da melhoria de suas condições nutricionais e do apoio às atividades de promoção social, com o objetivo de propiciar a paz social, pelo justo entendimento entre empregadores e empregados, diretamente, através de seus órgãos representativos ou através da intervenção dos órgãos próprios do Ministério do Trabalho.

Os objetivos e metas definidas para as ações do Ministério do Trabalho foram apoiados, no exercício, com a adoção de novos instrumentos legais e administrativos com vistas à melhoria e maior suporte ao desenvolvimento das atividades planejadas. A Consolidação das Leis do Trabalho, objeto de estudos levados a efeito por Comissão Especial, composta de especialistas em Direito do Trabalho, foi atualizada em seus aspectos substantivos, já tendo sido aprovados pelo Congresso Nacional os capítulos referentes às férias e à segurança e medicina do trabalho. Outros capítulos serão oportunamente submetidos ao Congresso Nacional, visando a permitir sua integral aprovação e utilização no decorrer de 1978. A promulgação do Decreto n.º 79.620, de 28 de abril de 1977, criando o Conselho Nacional de Política de Emprego, órgão colegiado de assessoramento superior, deu

outra amplitude ao Sistema Nacional de Emprego — SINE. O Conselho tem por finalidade propor diretrizes e medidas para aperfeiçoar os mecanismos de equilíbrio do mercado de trabalho, a fim de consolidar a política de emprego e, ainda, avaliar as repercussões, na área do emprego, de medidas econômicas e financeiras adotadas ou previstas, sugerindo aos órgãos executores linhas de ação que, sem prejudicar suas finalidades principais, favoreçam a absorção de mão-de-obra. A sanção do Decreto n.º 80.098, de 8 de agosto de 1977, criando o Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato — PNDA, permitirá a ordenação das atividades artesanais, possibilitando a expansão das oportunidades de trabalho a expressiva camada da população, com baixo custo de investimentos, tendo em vista a melhoria dos níveis de renda familiar dos trabalhadores, principalmente aqueles situados nas regiões menos desenvolvidas do País. Neste particular vale destacar que mais de um milhão de trabalhadores brasileiros se dedicam às atividades artesanais, dos quais 450 mil no Nordeste. Foi ainda promulgado o Decreto n.º 80.930, de 5 de dezembro de 1977, criando o Programa de Desenvolvimento de Mão-de-Obra — PRODEMO, que visa à operacionalização do Acordo de Empréstimo 1452/BR, entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD, cujo valor total é de US\$ 92,511 milhões, dos quais US\$ 32 milhões correspondem a financiamento daquele órgão e o restante referente à contrapartida das instituições vinculadas ao Ministério do Trabalho (SENAT, SENAC e FUNDACENTRO) e de outros órgãos do Governo.

Preparação do homem para o trabalho

O Ministério do Trabalho vem se preocupando com a qualificação e o aperfeiçoamento da mão-de-obra nas áreas da agricultura, da indústria e comércio e dos serviços, exercendo a coordenação das atividades nesse

campo em função dos objetivos sociais, políticos e econômicos que o Governo busca atingir.

A Secretaria de Mão-de-Obra, órgão central de direção superior, diretamente subordinada ao Ministério do Trabalho, tem como finalidade promover a execução de programas de formação profissional, bem como estudar, analisar, orientar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades relacionadas com a preparação de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Entre as realizações que visam à formação profissional do trabalhador brasileiro destacou-se, em 1977, o desenvolvimento da política de formação de mão-de-obra, através das atividades do PIPMO, SENAI, SENAC, SENAR e daquelas atribuídas às empresas, com base nos incentivos fiscais da Lei n.º 6.297, de 15 de novembro de 1975. Ao todo foram treinados, nesse ano, 3,33 milhões de trabalhadores, contra 1,94 milhão em 1976. Em 1977 o PIPMO treinou 477 mil trabalhadores (contra 474,1 mil em 1976), o SENAI responsabilizou-se pelo treinamento de 550 mil (502,9 mil em 1976), o SENAC pelo de 556 mil (511,5 mil em 1976), o SENAR treinou 250 mil em 1977, seu primeiro ano de atuação efetiva, e através de empresas foram beneficiados 1.497 mil trabalhadores, contra 452,1 mil em 1976.

Ainda em 1977 destaca-se o efetivo funcionamento do Conselho Federal de Mão-de-Obra, instituído pela Portaria n.º 553, de 20 de outubro de 1976, cujas atribuições eram anteriormente exercidas por Comissão Especial; além de importantes decisões que tomou no âmbito da política nacional para o setor, contam-se entre as realizações do Conselho Federal de Mão-de-Obra, nesse ano, o registro de 25 entidades, o credenciamento de outras 538, a aprovação de programas de 1.161 empresas e a preparação de 1,5 milhão de trabalhadores.

Merecem destaque igualmente, no que se refere à formação profissional dos trabalhadores, a elaboração e implantação de projetos especiais, abrangendo todos os

campos da atividade econômica, sobressaindo-se em especial os seguintes:

a) concessão de auxílio financeiro para o fortalecimento dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra;

b) preparação de recursos humanos para os três setores econômicos, através do PIPMO;

c) treinamento de conscritos e de pessoal técnico da Aeronáutica, através dos projetos Caxias e Santos Dumont;

d) desenvolvimento do projeto de preparação de mão-de-obra para os pólos agropecuários e agrominerais da Amazônia (com a participação do Ministério do Interior), fazendo parte ainda desse projeto a construção de uma unidade móvel fluvial de treinamento, a operacionalização de um Centro de Formação Profissional em Altamira (PA) e a construção de centros de formação profissional em Imperatriz (MA), Marabá (PA) e Macapá (AP);

e) execução do Projeto Transportes — em convênio com o Ministério dos Transportes, visando a aprimorar os padrões de desempenho da mão-de-obra desse ramo de atividade, elevando índices de produtividade e segurança;

f) implementação do Projeto de Formação Profissional para os Sentenciados, firmado em dezembro de 1977 e elaborado em colaboração com o Ministério da Justiça, objetivando preparar mão-de-obra através de cursos intensivos de qualificação profissional, facilitando, assim, a reintegração do sentenciado na sociedade; existe previsão para atendimento de 8 mil treinandos em 1978.

Em convênio com o Centro de Preparação de Apoio à Pequena e Média Empresa — CEBRAE, elaborou-se o Projeto Microempresa, tendo como meta fortalecer e expandir a pequena empresa, reduzir a pressão migratória

para os grandes aglomerados urbanos, aumentar as oportunidades de emprego e elevar o nível de rendimento das camadas de baixa renda. Para 1978 está prevista a avaliação do projeto-piloto e a execução de projetos ao nível regional.

Constituíram-se grupos de trabalho, dos quais participaram o SENAI, SENAC, SENAR e outras entidades de formação profissional, visando à realização de estudos básicos para eleição de pesquisas prioritárias sobre demanda de mão-de-obra e necessidades de formação profissional. Realizou-se pesquisa sobre demanda e oferta de mão-de-obra na área do petróleo e da petroquímica no Brasil — em convênio com a PETROBRÁS, SENAI e Instituto Brasileiro de Petróleo — a fim de subsidiar a estruturação de programas de formação e treinamento profissional de trabalhadores para a expansão da indústria de petróleo e petroquímica.

Celebrou-se acordo com vistas a criar e instalar, no Rio Grande do Sul, estrutura para a formação e desenvolvimento de recursos humanos, na primeira fase do III Pólo Petroquímico, com a participação do MEC, da PETROBRÁS e de outras entidades. Convênio de cooperação técnica foi firmado com a Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional — CENAFOR, visando à criação de bancos de informações sobre material de instrução. Em 1978 serão reunidas nesse banco informações sobre material técnico-didático do SENAI, SENAC, SENAR, PIPMO e outras instituições.

Realizou-se, em Brasília, o I Seminário Nacional de Informação e Orientação Profissional, para discussão e aprovação das diretrizes nacionais nessas áreas. Em 1978 deverão ser implantados postos de informação profissional, através de convênios, nas principais capitais do País, além da confecção de material de divulgação. Promoveu-se o I Encontro de Representantes do Ministério do Trabalho nos Conselhos do SENAI e SENAC, com o obje-

tivo de orientar os conselheiros representantes no exercício de suas funções e dar-lhes conhecimento das programações e atividades em execução, no âmbito do Ministério, que interessem a tais entidades. Pretende-se, em 1978, dar continuidade a essas atividades, visando a facilitar ainda mais a comunicação entre o Ministério e aqueles órgãos de formação profissional.

Destaca-se ainda, no campo da formação profissional, a preparação de técnicos para a utilização da telecomunicação em formação profissional — tendo sido realizado o I Seminário Nacional de Telecomunicação —, além do desenvolvimento de projeto para o treinamento de instrutores, prevendo-se para 1978 a continuação da programação; outra atividade importante foi a participação do Ministério do Trabalho, juntamente com a Organização dos Estados Americanos, Organização Internacional do Trabalho, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Educação e Cultura e Secretaria de Planejamento, na organização da Reunião Técnica sobre Coordenação entre o Treinamento para o Trabalho e a Educação Formal, realizada em Brasília, com a participação de 18 países.

Emprego e salário

A criação do Conselho Nacional de Política de Emprego, através do Decreto n.º 79.620, de 28 de abril de 1977, permitirá a ordenação coerente de medidas relacionadas ao emprego no País. Cumpre ao Conselho propor medidas que aperfeiçoem os mecanismos de equilíbrio do mercado de trabalho, avaliar e antever as repercussões, na área do emprego, das medidas econômicas e financeiras, articulando-se com o Sistema Nacional de Emprego — SINE.

O SINE já está em implantação em todos os Estados da União, devendo no curso do ano de 1978 alcançar o nível de estruturação administrativa necessário para cumprir as funções que lhe foram atribuídas no II PND

e pelo Decreto n.º 76.403, de 8 de outubro de 1975, que o instituiu.

Através de sua rede de núcleos microrregionais e locais, interligados nacionalmente, o SINE iniciou de forma sistemática e ampla uma intensa atividade de intermediação entre a oferta e a demanda de recursos humanos para o trabalho, ademais de identificar inadequações capazes de prejudicar a organização e expansão do mercado de trabalho, visando a subsidiar as decisões governamentais na área do emprego. Esse esforço inclui linha de pesquisas setoriais, envolvendo universidades e outros centros, que procedem à análise intensiva das condições de geração de empregos e de novas ocupações produtivas.

O SINE empenhou-se também na publicação e lançamento da Classificação Brasileira de Ocupações — CBO, oficializada para uso em todo o território nacional.

A CBO servirá de base para a organização das informações gerais sobre o mercado de trabalho, uniformizando gradualmente as terminologias e significações para o aprimoramento da qualidade das estatísticas do trabalho e para facilitar as comparações com atividades de outros países.

Foi iniciada a produção de um índice nacional de emprego, nas regiões metropolitanas, imprimindo-se maior agilidade ao processamento dos registros administrativos do Ministério do Trabalho. Este índice será ampliado e complementado por outros indicadores, diretos e indiretos, visando à produção de informações que possibilitem ao Governo atuar prontamente para sustentar satisfatórios níveis de emprego.

O setor informal do mercado de trabalho mereceu igualmente especial atenção. Ainda em caráter experimental, foram desenvolvidos projetos para organizar, em cooperativas de trabalho, as pessoas sem relação formal de emprego ocupadas na produção de bens e serviços.

A experiência está sendo cuidadosamente avaliada, prevenindo-se, com base nos resultados já obtidos, a sua gradual ampliação.

Os trabalhadores, para os quais a carteira de trabalho é o documento de identificação, tiveram assegurada a sua obtenção gratuita através da rede de postos do Ministério do Trabalho em todo o País. Foi implantada a identificação do atleta profissional de futebol em carteira própria.

A política salarial continuou sendo orientada no sentido de disciplinar a repercussão dos reajustamentos coletivos de salários sobre os preços das atividades ou serviços, sem perder de vista a margem de segurança ideal para o trabalhador, no que toca à recomposição do poder de compra de seu salário, bem como à manutenção de seu emprego.

O Conselho Nacional de Política Salarial — CNPS, prestou assessoria ao Poder Executivo na formulação e execução dessa política, pronunciando-se sobre reajustamentos salariais e sobre a revisão dos níveis mínimos de salário, tendo-se reunido 18 vezes.

O salário mínimo foi aumentado em 1.º de maio de 1977, de 44,49% para o menor salário mínimo e de 44,06% para o maior salário mínimo do País. A razão entre o maior e o menor salário mínimo atingiu o nível 1.4055, mantendo a tendência que se observa, desde 1964, de redução da diferença entre ambos.

No âmbito da política de imigração, o Ministério do Trabalho desenvolveu vários programas relacionados com a seleção de mão-de-obra estrangeira e adaptação e integração de imigrantes à comunidade brasileira.

Os processos de seleção de imigrantes foram aperfeiçoados para compatibilizar as necessidades brasileiras de técnicos estrangeiros altamente qualificados com as disponibilidades do mercado de trabalho nas diferentes regiões do País, integrando-se as atividades do setor de imigração com as do SINE. Da mesma forma, exerceu-se

a coordenação das atividades desenvolvidas no Brasil pelo Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias — CIME, de modo a ajustá-las à linha de ação traçada pelo Ministério, procedendo-se à instalação de escritórios regionais do CIME em Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador e integrando o funcionamento dessas unidades às matrizes estaduais do SINE.

A ação do Ministério do Trabalho desenvolveu-se em estreita colaboração com os demais órgãos governamentais que operacionalizam a política de imigração do Governo — o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Justiça.

Após pesquisa do mercado de trabalho efetuada pelo SINE, nova lista de ocupações aplicável à imigração foi editada, a qual foi posteriormente encaminhada, pelo Ministério das Relações Exteriores, às repartições consulares do Brasil no estrangeiro.

Coordenação das relações do trabalho

Visando a estabelecer condições adequadas para a proteção do trabalhador empregado, o Ministério do Trabalho atuou nos setores de inspeção do trabalho, assistência sindical, proteção ao trabalho da mulher e do menor, bem como na promoção social.

No campo da inspeção no trabalho foram admitidos em 1977, 600 novos inspetores, como parte do plano geral de renovação e ampliação para o período 1975-1979. Foram intensificados os projetos de treinamento dos novos inspetores, bem como a permanente atualização do restante do quadro da categoria, buscando elevar seus padrões de qualidade e eficiência na execução de suas tarefas de intermediação entre o Poder Público e as partes titulares da relação de emprego. Por outro lado, efetivou-se, no decorrer de 1977, a interiorização da inspeção do trabalho e de outras atividades das Dele-

gacias Regionais do Trabalho, com a criação de subdelegacias e postos locais de trabalho em todo o País.

A assistência prestada aos sindicatos de todo o País acentuou-se significativamente no exercício, tendo sido examinados centenas de processos de reconhecimento e de investidura sindical, de decisões em assuntos relacionados com o registro de associações profissionais, de filiação e desfiliação de entidades sindicais, de extensão de base e de representação, de fusão, de desconcentração, bem como os de criação de categorias econômicas, profissionais ou profissionais liberais. Continuaram diminuindo os casos de intervenção em entidades sindicais, agora restringidos àqueles em que circunstâncias especiais ainda não permitem suspender o regime intervencionista.

No referente à promoção social vale destacar:

a) a realização de simpósios de atualização em administração sindical, mais conhecidos pela denominação genérica de Projeto Brasília, destinados à atualização de líderes sindicais na nova estrutura e novos programas do Ministério do Trabalho; a execução desse projeto tem trazido a Brasília líderes sindicais de todas as regiões do País, possibilitando-lhes, além da atualização antes referida, contato com a mais alta administração nacional, inclusive a Presidência da República, possibilitando ainda auferir conhecimentos mais aprofundados em matéria sindical e dirimir, através de diálogo franco e aberto com autoridades responsáveis por áreas específicas, dúvidas que possam ter acerca dos mais variados assuntos técnicos ou administrativos no campo trabalhista; o número de líderes sindicais trazidos de cada vez varia conforme o Estado de proveniência, havendo casos em que, de uma só vez, são agrupados líderes sindicais de mais de um Estado; os líderes sindicais recebem, da parte do Ministério, a mais completa assistência, desde transporte, alimentação e hospedagem em Brasília até o indispensável

acompanhamento e orientação em suas atividades na capital do País; realizaram-se, em 1977, 17 simpósios do Projeto Brasília.

b) a realização de campeonatos sindicais de futebol, em âmbito regional, estadual e nacional, objetivando difundir entre os sindicalizados a prática do esporte, proporcionando-lhes melhores momentos de recreação e lazer;

c) a dinamização e ampliação de colônias de férias mantidas pelo Sesi e pelo Sesc, objetivando ampliar as áreas de recreação e lazer do trabalhador;

d) a ampliação e dinamização de cozinhas industriais do Sesi, visando a melhorar o atendimento ao trabalhador e proporcionar-lhe alimentação mais sadia e farta;

e) a capacitação de pessoal para serviços de alimentação coletiva, com o fim de treinar e qualificar pessoas para o desempenho de atividades relacionadas com tais atividades, incluindo nutricionistas, garçons e outros; este projeto está sendo desenvolvido, inicialmente, em convênio com a Universidade de Campinas, que está encarregada de realizar e desenvolver os estudos necessários. A parte de treinamento propriamente dita está a cargo do SENAC;

f) a concessão de auxílios financeiros aos órgãos classistas para aquisição do material permanente necessário ao bom desempenho de suas atividades;

g) o repasse de serviços de saúde aos órgãos de classe, objetivando facilitar e incrementar a utilização desses serviços pelos trabalhadores sindicalizados;

h) a elevação da oferta de refeições sadias e fartas, a baixo custo, para comerciários, através de aumento da capacidade dos serviços próprios do Sesc;

i) a concessão de incentivos fiscais à alimentação do trabalhador, dividindo-se o custo da alimentação entre Governo, empresa e o próprio trabalhador; trata-se de

projeto que apresenta grandes vantagens para o trabalhador pois lhe possibilita adquirir, por preços quase simbólicos, alimentação farta e preparada adequadamente; no ano de 1977 o programa atendeu a 740 mil trabalhadores, com o fornecimento de 167,2 milhões de refeições;

j) a realização de cursos de liderança, administração e contabilidade sindical, em caráter experimental, desde julho de 1977, nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

l) o financiamento de sedes próprias para entidades sindicais, com recursos do FAS, juros de 6% ao ano e correção monetária subsidiada em 80%.

Por outra parte, visando a diminuir, tanto quanto possível, a incidência de acidentes do trabalho, o Ministério desenvolveu inúmeros serviços, com repercussão bastante satisfatória. Com esse objetivo, continuaram sendo realizados, em 1977, os cursos para médicos do trabalho, engenheiros de segurança do trabalho, enfermeiros e auxiliares de enfermagem do trabalho e supervisores de segurança do trabalho, através de convênios realizados com a Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho — FUNDA-CENTRO.

Nesses cursos foram formados 1.196 médicos, 1.702 engenheiros, 1.695 supervisores de segurança, 1.012 auxiliares de enfermagem e 138 enfermeiros.

Através da Portaria nº 3.456, de 03 de agosto de 1977, reformulou-se o funcionamento das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes — CIPAS, fixando em 50 o número de empregados determinante da obrigação, para as empresas, de manter essas Comissões.

Foi realizado, em Porto Alegre, o Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho — CONPAT, com a participação de 1.258 pessoas diretamente interessadas no assunto. Foram debatidas e aprovadas

inúmeras teses e proposições, todas de real importância para a prevenção acidentária.

Foram também realizadas as Semanas de Prevenção de Acidentes do Trabalho — SPAT, nas capitais de todos os Estados e em algumas cidades do interior.

Este conjunto de medidas, acrescido da compreensão e cooperação de empregadores e empregados das empresas de todo o País, que já havia permitido fosse evitada, em 1976, a ocorrência de 459 mil acidentes e proporcionado uma economia de quase Cr\$ 7 bilhões, somados os custos diretos e indiretos, possibilitou que se alcançassem índices ainda mais decrescentes em 1977.

O Serviço Especial de Bolsas de Estudo — PEBE, oferecendo bolsas de estudo para as quatro últimas séries do 1.º grau, para o 2.º grau — especialmente para cursos profissionalizantes prioritários — e para o ensino superior, a trabalhadores sindicalizados e seus dependentes, atendeu, em 1977, a mais de 290 mil interessados.

SAÚDE

Sistema Nacional de Saúde

Um elenco de medidas com vistas a consolidar e aperfeiçoar o Sistema Nacional de Saúde foi implementado pelo Governo durante o exercício, o que vem propiciando resultados positivos para a consecução dos objetivos do Ministério da Saúde. Dentre essas medidas devem ser destacadas as seguintes: criação do Grupo Saúde Pública, instrumento capaz de corrigir distorções constatadas na formação e utilização de recursos humanos; aprovação de normas sobre padrões de identidade e qualidade de águas minerais e naturais de fontes, bem como sobre padrão de potabilidade de águas para o consumo humano nos sistemas de abastecimento público; im-

plementação do Sistema de Vigilância Sanitária de Medicamentos, em estreita articulação com representantes da indústria farmacêutica; estruturação da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária, do Conselho Nacional de Saúde e de suas Câmaras Técnicas, da Secretaria Geral, das Secretarias Nacionais de Ações Básicas de Saúde e de Programas Especiais de Saúde.

Devem ser destacadas, ainda, entre as providências na área do Sistema Nacional de Saúde, o projeto de restauração e ampliação da Fundação Oswaldo Cruz, com financiamento de Cr\$ 510 milhões, dos quais Cr\$ 390 milhões do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, envolvendo a reforma, ampliação e reconstrução de um centro hospitalar, a construção do Laboratório Central de Controle de Drogas, Medicamentos e Alimentos, a recuperação e restauração da infra-estrutura do *campus*, a aquisição de equipamentos pesados e equipamentos de laboratório; a elaboração e desenvolvimento de programas regionalizados de saúde e saneamento, em estreita articulação com a Secretaria de Planejamento, Ministério do Interior — através de seus órgãos regionais de desenvolvimento — Ministério da Previdência e Assistência Social, Ministério do Trabalho e secretarias de saúde dos Estados e Territórios; o desenvolvimento, em convênios com universidades e secretarias de saúde das unidades da Federação, do intenso programa de preparação de pessoal de nível médio e auxiliar, na área de saúde, dentro da filosofia de integração docente assistencial; a realização de cursos de saúde pública em Belém, Recife, Salvador, Brasília e Porto Alegre.

Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica

O Programa compõe-se de dois projetos: Rede de Unidades de Vigilância Epidemiológica e Rede de Laboratórios de Saúde Pública. O primeiro, a cargo da Fundação SESP, encontra-se implantado em todas as unida-

des federadas, com exceção do Estado de São Paulo e Território Federal do Amapá, podendo seu desempenho ser considerado satisfatório, sobretudo em função de substancial melhoria nas informações sobre ocorrências de doenças transmissíveis no País.

O projeto Rede de Laboratórios de Saúde Pública, a cargo da Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde, logrou atingir 90% das metas físicas programadas para 1977, com a implantação de 189 unidades — 22 laboratórios centrais, 38 regionais e 129 locais.

Cumprir destacar as seguintes medidas executadas pelas secretarias estaduais de saúde, com apoio do Ministério da Saúde, visando à otimização do programa: preparação de pessoal, com curso de auxiliar de epidemiologia; estabelecimento de contatos com os demais serviços de saúde nos Estados, criando uma rede de postos de notificação; implantação de unidades de vigilância epidemiológica; aplicação dos recursos necessários à manutenção e desenvolvimento do sistema sob sua responsabilidade.

Doenças transmissíveis suscetíveis de controle por imunizantes

O Ministério da Saúde vem atuando, neste campo, através da Fundação SESP, à qual incumbe prestar assessoramento às secretarias estaduais de saúde, executoras diretas do programa.

Controle da esquistossomose

Com a aprovação, em outubro de 1976, do Programa Especial de Controle da Esquistossomose — PECE, as atividades de saneamento ambiental e controle da endemia foram concentradas em 6 Estados do Nordeste (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe), em zonas contíguas, sem contudo

abandonar outras áreas prioritárias, como as dos projetos de irrigação.

O programa vem sendo executado pela SUCAM, na parte referente aos levantamentos coproscópicos e malacológicos, de combate aos planorbídeos e de tratamento de doentes, com percentuais de cumprimento de suas metas físicas acima de 70%. O reconhecimento geográfico abrangeu 182 municípios, 8.900 localidades e 685 mil prédios, com 2,45 milhões de habitantes.

A SUCAM vem desenvolvendo atividades de combate à esquistossomose em 577 Municípios (inclusive a área do PECE); em 1977 examinou 59.448 coleções aquáticas, das quais 739 possuíam caramujos infectados; realizou 1,1 milhão de exames de fezes (94 mil casos positivos) e tratou 291.322 portadores da doença.

Paralelamente encontram-se em desenvolvimento, em 125 Municípios (54% dos previstos até 1979), atividades de saneamento básico, beneficiando cerca de um milhão de habitantes (39% da população que deverá ser atingida até 1979). Concluíram-se 14 centros de operações, 67 sistemas de abastecimento de água, 68 metros de rede de distribuição, 23 conjuntos de lavanderia-chafariz, 21 mil ligações domiciliares e 195 mil melhorias sanitárias em residências; 513 escolas receberam melhoramentos sanitários, e elaboraram-se 143 projetos técnicos de abastecimento de água. Encontram-se em execução 63 sistemas de abastecimento de água, 11 mil metros de redes de distribuição e 19 conjuntos lavanderia-chafariz.

Doença de Chagas

O reconhecimento geográfico abrangeu 173 Municípios, 14.216 localidades, com 436.971 casas e 487.202 anexos reconhecidos (924.173 prédios), efetuando-se cadastramento de 2,731 milhões de habitantes. O levantamento triatomínico, que ao lado do reconhecimento geográfico integra a fase de preparação, serve ao estudo da

distribuição geográfica, à determinação da densidade e dos índices de infecção natural dos triatomíneos. Realizou-se em 664 Municípios e 54.653 localidades, tendo sido pesquisadas 1.131.768 casas e 1.077.726 anexos (2.209.494 prédios), o que corresponde a 113,2% em relação à meta prevista para o período. Dos prédios pesquisados, 71.573 deram resultado positivo, o que representou um índice de infestação da ordem de 3,2%.

Quanto à borrifação, os dados superaram também ao que fora estimado (275 mil unidades domiciliares). Foram tratadas 299.950 casas e 428.999 anexos (738.947 prédios). A população beneficiada atingiu 1.234.677 habitantes.

Para 1978 a programação prevê reconhecimento geográfico de 1 milhão de casas, levantamento triatomínico de 1,1 milhão de habitações e borrifação de aproximadamente 350 mil delas.

Para esclarecer a procedência da infecção e sua disseminação no País, está sendo realizado inquérito médico-sociológico, incumbindo-se desse trabalho a Universidade de São Paulo, o CNPQ, a Fiocruz e ampla rede de laboratórios em vários Estados.

Na investigação, coletaram-se em 1977 informações de 379 Municípios, em 12 Estados, com cerca de 200 mil amostras que, somadas às obtidas em 1976, perfazem o total de 503.000 amostras.

O método empregado é o de imunofluorescência, desenvolvido pela USP, e a realização do inquérito tem assinalável repercussão nos meios científicos internacionais.

Tuberculose

A tuberculose ainda se constitui em um dos maiores problemas de saúde pública do País, apesar dos avanços alcançados. A mortalidade específica, que era de 170 por 100 mil habitantes em 1959, caiu para 70 em 1960 e atual-

mente situa-se em torno de 20 óbitos por 100 mil habitantes, em média, nas capitais brasileiras.

Atualmente a prevalência da doença (por 100 mil habitantes) é de 450 no Norte, 360 no Nordeste, 270 no Sudeste, 180 no Sul e Centro-Oeste, estimando-se a incidência em 1/3 dessas taxas, ou seja, 100 mil casos novos por ano.

As atividades de controle da tuberculose, em sua maioria, são executadas pelas unidades de Saúde das secretarias de Saúde das unidades federadas e da Fundação SESP, com assistência técnica e financeira da Divisão Nacional de Pneumologia Sanitária — DNPS, órgão do Ministério da Saúde.

Os resultados atuais do programa indicam que foram integrados mais de 800 Municípios, em dois anos e meio de trabalho, prevendo-se outro tanto nos três próximos. Tudo isso somado aos 469 Municípios anteriormente integrados possibilitará, certamente, abranger cerca de 80% da população brasileira até 1980.

O número de vacinações já realizado atingiu a casa dos 21 milhões, admitindo-se que chegue a 40 milhões até 1980. Espera-se atingir, ainda, outra importante meta: descobrir e tratar corretamente pelo menos 70% dos novos casos bacilíferos, anualmente.

Em 1978, a Divisão coordenará uma investigação epidemiológica com vistas ao programa a ser desenvolvido na próxima década e iniciará estudos, de abrangência nacional, sobre infecções respiratórias agudas.

O esquema encurtado de quimioterapia encontra-se em fase final de estudos, estando prevista sua implantação para o segundo semestre de 1978.

Saneamento básico em áreas rurais

O projeto de saneamento básico em áreas rurais e áreas de valorização econômica (São Francisco, Jaguaribe e Alto Solimões) desenvolve-se em 18 Estados. Em

1977 foram concluídos 30 sistemas públicos de abastecimento de água, encontrando-se em diferentes etapas de construção mais 138; outros 6 foram ampliados, enquanto 94 encontram-se em ampliação. Elaboraram-se 2 projetos de sistemas de esgotos, 3 encontram-se em elaboração e 36 sistemas de esgotos estão em construção.

Erradicação da malária

As ações desenvolvidas, através das borrifações intradomiciliares com DDT, da busca, exame, tratamento dos casos e do emprego de medidas complementares, abrangeram a quase totalidade das áreas programadas, registrando-se dispêndios da ordem de Cr\$ 597 milhões.

As atividades epidemiológicas com vistas à avaliação e vigilância desenvolveram-se nos 1.840 municípios originalmente maláricos, em extensão de 6,9 milhões de km² e população de 45,6 milhões de habitantes.

O número de casos de malária detectados na Amazônia elevou-se de 78 mil para 92 mil. Nesta região o índice de lâminas positivas subiu de 10,4% para 11,2%. A participação da Amazônia no cômputo geral dos casos de malária registrados no País em 1977 atingiu 95%, contra 90% em 1976.

A concentração da incidência na Amazônia explica-se pelo maior número de casos registrados no Pará (mais 12 mil que no ano anterior), sobretudo nas regiões de Paragominas — onde o grande número de projetos agropecuários em implantação resultou na atração de numerosos migrantes — e de Tucuruí, local da construção de hidrelétrica de grande porte, com a conseqüente intensificação dos fluxos migratórios, representados pela mão-de-obra que busca trabalho nas obras da usina.

De um modo geral, os casos de malária na Amazônia encontram-se fortemente concentrados em algumas poucas áreas críticas, como atesta o fato de 80% dos casos registrarem-se em apenas 47 Municípios.

Na área de erradicação a curto prazo, a positividade manteve-se em declínio: o índice de lâminas declinou de 0,4 para 0,3%; registraram-se 5.700 casos de malária, contra 7.700 casos em 1976. Nesta área a transmissão da endemia concentra-se em focos já considerados como de pequena significação epidemiológica, distribuídos em 13 Municípios (8 em Mato Grosso, 3 em Goiás, 2 no Paraná e 1 em Santa Catarina).

Em 1977, os progressos alcançados pela programação da SUCAM permitiram suspensão da borrifação com DDT em área de 1,7 milhão km², com 134 Municípios, 432 mil prédios e 2,1 milhões de habitantes, nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Goiás, Bahia, Mato Grosso e Santa Catarina.

As metas para o corrente exercício incluem borrifação de 2,3 milhões de prédios em cada semestre, com um consumo previsto de duas mil toneladas de DDT; vigilância e avaliação epidemiológica em população de 45,6 milhões de habitantes; colheita e exame de 2,3 milhões de amostras de sangue e avaliação, com vistas a suspensão de borrifação, em área com 250 mil prédios e 1,3 milhão de habitantes.

Alimentação e nutrição

O Programa de Nutrição em Saúde — PNS, que despendeu em 1977 Cr\$ 526 milhões (96% do previsto), destina-se a assistir os grupos populacionais mais vulneráveis à desnutrição — gestantes, nutrizes e crianças com mais de 6 meses e menos de 7 anos de idade — das camadas sociais de baixa renda. Foram atendidos 1,8 milhão de pessoas em 953 Municípios, às quais distribuíram-se 74.260 toneladas de alimentos básicos, integrantes tradicionais da cesta alimentar dos brasileiros, o que representou aumento de 77% e 119%, respectivamente, em relação a 1976.

O Projeto de Estimulo à Produção e ao Consumo de Alimentos Essenciais, coordenado pela Empresa Brasi-

leira de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMBRATER, conta com a ação conjunta dos ministérios da Saúde e da Agricultura e objetiva racionalizar o sistema de produção, armazenagem e comercialização dos alimentos produzidos pelos agricultores de baixa renda e pescadores artesanais, assegurando também mercado prioritário para sua produção, nos programas oficiais de suplementação alimentar. Este projeto apresentou desempenho mais que satisfatório, beneficiando população de 85 mil pessoas (158% da previsão), com dispêndios de Cr\$ 28,1 milhões; a área abrangida compreendeu 66 mil hectares de 58 Municípios nordestinos, onde se registrou, no âmbito do programa, produção de 43 mil toneladas de alimentos.

Quanto ao subprojeto destinado à fluoretação das águas de abastecimento público, coordenado pelo INAN e executado pela Fundação SESP, o processo de importação do material necessário — fluor-silicato de sódio no valor de US\$ 200 mil — encontra-se em tramitação. Foi realizada fluoretação em mais de 23 sistemas de abastecimento d'água, e considerando-se os sistemas beneficiados anteriormente, atingem-se atualmente 28 cidades, com população de um milhão de habitantes. Para a execução do empreendimento o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição — INAN repassou à Fundação SESP recursos da ordem de Cr\$ 9,7 milhões.

Pesquisa científica e tecnológica

Os projetos de Pesquisa Aplicada às Endemias Rurais, a cargo da Fundação Oswaldo Cruz, e de Desenvolvimento de Pesquisas em Doenças Tropicais na Amazônia, a cargo da Fundação SESP, despenderam Cr\$ 10,187 milhões no 1º semestre de 1977.

Vêm se desenvolvendo vários subprojetos de pesquisa sobre características biológicas, ecológicas, imunocológicas e epidemiológicas do esquistossoma, seus

hospedeiros intermediários e relação hospedeiro-parasita. Paralelamente, ampliou-se o conhecimento sobre a distribuição geográfica do hospedeiro intermediário, desenvolvendo-se fórmula mais eficiente para o moluscocida, denominado Fiocruz-1, e testando-se três produtos que apresentaram nítida ação esquistossomicida.

Registraram-se, através dos vários subprojetos em andamento, significativos avanços, permitindo aperfeiçoamento das pesquisas no campo de imunologia e diagnóstico da doença de Chagas.

No que se refere à leishmaniose, encontram-se em desenvolvimento 2 subprojetos, um referente a cepas de leishmanias — no qual foram estudados materiais retirados de 100 animais inoculados — e outro, ainda sem resultados conclusivos, sobre o emprego do BCG como agente vacinante inespecífico e imunoterapêutico, para o qual 400 animais foram inoculados.

Entre os estudos e pesquisas realizados na área de saúde e saneamento, destacam-se os relativos a doenças tropicais na Amazônia, realizados pela Fundação SESP através do Instituto Evandro Chagas, com objetivo de conhecer etiologia e epidemiologia de diferentes doenças de origem virótica, bacteriana e parasitária na região, oferecer subsídios para sua vigilância e orientar a adoção de medidas de controle.

O maior número de pesquisas em andamento concentra-se na área das arboviroses. Atenção especial está sendo dada à imunidade anti-amarela, à participação dos vírus nas diarreias infantis, à poliomielite, à síndrome hemorrágica de Altamira e às hepatites por vírus.

Estão sendo desenvolvidas, também, pesquisas sobre leishmanioses, doença de Chagas e toxoplasmose, enquanto outras abrangem leptospiroses, enterobactérias e infecção meningocócica, assim como a ocorrência da oncocercose entre os índios Yanoama, no Território Federal de Roraima.

Salientam-se ainda os seguintes estudos realizados pela Fundação: diferentes modelos operacionais relativos a sistemas simplificados de prestação de serviços de saúde, compreendendo informações a respeito da cobertura e qualidade desses serviços e do comportamento da população em face dos benefícios postos à sua disposição; tipo e condições das habitações nas áreas incluídas no projeto Melhoria da Habitação Rural para o Controle da Doença de Chagas; custo da água tratada para fins de abastecimento público, em estações construídas e operadas sob diferentes tecnologias, visando à extensão do maior benefício pelo valor tarifário mais baixo; critérios técnicos para tratamento de esgotos sanitários em pequenas comunidades; tecnologia simplificada para aplicação e controle de compostos de flúor na água de consumo; controle de micro-organismos nos lençóis de água subterrânea, visando a evitar teor elevado de ferro.

Levantamentos de indicadores regionais de saúde e estudos sócio-econômicos foram também realizados, com a finalidade de determinar variantes metodológicas capazes de ampliar a extensão às populações rurais das ações básicas de saúde pública.

Ação sanitária para a Amazônia

Orientadas pelo Plano Básico de Ação Sanitária para a Amazônia, elaborado em 1975, as ações de saúde e saneamento a cargo do Ministério de Saúde processaram-se diretamente através da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — SUCAM, e da Fundação SESP, e indiretamente através das secretarias de saúde dos Estados e Territórios, que receberam apoio técnico e financeiro do Ministério.

A SUCAM, através da Campanha de Erradicação de Malária, efetuou, em 1977, 2,262 milhões de borrifações domiciliares com DDT, em cerca de 46,9 mil localidades da Amazônia. Registrou-se aumento da incidência de

malária nos municípios que atraíram grandes fluxos migratórios, em razão da presença de grandes projetos agropecuários, da construção de hidrelétricas e de rodovias. Por outro lado, em uma área de 293.098 km², com 605.713 habitantes, foi suspensa a borrifação com inseticida, após avaliação epidemiológica que revelou interrupção da transmissão da malária.

Na Campanha contra a Febre Amarela foram vacinadas, até fins de setembro, 395.750 pessoas. Até essa época foram registrados 5 casos de febre amarela, da forma silvestre, a qual é enzoótica na Amazônia e pode atingir o homem não vacinado que penetra nas matas. Foram inspecionadas, até setembro, 4,2 mil embarcações, 345 mil depósitos de água e 41 mil prédios; em busca do inseto transmissor da forma urbana de febre amarela, não se registrando sua presença na região.

Prosseguiram as ações de controle da leishmaniose, da filariose e do tracoma, com tratamento dos doentes diagnosticados. Foram tratados 180 pacientes de leishmaniose, e entre 318 mil examinados, 2,7 mil pacientes positivos foram tratados de filariose bancroftiana, doença existente na Amazônia, apenas na cidade de Belém.

Foram executadas atividades contra esquistossomose nos Estados do Maranhão e Pará, principalmente em áreas de intenso fluxo migratório. O inquérito nacional sobre prevalência da infecção chagásica está em execução no Estado do Maranhão, enquanto a oncocercose continua sendo avaliada, em sua extensão e gravidade, no norte do Amazonas e em Roraima, através de pesquisas a cargo de missões científicas e de tratamento dos doentes diagnosticados.

A Fundação SESP desenvolveu 43 projetos na área do POLAMAZÔNIA. Foram construídas e ampliadas 13 unidades de saúde e 13 sistemas de abastecimento de água. Construiu-se um sistema de esgoto e realizaram-se 8 projetos de melhorias sanitárias. Na região do alto Solimões estão em funcionamento as unidades de saúde

de Belém, Alvarães, Amaturá, Santa Rita Weil e Tocantins, tendo sido reformada a Unidade Sanitária de São Paulo de Olivença. Estão em construção os sistemas de abastecimento d'água dessas localidades e em ampliação o de São Paulo de Olivença. Além desses projetos, a FSESP manteve em operação 58 unidades de saúde, já existentes, espalhadas por toda a Amazônia.

Através das unidades sanitárias das secretarias de saúde e da Fundação SESP, desenvolveram-se programas básicos de saúde, com vigilância epidemiológica, imunização, saúde, materno-infantil, tuberculose, hanseníase, câncer e saúde mental. Através das secretarias de saúde serão implantados 17 laboratórios de saúde pública até o fim do ano. No programa de laboratórios de saúde pública o Ministério repassou, em 1977, Cr\$ 5,3 milhões para as secretarias de saúde da região.

Foi ainda assinado convênio entre os Ministérios da Saúde, Interior e Previdência e Assistência Social para conjugação de esforços na implementação do Plano Básico de Ação Sanitária para Amazônia.

O Ministério da Saúde, de outra parte, estimulou e participou da modernização administrativa das secretarias de saúde dos Estados do Acre, Amazonas e Território do Amapá. Apoiou financeiramente o reforço da infra-estrutura técnico-administrativa, especialmente referente a planejamento, implantação e acompanhamento de programas nas secretarias de saúde de todas as unidades federadas da região. Iniciou, ainda, programa de interiorização de ações de saúde no Acre, bem como gestões, mediante convênios, para instalação de centros de hemoterapia em cada Estado e Território da região Amazônica.

Controle de drogas, medicamentos e alimentos

A Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária, através de seus diversos órgãos específicos, vem fornecendo orientação normativa aos serviços estaduais

congêneres, exercendo atividade preventiva, através de licenciamentos, revalidações, autorizações, atividades repressivas e supletivas, em auxílio dos órgãos estaduais.

No tocante a drogas, medicamentos, alimentos, dietéticos, insumos farmacêuticos, saneantes, produtos de higiene, cosméticos, perfumes e similares, deu-se continuidade à instrumentação legal da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária, criada em dezembro de 1976; estabeleceram-se padrões de identidade para águas minerais e naturais de fonte, e de potabilidade de águas destinadas ao consumo humano, bem como relacionaram-se os medicamentos que dependem de receita médica para venda ao público.

As ações de vigilância sanitária dos produtos e insumos de interesse para a saúde exigiram a realização, por parte do Laboratório Central de Drogas, Medicamentos e Alimentos, de análises em 227 produtos, totalizando 48.444 tipos de determinação de natureza química, microbiológica e farmacológica, o que representou crescimento de 129%, em relação ao realizado no ano anterior.

Merece destaque especial o início da implantação do Sistema Nacional de Hemoterapia que visa a dotar o País, numa primeira etapa, de Centros Regionais de Hemoterapia, sem fins lucrativos, localizados em todas as capitais dos Estados e Territórios. A este programa destinaram-se recursos da ordem de Cr\$ 30 milhões, do Tesouro Nacional, créditos de US\$ 889 mil do Acordo Bilateral Brasil—RDA e FFfr 4.007 mil do protocolo com o Banco Paris—Pays Bas, estes destinados a importação de equipamentos sem similares nacionais.

Saúde e saneamento do Nordeste

O Ministério da Saúde destinou à execução do Plano Básico de Ação Sanitária para o Nordeste cerca de Cr\$ 1,075 bilhão no exercício de 1977, considerados

apenas os programas e projetos prioritários, não estando computados neste montante os gastos com administração.

Um dos principais programas ali desenvolvidos foi o Programa Especial de Controle da Esquistossomose, cujos principais objetivos são o combate ao caramujo hospedeiro intermediário, o tratamento do doente, a realização de obras de saneamento básico, a melhoria da habitação e a educação sanitária; a este programa a Fundação SESP e a SUCAM destinaram ao Nordeste Cr\$ 150,284 milhões e Cr\$ 80,047 milhões, respectivamente.

O Programa de Interiorização de Ações de Saúde e Saneamento — PIASS, cujo objeto é ampliar atendimento às populações com serviços de saúde pública, através de uma rede de serviços de saúde de complexidade crescente, destinou ao Nordeste recursos da ordem de Cr\$ 232,454 milhões.

Conforme previsto para 1977, foram constituídas equipes técnicas e grupos de coordenação estaduais (instrumentos de gestão e coordenação), assim como aprovaram-se os projetos apresentados pelos 10 estados integrantes do Programa (9 do Nordeste e Minas Gerais — região de Montes Claros), contendo, basicamente, as seguintes ações: construção ou recuperação de 146 centros de saúde e 395 postos de saúde; construção de 396 chafarizes; construção de 76 mil privadas higiênicas; treinamento de 633 profissionais de nível superior e 3.267 de níveis médio e auxiliar.

A área geográfica em que se executarão estas ações abrange 457 Municípios, onde vive população estimada em 9,063 milhões de pessoas; para sua implantação e manutenção estão destinados recursos no montante de Cr\$ 270 milhões. O atual desenvolvimento do PIASS permite prever que as primeiras unidades de serviço estarão funcionando, em 6 Estados, até o final do 1º semestre de 1978, e, em todos, ao final do mesmo ano.

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Ministério da Previdência e Assistência Social — MPAS prosseguiu, em 1977, em sua tarefa de aprimorar o sistema brasileiro de proteção social, empenhando-se, para tanto, na implantação de elenco de medidas, algumas das quais voltadas para o aperfeiçoamento da sua máquina administrativa, aspecto em relação ao qual foi dado significativo passo à frente, com a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social.

Entre essas medidas, cumpre citar a extinção do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economizários — SASSE, através da Lei n.º 6.430, de 7 de julho de 1977, a qual dispôs também sobre a transferência dos economizários para o regime da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1970 (Lei Orgânica da Previdência Social).

Outra providência importante foi a aprovação da Lei n.º 6.435, de 15 de julho de 1977, que disciplinou o funcionamento técnico-atuarial das entidades de previdência privada, isto é, as que têm por objeto instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas e de benefícios complementares aos da previdência social, mediante contribuição de seus participantes, dos respectivos empregadores ou de ambos. Essas entidades se classificam, de acordo com sua relação com os participantes dos planos de benefícios, em abertas, quando acessíveis ao público em geral, e fechadas, quando destinadas exclusivamente aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas. As entidades fechadas ficarão subordinadas ao MPAS, enquanto as abertas funcionarão sob o controle do Ministério da Indústria e do Comércio.

Universalização da previdência social

Existe consenso em torno da definição de previdência social, entendida como um conjunto de prestações concedidas como um direito, custeadas que são através de

contribuições dos interessados. E nesse sentido ela caminha a passos largos para tornar-se universal no Brasil, abrangendo já praticamente todas as categorias profissionais, embora muitas ainda não se encontrem totalmente incluídas, como os autônomos e os domésticos, além de outras que, na periferia das cidades, constituem problemas a desafiar a argúcia e a inventividade dos responsáveis pela generalização da proteção social.

De modo geral, porém, a população trabalhadora se acha amparada, permanecendo fora de seu âmbito aquelas camadas, bastante expressivas em números absolutos, cujo atendimento é preocupação da assistência social, mediante utilização de verbas outras que não as integrantes da receita da previdência social, constituindo serviços prestados como um dever da coletividade mas não reclamáveis como um direito dos assistidos.

A universalização da previdência social pressupõe, inclusive, a cobertura, na medida do possível, de contingentes hoje inaptos para o trabalho produtivo e por isso mesmo objeto das atenções da assistência social.

Reorganização administrativa

O Instituto Nacional de Previdência Social — INPS, durante uma década, esteve submetido a um processo de crescimento extraordinário, por abranger três setores de grandes proporções e praticamente estanques — arrecadação de contribuições, concessão e manutenção de benefícios e prestação de assistência médica. Este fato, que por si só já comprometia a administração da entidade, era agravado pela existência de instituições paralelas, como o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado — IPASE e o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural — FUNRURAL, que prestavam benefícios da mesma natureza a clientela diferentes.

Para a superação dessas dificuldades foi instituído o Sistema Nacional de Previdência Social — SINPAS,

destinado a integrar as atividades de previdência social propriamente ditas (benefícios), de assistência médica, de assistência social e de gestão financeira e patrimonial.

O INPS, reorganizado, ficará restrito à concessão e manutenção dos benefícios em dinheiro e à prestação de assistência complementar, reeducativa e de reabilitação profissional aos beneficiários da previdência social, tanto urbanos como rurais, aos servidores públicos e aos empregadores rurais. O Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social — INAMPS passará a cuidar especificamente da prestação de assistência médica. A Legião Brasileira de Assistência — LBA intensificará suas atividades em âmbito nacional, voltadas para o atendimento do chamado quarto estrato da população. A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor — FUNABEM continuará dedicada à execução da política do menor desamparado. A Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social — DATAPREV seguirá executando as tarefas hoje a seu cargo, de modo a realizar o processamento eletrônico de dados de todas as entidades do sistema. O Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social — IAPAS terá a incumbência de arrecadar, fiscalizar e cobrar as contribuições previdenciárias, bem como gerir as dotações orçamentárias e demais receitas hoje a cargo das entidades do sistema e exercer as atividades financeiras e patrimoniais decorrentes da constituição de um fundo único (Fundo da Previdência e Assistência Social). A Central de Medicamentos — CEME, integrada na estrutura do Ministério, dará continuidade a suas atuais atribuições.

Paralelamente à criação de duas novas entidades — o INAMPS e o IAPAS — foram extintos o IPASE e o FUNRURAL, fazendo-se a reestruturação e reorganização do conjunto de unidades que compõe o sistema sem qualquer aumento de despesa. Cada entidade terá suas atividades desenvolvidas com base na natureza dos programas que lhe são afetos, e não na clientela que atendem.

Tendo montado plano de implantação do SINPAS, o Ministério está totalmente empenhado nessa tarefa, que tem prazo de conclusão até 30 de junho do corrente ano.

Até que sejam definitivamente implantados o novo INPS, o INAMPS, o IAPAS e a nova LBA, o IPASE e o FUNRURAL conservarão a sua personalidade jurídica.

Assistência médica

Os serviços de assistência médica a cargo do INPS tiveram sensível ampliação e melhoria durante o exercício de 1977, com o seu reequipamento em zonas de grande densidade populacional, como por exemplo, a da Baixada Fluminense.

Essas providências tornaram-se possíveis graças ao Plano de Pronta Ação, aprovado pelo MPAS com vistas a dar a necessária atenção às necessidades da área, mesmo antes da reformulação decorrente do advento do SINPAS.

Com a implantação do INAMPS ficará essa nova entidade responsável pela prestação unificada, sob comando único, da assistência médico-hospitalar, antes a cargo do INPS, IPASE, FUNRURAL e LBA.

Uma vez em funcionamento efetivo, o INAMPS criará condições para que se desenvolvam estudos no sentido de que, observadas as disposições do Plano Nacional de Saúde, a assistência médica caminhe para um melhor entrosamento em nível federal, estadual e municipal, inclusive com a iniciativa particular.

Assistência social

No campo da assistência social o MPAS continuou expandindo suas atividades de modo significativo. Amplo programa de complementação alimentar, que faz parte do PRONAN e está dirigido a grupos de gestantes, nutrízes e pré-escolares das áreas metropolitanas do País, teve

início em duas dessas áreas no último trimestre de 1977, devendo alcançar novas áreas no decorrer de 1978.

Paralelamente, desenvolveu-se intenso trabalho de ação comunitária, com a participação de voluntários, através do qual se pretende interiorizar as ações assistenciais a cargo do MPAS. Teve grande expansão o programa de creches, com base no aproveitamento da capacidade ociosa da infra-estrutura social, executado em convênio com os Governos dos Estados. Os programas voltados para o bem-estar do menor foram ampliados, abrangendo praticamente todo o País. Ao mesmo tempo foi iniciado programa experimental de adoção de crianças abandonadas.

A sistemática de atendimento ao excepcional foi revista, em 1977, em esquema articulado com o Ministério da Educação e Cultura, visando à integração de ações e recursos voltados para essa clientela.

Também o idoso mereceu tratamento especial do MPAS, formando-se comissões estaduais cuja primeira providência, em função das diretrizes traçadas pelo MPAS, consistiu no treinamento de recursos humanos para melhor atendimento dessa clientela.

Com o advento do SINPAS e a conseqüente reestruturação das entidades que atuam na área de assistência social, prevê-se a alocação de recursos suficientes à continuidade e expansão dos programas e atividades em andamento.

Federalização da previdência social

Empenhado na solução do problema, vem o MPAS lutando com dificuldade para regularizar a situação dos servidores públicos dos Estados e Municípios, contratados nos termos da legislação trabalhista, não obstante a exclusiva competência da União para legislar sobre o direito do trabalho e para estabelecer os princípios gerais que regulam a previdência social.

Tendo em vista a necessidade de meios para o custeio da proteção social antes da inclusão de quaisquer beneficiários em seu âmbito, prosseguem os estudos com vistas a encontrar fórmula que assegure a garantia desse custeio. Tais estudos, por outro lado, procuram a melhor forma de liquidação das dívidas das municipalidades e de cumprimento das obrigações vincendas para com a previdência social.

Os trabalhos em andamento objetivam articular esses propósitos com as possibilidades efetivas dos referidos órgãos públicos. Resolvido o problema da filiação dos servidores estaduais e municipais, solucionado estará também o da contagem recíproca do seu tempo de serviço, com o que se atenderá a uma antiga reivindicação dessa coletividade.

Supervisão das entidades de previdência privada

Com a sanção da Lei n.º 6.462, de 9 de novembro de 1977, passou o MPAS a elaborar a regulamentação aplicável às entidades de previdência privada fechadas, acessíveis exclusivamente aos empregados de uma só empresa ou de um grupo de empresas.

A supervisão das entidades fechadas — os chamados «Fundos de Pensão» — pelo MPAS se fará por intermédio de um novo setor a ser criado na sua estrutura organizacional.

Atuação das entidades vinculadas

O INPS continuou empenhado em adotar medidas no sentido de dar melhor atendimento quantitativo e qualitativo aos seus beneficiários.

Em matéria de seguros sociais, foram concedidos no exercício 1,29 milhão de benefícios de pagamento único, 200 mil aposentadorias, 102 mil pensões por morte, 706 mil auxílios-doença, 151 mil rendas mensais vitalícias

a maiores de 70 anos ou inválidos e 102 mil outros benefícios, num total de 2.551 milhões.

Os benefícios em manutenção corresponderam a 1,55 milhão de aposentadorias, 1,15 milhão de pensões por morte, 740 mil auxílios-doença, 860 mil rendas mensais vitalícias e 210 mil outros benefícios num total de 4.375 milhões.

Registraram-se 1,5 milhão de acidentes do trabalho, com 7,5 milhões de atendimentos ambulatoriais a acidentados e 1,3 milhão de auxílios-doença por incapacidade temporária.

Na área de assistência médica ocorreram 121,8 milhões de consultas médicas, 11,8 milhões de exames de raios X, 35 milhões de exames de laboratório e 52,6 milhões de serviços complementares, bem como 18,1 milhões de consultas odontológicas e 27 milhões de serviços dentários. O número de internações hospitalares subiu a 7 milhões.

No tocante ao bem-estar, o número de atendimentos de serviço social foi de 3,7 milhões e o de reabilitados profissionalmente atingiu 12,8 mil. Foi de 42 mil o total de menores excepcionais amparados em programa de assistência especializada, enquanto a assistência aos idosos beneficiou 26 mil pessoas.

Elevou-se a 52 mil o total de participantes em cursos de interpretação de previdência social.

A execução orçamentária de 1977 apresentou comportamento normal, com receita e despesa da ordem de Cr\$ 115 bilhões.

O FUNRURAL, por seu turno, concedeu, em 1977, 145 mil aposentadorias por velhice, 53 mil aposentadorias por invalidez, 74 mil pensões por morte, 68 mil rendas mensais vitalícias a maiores de 70 anos ou inválidos e 87 mil auxílios-funeral, tendo sido concedidos, ademais, 52 mil benefícios por acidentes do trabalho, elevando-se a 1,918 milhão o total de benefícios em manutenção.

Foram construídas e equipadas pelo FUNRURAL, até o final do exercício, 63 unidades hospitalares, com um total de 1.174 leitos, recuperados 3 hospitais e iniciada a construção de 14 unidades, com um total de 430 leitos.

A prestação de serviços assistenciais aos beneficiários rurais foi feita através de 2.460 convênios médico-hospitalares com secretarias estaduais de saúde, com a Fundação SESP e com entidades beneficentes, 3.419 convênios médico-ambulatoriais com sindicatos rurais patronais, sindicatos de trabalhadores rurais, secretarias estaduais de saúde, prefeituras municipais, Fundação SESP e outras entidades, e 2.684 convênios para prestação de serviços odontológicos com sindicatos rurais patronais, sindicatos de trabalhadores rurais, prefeituras municipais e outras entidades.

Verificaram-se 13.356 milhões de atendimentos ambulatoriais, 1,586 milhão de internações hospitalares, 2,453 milhões de exames complementares e 7.520 milhões de atendimentos odontológicos.

Foram doados condicionalmente pelo FUNRURAL 2.741 gabinetes odontológicos fixos, 120 portáteis e 100 unidades móveis de assistência (ônibus ambulatoriais).

Foram também cedidos às entidades convenientes, em regime de doação condicional, equipamentos hospitalares no valor de Cr\$ 400 milhões.

De outra parte, os benefícios do IPASE, particularmente pensão e pecúlio, foram concedidos em prazo não superior a 30 dias, através da rede bancária.

Atenção especial mereceram os hospitais dos Servidores do Estado (HSE), no Rio de Janeiro, e Presidente Médici (HSU), em Brasília, onde se realizam tratamentos clínicos, cirúrgicos e fisio-radioterápicos dos mais complexos e delicados.

No HSE, mais 3.411 m² de área construída permitiram duplicar a capacidade de atendimento do hospital.

Da construção, em ritmo acelerado, de um edifício de 5 pavimentos, contíguo ao atual, resultará a instalação de mais 139 consultórios.

Com a aquisição de prédio em área contígua no HSU foi possível transferir-lhe vários setores, liberando áreas onde se instalaram novos consultórios cujos equipamentos modernos foram recentemente adquiridos. Ainda em terreno ao lado do HSU projeta-se a construção de novo prédio que aumentará sua capacidade em mais 100 leitos destinados a pacientes crônicos.

Experiência pioneira está se desenvolvendo em João Pessoa: o Plano Experimental de Assistência Médica Comunitária, inicialmente a cargo do IPASE, com o objetivo de prestar assistência médico-hospitalar à população em geral daquela Capital e cidades limítrofes, mediante convênio entre a previdência social, o Governo do Estado da Paraíba e a Prefeitura de João Pessoa.

Por sua vez, a LBA começou a implantar em Municípios da Baixada Fluminense, na região metropolitana de Belo Horizonte e no Distrito Federal o Programa de Complementação Alimentar — PCA, que objetiva a distribuição de alimentos industrializados a uma clientela de 434 mil gestantes, nutrízes e crianças de até 36 meses.

Ainda na linha de atendimento de massa, a LBA manteve, no exercício passado, toda uma programação integrada — social e comunitária — em 4 municípios da microrregião de Serrinha (BA), com atendimento de cerca de 20 mil habitantes.

Promoveu ainda a LBA a ampliação de seu programa de implantação de creches-casulo em diversos Estados, com a instalação de mais de 500 unidades capacitadas a atender aproximadamente 15 mil crianças na faixa pré-escolar.

Em convênio com o FUNRURAL, a LBA lançou em 148 Municípios programação integrada de promoção familiar, com vistas ao atendimento de 120 mil pessoas.

Na área de educação para o trabalho, a LBA buscará sustentar e mesmo ampliar a meta de 150 mil alunos, dando ênfase às prioridades oferecidas pelo mercado de trabalho e à criação de clubes de trabalho.

No corrente exercício, a LBA dará início a uma política de implantação de núcleos de voluntariado em todo o País, para expansão dos trabalhos de assistência social com base no engajamento comunitário, através das experiências bem sucedidas do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, onde já se conta com cerca de 150 núcleos de voluntariado e trabalho comunitário.

Já a FUNABEM, através do seu Centro de Estudos e Desenvolvimento, promoveu 23 cursos e seminários de aperfeiçoamento, treinamento ou informação. Participaram dos cursos de aperfeiçoamento 264 profissionais de nível superior procedentes das Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor e 313 da própria FUNABEM. Os cursos de treinamento tiveram a frequência de 110 comissários de Juizados de Menores e de 185 servidores da FUNABEM. Dos seminários de informação participaram 362 universitários. Paralelamente, os núcleos preventivos da FUNABEM deram treinamento a 6 mil estudantes e voluntários, incorporando-os à sua força de trabalho.

A FUNABEM utiliza-se de convênios para prestar assistência técnica e financeira às fundações e órgãos estaduais de bem-estar do menor. Foram firmados em 1977 convênios com 9 Estados e renovados outros com 7 unidades da Federação, no valor total de Cr\$ 159 milhões.

Os 268 núcleos de programas preventivos da FUNABEM atenderam 120 mil menores e 30 mil famílias, em todo o País, enquanto as unidades do seu Centro-Piloto receberam uma média de 5,1 mil menores por mês.

O Programa de Assistência à Família beneficiou, sob a forma de subsídios, 570 famílias de menores cuja situação sócio-familiar não recomendava a internação. O hospital da FUNABEM realizou 18,4 mil atendimentos e

30 mil exames, internou 1.359 menores e operou 425. A Equipe de Orientação e Encaminhamento Profissional atendeu 744 menores, tendo sido a Agência de Adoção, inaugurada em julho de 1977, procurada por 194 pessoas.

De outra parte, o programa de assistência farmacêutica, coordenado pela CEME, forneceu, em 1977, medicamentos e vacinas no valor de Cr\$ 665 milhões, sendo beneficiados cerca de 3.300 municípios brasileiros (82% do total). A distribuição é processada através das secretarias de saúde (inclusive para atendimento de sua clientela), dos órgãos previdenciários e das Diretorias de Saúde da Marinha, Exército e Aeronáutica, bem como da FUNAI, Itaipu Binacional e órgãos específicos do Ministério da Saúde. No âmbito da previdência social, processou-se normalmente o fornecimento de medicamentos aos beneficiários do INPS e do FUNRURAL e à clientela da LBA, em todo o território nacional.

Quanto à cooperação com o Ministério da Saúde, cumpre destacar o fornecimento de medicamentos e vacinas para desenvolvimento de programas no campo do tratamento e profilaxia da tuberculose, do Programa Nacional de Imunizações, do Programa Nacional de Profilaxia e Controle da Raiva, do Programa Nacional do Câncer, do Programa Nacional de Dermatologia Sanitária e do Programa Nacional de Saúde Mental.

Foram ainda fornecidos medicamentos destinados à prevenção das várias endemias, enquanto, por solicitação do Ministério das Relações Exteriores, a CEME doou medicamentos e vacinas aos Governos de Angola e Moçambique.

A CEME assinou 5 novos convênios na área de pesquisas e desenvolvimento científico e deu andamento aos projetos iniciados em 1976. Os dispêndios aplicados em 1977 foram da ordem de Cr\$ 7 milhões. Consolidada a nova sistemática, espera-se duplicar em 1978 os dispêndios em projetos de pesquisas.

A Fundação Abrigo do Cristo Redentor — FACR conta com uma capacidade instalada para atendimento de uma população de aproximadamente 3.200 pessoas, que é utilizada por pacientes internados pelo INPS, desabrigados e menores encaminhados pela LBA e FUNABEM. A FACR despendeu recursos da ordem de Cr\$ 55,8 milhões no exercício de 1977, em atendimento médico-hospitalar, atendimento a menores e assistência social geral.

A DATAPREV prosseguiu, em seu terceiro ano de funcionamento, nas tarefas de aprimoramento dos sistemas existentes e na implantação de novas atividades.

A sua unidade central de processamento de dados, no Rio de Janeiro, foi inaugurada com a colocação em funcionamento de um moderno computador de grande porte que possibilita a ampliação de suas atividades sem aumento de custo, já que foram devolvidos os computadores existentes. Com a implantação do novo sistema de contas médicas, processaram-se através do computador 750 mil contas por mês, em 1977.

A DATAPREV alterou o processamento de benefícios, proporcionando maior rapidez e segurança operacional. Esse sistema envolve, entre beneficiários urbanos e rurais, 7 milhões e 500 mil pagamentos mensais.

Por outro lado, está sendo reformulado todo o sistema de arrecadação, com base no projeto RAIS, que unifica as informações da área social, ou seja, previdência social, FGTS, PIS-PASEP e as informações sobre emprego e salário do Ministério do Trabalho. Foi também implantado o sistema de recolhimento de contribuições do empregador rural, através do qual 300 mil segurados foram incluídos no sistema de previdência social, em regime especial.

A DATAPREV uniformizou, ainda, os sistemas contábeis, orçamentários e de controle de pessoal dos órgãos do Ministério para possibilitar a implantação do SINPAS. Dessa reformulação a nível nacional resultou considerável redução de custos, a par da melhoria dos serviços.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Em 1977, concentraram-se esforços no sentido de racionalizar cada vez mais as atividades de administração de pessoal, ao tempo em que se delineava plano de ação visando a implementar o Sistema de Serviços Gerais pelo desenvolvimento integrado das áreas que especificamente o compõem, as quais se encontravam, até então, marginalizadas de qualquer processo de normalização.

2. Na área de administração de pessoal, revestiu-se de particular importância a implantação do novo Plano de Classificação de Cargos, que já se pode considerar concluída em todos os órgãos da Administração direta e autárquica, beneficiando 338.727 servidores.

3. Prosseguiu a implementação das funções básicas do sistema, como sejam, precipuamente, as referentes a recrutamento e seleção, bem assim ao treinamento e aperfeiçoamento do servidor.

4. Relativamente a recrutamento e seleção, a afluência de candidatos aos concursos públicos alcançou o total de 529.240 inscritos. Os maiores concursos realizados foram o de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, com 370.083 candidatos e o de Agente Administrativo, a que concorreram 100.831 candidatos. Constituiu uma das inovações marcantes, nessa área, o caráter regional dado a tal atividade, procurando-se, sempre que possível, usar recursos humanos locais, fator primordial para o ajustamento do homem à organização. Dentre os habilitados nessas competições, já foram indicados 27.373 ao preenchimento de empregos e cargos públicos.

5. Doutra parte, como fator básico e necessário ao desenvolvimento do Sistema do Mérito, reclamou particular atenção o treinamento do servidor público, que representa autêntico investimento governamental, resultando na capacitação dos recursos humanos para os órgãos

integrantes do sistema. Com esse objetivo, já foram treinados 52.263 servidores.

6. Para fortalecer o elo que deverá existir entre o aperfeiçoamento do servidor e seu progresso dentro de cada Categoria, ultimou-se a regulamentação do instituto da Progressão Funcional, na forma prevista na Lei n.º 5.645, de 1970, baseada, exclusivamente, na avaliação do desempenho.

7. Ainda na área de administração de pessoal, o Governo enfatizou processo de redistribuição, que alcançou o total de 5.647 servidores, adotando medidas paralelas com vistas à progressiva redução dos quadros suplementares. Também se aceleraram os trabalhos referentes à revisão de proventos de inativos, com base nos valores de novo Plano de Classificação, já tendo sido ultimada essa medida em relação a 76 órgãos e entidades.

8. Em cumprimento a diretriz governamental, o programa de ação do DASP, no âmbito do Sistema de Serviços Gerais, deu caráter prioritário à normatização das atividades de transportes oficiais, já traduzido em vários instrumentos regulamentares, o que, entre outros resultados, permitiu o cadastramento de 20.012 veículos, dos quais 1.866 já se encontram em processo de alienação. Com referência às demais funções do sistema, os trabalhos se encontram em pleno desenvolvimento, resultando do estudo da legislação vigente e de permanentes contatos entre os órgãos setoriais e seccionais que o integram.

9. Com base nesse plano de trabalho, tornar-se-á possível ativar a ação administrativa nesse tão vasto quanto importante campo de atividades, abrangendo desde os problemas referentes à administração e conservação de edifícios públicos e imóveis residenciais, até os relativos a material, protocolo, movimentação e arquivo de expedientes, com vistas à sua racionalização e uniformização.

10. Como imposição decorrente do propósito de consolidar-se, com a maior brevidade, a mudança dos órgãos públicos para a Capital da República, a qual deverá continuar em processo gradativo no exercício de 1978, foram intensificadas as providências ligadas à construção de unidades residenciais e edificações públicas em Brasília, tendo sido entregues 18 blocos de apartamentos, representando 400 novas unidades funcionais, iniciando-se, por outro lado, a construção da CIDASP, onde se edificarão 4.000 casas, mediante aplicação de Cr\$ 42,1 milhões. Ainda nessa área, administraram-se 6.220 unidades residenciais.

POLÍTICA EXTERNA

POLÍTICA EXTERNA

As profundas transformações do cenário internacional nas últimas décadas, com a multiplicação do número de novos Estados e a crescente importância do Brasil, fruto do desenvolvimento interno e da conseqüente ampliação da faixa de interesses externos, aumentam o grau de participação e as responsabilidades do País no concerto das nações. Para responder a esse desafio faz-se necessária uma diplomacia moderna, ágil e eficiente que, inspirada nos valores da civilização ocidental e numa visão clara dos interesses e das prioridades do País, seja capaz de colaborar, através da integração com os demais membros da comunidade internacional, tanto bilateralmente quanto no seio dos organismos e das conferências multilaterais, para a consecução dos objetivos nacionais.

O ano de 1977 marcou-se pela continuidade e intensificação de esforços da diplomacia brasileira, sobretudo nas áreas de atuação consideradas de interesse prioritário. Entre estas destaca-se o relacionamento com nações irmãs da América Latina e da África, às quais se liga o Brasil não só pela proximidade geográfica, mas também por herança histórica e cultural comum. De importância também são a continuada expansão e diversificação das exportações e a captação, junto a países desenvolvidos e organismos financeiros internacionais, de capitais e conhecimentos tecnológicos, elementos indispensáveis ao desenvolvimento nacional. Participa o Brasil do esforço conjunto com os países em desenvolvimento para modificar, através de intenso diálogo com os desenvolvidos, as regras do comércio internacional e

alterar a distribuição mundial dos conhecimentos científicos e tecnológicos; acredita que a luta pela paz deve desenvolver-se paralelamente tanto no plano político, nas negociações que visem a um desarmamento real, quanto no plano econômico, pois, na verdade, não pode haver paz verdadeira sem que se tenham corrigidas as graves distorções que separam os países desenvolvidos do resto da humanidade.

As grandes linhas de ação

No âmbito da América Latina, a aplicação de uma política pragmática, realista e sobretudo dirigida a assegurar relações sempre corretas e mutuamente satisfatórias tem levado a um progressivo estreitamento dos laços entre o Brasil e seus vizinhos do continente americano. Neste contexto cabe salientar a iniciativa brasileira de propor a conclusão de pacto amazônico, destinado a propiciar mecanismo adequado para tratamento dos importantes problemas peculiares à área. Intensificaram-se os contatos com as altas autoridades latino-americanas, cabendo lembrar, particularmente, as visitas dos presidentes da Bolívia, do Paraguai, do Uruguai e da Venezuela que, através dos entendimentos então mantidos, numerosos e importantes acordos assinados, prenunciam abertura de novos campos de ação e desenvolvimento acelerado das relações bilaterais.

Paralelamente, a diplomacia brasileira tem trabalhado para ampliar os contatos com as nações africanas, às quais o País une-se por traços e interesses comuns. O aumento da rede de missões diplomáticas na África, o incremento das exportações para aquele continente, a expansão dos programas de cooperação técnica, a firme posição do Brasil quanto aos problemas de discriminação racial e do colonialismo que persistem na África Meridional dão testemunho do estreitamento das relações com os vizinhos africanos.

O intercâmbio com o Oriente Próximo continuou a desenvolver-se satisfatoriamente, sendo de assinalar a troca de visitas ministeriais com o Iraque, e a assinatura de um importante acordo comercial com o Irã.

Com os países desenvolvidos, as relações do Brasil continuaram a se intensificar, particularmente nos campos comercial, financeiro e da cooperação científica e tecnológica. Os programas relativos aos acordos e contratos firmados por ocasião das visitas presidenciais à França, ao Reino Unido e ao Japão, em 1976, encontram-se em fase de implementação, ao passo que com os Estados Unidos da América manteve-se a política de contatos frequentes, especialmente úteis para assegurar conhecimento e compreensão de interesses e posições de cada parte.

Com o leste europeu prosseguiu a política de desenvolvimento das correntes de comércio, não só em volume, mas, sobretudo, mediante ampliação da pauta de exportações do País, contribuindo, assim, para diversificação dos mercados para produtos brasileiros e das fontes de importações.

No domínio multilateral participou o Brasil ativamente das reuniões das Nações Unidas e das conferências internacionais especializadas, nas quais procurou sempre, em coordenação com os demais países em desenvolvimento, conduzir debates e negociações sobre temas ali tratados, de natureza política, econômica, comercial, científica ou cultural, de conformidade com os ideais e os interesses superiores da nação.

América Latina

O relacionamento especial com os vizinhos da América Latina tem sido um dos parâmetros da política externa brasileira. A Argentina continua sendo o principal parceiro comercial na América Latina: análise

do intercâmbio bilateral vem revelando que o Brasil figura como segundo principal comprador de produtos da Argentina e seu terceiro fornecedor.

A convite do Governo brasileiro, visitou oficialmente o Brasil de 6 a 7 de julho o Presidente do Uruguai, Aparicio Méndez. Na oportunidade, os dois chefes de Estado presidiram à cerimônia de assinatura de importantes atos bilaterais de atuação integrada na área da bacia da Lagoa Mirim — o Tratado de Cooperação para Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (Tratado da Bacia da Lagoa Mirim) e o protocolo para aproveitamento dos recursos hídricos do trecho limítrofe do rio Jaguarão, anexo ao Tratado (Protocolo do Rio Jaguarão). Na ocasião, rubricou-se o Estatuto da Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim.

No contexto das relações brasileiro-chilenas, assinala-se a visita ao Chile, no mês de março, do Ministro de Estado da Aeronáutica. De 17 a 24 de março esteve também no Chile o Chefe do Estado-Maior da Armada. De 7 a 10 de novembro realizou-se, em Brasília, a IV Reunião da Comissão Especial de Coordenação Chileno-Brasileira.

No ano de 1977 as relações brasileiro-paraguaias se mantiveram no mesmo nível de entendimento e colaboração recíproca que as tem caracterizado. No plano político merece especial destaque o encontro presidencial, em abril, no Rio de Janeiro. Esse encontro, o quinto que realizam os dois chefes de Estado, deu ocasião a novas e frutuosas conversações sobre temas da atualidade internacional, de interesse de ambos os países na esfera regional e bilateral.

No contexto multilateral da bacia do Prata o Brasil continuou a prestar, durante o ano de 1977, todo apoio às iniciativas destinadas a tornar mais efetivos os meca-

nismos de cooperação previstos nos marcos institucionais vigentes. Nesse quadro, foi atuante a participação do Brasil nas medidas destinadas à implementação do Fundo Financeiro, tendo efetuado, inclusive, em 1977, o pagamento da parcela correspondente ao primeiro exercício de seu funcionamento. Foi, assim, com fundamentado interesse que o Brasil participou da IV Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, aportando aos seus trabalhos, que transcorreram em clima de grande cordialidade, uma contribuição operativa e eficaz.

As relações Brasil-Bolívia foram assinaladas, de maneira especial, pela visita oficial ao Brasil do Presidente da República da Bolívia e deu ocasião à assinatura de Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio; de Convênio de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência; de Convênio de Sanidade Animal para Áreas de Fronteira; de Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, referente à cooperação em matéria de telecomunicações e serviços postais; e de Acordo por Troca de Notas Complementar ao Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, de 22 de maio de 1974. Entrou em vigor, na oportunidade da visita presidencial, o Acordo sobre Cooperação Sanitária, assinado em 8 de junho de 1972.

Prosseguindo a política de aproximação com a Colômbia e em cumprimento do Acordo Brasileiro-Colombiano sobre Carvão, de 18 de junho de 1976, continuaram, no âmbito do Comitê Conjunto estabelecido segundo aquele instrumento, os entendimentos relativos à implementação da parte inicial do programa previsto para prospecção de carvão coqueificável naquele país e a viabilidade técnica, econômica e jurídica de sua exploração e comercialização, mediante eventual associação binacional de capitais.

No que se refere ao Equador, as relações caracterizam-se por alto nível de entendimento, dentro do qual

delegações dos dois países deram prosseguimento às negociações para venda à PETROBRÁS de óleo cru e para fornecimento de bens e serviços brasileiros ao mercado equatoriano.

O Governo brasileiro deu início a estudos, com o Governo guianense, relativos à preparação da reunião da Comissão Mista Brasil-Guiana.

As relações brasileiro-peruanas demonstraram elevado padrão de entendimento: a visita a Brasília do Ministro das Relações Exteriores do Peru e a IV Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Cooperação Econômica e Técnica.

Brasil e Suriname estabeleceram contatos iniciais com vistas à realização da primeira reunião da Comissão Mista Brasil-Suriname, instituída pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, de 22 de junho de 1976.

No que se refere à Venezuela, as relações alcançaram altos níveis de entendimento com a visita oficial do Presidente Carlos Andrés Pérez ao Brasil, entre os dias 16 e 20 de novembro. Por ocasião da visita foram assinados os seguintes instrumentos: Convênio de Amizade e Cooperação, Acordo de Assistência Recíproca para Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que produzem Dependência, Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica em Matéria Sanitária para o Meio Tropical, Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, no campo da ciência e tecnologia, e Troca de Notas que estabelece o quadro operacional para o funcionamento de sucursais bancárias em um e outro país. A visita, a primeira que realizou ao Brasil um chefe de Estado venezuelano, significou o propósito dos dois governos de estimular as relações bilaterais.

Dando seqüência à política de progressiva aproximação com países da bacia Amazônica, o Brasil lançou

a idéia de um acordo-quadro, amplo e flexível, capaz de não só regular o que existe na matéria, mas, sobretudo, de estimular novas áreas de ação conjunta. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil encaminhou, nesse sentido, projeto de um Acordo da Região Amazônica aos sete países da área: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname. A convite do Governo brasileiro, delegações desses países participaram, em Brasília, de 28 a 30 de novembro, de Reunião Preparatória sobre Cooperação Multilateral na Região Amazônica. O encontro consistiu na primeira reunião em nível regional realizada até hoje, com presença de todos os países amazônicos, e representou demonstração eloqüente da receptividade geral da iniciativa brasileira.

A área da América Central e do Caribe continuam a merecer a atenção especial da diplomacia brasileira. As relações com o México evoluíram no ambiente de amizade e cordialidade que as tem caracterizado e que foi responsável pelos resultados positivos da IV reunião da Comissão Mista, realizada no mês de maio, na cidade do México. Em agosto visitou o Brasil o Vice-Presidente da Guatemala que, em nome do Presidente Kjell Laugend Garcia, condecorou o Presidente da República com o Grande Colar da Ordem de Quetzal. Em janeiro foi aberta embaixada na Jamaica, com sede em Kingston e, em junho, apresentou credenciais o primeiro Embaixador do Brasil residente naquela capital. O Ministro de Estado das Relações Exteriores visitou oficialmente Trinidad e Tobago, em outubro. No comunicado conjunto divulgado ao final da visita do Chanceler brasileiro foi citada, entre outros pontos, a concordância recíproca em adotar política de estreita colaboração e prosseguir francas e abertas consultas sobre temas de interesse comum.

A atuação do Brasil no Sistema Econômico Latino-Americano — SELA tem-se efetivado através da participação ativa no Comitê de Ação de Apoio ao Programa

de Reconstrução da Guatemala. Outrossim, o Brasil tem acompanhado atentamente as atividades relacionadas com os demais comitês de ação já instalados ou em vias de instalação no âmbito do SELA, bem como as da III Reunião do Conselho Latino-Americano, órgão máximo do Sistema.

Continuou o Brasil a prestigiar a Associação Latino-Americana de Livre Comércio — ALALC. A assiduidade e interesse dos técnicos governamentais foram acompanhados por comparecimento de empresários, em número até então inigualado, às reuniões setoriais. No atinente a compromissos no campo tarifário, sobretudo, o aumento das margens de preferências em favor dos produtos negociados na ALALC, reorientaram para fornecedores da zona de livre comércio correntes de intercâmbio antes mantidas com outras áreas. Em consequência, chegou a registrar-se tendência deficitária no comércio do Brasil com a ALALC. Esse aspecto não escapou à atenção do Governo brasileiro e foi posto em evidência nos contatos bilaterais.

A Organização dos Estados Americanos — OEA constitui um foro de grande importância para o debate das questões de interesse da América em seu conjunto, já que dela fazem parte tanto a América Latina quanto os Estados Unidos da América. Na VII Assembléia Geral Ordinária, realizada em junho, em Granada, foram aprovadas resoluções de especial relevância, notadamente em matéria de cooperação hemisférica diante das disposições da Lei de Comércio Exterior dos Estados Unidos e no campo dos direitos humanos. Cumpre registrar, ademais, a eleição do Brasil, por aclamação, para a Comissão Interamericana de Soluções Pacíficas. Em setembro, realizou-se na sede da OEA, em Washington, solenidade de assinatura do Tratado sobre o Canal do Panamá, celebrado entre os Estados Unidos da América e a República do Panamá. Em representação do Governo brasileiro esteve presente o Vice-Presidente da República, Adalberto Pereira dos Santos.

O Brasil ratificou, em abril, o Protocolo de Reformas do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca — TIAR, que fora firmado na Costa Rica em 1975. O Protocolo, que entrará em vigor quando ratificado por dois terços dos Estados signatários, inclui um item específico sobre segurança econômica coletiva para o desenvolvimento, de cuja iniciativa participou ativamente o Brasil.

Africa

De conformidade com as diretrizes traçadas, a cooperação do Brasil com os países africanos foi aprofundada durante 1977 e abrangeu não somente os campos econômico e tecnológico mas também o político, em que o País continuou a prestar decidido apoio à causa da eliminação da discriminação racial e dos remanescentes do colonialismo. As relações comerciais, por outro lado, continuaram a se intensificar, com as exportações brasileiras apresentando significativas taxas de crescimento. Durante 1977 os primeiros embaixadores do Brasil no Alto Volta, no Benin e na Guiné apresentaram suas credenciais, passando a exercer suas funções em caráter cumulativo com a chefia das missões diplomáticas em Abidjan, Lagos e Dacar, respectivamente.

Entre as numerosas visitas ao Brasil de autoridades africanas destacam-se as do Presidente do Senegal, que veio acompanhado pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e do Desenvolvimento Industrial e Meio Ambiente; do Ministro das Relações Exteriores da Nigéria, do Emir de Kano, Chefe religioso tradicional de importante região da Nigéria; do Secretário-Geral do Ministério das Comunicações da Nigéria; do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Togo; do Ministro da Educação Nacional da Costa do Marfim; do Secretário de Estado do Comércio e do Turismo de Gana; do Ministro do Comércio, Indústria e Transportes da Libéria.

Marcando sua presença em eventos diversos que se realizaram na África ocidental e central, o Brasil se fez representar no II Festival Mundial de Artes e Cultura Afro-Negras, em Lagos, na Conferência Mundial de Ação Contra o *Apartheid*, em Lagos; na I Feira Internacional de Lagos; no XVII Congresso do Instituto Internacional de Ciências Administrativas, em Abidjan; nas cerimônias de coroação do Imperador Bokassa I, do Império Centro-Africano.

Foram dados ainda importantes passos com vistas a estimular as relações comerciais com as nações da África Ocidental, tais como a inauguração, em fevereiro, de agência do Banco Real em Abidjan, o primeiro banco privado brasileiro a se instalar no continente africano, a inauguração, em junho, da linha aérea regular e direta entre o Rio de Janeiro e Lagos e a assinatura, em novembro, de acordo comercial com a Libéria.

O relacionamento com os países africanos de expressão portuguesa se desenvolve de forma extremamente auspiciosa e significativa, em todos os campos, em particular no do intercâmbio comercial e da cooperação técnica. Apoiando essa expansão do intercâmbio comercial, o Brasil participou, com êxito, da Feira Internacional de Maputo, Moçambique, em agosto e setembro. Durante a visita do Ministro da Educação de Cabo Verde, em abril, foi assinado um Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, que veio fornecer um enquadramento institucional a programas que já se vinham desenvolvendo. Por outra parte cresceu, quantitativa e qualitativamente, a cooperação com Guiné-Bissau, ao mesmo tempo em que se iniciaram importantes entendimentos e programas de cooperação com São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, nos campos da agricultura, indústria e comércio. Para tratar de diversos aspectos das relações de seus respectivos países, visitaram o Brasil delegações de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Em maio, delegação brasileira deslocou-se a Luanda, onde

concluiu negociações para a assinatura de um Acordo de Transportes Aéreos entre Brasil e Angola. Foram igualmente iniciados entendimentos com vistas à celebração de um acordo sobre transportes marítimos entre os dois países.

Além da cooperação bilateral, o Brasil apoiou sistematicamente nos órgãos competentes das Nações Unidas todas as iniciativas de assistência multilateral aos países de língua portuguesa.

No campo político, o Brasil, prosseguindo na orientação há muito estabelecida, deu firme apoio à causa da eliminação do racismo e dos resquícios do colonialismo na África. Participou da Conferência Internacional de Apoio aos Povos do Zimbábue e da Namíbia, em Maputo, e da Conferência Mundial de Ação contra o *Apartheid*, em Lagos. No Conselho de Segurança das Nações Unidas o Brasil, em nome da América Latina, manifestou sua veemente condenação às agressões praticadas contra Moçambique por tropas rodesianas. Internamente foram tomadas medidas legais e administrativas adicionais para assegurar a mais estrita observância às sanções internacionais contra o regime da Rodésia. Foram igualmente adotadas medidas necessárias para aplicação do embargo obrigatório de venda de armas e munições à África do Sul, em observância a resolução do Conselho de Segurança da ONU.

Oriente Próximo

Como decorrência de um esforço conjugado de vários setores do Governo verificou-se, em 1977, maior aproximação com os países do Oriente Próximo, sobretudo no campo comercial e da cooperação técnica. Realizou-se intensa troca de visitas governamentais e empresariais, entre as quais cumpre mencionar especialmente a do Ministro da Indústria e do Comércio ao Iraque e à Argélia.

O estreitamento e diversificação das relações econômico-comerciais com o Irã teve apreciável impulso durante 1977, pelo início da implementação de um programa de cooperação delineado no âmbito da Comissão Mista Ministerial de Cooperação Econômica e Técnica, e que cobre os setores agrícola, industrial, comercial, de serviços e financeiro. Estima-se que, nos primeiros cinco anos de operação, o valor global do comércio entre os dois países atingirá valor aproximado de US\$ 6,5 bilhões. O acordo comercial assinado pelos dois Governos, em Brasília, a 22 de junho de 1977, deverá compor o quadro institucional em que se processará o incremento do intercâmbio brasileiro-iraniano. Em outubro, visitou o Brasil missão governamental iraniana, destinada a estudar possibilidade de criação de nova companhia brasileiro-iraniana de navegação, com vistas a facilitar o transporte de mercadorias entre os dois países.

Outro país do Oriente Próximo com o qual se desenvolvem relações profícuas é o Iraque, principal fornecedor de petróleo ao Brasil. No decorrer de 1977, firmaram-se dois importantes instrumentos diplomáticos: o Acordo sobre Transportes Aéreos e o Acordo de Cooperação Econômica e Técnica.

No quadro do crescente aperfeiçoamento das relações bilaterais, o Governo da Arábia Saudita, em iniciativa pioneira, concedeu empréstimo, em termos concessionais, de *rials* sauditas equivalentes a US\$ 55 milhões ao Governo brasileiro.

Estados Unidos da América e Canadá

O relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos da América se tem sempre caracterizado pela consciência da comunidade de valores e ideais que inspiram e norteiam as duas nações e pelo reconhecimento mútuo das características próprias de cada povo.

O ano de 1977 foi marcado por freqüentes contatos de autoridades brasileiras e norte-americanas. Em março visitou oficialmente o Brasil o Subsecretário de Estado. Em junho veio ao País a senhora esposa do Presidente dos Estados Unidos que, na qualidade de Enviada Especial do primeiro mandatário americano, expôs as idéias do Presidente sobre os grandes temas de interesse interamericano e mundial, na pauta da política externa de seu país. Com o Secretário de Estado manteve o Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil quatro encontros: em maio, em Paris, durante a Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional; em junho, no decorrer da Assembléia Geral da OEA, em Granada; em setembro, durante a Assembléia Geral das Nações Unidas; e, em novembro, por ocasião da visita do senhor Vance a Brasília. Paralelamente a esses contatos vieram ao País, em maio, o Secretário-Assistente para Assuntos Interamericanos, e, em agosto, delegações do Senado e Câmara de Representantes dos Estados Unidos da América. Em setembro, no âmbito do memorando de entendimento assinado em 1976, reuniu-se em Washington a IV Sessão do Subgrupo Consultivo da Comissão Brasil-Estados Unidos da América.

Em 11 de março, por considerar inaceitáveis as novas condições da legislação norte-americana no que respeita à prestação de assistência militar, o Brasil denunciou o Acordo de Assistência Militar, firmado com os Estados Unidos em 1952. Como decorrência dessa denúncia, o Brasil efetuou, em 19 de setembro, a rescisão do Contrato, de 7 de maio de 1942, sobre a missão naval norte-americana; a denúncia do Acordo, de 1º de agosto e 20 de setembro de 1955, sobre a Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos da América; e a do Acordo, de 27 de janeiro de 1967, sobre materiais cedidos pelo Acordo de Assistência Militar de 1952. Por superado foi igualmente denunciado, na oportunidade, o Acordo para o Preparo de Mapas Cartográficos e Cartas Aero-náuticas, de 2 de junho de 1952.

O Ministro das Relações Exteriores do Canadá realizou visita oficial ao Brasil, em janeiro de 1977. Na oportunidade foram assinados entre os dois países memorando de entendimento relativo ao II Programa Nacional de Cooperação Técnica com o Canadá 1977/1981 e memorando de entendimento sobre cooperação tripartite, objetivando coordenar esforços e recursos comuns com vistas à cooperação técnica com países em desenvolvimento que manifestaram interesse nessa forma de cooperação. Ainda nessa ocasião, os ministros das Relações Exteriores e da Fazenda do Brasil e o Ministro das Relações Exteriores do Canadá assinaram acordo de empréstimo para financiamento de programa de treinamento, assistência técnica e administração de projetos, assim como aquisição de equipamento nas áreas de telecomunicação, eletricidade, mineração e consultoria técnica.

Europa Ocidental

Em 1977 continuaram a desenvolver-se as relações do Brasil com a Europa Ocidental. Através da implementação do Acordo de Cooperação no campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear e da ampliação dos convênios complementares ao Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa e do Desenvolvimento Tecnológico, estreitaram-se, ainda mais, as relações com a República Federal da Alemanha. Em maio, o Ministro do Trabalho visitou a República Federal da Alemanha, quando manteve conversações com o seu homólogo daquela nação e contactou entidades afetas à sua pasta. Realizou-se em outubro, em Bonn, a VII Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica, tendo, na oportunidade, o Secretário-Geral do MRE, chefe da delegação brasileira, mantido contatos com autoridades ministeriais alemãs. Já em novembro teve lugar em Bonn a IV Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica, durante a qual se tratou do financiamento dos investi-

mentos alemães no Brasil, e se acordou o estudo de fórmulas tendentes a incrementar as exportações brasileiras para aquele país.

Cabe registrar igualmente as visitas ao Reino Unido dos Ministros das Minas e Energia, em maio, e da Indústria e do Comércio, em junho. Por sua vez, estiveram no Brasil o Ministro do Comércio do Reino Unido e o Subsecretário Parlamentar do Ministério da Saúde e Assistência Social daquele país.

Em outubro, esteve em visita oficial ao Brasil o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca. Também nesse mês foi recebido em Brasília o Enviado Especial do Governo da Suécia.

No que concerne à França, cabe assinalar as visitas do Presidente da Assembléia Nacional, em novembro, e do Enviado Pessoal do Presidente Giscard d'Estaing, Senhor Michel Poniatowski. As conversações do Senhor Poniatowski em Brasília, a 27 de outubro, incluíram troca de opiniões sobre a situação internacional, bem como cuidaram da preparação da próxima reunião da Grande Comissão Brasil-França, a realizar-se em 1978. Esteve também em Brasília, em abril, o Secretário de Estado junto ao Primeiro Ministro da França.

Em fevereiro, visitou Brasília o Ministro das Relações Exteriores dos Países Baixos, que manteve conversações com o Ministro das Relações Exteriores do Brasil.

Quanto às relações com a Espanha destaca-se a visita ao Brasil, em março, do Ministro do Comércio, bem como a realização em Madri, em junho, da II Reunião da Comissão Mista Econômica Brasil-Espanha.

Em maio esteve em visita à Austria o Ministro das Minas e Energia, ocasião em que foi assinado o novo contrato para exportações brasileiras de minério de ferro.

Manteve também conversações proveitosas no Brasil o Subsecretário de Relações Exteriores da Itália.

Registrou-se, por outro lado, o primeiro lançamento de bônus do Governo brasileiro no mercado suíço, a cuja cerimônia de assinatura, no mês de novembro, em Genebra, compareceu o Ministro da Fazenda.

Finalmente, as relações entre o Brasil e Portugal continuaram a se desenvolver em clima de amizade, respeito mútuo e objetividade. Nesse sentido, as três reuniões do Grupo de Contato Intergovernamental Brasil-Portugal contribuíram para o encaminhamento de soluções quanto aos investimentos recíprocos.

Europa Oriental

Dentro da meta governamental de expandir as exportações entre o Brasil e os países do leste europeu, desenvolveu-se, primordialmente, no sentido de ampliar e diversificar o intercâmbio, inclusive através da inclusão gradativa na pauta comercial de produtos manufaturados e semimanufaturados. Procurou, ademais, o Governo brasileiro desenvolver novos mecanismos que possibilitem implementação de uma política comercial adaptada às peculiaridades do intercâmbio com a Europa Oriental.

A ação comercial brasileira se processa sob coordenação da Comissão de Comércio com a Europa Oriental — COLESTE, a qual foi reestruturada para melhor atender às necessidades atuais e futuras do intercâmbio comercial com os países daquela área. Entrementes, o Decreto n° 79.650, de 4 de maio de 1977, reformulou e ampliou atribuições e composição do colegiado. Com esses novos poderes a COLESTE deverá, em 1978, ampliar sua atuação comercial no leste europeu.

Nos meses de abril e junho realizaram-se as reuniões das comissões mistas entre Brasil e Polônia, Bulgária, Romênia e URSS. Nesses encontros, reforçou-se a cooperação entre o setor público e a iniciativa privada para o melhor aproveitamento das oportunidades comerciais

nesses países. Realizou-se igualmente em Varsóvia, em setembro, a Primeira Sessão do Comitê Misto criado pelo Acordo de Transporte Marítimo Brasil-Polônia.

Atendendo à conveniência dos interesses nacionais, foram negociados e assinados em julho os acordos de comércio com Iugoslávia e Tchecoslováquia, estabelecendo mudança no sistema de pagamento regulador das relações comerciais, o qual passou de moeda de convênio para a de livre conversibilidade.

Como resultado do apoio governamental às iniciativas de companhias de comércio exterior privadas, foram assinados por consórcio de *tradings* brasileiras, lideradas pela COBEC, e autoridades estatais da Hungria e da Polônia, memorandos de entendimento prevendo, em cada caso, um fluxo de comércio da ordem de US\$ 500 milhões em período de cinco anos.

Missões técnicas e comerciais de países da Europa Oriental estiveram no Brasil em 1977, merecendo ser destacado o alto nível das delegações que compareceram em novembro à Brazil Export 77, em São Paulo. Em visita oficial vieram ao Brasil, em janeiro, o Ministro da Indústria de Fabricação de Máquinas da Romênia; em junho, o Ministro do Comércio Exterior da Tchecoslováquia; em março, o Vice-Ministro do Comércio Exterior da Polônia; em novembro o Vice-Ministro do Comércio Exterior e da Cooperação Internacional da Romênia, o Vice-Ministro do Comércio Exterior da Bulgária e o Vice-Ministro do Comércio Exterior da República Democrática Alemã.

No tocante à promoção comercial no leste europeu, o Brasil participou de quatro feiras em Leipzig, Poznan, Brno e Budapeste, com excelentes resultados para as exportações brasileiras. Em dezembro realizou-se em Moscou o IV Salão da Indústria Leve, com a abertura de novas possibilidades de exportação de produtos manufaturados e semimanufaturados para aquele mercado.

Visitou oficialmente o Brasil, em julho, o Vice-Presidente da Iugoslávia, acompanhado de diversos ministros de Estado.

Ásia e Oceania

Nesse contexto, as relações entre o Brasil e o Japão se desenvolveram principalmente em torno da implementação e acompanhamento dos grandes projetos bilaterais acordados por ocasião da visita presidencial ao Japão, em 1976. Com o intercâmbio de inúmeras missões técnicas de ambos os Governos, avançou-se sensivelmente na operacionalização dos projetos da Companhia Siderúrgica de Tubarão, do porto de Praia Mole, do complexo de alumínio Albrás-Alunorte e da Celulose Nipo-Brasileira (inaugurada em setembro de 1977), além do Projeto de Desenvolvimento Agrícola do Cerrado. O Ministro da Agricultura esteve em Tóquio entre 3 e 7 de outubro, mantendo amplos contatos com autoridades japonesas do setor agrícola. Foram também mantidos entendimentos finais acerca da implementação do projeto conjunto na região dos cerrados, que contará com a participação de entidades governamentais e privadas de ambos os países.

As relações com a Austrália receberam atenção especial. Entre 26 de junho e 1.º de julho esteve em Canberra missão governamental, integrada pelos Secretários-Gerais do Ministério da Indústria e do Comércio e da Secretaria de Planejamento, para avaliar com as autoridades australianas um programa de expansão das relações econômico-comerciais bilaterais. Os entendimentos foram prosseguidos com resultados altamente satisfatórios em novembro, em Brasília, quando da vinda da delegação oficial australiana; ao término das conversações então mantidas foram rubricados o texto de acordo comercial e outros textos complementares. Está se desenvolvendo ainda um programa de cooperação técnica nos setores de pesquisa agrícola e industrial, sob o incentivo de entidades governamentais de pesquisa.

As relações com a República Popular da China apresentaram-se igualmente satisfatórias, quase unicamente pelo aumento das exportações brasileiras. Estão em fase conclusiva os entendimentos para a assinatura de acordo comercial entre os dois países, o que certamente facilitará o incremento equilibrado do intercâmbio bilateral. Houve, ainda, no decorrer do ano, trocas de delegações de parte a parte, ressaltando-se a ida, a título privado, de missão científica médica a Pequim e a vinda de delegações governamentais chinesas para participar da feira Brazil Export 77 e do Congresso Internacional de Mineralogia, em São Paulo.

As relações com a República da Coreia foram marcadas, em 1977, pela visita ao Brasil de enviado especial do Presidente Park Chung Hee, em março. Outrossim, de 29 de março a 2 de abril visitou Brasília uma delegação parlamentar coreana para contatos com autoridades brasileiras. O grupo foi recebido pelo Ministro da Justiça, pelos presidentes das duas Casas do Congresso e da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

Igualmente, esteve no Brasil, de 29 de setembro a 1.º de outubro, importante missão do Conselho de Assessoramento Supremo da Indonésia, para realizar estudos comparativos sobre assessoramento executivo nos dois países. A missão foi recebida pelo Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento, bem como por autoridades do Ministério das Relações Exteriores e representantes do Congresso Nacional.

Em prosseguimento aos entendimentos mantidos pelo Ministro das Minas e Energia, por ocasião de sua visita às Filipinas em julho de 1976, o Governo filipino enviou missão oficial a Brasília em fins de outubro, chefiada pelo Ministro de Obras, Transportes e Comunicações e pelo Vice-Ministro da Indústria, identificando amplas oportunidades para participação brasileira nos projetos em curso naquele país. Por outro lado, as exportações

brasileiras de minério de ferro para as Filipinas atingiram 1,5 milhão de toneladas, no correr do ano, prevendo-se progressivos aumentos a partir de 1978.

Cabe registrar, ainda, a instalação de escritórios do Banco do Brasil em Sydney e Cingapura, ampliando a sua presença operacional naqueles importantes centros financeiros internacionais.

Organismos internacionais

O Brasil manteve-se fiel à sua tradição de participação ativa nos trabalhos desenvolvidos nos organismos e conferências internacionais, especialmente daqueles que se realizam sob a égide das Nações Unidas. Entre os numerosos itens constantes de sua agenda, a XXXII Assembléia-Geral da ONU analisou com destaque questões relativas à descolonização, dedicando ênfase especial aos problemas da Namíbia e Zimbábwe, ao desarmamento e ao terrorismo.

No correr do ano, os temas referentes à África Meridional haviam sido examinados a nível multilateral em duas oportunidades: na Conferência Mundial sobre o *Apartheid*, realizada em Lagos, Nigéria, no mês de agosto, e na Conferência Mundial de Apoio aos Povos de Zimbábwe e Namíbia, reunida em Maputo, Moçambique, no mês de maio. O Brasil participou de ambas as conferências, cujos resultados foram considerados auspiciosos para a luta pela erradicação das seqüelas do *apartheid* e da discriminação racial. A XXXII Assembléia-Geral, ao retomar o assunto, aprovou, com o decidido apoio brasileiro, uma série de resoluções referentes à dramática situação da África Meridional. O Brasil incorporou, ademais, à sua legislação interna, a Resolução 418 (1977) do Conselho de Segurança, que decretou o embargo mandatário de armas contra a África do Sul.

Participou o Brasil dos trabalhos da Conferência do Comitê de Desarmamento, com sede em Genebra, da

qual é membro originário. Existem indícios de que possam ser alcançados resultados positivos com relação à proibição do uso de armas químicas e à proscrição das experiências com armas nucleares. Coube, também, ao Brasil integrar o Comitê Preparatório da Sessão Especial da Assembleia-Geral Dedicada ao Desarmamento, a realizar-se em 1978, que deverá adotar um programa de ação e uma declaração de princípios suscetíveis de imprimir novos rumos às negociações internacionais sobre desarmamento.

Como reflexo da crescente preocupação mundial com o grave problema do terrorismo internacional, a XXXII Assembleia-Geral das Nações Unidas continuou seus estudos com vistas à conclusão de uma Convenção Internacional sobre Tomada de Reféns e à adoção de medidas adicionais para a segurança da aviação civil. A ambas iniciativas o Brasil prestou seu apoio.

Durante o 62.º período de sessões do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, o Brasil foi eleito para mandato de três anos na Comissão de Direitos do Homem.

O Brasil participou, outrossim, de várias conferências especializadas no âmbito da ONU. Para tratar de temas relativos a meio-ambiente realizaram-se, em 1977, dois conclaves de âmbito mundial. O primeiro, a Conferência das Nações Unidas para a Água, realizada em Mar del Plata, no mês de março, teve como objetivo principal propiciar o intercâmbio internacional do aproveitamento de recursos hídricos. Nela o Brasil teve participação atuante com vistas a fortalecer os mecanismos de ação multilateral e especialmente regional relativos à preservação dos recursos hídricos e, ao mesmo tempo, resguardar a soberania nacional sobre esses recursos, e o direito inalienável dos Estados de explorarem seus recursos naturais de acordo com os seus planos e programas nacionais de desenvolvimento. O segundo, a Conferência das Nações Unidas sobre Desertificação, teve por objetivo avaliar dados e informações disponíveis sobre o fenômeno

da desertificação, bem como formular um plano de ação para combatê-lo.

No que se refere às atividades relativas à utilização do espaço exterior, o Brasil concluiu, a 20 de junho, com a Agência Espacial Européia, acordo para estabelecimento e utilização de meios de rastreamento e de telemedida a serem instalados em território brasileiro. O acordo, que tem duração de 8 anos, podendo ser prorrogado por consentimento mútuo das partes, prevê a cooperação da Agência à Comissão Brasileira de Atividades Espaciais para a implementação do programa de lançadores «Ariane».

Por outro lado, prosseguiram os trabalhos da III Conferência das Nações Unidas para o Direito do Mar, que realizou em maio e junho a sua VI Sessão. Avançou-se na elaboração de um texto que reflete posições defendidas pelo Brasil, especialmente no tocante à exploração dos fundos marinhos e ao limite das jurisdições nacionais nas áreas costeiras.

Realizaram-se, no ano de 1977, no âmbito da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura — FAO, as III e IV Sessões da Comissão de Políticas e Programas de Ajuda Alimentar. Nesta última foi aprovado o projeto Educação Nutricional e Alimentação Suplementar para Pré-Escolares no Norte do Brasil, que deverá ser desenvolvido por um período de três anos, com inversão de recursos provenientes do Programa Mundial de Alimentos, da ordem de US\$ 8,231 milhões, o que representa, até o momento, a iniciativa mais vultosa do Programa em relação ao Brasil. Ainda no âmbito da FAO, o Brasil participou da IV Sessão do Comitê de Fertilizantes, quando colaborou para a manutenção do Esquema Internacional de Suprimento de Fertilizantes e apoiou o desenvolvimento de medidas de caráter internacional, voltadas para a estabilização dos preços do produto. O Acordo Constitutivo do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola — FIDA, recebeu, em 1977, a adesão do Brasil.

Em 1977, o Brasil foi eleito para compor o Comitê Executivo da Organização Pan-Americana de Saúde — OPAS, e reeleito para o Conselho da FAO, durante a XXV Reunião do Conselho da OPAS e a XIX Conferência Geral da FAO, respectivamente.

No tocante à energia nuclear, o Brasil participou da XXI Sessão Ordinária da Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica — AIEA, assim como das reuniões da Junta de Governadores da qual é membro desde a criação da Agência. Nessas reuniões, o Brasil tem reiterado sua firme intenção de levar avante seus programas no campo nuclear e tem contado, nesse sentido, com o apoio dos demais países em desenvolvimento, em especial daqueles que já possuem programa nuclear em fase de implementação.

No mês de junho, o Brasil participou da LXIII Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, com delegação chefiada pelo Ministro do Trabalho e composta de representantes do Governo, dos empregadores e dos empregados, de conformidade com a composição tripartite da Organização. Como membro eleito do Conselho de Administração desse organismo, participou ativamente de todos os seus trabalhos. O Brasil é também membro de oito comissões de indústria da OIT, em cujas reuniões se faz representar por técnicos governamentais e delegações classistas.

Durante a X Assembléia-Geral da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, o Brasil foi reeleito para o Conselho Executivo, do qual faz parte desde sua criação.

Temas econômicos e promoção comercial

Em 1977, a política comercial brasileira se defrontou com protecionismo crescente nos principais mercados industrializados. O Governo brasileiro, empenhado em aumentar e diversificar as exportações, desenvolveu

intensa atividade diplomática de consulta e negociação para reduzir ou eliminar os efeitos das medidas protecionistas adotadas ou simplesmente ameaçadas contra certos setores altamente dinâmicos da exportação brasileira, como, por exemplo, calçados, têxteis e derivados de soja. Dentre os contatos realizados com este objetivo, ressaltam a reunião, em setembro, do Subgrupo Consultivo de Comércio Brasil-EUA, no quadro do Memorando de Entendimento entre os dois países, e as negociações com a Comunidade Econômica Européia sobre a renovação do acordo bilateral de têxteis, válido até 31 de dezembro de 1977.

No âmbito do GATT, intensificaram-se os trabalhos das Negociações Comerciais Multilaterais, nas quais se empenha o Brasil no sentido da obtenção, tanto na negociação de barreiras ao comércio quanto de novas regras comerciais, de um tratamento diferenciado e mais favorável para os países em desenvolvimento, ao passo que se iniciavam as atividades substantivas do Grupo de Trabalho sobre reforma do GATT, criado em 1976 por iniciativa brasileira.

Dando prosseguimento aos trabalhos sobre matérias-primas individuais no âmbito do Programa Integrado de Produtos de Base da UNCTAD, foram realizadas várias reuniões para tentar identificar possíveis medidas internacionais visando à estabilização dos mercados de vários desses produtos.

No âmbito do Acordo Internacional do Cacau, em vigor a título provisório a partir de 1.º de outubro de 1976, após negociações entre países produtores e consumidores, foi revista e alterada a faixa de preços do produto, tendo o Brasil muito contribuído para esse resultado e marcado sua presença por uma participação ativa e destacada, desenvolvendo útil cooperação com seus parceiros da África e contribuindo sempre para a coesão entre os países produtores.

O Brasil fez-se representar em duas conferências sobre energia nuclear. A primeira, realizada em Salzburg, sob os auspícios da Agência Internacional de Energia Atômica, foi o mais importante encontro internacional sobre o assunto nos últimos seis anos, tendo contado com a participação da maioria dos Estados-membros da Agência. Os aspectos técnicos foram objeto de cobertura minuciosa, que atingiu praticamente todos os campos do setor, desde os atuais reatores convencionais até os reatores de fusão, que se espera venham a ser fonte quase inesgotável de energia no futuro.

O Brasil fez-se igualmente representar na Conferência Organizadora da Avaliação Internacional do Ciclo do Combustível Nuclear — INFCE, realizada em Washington de 19 a 21 de outubro de 1977. O INFCE terá a duração de dois anos e seus trabalhos estão distribuídos entre oito grupos de estudo e um Comitê de Coordenação Técnica. Na ocasião, a delegação brasileira comunicou que o Brasil participaria como membro de dois grupos de estudo: do Grupo 1 — sobre Disponibilidade de Combustível e de Água Pesada, e da parte B do Grupo 8 — Outros conceitos de Reatores e de Ciclos do Combustível. O Brasil também participa como observador das reuniões do Comitê Técnico de Coordenação.

No âmbito da Organização Internacional do Café, merecem destaque as tarefas de aprimoramento do sistema de controle das exportações dos países-membros, mediante alterações nos regulamentos relativos aos certificados de origem. Conquanto os preços do produto permanecessem em níveis satisfatórios, tornando desnecessária a aplicação das cotas, iniciaram-se os estudos relativos à criação de um fundo para o financiamento de estoque e à revisão das cláusulas econômicas do Acordo de 1976. A Junta Executiva da Organização, comemorando os 250 anos de introdução do café no País, realizou sua sessão de dezembro no Brasil.

Concluiu-se com êxito, em outubro, a Conferência das Nações Unidas sobre Açúcar, tendo sido aprovado

o novo Acordo Internacional sobre o produto, o qual deverá entrar em vigor provisoriamente a 1.º de janeiro de 1978, estabelece uma faixa de preços e deverá contribuir para reverter a tendência de queda nas cotações internacionais do produto, registrada ao longo de 1977.

Por ocasião das XXXII Reuniões Anuais das Assembléias de Governadores do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, realizadas em Washington, em outubro, das quais participou o Brasil, passaram-se em revista as políticas de ajustamento da economia mundial e, nesse contexto, deu-se especial ênfase à necessidade de manterem-se ritmos adequados de crescimento econômico, com controle da inflação. Examinou-se, ainda, a contribuição que as entidades monetário-financeiras internacionais poderiam prestar àquele processo de ajustamento, sobretudo no caso dos países em desenvolvimento. O Brasil participou, ainda, da XVIII Reunião Anual da Junta de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que teve lugar na Guatemala, em maio, e à qual compareceram, pela primeira vez, os países-membros extra-regionais admitidos com apoio do Brasil, por decisão da XVII Reunião Anual. Esteve o Brasil também presente em Maurício, em maio, à IV Reunião Anual da Junta de Governadores do Fundo Africano de Desenvolvimento, organismo regional de financiamento ao desenvolvimento dos países africanos, do qual é membro-fundador. Na oportunidade, considerou aquela instituição de crédito alternativas para o aumento dos seus recursos financeiros, com vistas a ampliar seu programa de assistência ao desenvolvimento dos países do continente africano, tendo o Brasil indicado sua disposição de cooperar nesse sentido.

Ao encerrar seus trabalhos, em julho de 1977, em Paris, em encontro a nível ministerial, após ano e meio de existência, a Conferência sobre a Cooperação Econômica Internacional não logrou alcançar o objetivo, que se propusera, de estabelecer efetivos esquemas de coope-

ração entre países desenvolvidos e em desenvolvimento nos campos de produtos de base, do comércio, do desenvolvimento e das finanças, que teriam criado condições para nova ordem econômica internacional suscetível de atender, substancialmente, às necessidades dos países em desenvolvimento.

Durante 1977, continuou o Brasil a receber considerável fluxo de capitais externos, destinados ao financiamento de projetos ou programas prioritários de desenvolvimento sócio-econômico. Destinaram-se ao País, outrossim, recursos, para financiamento complementar a projetos que vêm sendo implementados em regiões menos desenvolvidas. Por outra parte, na qualidade de mutuante, manteve o Brasil sua política de linhas de crédito para mutuários selecionados, destinadas à exportação de produtos ou serviços nacionais, política da qual se beneficiaram, no período, principalmente países latino-americanos e africanos.

Foram concluídas negociações, a nível técnico, sobre acordo para evitar a dupla tributação, com os Governos da Noruega, do Canadá, do Grão-Ducado do Luxemburgo e da Itália, ao passo que se trocavam instrumentos de ratificação do protocolo que modifica e completa a convenção entre o Japão e o Brasil para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre os rendimentos. A partir de 1.º de janeiro passou a produzir efeitos a convenção para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre a renda e o capital, concluída com o Governo da Áustria. O Brasil participou, ainda, de reuniões internacionais sobre dupla tributação patrocinadas pela ALALC, UNESCO e ONU.

No âmbito dos transportes aéreos, o ano de 1977 assinalou a realização da XXII Sessão da Assembleia-Geral da Organização de Aviação Civil Internacional, durante a qual o Brasil foi reeleito mais uma vez para o Conselho da Organização. No plano bilateral, foram negociados acordos sobre transportes aéreos com a Repú-

blica Popular de Angola e a República Federal da Nigéria. No intuito de rever e atualizar diversas normas operativas do intercâmbio aeronáutico, realizaram-se conversações informais com autoridades da Bolívia e da Argentina, tendo sido as conclusões desta última formalizadas na VIII Reunião de Consulta Aeronáutica entre os dois países. Com o mesmo objetivo, foram realizadas a IV Reunião de Consulta com Portugal, a V Reunião de Consulta com o Peru e a VIII Reunião de Consulta com a Espanha.

No setor dos transportes marítimos, o Brasil e a República Federal da Alemanha assinaram no mês de abril um acordo básico, em nível técnico, em Brasília, e em setembro mantiveram, em Hamburgo, conversações visando a sua implementação. Em 1977 entraram em vigor os acordos sobre transportes marítimos concluídos pelo Brasil com a Polónia e a Romênia. No contexto da execução de acordos já existentes, foram realizadas em Varsóvia e Paris, respectivamente, a I Reunião do Comitê Misto Brasil-Polónia e a II Reunião da Comissão Mista Brasil-França. Foram ainda efetuadas em Washington negociações preliminares com vistas à assinatura de um acordo sobre transportes marítimos entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Em novembro, reuniu-se em Londres a Assembléia-Geral da Organização Marítima Consultiva Internacional — INCO, durante a qual o Brasil foi reeleito para o Conselho da Organização.

Intensa atividade desenvolveu-se no campo dos transportes terrestres. No primeiro trimestre reuniu-se por duas vezes a Comissão Nacional Coordenadora dos Assuntos relativos ao Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre, de 1966, com vistas à preparação da 8.ª Reunião da Subcomissão de Transportes da Comissão Brasileiro-Argentina de Coordenação — CEBAC, cuja pauta abrangeu os mais importantes temas relacionados com o transporte de passageiros e de carga entre o Brasil

e a Argentina, e o Brasil e terceiros países com trânsito pelo território argentino. Em agosto, a 9ª Reunião da Subcomissão da CEBAC adotou decisões relevantes com relação ao tráfego bilateral em trânsito por terceiros países e à utilização de rodovias e de freteiros no sistema. A II Reunião dos Organismos de Aplicação do Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre Brasil-Paraguai adotou medidas visando à adequada regulamentação dos transportes de passageiros e de carga entre ambos os países. Outrossim, no ensejo da I Reunião dos Organismos de Aplicação do Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre Brasil-Chile, as duas partes trocaram informações sobre o estabelecimento de linha de passageiros entre o Rio de Janeiro e Santiago e adotaram princípios com relação ao transporte em trânsito por terceiros países. Foi também realizada a III Reunião dos Organismos de Aplicação do Anexo II do Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre, entre o DNER e a Dirección Nacional de Transportes, do Uruguai, ocasião em que foram adotadas significativas facilidades para a circulação de veículos. O transporte internacional terrestre em trânsito por terceiros países foi ainda objeto de reunião de consulta realizada em Brasília, com a participação do Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, signatários do convênio de 1966, durante a qual foram examinados a questão da justa compensação, a fixação de percursos e itinerários e o emprego de veículos de terceiros no sistema. Finalmente, realizou-se em Mar del Plata, em novembro, a VIII Reunião de Ministros de Obras Públicas e de Transporte do Cone Sul, que teve por principal atividade a negociação final de novo Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre, que substituirá o de 1966.

No que concerne à promoção comercial, o MRE deu continuidade à reorganização das unidades no exterior do seu Sistema de Promoção Comercial. Enquanto prossegue o programa de aperfeiçoamento dos recursos

humanos utilizados no setor, através do Ciclo de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial — CITRE.

Por outro lado, em prosseguimento ao programa de cooperação com a Secretaria de Planejamento, foi publicado e distribuído ao setor exportador nacional farto material de pesquisas de mercados para produtos selecionados de interesse para o Brasil.

Ainda na área da promoção comercial, o MRE organizou 70 amostras de produtos manufaturados brasileiros no exterior, em 34 países diferentes, compreendendo 29 eventos na América, 27 na Europa Ocidental, 2 na URSS e 12 na África e Ásia.

Cooperação científica, técnica e cultural

No campo da ciência e tecnologia, cabe assinalar o desenvolvimento dos programas de cooperação científica e tecnológica, tanto no âmbito bilateral como no multilateral. Nesse sentido, assinou-se em novembro acordo de cooperação entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq e o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia da Venezuela — CONICITE, encontrando-se, por outro lado, em fase inicial de estudos, projetos de acordos com a Índia, o Chile, a Colômbia e o Japão, bem como esquemas de cooperação, no setor, com a Austrália. Ainda no campo bilateral, realizou-se em outubro a VII Sessão da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica, ocasião em que foram revistos os programas conjuntos com a República Federal da Alemanha nos campos da física, química, computação, informática, oceanografia e pesquisa aeroespacial.

Registrou-se significativa intensificação dos trabalhos ligados à captação da informação científica e tecnológica do exterior e sua canalização para as instituições brasileiras especializadas, principalmente através da rede

do Sistema de Informação Científica e Tecnológica, com vistas a dotar o Brasil de núcleos diversificados de informação científica e tecnológica especializada.

Continuam a ser progressivamente implementadas as diretrizes brasileiras para o recebimento de cooperação técnica através de ação diplomática junto aos grandes doadores, bem como são continuamente aperfeiçoados os sistemas nacionais de estruturação, revisão e avaliação de projetos. Encontram-se em plena execução os programas plurianuais com a República Federal da Alemanha, Canadá e Grã-Bretanha, enquanto prosseguem em fase ascensional as atividades com a França, Japão, Espanha, Itália e Portugal. No plano multilateral, deu-se início ao plano quinquenal com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD, cujo alcance está sendo aumentado através de contribuições adicionais brasileiras, possibilitando com isso intercâmbio maior de peritos e aperfeiçoamento de recursos humanos no exterior.

No que respeita à cooperação técnica oferecida pelo Brasil, há a assinalar uma ampliação significativa dos programas com a América Latina e a África, em coordenação estreita com os órgãos setoriais que tratam das atividades internacionais em cada Ministério. Após a assinatura, em anos anteriores, de numerosos acordos básicos de cooperação técnica e científica, ampliaram-se as atividades práticas, com projetos e outras ações junto a quase todos os países da América Latina, nos mais diversos campos, desde o emprego do álcool como combustível até construção naval, agropecuária tropical, habitação, urbanização e saneamento. Tem o Brasil empreendido grande esforço para incrementar a colaboração na área técnica com o continente africano, especialmente com os países de expressão portuguesa. Exemplificam esse incremento os programas em curso com Guiné-Bissau e Cabo Verde, a cooperação oferecida a São Tomé e Príncipe, nos campos da saúde e da agri-

cultura, a colaboração com Angola no setor de transporte e com Moçambique em formação profissional, enquanto que se elevou, sensivelmente, o volume de cooperação com a Nigéria, Costa do Marfim e Gana.

No campo da difusão cultural, cabe assinalar a adesão do Brasil a duas importantes convenções: a Convenção Regional sobre o reconhecimento de Estudos, Titulos e Diplomas de Ensino Superior e a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. O Brasil participou ainda, com destaque, do II Festival Mundial de Artes e Cultura Negras e Africanas — II FESTAC em Lagos, na Nigéria.

Em 1977 foi complementada a modernização e o reequipamento de toda a rede de Centros de Estudos Brasileiros, iniciada em 1975. Procedeu-se, ainda, à nomeação de novos professores, medida que visou a atender ao desenvolvimento das atividades dos Centros.

JUSTIÇA

POLÍTICA INTERNA

O debate político foi a tônica do ano de 1977, dentro da opção consciente que fez o Governo.

A imprensa, que influi na formação da opinião pública, virtualmente liberada de censura, abriu grandes espaços para divulgar o pensamento das lideranças partidárias e empresariais. Esse clima resultou, sem dúvida, da ação a que se propôs o quarto Governo da Revolução, buscando o gradual aprimoramento democrático do regime.

Preparam-se os partidos para a mobilização do eleitorado, com vistas à renovação, em 1978, dos mandatos parlamentares e à eleição, pelo sistema indireto, do Presidente e do Vice-Presidente da República, de Governadores e Vice-Governadores dos Estados e de um terço do Senado Federal. Ao mesmo passo, prossegue o diálogo para que sejam ouvidos os segmentos representativos da comunidade nacional, na busca de um consenso em torno das reformas políticas mais urgentes.

Atinge-se a esse patamar da reestruturação institucional em consequência de um processo de distensão que terá como estuário natural o conjunto de aspirações coletivas ajustadas aos princípios básicos da Revolução que se iniciou em março de 1964.

Torna-se possível, agora, cogitar de pôr termo a leis de exceção, que se tornaram fundamentais, quando instituídas, em termos de transição revolucionária, para a segurança e a ordem pública e para o próprio desenvolvimento econômico e social do País. Esses instrumentos poderão ser dispensáveis, desde que substituídos,

convenientemente, por salvaguardas constitucionais que assegurem a manutenção e o funcionamento do regime democrático. Tais mecanismos de defesa da sociedade deverão ser eficientes e de ação pronta, sem prejuízo das liberdades e direitos individuais dos cidadãos.

Espera o Poder Executivo receber o apoio e a esclarecida colaboração do Poder Legislativo, ao apreciar as matérias que lhe serão submetidas oportunamente, pois deseja levar a bom termo os seus propósitos, definidos e claramente expressos, em várias oportunidades, de promover o desenvolvimento político, que é um nitido e justo anseio do povo brasileiro.

Deve-se registrar, mais uma vez, o entendimento salutar entre os Poderes da República e entre o Executivo Federal e os Governos dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, objetivando, sempre, nesse processo de relacionamento de que se incumbem o Ministério da Justiça, a primazia do interesse comum da Nação, da ordem pública e da segurança social.

ORDEM JURÍDICA

Com a promulgação da Emenda Constitucional n.º 7, de 13 de abril de 1977, deu-se início à Reforma do Poder Judiciário, inspirada, preponderante e substancialmente, no «Diagnóstico do Poder Judiciário», preparado pelo Supremo Tribunal Federal. Essa reforma, que constitui compromisso do Governo, manteve o Supremo Tribunal Federal com a sua dupla e tradicional função: a de guardião da Constituição e de responsável pela uniforme aplicação da lei federal em todo o País. Duas importantes inovações foram instituídas, no que se refere à atuação da nossa mais alta Corte: a possibilidade de interpretação, em tese, de normas legais controvertidas, com vistas, desde logo, a seu uniforme entendimento e aplicação, evitando que se acumulem demandas inúteis; e a faculdade de avocação de causas processadas perante quaisquer

Juízos ou Tribunais, quando decorrer imediato perigo de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou às finanças públicas, para que se suspendam os efeitos de decisão proferida e para que o conhecimento integral da lide lhe seja deferido. A iniciativa de ambas as medidas foi atribuída ao Procurador-Geral da República.

Determinou, ainda, a Emenda n.º 7, a elaboração de uma Lei Orgânica da Magistratura Nacional, que consubstanciará normas gerais de organização, funcionamento, disciplina, vantagens, direitos e deveres da Magistratura, constituindo-se em verdadeiro Estatuto dos Magistrados e do próprio Poder Judiciário. É obra inédita e levará em conta o ensinamento de grandes juristas brasileiros, quando proclamam «o caráter nacional da distribuição da Justiça, que não é matéria peculiar aos diversos Estados de que a Nação se compõe», pois «o Poder Judiciário, em suma, quer pelos Juizes da União, quer pelos Juizes dos Estados, aplica leis nacionais para garantir os direitos individuais; o Poder Judiciário não é federal, nem estadual; é eminentemente nacional, quer se manifestando na jurisdição federal, quer se manifestando nas jurisdições estaduais, quer se aplicando no cível e quer se aplicando no crime, quer decidindo em superior, quer decidindo em inferior instância».

Merecem destaque outros pontos da Reforma do Poder Judiciário, na área federal: a) o aumento do número de Ministros do Tribunal Federal de Recursos, de 13 para 27, seis dos quais já nomeados e empossados, reservando-se 15 desses cargos para Juizes Federais; b) a disciplina — que lei específica determinará — para a solução das questões surgidas entre a União e suas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, ou entre umas e outras, ressalvado ao acionista procedimento anulatório da decisão proferida; c) criação de Contenciosos Administrativos, em matéria de pessoal, tributária e fiscal, e previdenciária e acidentária, objeti-

vando diminuir o número de litígios perante o Poder Judiciário.

Inovou, também, a Emenda n.º 7, no que tange à Justiça dos Estados, sem quebra ou violação da sua autonomia. Permitiu que a lei exija, como condição de ingresso na Magistratura, prova de habilitação em curso especial de preparação, bem como, para a promoção a partir de determinada entrância, a conclusão de curso de aperfeiçoamento. Estabeleceu o direito à promoção em favor do juiz que figurar pela quinta vez consecutiva em lista de merecimento. Manteve os Tribunais de Alçada, admitindo a criação de outros, mas subordinou todos às normas estabelecidas na Lei Orgânica da Magistratura Nacional, que será em breve submetida ao Poder Legislativo. Determinou a constituição, nos Tribunais com mais de 25 Desembargadores, de órgão especial para exercer as atribuições conferidas ao Tribunal Pleno, evitando, assim, os inconvenientes de tribunais muito numerosos. Extinguiu os Juizes Substitutos de segunda instância. Assegurou a vinculação dos vencimentos dos Desembargadores aos dos Secretários de Estado e restabeleceu a competência das Assembléias Legislativas para a elaboração da Lei de Organização Judiciária dos Estados, reservando a iniciativa ao próprio Poder Judiciário. Determinou a oficialização das serventias do foro judicial e extrajudicial.

Espera o Governo enviar ao Congresso Nacional, ainda na presente sessão legislativa, os projetos de leis complementares essenciais à implantação, em todo o País, da Reforma do Poder Judiciário.

Com a sanção da Lei n.º 6.416, de 24 de maio de 1977, procedeu-se a uma completa reformulação do sistema de penas, reservando-se aquelas privativas da liberdade para os autores de delitos mais graves; atualizaram-se monetariamente as multas, que se haviam tornado de valor insignificante; ampliaram-se os institutos da suspensão e do livramento condicional; reduziram-se

os casos de prisão provisória (em flagrante, preventiva e por efeito de pronúncia) ao mínimo indispensável à garantia dos interesses da Justiça, à segurança social e à ordem pública; aumentaram as possibilidades de fiança; foram instituídas novas formas de penas; disciplinou-se o trabalho externo para presos; definiu-se a prisão-albergue, além de outros procedimentos.

O Congresso Nacional continua examinando os projetos do novo Código Civil, da lei que propõe alterações ao Código Penal e do Código de Processo Penal, tendo este último merecido aprovação, com emendas, da Câmara dos Deputados, estando sob exame do Senado Federal.

Ultimam-se, no Ministério da Justiça, os projetos do Código Nacional de Trânsito e da Lei de Crimes de Trânsito, que serão oportunamente submetidas à apreciação do Poder Legislativo.

Encontram-se, também, em fase final os estudos relativos à criação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão a Entorpecentes, previsto na Lei n.º 6.368, de 21 de outubro de 1976, do Sistema Nacional de Identificação das Pessoas Naturais, do Sistema Nacional de Consolidação Legislativa e da legislação especial de prevenção contra incêndios nas áreas urbanas. Espera-se que o Congresso Nacional aprove, nesta sessão legislativa, o Código de Menores.

SEGURANÇA INTERNA

Entre 1975 e 1977 foram admitidos 213 Delegados, 40 Peritos Criminais, 57 Técnicos de Censura, 211 Escrevães, 946 Agentes e 119 Papiloscopistas, dentro do plano de preparação de recursos humanos para o Departamento de Polícia Federal.

No que se refere ao reequipamento material, vale destacar a inauguração do edifício-sede do DPF, em

Brasília, e da Superintendência Regional do Ceará, em Fortaleza, com aplicações de Cr\$ 99,5 milhões e Cr\$ 19,2 milhões, respectivamente.

Foi concluído o prédio destinado à Superintendência Regional de Mato Grosso, em Campo Grande, prestes a ser oficialmente inaugurado, com um custo de Cr\$ 22,6 milhões.

Merecem, ainda, realce, no que diz respeito ao Departamento de Polícia Federal: a transferência da sede da Superintendência Regional no Rio de Janeiro para áreas liberadas pelo Departamento de Imprensa Nacional naquela cidade; a complementação do Centro de Processamento de Dados, com a instalação de um computador, o que permitirá atuação mais efetiva quanto a pessoas procuradas e no que se refere à identificação criminal e controle de estrangeiros; reativação das obras da Academia Nacional de Polícia, em Brasília, agora com a totalidade de recursos, da ordem de Cr\$ 120,0 milhões, assegurada, prevendo-se a sua inauguração para junho de 1978, com uma capacidade para 2.400 treinandos; implantação de Núcleos de Polícia Federal no Rio Urubu (AM) e em Vilhena (RR) e criação de Delegacias nas cidades de Porto Mauá, Porto Xavier, São Borja e Santo Ângelo (RS) e de uma Divisão em Tabatinga (AM).

Realizou-se, de 19 a 24 de setembro de 1977, sob o patrocínio do DPF, o IV Congresso Nacional de Criminalística.

AÇÃO SOCIAL

Sistema Penitenciário

Teve prosseguimento, dentro das possibilidades financeiras existentes, o projeto de Reformulação e Sistematização Penitenciária, com a utilização de recursos,

até dezembro de 1977, de Cr\$ 256.6 milhões, sendo Cr\$ 243,9 milhões do Governo Federal e Cr\$ 12,7 milhões de algumas unidades da Federação.

Estão em andamento obras nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Território de Rondônia. Já foram inaugurados estabelecimentos prisionais em Salvador, Belém, Teresina, João Pessoa e Rio de Janeiro. A previsão total de custos do projeto eleva-se a Cr\$ 500,0 milhões, com a finalidade de entregar ao sistema penitenciário mais de 6 mil lugares até fins de 1978 e princípios de 1979.

Os Ministérios da Justiça e do Trabalho celebraram convênio para preparação profissional de condenados, através do qual, nos anos de 1978 e 1979, com um dispêndio de Cr\$ 12,0 milhões, serão treinados 20 mil presos em todo o País.

Com a reformulação do sistema de penas, por força da Lei nº 6.416, de 24 de maio de 1977, pode-se prever sensível desafogo nos serviços penitenciários dos Estados, o que permitirá maior atenção aos condenados realmente mercedores da pena de prisão.

Reduzindo o uso da privação da liberdade, isto é, do recolhimento à prisão, aos casos de verdadeira necessidade jurídico-social, aquele diploma legal visou à solução urgente e prática para problemas agudos do sistema prisional, além de se ajustar aos princípios de política penal e penitenciária universalmente aceitos como os mais adequados à época atual, o basilar dos quais consiste em ver no acusado ou condenado uma pessoa sujeito de direitos e deveres e responsabilidades, buscando-se, para um e outro, tanto quanto possível, a sua permanência ou a sua reintegração no convívio social.

Problemas de Trânsito

Concluído o diagnóstico do estado atual do trânsito no País, graças a convênio celebrado com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, serão, agora, desencadeadas várias ações, a serem atribuídas aos órgãos competentes, com o objetivo de elevar os níveis de eficiência e de segurança do trânsito, notadamente no que concerne à redução de acidentes, causa de irreparáveis perdas de vidas humanas, a par de vultosos prejuízos econômicos. Haja vista que, de 1972 a 1976, o número de pessoas mortas por acidentes de trânsito se elevou a 73 mil, com danos materiais (somente materiais, sem se contar o custo social de vidas humanas) estimados em Cr\$ 18,6 bilhões.

As medidas preconizadas compõem o Plano Nacional de Segurança de Trânsito, cuja implementação o Governo espera iniciar ainda em 1978, com a adoção de significativas providências de ordem técnico-administrativa, tendo como componente de igual relevo a modernização da legislação específica, com a aprovação do novo Código Nacional de Trânsito e da Lei de Crimes de Trânsito.

São 10 as diretrizes básicas de segurança de trânsito, incluídas no plano: Educação, em todos os níveis de escolaridade; Serviços de Engenharia; Policiamento; Controle de Condutores e Veículos; Serviços de Emergência; Investigação, Documentação e Análise de Acidentes; Alcool em Relação à Segurança de Trânsito; Transportes de Escolares; Sistema de Dados; Integração das Ações de Trânsito.

Projetos especiais vêm sendo executados para atender a problemas emergentes, sendo de destacar recente convênio firmado entre o Ministério da Justiça (Departamento Nacional de Trânsito) e o Ministério das Minas e Energia (Conselho Nacional de Petróleo), com vistas

a intensificar a fiscalização do tráfego nas rodovias estaduais pavimentadas.

Pretende-se lançar, a curto prazo, nessas estradas, as 100 primeiras de um total de 390 patrulhas especiais, com uma guarnição de 7 homens cada uma, equipadas com radar e postos fixos de rádio. Tem-se como principal objetivo o respeito, pelos motoristas, ao limite de velocidade de 80 quilômetros horários e a regulação dos injetores das bombas de motores a óleo diesel, com vistas a economizar combustíveis. O Conselho Nacional de Petróleo destinou para a fase inicial do projeto Cr\$ 44,0 milhões.

Os Estados, Distrito Federal e Territórios receberão todos os recursos materiais e humanos, para que possam cumprir essa tarefa.

Está em pleno andamento convênio, que tem como entidade executora a Universidade Federal do Rio de Janeiro, do qual participam o Ministério da Justiça (DENATRAN), o Ministério dos Transportes (DNER, GEIPOT e EBTU) e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (IPEA), com a finalidade de realizar cursos experimentais em Brasília, Fortaleza e Florianópolis, constituindo um programa integrado de treinamento técnico na área de Engenharia de Transportes Urbanos e de Trânsito.

MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público da União (Ministério Público Federal, Ministério Público Militar e Ministério Público do Trabalho) e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios estão ultimando a implantação de sua reforma administrativa e o enquadramento do pessoal no novo plano de classificação de cargos, meta a que se propôs o Ministério da Justiça, onde estão situados esses importantes órgãos do Poder Executivo, que se aprestam

para acompanhar a Reforma do Poder Judiciário, junto ao qual exercitam as suas atividades.

Foi inaugurada a sede da Procuradoria da República em Natal, Rio Grande do Norte.

DOCUMENTAÇÃO — PUBLICAÇÃO E ARQUIVO DE ATOS OFICIAIS

Transferiu-se para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro — FEFIERJ, o Curso Permanente do Arquivo Nacional, como resultado de um projeto conjunto dos Ministérios da Justiça e da Educação, constante do Decreto nº 79.329, de 2 de março de 1977. Esse curso será o núcleo de uma escola especializada em arquivologia, biblioteconomia, documentação e informática, graças à estruturação de ensino de que dispõe a FEFIERJ.

Definiu-se a área em que será construída a sede do Arquivo Nacional em Brasília, entre a Plataforma Rodoviária e a Catedral, ao lado da também futura sede da Biblioteca Nacional.

Celebrou-se convênio, com a Universidade de Brasília, para a instalação de um Prê-Arquivo, prevendo-se o seu funcionamento no primeiro semestre de 1978.

Chegou ao final o estudo para a criação do Sistema Nacional de Arquivo, cujo órgão central será o Arquivo Nacional, devendo sua instalação verificar-se no decorrer deste ano.

Estão concluídas as obras civis da sede do Departamento de Imprensa Nacional, em Brasília, com uma área de 62 mil metros quadrados. No momento, realizam-se serviços complementares de urbanização, escoamento de águas pluviais, paisagismo, iluminação externa etc. A inauguração de toda a planta industrial está prevista para o início do segundo semestre de 1978,

inclusive com o parque gráfico inteiramente modernizado. As obras civis e instalações fixas do Departamento de Imprensa Nacional (excluindo-se o parque gráfico) custarão cerca de Cr\$ 156,0 milhões, estando todos os recursos alocados para a sua ultimateção.

O Ministério da Justiça consolidou, em 1977, sua nova estrutura administrativa, passando a ocupar o seu Anexo (a antiga sede do Tribunal de Contas da União) em decorrência da instalação de quatro novos Departamentos e de quatro Secretarias da Secretaria-Geral. Com essa providência, foi possível dinamizar, significativamente, a atuação da Pasta, acelerando-se a execução dos projetos de viabilização imediata e criando-se condições para o estudo e desenvolvimento de vários outros, durante o ano de 1978.

FORÇAS ARMADAS

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

No âmbito do Conselho de Chefes de Estado-Maior, foram tratados assuntos da mais alta relevância, no que concerne à política e estratégia militares, planejamento militar combinado, serviço militar, mobilização de pessoal e industrial, pesquisa e tecnologia industrial de interesse militar. O EMFA participou ainda de várias atividades, integrando comissões e conselhos interministeriais, onde foram tratadas matérias de alta significação para a segurança e desenvolvimento nacionais.

Entre os trabalhos mais importantes desenvolvidos em 1977, incluem-se as revisões do Estatuto dos Militares (Lei nº 5.774, de 23 de dezembro de 1971) e da Lei de Promoções de Oficiais da Ativa das Forças Armadas (Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972). No campo da doutrina militar, prosseguiram os estudos sobre logística militar para apoio às operações combinadas ou conjuntas, mobilização industrial, assistência médico-hospitalar de militares e dependentes e sistema de defesa aérea do território nacional. No campo da economia e finanças, destacaram-se os estudos relativos à redução de custo das rações operativas e desenvolvimento de novos tipos de rações, levantamento de indicadores econômicos de interesse do campo militar e fatores de custo de atendimento médico-hospitalar. No campo da ciência e tecnologia, foram relevantes os seguintes trabalhos: seleção de área para instalação de campo de provas comum às Forças Singulares, homologação de equipamento de telecomunicações para fins militares, revisão da legislação de aerolevantamento, coordenação do acompanhamento do segundo plano básico de desenvolvimento científico e tecnológico e

nacionalização de equipamentos eletrônicos em coordenação com o Grupo Executivo Interministerial da Indústria de Componentes e Materiais — GEICOM.

Salientaram-se, no setor da Comissão Desportiva Militar do Brasil, eventos desportivos militares no quadro nacional e internacional, nos quais foi apreciado o índice técnico das equipes brasileiras, caracterizando o constante aperfeiçoamento do adestramento físico das Forças Armadas. Como testemunho do alto nível das equipes desportivas militares, deve ser registrada a conquista de vice-campeonatos mundiais, no Pentatlo Naval e Pentatlo Aeronáutico.

As tarefas de planejamento estratégico ganharam novo impulso, em vista da atualização de hipóteses que exigiram revisões nos planos de aprestamento, operacionais e logísticos.

Organização e aparelhamento

Com base na experiência colhida nesses trinta anos de funcionamento, que acumularam subsídios para os aprofundados estudos desenvolvidos no âmbito do EMFA, foi aprovado seu novo Regulamento, pelo Decreto nº 79.031, de 23 de dezembro de 1976, necessário ao aperfeiçoamento de sua organização funcional. Tal modificação já começou, durante o ano de 1977, a produzir efeitos, em termos de maior dinamização no efetivo trabalho de Estado-Maior. A experiência da atividade de planejamento, dentro da nova sistemática criada pelo Regulamento, tem mostrado também a necessidade de uma maior simplificação dos contatos de nível Estado-Maior com as Forças Singulares, tendo em vista acelerar e produzir em tempo útil os resultados desejados.

Colaboração ao desenvolvimento econômico do País

Os estudos sobre logística militar de transporte, mobilização industrial e defesa aérea, entre outros,

transcendem as aplicações puramente militares, porque geram efeitos benéficos para o desenvolvimento econômico do País, tais como: o aprimoramento das vias e meios de transportes, o incentivo à absorção de tecnologia, possibilitando à indústria nacional a gradativa produção de equipamentos vitais para a segurança do País.

Colaboração ao desenvolvimento social do País

O Estado-Maior das Forças Armadas tem conferido ênfase às suas missões no campo social ao prestar, através do Hospital das Forças Armadas, intenso atendimento à comunidade, à semelhança das ações civico-sociais realizadas diretamente pelas Forças Singulares, dando apoio às organizações de saúde da área, no campo da medicina especializada, no setor de cirurgia e de terapia intensiva, além de celebrar convênios com entidades civis.

A Escola Superior de Guerra, órgão subordinado ao EMFA, desempenhou com êxito importante tarefa na formação de novos quadros de assessoramento de alto nível, civis e militares, pertencentes aos principais setores representativos do País. Destaque-se também a profícua atividade da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra que, através de seus ciclos de estudos, difunde com oportunidade conhecimentos nas mais diversas regiões do País, colaborando assim para o aperfeiçoamento das elites dirigentes.

Cumprir destacar também as atividades da Comissão de Serviço Militar que, divulgando a nova imagem da prestação do serviço, contribui no campo psicossocial para motivação do preparo dos contingentes que prestam serviços às Forças Singulares.

No ano de 1978, o Estado-Maior das Forças Armadas continuará realizando a sua principal tarefa de assessoramento ao Comandante Supremo, com a responsabilidade de realizar a coordenação dos assuntos comuns às

Forças Singulares, em particular nos assuntos relativos à Política, à Estratégia e à Doutrina Militares; à elaboração de planejamento de operações combinadas e conjuntas; à coordenação da pesquisa técnico-científica no campo em que transcende os objetivos específicos de cada Força e à dinamização do sistema de informações estratégicas militares.

MARINHA

A principal atividade desenvolvida pelo Setor Operativo da Marinha, em 1977, foi a execução de um programa de adestramento destinado a manter as Forças Navais em um nível de prontificação adequado ao cumprimento de suas tarefas, em proveito da segurança nacional.

Entre os exercícios realizados, destacam-se, pelo vulto e pelos resultados colhidos, os seguintes:

— CARIBREX 1/77 — Exercício entre as Marinhas do Brasil, do Canadá, da Grã-Bretanha, da Holanda e dos Estados Unidos, realizado na área do Caribe. A Marinha Brasileira participou com um grupo-tarefa integrado por dois contratorpedeiros, um navio de desembarque de carros de combate e um grupamento de desembarque de fuzileiros navais.

— Riofax/77 — Exercício realizado entre as marinhas do Brasil e do Canadá, na área Barbados-Rio de Janeiro, por ocasião do regresso do grupo-tarefa brasileiro que participou da CARIBREX 1/77.

— Operação Ninfa VI — Exercício de operações fluviais e ribeirinhas, realizado com a Marinha do Paraguai. Navios fluviais, embarcações especiais de desembarque, tropas de fuzileiros navais, helicópteros e mergulhadores de combate se adestraram em manobras antiguerrilha na calha principal e margens do rio Paraguai.

— Operação Unitas XVIII — Realizada na área Montevideu-Salvador, constando de exercícios avançados

de guerra naval, desenvolvidos por unidades navais do Brasil, Uruguai e Estados Unidos.

— Operação Dragão XIII — Operação anfíbia realizada no litoral da Bahia, com a participação de elementos da Força Aérea Brasileira.

— Exercícios Bilaterais — Realizados com as Marinhas da Inglaterra, dos Estados Unidos e da França, nas proximidades do Rio de Janeiro e de Salvador.

Além desses exercícios, as Forças Navais cumpriram os requisitos mínimos destinados a mantê-las adestradas em incursões anfíbias, guerra anti-submarino, guerra submarina, guerra eletrônica, operações de minagem e varredura, operações especiais, ações de superfície e controle do tráfego marítimo.

A Força de Transporte da Marinha, além de tomar parte nas operações anfíbias, efetuou transporte logístico de pessoal e material da Marinha, cooperou com o IV Exército em manobras militares realizadas no Nordeste e participou do transporte nacional de cabotagem.

As Forças Distritais, incumbidas da patrulha do mar territorial e das bacias fluviais do Amazonas e Paraguai, realizaram 114 dias de missão de patrulha costeira, em conjunto com aeronaves da Força Aérea Brasileira, e 265 dias de missão de patrulha fluvial. As ações destinadas a coibir a pesca ilegal resultaram no apresamento de 6 embarcações nacionais e 12 estrangeiras. O Serviço de Busca e Salvamento da Marinha realizou 208 missões de busca, salvamento, reboque e orientação médica no mar.

A Diretoria de Hidrografia e Navegação deu continuidade ao programa de campanhas hidrográficas e oceanográficas destinadas à elaboração e atualização de cartas náuticas e publicações de auxílio à navegação, à obtenção de dados de oceanografia, prospecção geofísica, climatologia e meteorologia marinha. Encarregou-se, ainda, dos serviços de manutenção da rede de faróis e do hali-

zamento costeiro, fluvial e lacustre. Foi concluído o levantamento hidrográfico do rio Paraguai, no trecho entre Assunção e a foz do rio Apa, realizado em conjunto com a Marinha do Paraguai.

O navio-escola Custódio de Mello fez a viagem anual de instrução de guardas-marinha, visitando portos do Brasil, da Europa e da África. Foram realizadas, ao longo da costa, viagens de instrução com alunos da Escola Naval, do Colégio Naval, das Escolas de Aprendizes-Marinheiros e dos Cursos de Formação de Oficiais da Marinha Mercante.

Unidades da Flotilha de Mato Grosso representaram a Marinha nas comemorações da Independência do Paraguai, em Assunção.

Em 1978, dar-se-á continuidade às atividades de construção de navios de guerra e auxiliares, procurando-se obter, sempre que possível, a participação da indústria privada nacional.

No que se refere à exportação de material bélico, incentivar-se-á a venda de munição e de pequenas embarcações de emprego militar.

Na parte relativa à assistência médico-hospitalar, entrará em funcionamento o novo Centro Médico-Naval Marcílio Dias, principal estabelecimento hospitalar da Marinha.

No programa do ensino profissional marítimo, é estimada, para o ano de 1978, a formação de 250 Oficiais de Náutica e de 400 Oficiais de Máquinas, além da realização de 325 cursos em 19 Estados da União, o que beneficiará cerca de 3 mil marítimos, 200 fluviais, 1,6 mil trabalhadores da orla marítima e 3,7 mil pescadores.

A Diretoria de Hidrografia e Navegação dará prosseguimento ao programa de campanhas hidrográficas e oceanográficas e às pesquisas decorrentes do Acordo Teuto-Brasileiro de Cooperação Científico-Tecnológica.

Organização e aparelhamento

Tiveram prosseguimento, em 1977, as medidas de reorganização e modernização da estrutura básica do Ministério da Marinha. Várias modificações foram efetuadas ou estão em andamento. Foi reorganizado o Estado-Maior da Armada, órgão de Direção Geral do Ministério. As antigas Diretorias de Armamento e de Comunicações e Eletrônica da Marinha foram reunidas em um único órgão — a Diretoria de Armamento e Comunicações da Marinha. Foi aperfeiçoado o setor de abastecimento, com o desdobramento da antiga Diretoria de Intendência da Marinha em duas outras: a Diretoria de Abastecimento da Marinha e a Diretoria de Finanças da Marinha. Foi extinta a Diretoria de Assistência Social da Marinha, sendo criado, para substituí-la, o Serviço de Assistência Social da Marinha.

No setor operativo, foram criados a Força de Apoio Logístico e a Estação Naval do Rio de Janeiro, destinadas a racionalizar o apoio logístico prestado às Forças Navais na área do Rio de Janeiro; a Força de Minagem e Varredura, em substituição ao antigo Esquadrão de Minagem e Varredura, e os Grupos de Desenvolvimento de Guerra de Minas e de Emprego de Aeronaves na Guerra Naval, destinados a proceder à avaliação, desenvolvimento e revisão de táticas e procedimentos operativos.

No que se refere ao material, teve continuidade o Plano de Renovação e Ampliação de Meios Flutuantes, Aéreos e de Fuzileiros Navais.

No decorrer de 1977, foram prontificados e chegaram ao Brasil o submarino Riachuelo e as fragatas Niterói e Defensora, construídos na Inglaterra. O submarino Tonelero, último navio da série, foi incorporado à Armada e deverá chegar ao País no primeiro semestre de 1978. Prosseguem, na Inglaterra, a construção das duas últimas da série de 4 fragatas encomendadas no exterior

e a montagem dos 9 helicópteros LYNX adquiridos para equipar as fragatas.

No Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, continua a construção das fragatas Independência e União, e de 3 embarcações de desembarque de carga geral. Estão em andamento, também, as obras de grandes reparos e modernização do navio-aeródromo Minas Gerais.

Para dar seqüência ao Plano de Renovação e Ampliação de Meios Flutuantes, Aéreos e de Fuzileiros Navais, foi aprovado um Programa de Resparelhamento da Marinha, que prevê a obtenção de meios flutuantes, aéreos e anfíbios, a ampliação e o reequipamento das instalações de apoio e as baixas do material obsoleto. Dentro desse programa, estão sendo desenvolvidos os projetos de um navio-escola, um rebocador de alto-mar e de navios-patrolha rápidos, ultimado o projeto do navio oceanográfico Álvaro Alberto e tomadas providências para o início da construção dos navios balizadores que irão operar na manutenção da rede de sinalização náutica.

Com relação aos estabelecimentos de apoio, foi dado prosseguimento às obras de instalação do Centro de Mísseis da Marinha, da Estação de Desmagnetização de Navios e das Estações Navais do Rio de Janeiro e do Rio Negro, bem como ao programa de ampliação e modernização das bases navais.

Desenvolvimento científico e tecnológico

Na execução do programa plurianual de pesquisas científicas e tecnológicas da Marinha, destaca-se, no setor mais amplo das ciências do mar, o Projeto Cabo Frio, que utiliza água profunda do oceano para a fabricação de gelo e extração de matéria orgânica. O projeto, já inteiramente concluído em escala-piloto, está sendo desenvolvido para aplicação industrial. Os seus resultados têm sido colocados à disposição da indústria nacional. Além do Projeto Cabo Frio, estão sendo desenvolvidos, no Ins-

tituto de Pesquisas da Marinha, projetos de produção de medicamentos, de combate a endemias, através do estudo de agentes transmissores em ambientes aquáticos, e de produção de concentrado protéico a custos reduzidos.

No setor de atividades espaciais, a Marinha participa, com o Instituto de Pesquisa Espacial, a Força Aérea e o Exército, da implantação do Laboratório de Processos de Combustão, em São Paulo, e do desenvolvimento do sistema de mísseis Piranha.

Merecem destaque, ainda, os projetos de construção da raia acústica de Cabo Frio, para detecção e análise de ruídos submarinos; de desenvolvimento de um gerador portátil de partida para helicópteros; de construção do tanque de provas acústicas para calibragem dos sonares de helicópteros; de estudo de protótipos de propagação do som no mar, para utilização na guerra anti-submarino; e de desenvolvimento de tinta anti-incrustante para cascos de navios. Estão em construção, na indústria privada, as primeiras unidades do receptor para navegação por satélite, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas da Marinha, com a colaboração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

No que diz respeito à pesquisa oceanográfica, a Diretoria de Hidrografia e Navegação realizou diversas operações, entre as quais a *Conversul I*, decorrente do Acordo Teuto-Brasileiro de Cooperação Científico-Tecnológica e destinada ao estudo da convergência subtropical, que contou com a participação de professores, pesquisadores e estudantes de várias instituições nacionais interessadas na formação e aperfeiçoamento de técnicos em oceanografia.

No campo das pesquisas de novas fontes de energia, a Diretoria de Hidrografia e Navegação, em cooperação com a ELETROBRÁS, está realizando, no litoral norte, observações visando ao aproveitamento do potencial energético das marés.

Colaboração ao desenvolvimento econômico do País

A Marinha colabora com o desenvolvimento econômico do País através de seus estabelecimentos industriais e do incentivo à indústria nacional, a quem procura interessar na nacionalização do material de uso naval.

Merecem destaque os projetos de construção das fragatas classe Niterói e de modernização do navio-aeródromo Minas Gerais. A execução de projetos dessa complexidade, que está sendo levada a termo pelo Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, com o apoio de vários setores da indústria nacional, constitui passo importante para o estabelecimento da construção de modernos navios de guerra no País.

Ainda com respeito à construção naval militar, a Marinha tem procurado incentivar as empresas nacionais que trabalham em projetos de navios e consultoria técnica. Assim, foram contratadas firmas especializadas brasileiras para desenvolverem os projetos do navio-escola e do rebocador de alto-mar.

A política de substituição de importações do material naval tem levado a Marinha a adquirir tecnologia no exterior, para repassá-las à indústria nacional, visando a produzir no País equipamentos, armas e munições. É de se mencionar, particularmente, os trabalhos de nacionalização dos componentes da munição dos navios recém-incorporados, envolvendo diversas organizações industriais, civis e militares.

No que se refere à exportação de material militar, a Marinha fiscaliza o controle de qualidade da fabricação, pela indústria nacional, dos itens do emprego naval destinados ao mercado externo.

As bases navais têm prestado significativo apoio aos navios mercantes que trafegam ao longo das costas brasileiras e, em cooperação com a PETROBRÁS, aos navios-sonda e plataformas de prospecção.

A Diretoria de Hidrografia e Navegação, em colaboração com a PORTOBRÁS, prossegue no trabalho de levantamento e balizamento dos portos, vinculado ao programa de corredores de exportação.

Colaboração ao desenvolvimento social do País

As Escolas de Formação de Oficiais e de Sargentos, as Escolas de Aprendizes-Marinheiros, as Escolas Técnicas, os Centros de Instrução e os Núcleos de Formação de Reservistas formaram, em 1977, considerável contingente de pessoal civil e militar.

No campo de ensino profissional marítimo, foram matriculados 518 alunos nos Cursos de Formação de Oficiais da Marinha Mercante e 3.387 alunos nos Cursos de Formação de Marítimos, Portuários, Fluviários e Pescadores.

A Escola Técnica do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro ministrou cursos de formação de mão-de-obra especializada a cerca de 4,5 mil alunos.

Estão em execução convênios com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, para a criação de um Centro de Estudos Supletivos; com a FINEP, para a formação de pessoal para atividades espaciais; com a Secretaria de Mão-de-obra do Ministério do Trabalho, para a formação e aperfeiçoamento do pessoal da Marinha Mercante; com a Universidade de São Paulo, para a formação de Engenheiros Navais; com o Ministério das Relações Exteriores, para distribuição de bolsas de estudo a alunos militares estrangeiros; com a Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca, para formação de pessoal técnico em eletrônica; com as Escolas Técnicas do Rio de Janeiro, para a formação de reservistas navais; e com o Instituto Nacional da Previdência Social, para a realização, pela Marinha, do processamento e pagamento do auxílio-doença previdenciário.

No setor médico-hospitalar, a assistência prestada, através do Sistema de Saúde da Marinha, ao pessoal militar, dependentes e pensionistas, traduziu-se pelos seguintes números: 421,6 mil consultas médicas, 8,9 mil consultas odontológicas, 12 mil internações e 172,5 mil pacientes-dia.

Ainda no setor de assistência médica, foi celebrado convênio com as Centrais Elétricas de Furnas para o eventual atendimento, pela Marinha, de funcionários daquela empresa atingidos pelas radiações ionizantes.

No campo da assistência social, tiveram prosseguimento, através das Casas do Marinheiro e Núcleos de Assistência Social dos Distritos Navais, as atividades de assistência financeira, jurídica, previdenciária, religiosa, educacional, sócio-recreativa, desportiva e cultural dos militares e seus dependentes.

As unidades navais empenhadas em patrulha costeira e fluvial prestaram assistência médica e social às populações ribeirinhas menos favorecidas, em especial às do litoral Norte/Nordeste e das bacias do Amazonas e Paraguai.

EXÉRCITO

Durante o ano de 1977, a Força Terrestre realizou exercícios táticos nos diversos escalões, visando ao necessário e indispensável adestramento do seu pessoal. Entre eles, destacaram-se os seguintes:

— o II Exército executou, no Oeste de São Paulo, um exercício de Quadros com as suas Grandes Unidades propiciando a solução de importantes questões de natureza tática e logística; por ter sido um exercício sem participação de tropa, o seu custo foi bastante baixo;

— o IV Exército realizou uma manobra na região da caatinga nordestina, testando pela primeira vez,

dentro de um quadro tático definido, a doutrina de Defesa Territorial; o exercício exigiu a participação dos Grandes Comandos sediados no Nordeste e o emprego de diferentes frações de tropa, desde os Tiros de Guerra — atuando como guarda territorial — até o escalão Brigada operando como Força de Reação; os resultados alcançados proporcionarão valiosos subsídios para o aprimoramento da doutrina brasileira de Defesa Territorial;

— o Comando Militar do Planalto realizou uma manobra no terreno, empregando a 3.^a Brigada de Infantaria Motorizada em um quadro de guerra convencional associado a ações de guerra irregular e revolucionária;

— os I e III Exércitos e o Comando Militar da Amazônia prosseguiram no aprimoramento profissional dos seus quadros e da tropa, realizando exercícios no terreno e na carta.

Com relação à instrução e ao adestramento da Força Terrestre, deve ser ressaltada a reformulação procedida na divisão do ano de instrução que, associada à execução do Plano para Implantação da Infra-estrutura Física de Apoio à Instrução e ao Adestramento do Exército Brasileiro, muito contribuiu para a melhoria da operacionalidade da tropa.

Foram também intensas, em todos os escalões, as atividades de planejamento operacional e de mobilização.

A atualização da doutrina militar mereceu especial atenção. Cerca de 20 manuais técnicos, táticos e de campanha foram impressos e distribuídos.

No setor do ensino militar, mereceram destaques a atualização da legislação que regula o assunto, a reformulação e conseqüente redução do tempo de duração dos cursos de Altos Estudos Militares, a adaptação dos cursos do Instituto Militar de Engenharia ao advento da Indústria de Material Bélico do Brasil — IMBEL, a reestruturação dos currículos da Academia das Agulhas Negras e a formação centralizada dos sargentos.

Devem também ser assinalados o intenso intercâmbio com os exércitos de nações amigas e o acompanhamento da evolução de doutrinas militares em vários países. Em 1977, cerca de duzentos militares estrangeiros cursaram escolas brasileiras (argentinos, bolivianos, chilenos, equatorianos, franceses, guatemaltecos, hondurenhos, italianos, panamenhos, paraguaios, peruanos, uruguaios e venezuelanos). O Brasil foi visitado por delegações militares da Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Iraque, Uruguai e Turquia. Além da participação de delegação brasileira à XII Conferência de Exércitos Americanos, realizada na Nicarágua, o Brasil compareceu à X Conferência de Chefes de Comunicações dos Exércitos Americanos, levada a efeito no Equador, e participou de conferências militares bilaterais com o Chile e o Peru.

Prosseguiram a consolidação e o aperfeiçoamento do Sistema de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria.

As atividades do Serviço Militar foram totalmente implantadas em processamento automático de dados.

Foi feita a transferência do parque fabril do Exército para a IMBEL.

No setor de obras destacaram-se: o Clube do Exército, praticamente concluído; o Colégio Militar de Brasília, cuja construção prossegue em ritmo normal; e o Hospital Central do Exército, ainda em fase inicial de projeto.

Teve prosseguimento em 1977 a implantação, em diversas regiões do País, de rodovias e ferrovias e a construção das suas indispensáveis obras de arte.

Na fronteira, particularmente na Amazônia, o Exército continuou proporcionando apoio e estimulando o desenvolvimento das pequenas comunidades, visando à criação de uma infra-estrutura que permita o seu progresso futuro.

O esforço principal será feito na obtenção de níveis mais altos de adestramento e de eficiência operacional da tropa, em 1978.

Em consonância com esse objetivo, procurar-se-á desenvolver o Sistema de Processamento de Dados do Exército — SIPRODEX, dando-lhe maior dinamização; consolidar e aperfeiçoar o Sistema de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria — AFCA; implantar o Sistema de Acompanhamento Financeiro do Exército; apoiar e estimular a iniciativa privada para a crescente nacionalização do material; adotar novos tipos de viaturas e de materiais de engenharia; adequar os quadros de professores à nova lei do magistério; e efetivar nova seriação no curso da Academia Militar das Agulhas Negras.

Prosseguirão, durante o ano de 1978, as construções e melhoramentos de quartéis e residências, com recursos orçamentários e do Fundo do Exército, estes provenientes da alienação de imóveis e da renda de aluguéis e de próprios nacionais residenciais.

No setor de vias de transportes, a mais alta prioridade será dada à construção e pavimentação das rodovias BR-020/242 (Brasília — Barreiras), BR-262 (Aqui-dauana — Corumbá), pavimentação da BR-364 (Cuiabá — Porto Velho — Rio Branco) e construção da ferrovia EF-491 (Roca Sales — Passo Fundo), de grande importância estratégica e econômica.

Continuarão os trabalhos de levantamentos topográfico, mapeamento e impressão de cartas.

A modernização dos serviços atingirá o Serviço Rádio do Ministério do Exército, para o qual serão adquiridos modernos equipamentos de comunicações, a fim de melhor interligar os Grandes Comandos e atender às exigências da Segurança Nacional.

Organização e aparelhamento

Procurando organizar-se e articular-se de forma a atender às solicitações do planejamento militar, o Exército alcançará, progressivamente, uma situação ideal do tempo de paz, mesmo sofrendo os reflexos da difícil conjuntura econômica mundial.

Os ensinamentos colhidos na execução do Primeiro Plano de Equipamento e Reequipamento do Exército e a elaboração de novos quadros de organização tornarão possível a obtenção de maior eficiência com o material disponível.

Visando ao aproveitamento de aquartelamentos já existentes ou a ocupação dos novos, serão efetuadas transferências de sedes de Comandos e de Unidades, o que muito contribuirá para a melhor distribuição dos meios pela imensa extensão territorial brasileira.

Outro fator de destaque será o crescimento, que certamente se verificará, do número de itens de equipamentos fabricados no Brasil em uso nas Organizações Militares. Esse fato, aliado ao nivelamento material, acarretará o aumento da operacionalidade da tropa e maior motivação do pessoal para o exercício da atividade-fim.

Com a execução do II Plano de Equipamento e Reequipamento do Exército, será ampliado o grau de eficiência do apoio logístico, além de se melhorar o aparelhamento dos estabelecimentos de ensino, ordenar e acelerar as atividades de pesquisa.

Desenvolvimento científico e tecnológico

Tendo em vista o futuro e coerente com a sua própria evolução, o Exército tem dado especial atenção à pesquisa. No setor de material empenha-se, principalmente, na pesquisa visando ao desenvolvimento de atividades espaciais, dos materiais motomecanizados, bélico, de enge-

nharia e de comunicações. No que se refere ao pessoal, a pesquisa compreende a busca de conhecimentos referentes ao homem e aos grupos humanos, necessários à orientação científica e filosófica do processo educacional e à condução da política de pessoal da Força Terrestre. No que se relaciona com a doutrina, o Exército orienta as pesquisas de material e de pessoal, beneficiando-se, obviamente, dos resultados obtidos.

Foram e continuam sendo desenvolvidos projetos no Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, com intercâmbio de tecnologia e participação da indústria civil, a fim de dar à Força Terrestre uma capacidade operacional consentânea com as imposições da presente conjuntura. Assim, vem sendo feito o acompanhamento da fabricação e aperfeiçoamento de diversos tipos de viaturas militares e materiais de comunicações e de engenharia.

Vêm sendo desenvolvidos estudos para aperfeiçoamento de viaturas e pontes, bem como os relativos à fabricação e avaliação de armamentos e munições, à qualidade e tipo do equipamento individual e das embarcações fluviais e às doenças endêmicas tropicais e suas áreas de incidência.

Colaboração ao desenvolvimento econômico do País

Unindo os seus esforços aos que vêm sendo realizados pelo Governo com vistas à recuperação econômica do País, a administração do Exército tem atuado com os seguintes propósitos: esclarecer e orientar o pessoal militar a respeito do alcance das medidas governamentais; exercer vigilância sobre o consumo de produtos críticos; exercitar a imaginação criadora visando à economia de recursos e ao ganho de eficiência; estabelecer prioridades; eliminar atividades supérfluas; e estimular a austeridade e a total consagração à profissão.

Intimamente ligada ao setor econômico, deve ser realçada a implantação definitiva da IMBEL, que trará, como consequência, a diminuição do dispêndio de divisas com a aquisição no exterior de material de emprego militar.

A colaboração do Exército no preparo de documentos cartográficos, utilizados por diversos órgãos públicos, foi a seguinte: mapeamento de 220.000 km² e impressão de cartas de 304.500 km² do território nacional.

Apesar de as restrições financeiras terem imposto uma reavaliação dos objetivos nos trabalhos de implantação e conservação de rodovias e ferrovias, novas prioridades foram estabelecidas, permitindo a entrega ao tráfego da rodovia BR-174 (trecho Manaus — Caracará), bem como da ferrovia EF-050 (trecho Inajá — Estação do Roncador). Estão em vias de conclusão as BR-230 (trecho Humaitá-Lábrea) e BR-401 (trecho Boa Vista — Fronteira Brasil/Guiana), de significativa importância para a economia e integração nacionais.

Colaboração ao desenvolvimento social do País

É expressiva a atividade comunitária realizada pelo Exército em todo o território nacional, com um trabalho silencioso e tenaz, que tem seu ponto alto nas Ações Cívico-Sociais — ACISOS junto às comunidades mais desprovidas de recursos. A maioria dos Grandes Comandos promoveu ACISOS, tendo como objetivo a educação moral e cívica, a prestação de serviços médico-odontológicos, a orientação sanitária e agropecuária e o aconselhamento em assuntos diversos. Merece destaque o trabalho desenvolvido com a cooperação e a participação de órgãos federais e estaduais, para ajudar as populações do interior na obtenção dos documentos essenciais.

A cooperação com o Ministério do Trabalho, no que se refere à habilitação e qualificação profissional dos conscritos, tem alcançado excelentes resultados na for-

mação de mão-de-obra especializada. Além disso, estão sendo elaborados convênios para fornecimento, pelo Exército, de carteiras de trabalho às praças licenciadas.

No setor da educação, devem ser assinaladas a contribuição ao ensino superior prestada pelo Instituto Militar de Engenharia e a formação cívica proporcionada aos contingentes anualmente incorporados.

Finalmente, salientam-se o atendimento às populações fronteiriças e interioranas, a implantação de sistemas de tratamento de água, a execução do Plano de Construção de Residências e o apoio sempre prestado aos flagelados da seca, nos setores de saúde, educação, redes de água e esgotos e organização de fronteiras de trabalho, atividades complementares do Exército, porém de grande alcance social.

AERONAUTICA

Da análise retrospectiva das principais atividades desenvolvidas pelo Ministério da Aeronáutica, durante o ano de 1977, destaca-se preocupação maior, daquela Secretaria de Estado, pelo cabal desempenho de suas responsabilidades constitucionais.

Dando prioridade aos seus objetivos imediatos, procurou aperfeiçoar os parâmetros determinantes da Política Aeroespacial e enfatizou o fortalecimento do Poder Aéreo.

Incrementou a operação do complexo Sistema de Infra-estrutura Aeronáutica e o Correio Aéreo Nacional prosseguiu, célere, na sua marcha integradora.

Dispensou irrestrito apoio ao setor industrial especializado, criando incentivos animadores ao seu desenvolvimento sempre crescente.

Calcado nos princípios básicos de racionalidade administrativa e em consonância com as metas antiinfla-

cionárias estabelecidas pelo Governo Federal, conseguiu cumprir, eficientemente, todos os planejamentos programados para o exercício, sobressaindo, do contexto, a inauguração oficial do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro e sua imediata entrada em operação. Foram desencadeadas as primeiras providências para a implantação do Sistema DACTA II, tendo sido constituída, para esse fim, uma comissão de alto nível. A Indústria Aero-náutica Brasileira, pouco a pouco, vai dotando a Força Aérea e a Aviação Civil, de um modo geral, com os meios aéreos adequados ao seu desenvolvimento, procurando diminuir, dessa forma, a dependência estrangeira no setor, o que representa grande aspiração nacional.

Organização e aparelhamento

Acompanhando o surto desenvolvimentista do País, a Força Aérea Brasileira tem procurado, dentro da atual conjuntura econômico-financeira, garantir a sua operacionalidade aérea, em padrões de eficiência e segurança, indispensável ao cumprimento de sua missão constitucional.

Assim é que, prosseguindo com o seu plano de renovação da frota, adquiriu novos equipamentos à indústria nacional e alienou outros de origem estrangeira, considerados extremamente onerosos em termos de consumo de combustível, manutenção e suprimento.

No que diz respeito a material bélico, as compras foram concentradas na aquisição de produtos fabricados no Brasil, por firmas genuinamente brasileiras. Tal fato nos conduz a uma antevisão otimista de auto-suficiência gradativa em área de tão importante valor estratégico.

O Comando-Geral do Ar, através de seus órgãos subordinados, desenvolveu uma série de atividades específicas, indispensáveis ao adestramento da Força Aérea. No ano de 1977, foram formadas as primeiras equipa-

gens de combate, no Brasil, destinadas à operação dos aviões F-5; foi realizado o primeiro voo direto de aviação de caça entre Porto Alegre e Fortaleza, com reabastecimento em pleno ar; uma manobra real, envolvendo mais de uma centena de aeronaves, foi realizada com total êxito, permitindo aquilatar o alto nível de instrução das equipagens envolvidas. Operações conjuntas ocorreram no decorrer do ano de 1977, delas participando, inclusive, Forças Aéreas de nações amigas.

Desenvolvimento científico e tecnológico

O Centro Técnico Aeroespacial, órgão subordinado ao Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento do Ministério da Aeronáutica, vem desenvolvendo, através de seus institutos, considerável soma de projetos e estudos de elevado teor científico e tecnológico, merecendo especial destaque os seguintes:

— Projeto Sonda II. Os veículos Sonda II-A, já qualificados em voo, vêm sendo utilizados em experimentos tecnológicos de interesse de outros projetos. Em dezembro de 1977, foi lançado um Sonda II-C, instrumentado.

— Projeto Sonda III. Atingindo uma altitude de 590 quilômetros, com uma carga final da ordem de 60 quilos, no seu último lançamento, batendo, inclusive, o recorde sul-americano, este foguete consolida o êxito obtido em lançamentos anteriores, propiciando, de forma concreta, a continuidade do irreversível programa aeroespacial brasileiro.

— Projeto Sonda IV. O primeiro estágio deste foguete de 1.000 mm de diâmetro será utilizado como propulsor básico de um veículo lançador de satélites.

— Projeto Avião-Laboratório. Consolidado; com quatro aeronaves EC-95 já operando com o novo sistema.

— Projeto Planador. Trata-se de um planador *bi-place*, para instrução, visando à substituição dos importados.

— Projeto Minidirigível. Destina-se a operação por controle remoto e será utilizado em prospecções de recursos minerais.

— Projeto Meta-Dois. Em convênio com a FINEP, destina-se ao desenvolvimento de um radar de área terminal de aeroporto. As pesquisas vêm apresentando resultados extremamente positivos e espera-se para muito breve a sua total e completa consolidação. Com a entrada em produção do referido radar, a economia de divisas nos próximos dez anos será da ordem de US\$ 20 milhões.

— Projeto Microondas. Protótipo de um radar meteorológico, encontra-se em fase de transferência para a indústria, prevendo-se uma produção de 20 unidades nos próximos 5 anos, o que representará uma economia de divisas da ordem de US\$ 8 milhões.

— Projeto Instrumentação e Telemetria de Foguetes. Com seus protótipos de voo atingindo elevado índice de nacionalização, assegura a continuidade do desenvolvimento dos foguetes SONDA e constitui, sem dúvida, etapa representativa de progresso da tecnologia nacional.

— Projeto Etanol. Dando continuidade às pesquisas de efeitos e viabilidade prática de emprego do etanol como combustível para motores a pistão, foi convertida uma frota de aproximadamente 550 veículos, de fabricação nacional, passando a rodar com total e absoluta segurança utilizando, apenas, como combustível, o mais novo sucedâneo da gasolina. Estuda-se, também, a utilização do álcool como combustível de aviação.

— Projeto Aço de Alta Resistência e Alta Temperatura. Desenvolvido em cooperação com a indústria privada, destina-se à aplicação em foguetes de todos os tipos, proporcionando um maior índice de nacionalização de tais artefatos.

— Projeto Homologação Aeronáutica. Depois de exaustivos esforços, foram finalmente publicados os «Re-

quisitos Brasileiros de Homologação Aeronáutica», dando, com isso, continuidade às atividades de homologação, agora atingindo a sua 3ª fase.

Além desses projetos, vale mencionar, também, os de interesse bélico, específicos da Força Aérea, como por exemplo: foguetes de emprego tático ar-solo, de efeito perfurante; bombas para emprego geral; munição para canhão, sem contar outros projetos similares de real importância, ora em fase inicial.

As pesquisas de propelentes especiais, materiais compostos, como folhas de vidro reforçadas com alto valor resistência-massa, etc., vêm merecendo total empenho das equipes altamente especializadas daquele conceituado Centro Técnico Aeroespacial.

Objetivando a implantação da indústria de motores aeronáuticos, no Brasil, foram cadastradas cerca de 60 empresas para fins de dinamização, apoio e mobilização industrial e outras 12 foram capacitadas no sistema de garantia de qualidade aeronáutica em nível internacional.

A Companhia Eletromecânica — CELMA, empresa de economia mista, vinculada ao Ministério da Aeronáutica, e que se dedica à revisão geral de turbinas, motores e seus componentes, prepara-se, em coordenação com o Centro Técnico Aeroespacial, para a implantação de um centro de usinagem avançada, visando, também, à fabricação do motor brasileiro.

Em conjunto com órgãos e empresas do Ministério da Aeronáutica, foram intensificados os programas de nacionalização de material e componentes. Foram contratadas 5 empresas nacionais para o fornecimento de peças para o motor O-235-Lycoming e outras 4 para o fornecimento de componentes para a turbina PT-6, da *Pratt Whitney*. Esta contratação bem atesta o alto grau de maioridade industrial atingido pelo nosso parque manufatureiro.

O Campo de Lançamento de Foguetes da Barreira do Inferno, no decorrer do exercício de 1977, dentre outras importantes atividades, lançou foguetes meteorológicos, 10 unidades do projeto SONDA e efetuou testes com foguetes táticos de 30 e 70 mm.

A Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. — EMBRAER, constituída por pessoal de alto gabarito técnico proveniente do próprio Centro Técnico Aeroespacial, em apenas 8 anos de atividade já se inclui entre as grandes empresas do País e mantém a sexta posição entre os maiores fabricantes de aviões de pequeno porte do mundo.

Até 1976, a EMBRAER acompanhou e mesmo superou o crescimento da economia brasileira. Porém, acatando orientação expressa da Presidência da República e considerando o desaquecimento da economia, preconizado pelo Governo Federal, a empresa viu-se obrigada a reescalonar os projetos e programas já então estabelecidos. Em consequência disso, teve de adiar a sua principal meta de colocação no mercado dos aviões da família dos pressurizados. O programa absorverá, nos próximos 2 anos, cerca de Cr\$ 150 milhões e utilizará mais de 2 milhões de homens-hora, garantindo um elevado ritmo de crescimento de todo o setor ligado à indústria aeronáutica do País. Em complementação a esse programa, novas versões do avião Bandeirante continuaram sendo desenvolvidas, alcançando pleno sucesso nos mercados nacional e internacional.

É importante ressaltar que o Bandeirante já se transforma num dos aviões mais vendidos em todo o mundo, na sua classe, com mais de 200 mil horas voadas, no País e no exterior. Outro avião que vem merecendo desenvolvimento contínuo é o Ipanema que já constitui 80% da frota agrícola do País, com um índice de nacionalização de igual valor percentual. Outro fato auspicioso é o esforço desenvolvido pela empresa no sentido de nacionalizar partes e componentes aeronáuticos, o que vem fazendo com total e irrestrito apoio do Governo.

Objetivando incrementar suas vendas ao exterior, a fim de permitir um equilíbrio em suas necessidades de importação, a EMBRAER, pela primeira vez, participou do Salão Internacional de Aeronáutica e Espaço, em *Le Bourget*, na França. Como resultado imediato dessa participação, a partir da qual seus produtos ficaram conhecidos em todo o mundo, recebeu propostas de compras de vários países, inclusive alguns tradicionalmente fabricantes de material aeronáutico que demonstraram grande interesse em adquirir aeronaves de fabricação nacional.

Dos eventos marcantes ocorridos durante o exercício de 1977, destacam-se: o lançamento da nova versão do avião agrícola e de mais duas versões do avião Bandeirante; travessia do Atlântico Sul feita por 2 aviões de fabricação da empresa e que participaram da feira internacional de *Le Bourget*; voo do primeiro avião de esclarecimento marítimo; venda de 6 aviões Bandeirante para o exterior, sendo 2 para a Inglaterra, 1 para a França e 3 para o Sudão; recebimento dos prêmios «Horácio Lafer», de produtividade, e «Tendência», de tecnologia; entrega das primeiras peças fabricadas no País e destinadas aos aviões F-5, da *Northrop* dos Estados Unidos, que entrarão em linha normal de exportação.

Em razão de seu trabalho, não só cresce, cada vez mais, o número de indústrias integradas nos programas de fabricação de peças e componentes aeronáuticos, como também aumenta a transferência de tecnologia para o País, mediante acordos firmados com conceituados centros internacionais.

A tecnologia brasileira, que antes era exportada apenas para países da América Latina, agora alcança os mercados da África, Europa e, possivelmente, num futuro próximo, os Estados Unidos da América do Norte.

No sentido de consolidar as posições já alcançadas, a empresa vem se utilizando das modernas técnicas aeronáuticas, que estão sendo empregadas nos trabalhos

do projeto da asa supercrítica para os aviões pressurizados Tapajós e Araguaia.

Como se pode verificar, a EMBRAER tem sido, ao longo dos anos, um exemplo vivo da capacidade criadora do povo brasileiro e muito tem colaborado para o desenvolvimento científico e tecnológico do País.

Colaboração ao desenvolvimento econômico do País

A política adotada pelo Ministério da Aeronáutica, no tocante à transferência de tecnologia e à substituição de importações por produtos fabricados no País, muito tem contribuído para o desenvolvimento da economia brasileira. Somente as vendas de peças de reposição, realizadas pela EMBRAER, até setembro, somaram Cr\$ 126 milhões, dos quais US\$ 616,984 representaram exportações.

As compras no mercado interno vêm aumentando, gradativamente, graças à nacionalização de componentes já fabricados pelo parque industrial do País. Há registro de cadastramento de cerca de 474 firmas fabricantes de produtos aeronáuticos, atualmente, com tendência a aumentar.

Onze empresas privadas nacionais foram contratadas para revisão de motores, seus acessórios e partes estruturais de aeronaves, envolvendo o valor global de mais de Cr\$ 60 milhões.

Por outro lado, foram alocados, para o exercício de 1977, recursos superiores a Cr\$ 100 milhões destinados à aquisição, na indústria nacional, de materiais de consumo e equipamentos de aeronaves.

Na aquisição de fardamento, mobiliário, material de escritório e medicamentos, foram mobilizadas quase 60 firmas diferentes e despendidos recursos superiores a Cr\$ 110 milhões.

Além disso, os estabelecimentos industriais do Ministério da Aeronáutica vêm produzindo quantidade consi-

derável de itens que até há bem pouco tempo dependiam de compra no exterior.

A infra-estrutura aeroportuária também vem merecendo especial atenção. A modernização dos aeroportos, a construção de terminais de cargas e a implantação e melhoria dos sistemas de proteção ao voo têm sido uma constante. Tudo isso propicia o desenvolvimento das companhias de aviação de um modo geral, e o seu conseqüente reflexo na economia brasileira é evidente.

A INFRAERO, empresa estatal responsável pelo setor aeroportuário, concluiu importantes obras de recuperação e reforço estrutural dos pavimentos das pistas de pouso, pátios de manobras, acessos para aeronaves e respectivas sinalizações horizontais e verticais, nos seguintes aeroportos: Salgado Filho, Joinville, Florianópolis, Corumbá, Belo Horizonte, Curitiba, Vitória, Boa Vista, Goiânia, Brasília, Dois de Julho e Foz do Iguaçu.

Em projetos de segurança contra incêndio, a Empresa aplicou recursos da ordem de Cr\$ 45 milhões, beneficiando vários aeroportos e incentivando a indústria nacional de material correlato.

Fato inédito e de maior expressão, para a INFRAERO, ocorreu na apuração do balanço mensal de setembro, quando se verificou o tão esperado equilíbrio entre as despesas de custeio e as receitas operacionais, não havendo, portanto, no período, qualquer subvenção por parte do Ministério da Aeronáutica.

Criada com a finalidade específica de desenvolver a infra-estrutura aeroportuária de uma região de imensurável valor estratégico, a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica — COMARA, enfrentando toda a sorte de obstáculos e de dificuldades naturais, vem conseguindo implantar e manter uma rede segura e eficiente de modernos aeroportos, para apoiar o atual progresso verificado naquela vasta área do território nacional.

Com toda uma variedade de obras de engenharia altamente especializada sendo implantadas, desenvolvidas ou consolidadas, a COMARA está beneficiando, no momento, cerca de 25 localidades diferentes — situadas nos Estados do Acre, Amazonas, Goiás, Maranhão, Pará, Piauí, além dos Territórios do Amapá e Rondônia.

Como apoio à manobra real da Força Aérea, realizada em 1977, aquela Comissão reativou a sua Unidade Móvel de Engenharia — UME, deslocando parte de seu efetivo para implantar o balizamento noturno dos aeroportos de Água Vermelha, São Simão e Campo Grande, numa atividade de alto significado, operacional e contribuindo, sobremaneira, para a mobilidade da Força Aérea.

O trabalho, atribuído à COMARA, na região Amazônica, aliado às demais atividades especificadas anteriormente, bem atesta a valiosa contribuição do Ministério da Aeronáutica ao desenvolvimento econômico do País.

Colaboração ao desenvolvimento social do País

As missões profundamente humanitárias cobrindo todo o Brasil e realizadas pelos aviões do Correio Aéreo Nacional, registram, anualmente, consideráveis marcas em termos de horas voadas, quilometragem percorrida, tonelagem transportada, distribuição gratuita de medicamentos, além, obviamente, da assistência médica, sanitária, odontológica e social que beneficia grande parcela da população mais carente deste País.

Por outro lado, os Esquadrões de Busca e Salvamento da Força Aérea foram empregados em numerosas missões de resgate, busca e socorro de tripulantes de embarcações, aeronaves acidentadas etc.; o 1º Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento — PARASAR, dentro de sua área específica de atividades, desempenhou importantes tarefas de mais alta relevância social.

Outro destaque, no elenco das atividades marcantes desenvolvidas pelo Ministério da Aeronáutica, no exercício de 1977, foi na área educacional.

A formação profissional, em nível superior, destinada à preparação de oficiais para os diversos quadros e especialidades da Força Aérea, provocou o interesse de mais de 17 mil candidatos, entre civis e militares, e o corpo discente das respectivas escolas contou com um efetivo de 1.964 alunos.

Pelo Decreto nº 80.572, de 17 de outubro de 1977, foi criado o Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica — CIEAR, cuja finalidade precípua é a incorporação de quaisquer cursos ou estágios, que o aperfeiçoamento ou a renovação técnica exigirem da Aeronáutica, e que não sejam factíveis nas escolas já existentes. Atualmente estão adjudicados ao CIEAR os cursos de adaptação de médicos, dentistas, farmacêuticos e engenheiros e, ainda, os cursos de educação física para instrutores, monitores e auxiliares.

Nos cursos de nível técnico, englobando 30 categorias de profissionais, ministrados pela Escola de Especialistas de Aeronáutica, foram graduados 817 sargentos, contando com um efetivo atual de 1.850 alunos matriculados naquele estabelecimento de ensino.

Como preparo básico ao oficialato, a Escola Preparatória de Cadetes do Ar ministra, exclusivamente, ensino de segundo grau para um efetivo de 807 alunos ali matriculados. O referido curso é dirigido para o ingresso na Academia da Força Aérea. Entretanto, dá plena opção à escolha da carreira civil. Por sua vez, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica — ITA, estabelecimento de ensino superior do Ministério, vem formando anualmente engenheiros do mais alto gabarito técnico, especializados nos ramos de aeronaves, eletrônica, mecânica e infraestrutura, destinados, principalmente, ao mercado civil de trabalho.

No primeiro degrau da preparação de mão-de-obra qualificada, situam-se os cursos de formação de cabos que preparam os especialistas e artífices auxiliares.

Este excelente processo de qualificação profissional dos conscritos foi objeto de recente convênio firmado com o Ministério do Trabalho, abrindo cerca de 2,3 mil vagas anualmente, para um efetivo flutuante de 6 mil cabos e soldados de primeira classe.

Tratando-se de militares com permanência limitada no serviço ativo, este ensino profissionalizante é a um tempo medida de sentido humano, social, econômico e estratégico, já que dos hangares, oficinas, laboratórios, enfermarias, imprensas e secretarias do Ministério da Aeronáutica sairá um fluxo significativo de jovens qualificados para incorporar-se ao contingente nacional de trabalhadores habilitados, com vistas, também, à constituição de uma reserva melhor qualificada para atender aos reclamos da Pátria.

O Ministério da Aeronáutica mantém, em diversas regiões do Brasil, estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus, destinados ao atendimento das famílias de militares servindo naquelas localidades, porém, estendidos, democraticamente, às populações civis regionais. Destes estabelecimentos, vale salientar o Colégio Brigadeiro Newton Braga, na Ilha do Governador, com 2,4 mil alunos matriculados, e o Colégio Tenente Rego Barros, em Belém, com mais de 3,5 mil alunos constituindo o seu corpo discente atual.

Vale ressaltar, também, os cursos de pós-graduação, mestrado, doutoramento, além dos estágios de toda a espécie realizados no âmbito do Ministério da Aeronáutica e no de suas empresas vinculadas.

Na área de assistência médica a civis e a dependentes de militares, o ano de 1977 registrou um número superior a 4 mil inspeções de saúde em aeronavegantes, realizadas pelo Centro de Medicina Aeroespacial e pela

rede hospitalar, tendo sido efetuadas mais de 300 mil consultas, além de cerca de 14 mil internamentos registrados.

Outro fato marcante, ocorrido na área em 1977, foi a reativação das obras do Hospital de Aeronáutica do Galeão que, uma vez concluído, beneficiará significativa parcela da comunidade aeronáutica sediada no Rio de Janeiro.

No decorrer de 1977, também foi completada a estruturação do Museu Aeroespacial, que se destina à preservação do acervo histórico da Força Aérea Brasileira, constituindo-se numa contribuição valiosa para o enriquecimento das tradições culturais do nosso povo.

Finalmente, é justo salientar a importante contribuição do Ministério da Aeronáutica à política do Governo Federal de prestação de assistência farmacêutica gratuita aos menos favorecidos. O Laboratório Químico Farmacêutico da Aeronáutica, em convênio com a Central de Medicamentos — CEME, contribuiu com mais de 90 mil unidades de 12 diferentes tipos de medicamentos básicos, entre os quais a Insulina regular 40UI e a Insulina NPH, produtos da transformação de cristais em medicamento, técnica pioneira adotada no Brasil.

INDICE

	<i>Página</i>
Introdução	7
Política Económico-Financeira	
Apreciação Geral	25
Fazenda	39
Transportes	60
Agricultura	67
Indústria e Comércio	78
Minas e Energia	109
Interior	124
Comunicações	156
Política Social	
Apreciação Geral	167
Educação e Cultura	172
Trabalho	190
Saúde	204
Previdência e Assistência Social	219
Departamento Administrativo do Serviço Público ...	231
Política Externa	237
Justiça	
Política Interna	271
Ordem Jurídica	272
Segurança Interna	275
Acção Social	276
Ministério Público	279
Documentação — Publicação e Arquivo de Actos Officiais	280
Forças Armadas	
Estado-Maior das Forças Armadas	285
Marinha	288
Exército	296
Aeronáutica	303



